



**Programa de Pós-Graduação em Educação
Linha de Pesquisa: Políticas Educacionais**

SILVANE MARCELA MAZUR

**FORMAÇÃO CONTINUADA E CONTRIBUIÇÕES PARA A PRÁTICA
PEDAGÓGICA NA PERSPECTIVA DE PROFESSORAS DOS ANOS
INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL DE ANDIRÁ-PR**

**São Paulo
2024**

**Universidade Nove de Julho
Programa de Pós-Graduação em Educação
Linha de Pesquisa: Políticas Educacionais**

SILVANE MARCELA MAZUR

**FORMAÇÃO CONTINUADA E CONTRIBUIÇÕES PARA A PRÁTICA
PEDAGÓGICA NA PERSPECTIVA DE PROFESSORAS DOS ANOS
INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL DE ANDIRÁ-PR**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Nove de Julho (PPGE – UNINOVE), como exigência para a obtenção do título de Doutora em Educação, na Linha de Pesquisa: Políticas Educacionais, sob a orientação do Prof. Dr. Celso do Prado Ferraz de Carvalho.

**São Paulo
2024**

Mazur, Silvane Marcela.

Formação continuada e contribuições para a prática pedagógica na perspectiva de professoras dos anos iniciais do ensino fundamental de Andirá-PR. / Silvane Marcela Mazur. 2024.

204 f.

Tese (Doutorado)- Universidade Nove de Julho - UNINOVE, São Paulo, 2024.

Orientador (a): Prof. Dr. Celso do Prado Ferraz de Carvalho.

1. Anos iniciais. 2. Educação básica. 3. Ensino Fundamental. 4. Formação continuada de professores. 5. Município de Andirá-PR

I. Carvalho, Celso do Prado Ferraz de. II. Título

CDU 37

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Celso do Prado Ferraz de Carvalho
(PPGE/Uninove)

Prof. Dr. Nonato Assis Miranda
(PPGE/USCS)

Prof. Dr. José Rubens Lima Jardilino
(PPGE/UFOP)

Prof. Dr. Carlos Bauer
(PPGE/Uninove)

Prof^a Dr^a. Rosemary Roggero
(PPGE/Uninove)

Aprovado em: 29/08/2024

Autorizo, exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, a reprodução total ou parcial desta tese por processos fotocopiadores ou eletrônicos.

Assinatura: _____

Data: ____ / ____ / 2024

DEDICATÓRIA

Aos milhões de professores brasileiros, que lutam pela melhoria da qualidade da educação em
nossa páis.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus, por tudo que ELE é e fez por mim!

A meu querido pai Paulo Mazur (*in memoriam*), que em sua incessante luta pela vida e com jeito simples me ensinou coisas que não se aprende na escola e me ensinou a jamais desistir de lutar, principalmente nos momentos mais difíceis. Minha vida sempre terá uma parte de você!

A minha querida mãe, Cecília Orchel Mazur, exemplo de mulher batalhadora, que com garra e perseverança enfrentou as inúmeras dificuldades da vida.

A minha irmã Silmara e aos sobrinhos: as gêmeas Sabrina e Sandra Gil, as gêmeas Lara e Alana Mazzaro, e ao mais novo membro da família, Vinícius Gil, por serem motivos de sorrisos e abraços fáceis.

A meu marido, Michelângelo Baruc Mazzaro, pela compreensão e apoio nos momentos mais difíceis da minha vida e durante o Doutorado, pois sabia que eu precisava me dedicar ao estudo e à pesquisa.

A Flávia Maria da Silva, que em uma conversa rápida e informal me indicou os programas de pós-graduação da Universidade Nove de Julho (Uninove).

À Uninove, em particular ao Programa de Pós-Graduação em Educação, que me possibilitou cursar o Programa de Doutorado em Educação.

Aos professores do Programa de Pós-Graduação em Educação da Uninove, em especial aos professores da Linha de Pesquisa Políticas Educacionais (LIPED), bem como a toda equipe do Programa, pelo apoio e prontidão no atendimento que sempre precisei.

Aos colegas do Programa de Pós-Graduação em Educação da Uninove pelo compartilhamento de conhecimentos e experiências.

A toda a equipe da Secretaria Municipal de Assistência Social e Educação Profissionalizante de Andirá-PR, local onde exerço minha profissão, por me apoiarem quando precisei participar das atividades do Doutorado.

Às professoras participantes da pesquisa que responderam aos questionários e se dispuseram a participar das entrevistas, e à Secretaria Municipal de Educação de Andirá- PR pelo apoio à realização desta pesquisa - a vocês, meu imenso agradecimento. Espero que esta tese retribua o aprendizado que me proporcionaram.

Aos professores participantes da banca de qualificação, Prof. Dr. Celso do Prado Ferraz de Carvalho, Prof. Dr. José Rubens Lima Jardilino e Prof. Dr. Carlos Bauer; e aos professores da banca de defesa, Prof. Dr. Celso do Prado Ferraz de Carvalho, Prof.^a Dr^a.

Rosemary Roggero, Prof. Dr. José Rubens Lima Jardilino, Prof. Dr. Carlos Bauer e Prof. Dr. Nonato Assis Miranda pelas inestimáveis contribuições para o enriquecimento deste trabalho, proporcionando-me valiosas reflexões e, generosamente, a partilha de saberes.

Agradeço à CAPES por proporcionar a Bolsa do Programa de Suporte à Pós-Graduação de Instituições de Ensino Particulares (PROSUD) e, assim, contribuir com minha trajetória de formação como pesquisadora.

Não poderia deixar de agradecer ao Prof. Dr. Manuel Tavares, que inicialmente foi meu orientador e compartilhou seus conhecimentos e experiências, porém, durante a caminhada da vida retornou ao seu país, Portugal.

Dedico um agradecimento especial ao meu orientador, Prof. Dr. Celso do Prado Ferraz de Carvalho, que assumiu minha orientação e, em meio a tantas dificuldades que vivenciei nesse processo, sempre me incentivou a continuar e, com muita paciência e qualidade, me orientou com segurança e cuidado, direcionando minhas reflexões, problematizações, ações e escrita durante todo meu percurso na pesquisa até a conclusão do Doutorado.

RESUMO

O objeto de estudo desta tese é a formação continuada de professores. Tem seu ponto de partida nas metas estabelecidas no Plano Nacional de Educação, especificamente as metas 7, 15 e 16, as quais dispõem sobre o fomento da qualidade da educação e a garantia da formação continuada a todos os professores da Educação Básica. A pesquisa desenvolvida teve como lócus o município de Andirá-PR e envolveu um grupo de professoras dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental da rede pública de ensino. Definimos nossa questão de pesquisa da seguinte forma: Qual a percepção das professoras dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental do Município de Andirá sobre os processos de formação continuada que realizam, especificamente quanto à evolução na carreira e às condições de formação para o desenvolvimento de sua prática pedagógica? O objetivo geral da pesquisa foi compreender, a partir da perspectiva das professoras, as contribuições da formação continuada para a carreira docente e a prática pedagógica. Os objetivos específicos foram: a) Identificar as ações de formação continuada de professores oferecidas aos docentes dos Anos Iniciais do EF de Andirá/PR, em especial as que se dão em regime de colaboração entre União, estado do Paraná e município de Andirá; b) Analisar quais as contribuições das ações de formação continuada de professores trazem para a prática pedagógica; c) Identificar que condições são oferecidas aos professores para a realização de processo de formação continuada; d) Analisar quais as expectativas dos professores quanto ao processo de formação continuada, de desenvolvimento profissional e de evolução na carreira docente. A partir desse delineamento, realizamos um duplo movimento de pesquisa: primeiro, a revisão de literatura sobre formação continuada de professores nos bancos de dados da Revista Brasileira de Educação, editada pela ANPEd, bem como nos pôsteres e trabalhos apresentados nas reuniões anuais da ANPEd; o segundo, derivado da revisão de literatura mencionada, consistiu na elaboração do roteiro de entrevista semiestruturada, que consistiu dos seguintes eixos temáticos: i. papel do Estado na formação continuada de professores, visando compreender a visão das professoras sobre formação continuada como proposta na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) nº 9.394/1996, especificamente quanto à colaboração entre as unidades federativas na oferta da formação continuada de professores; ii. ações de formação continuada das quais participam ou conhecem, visando identificar quais temas têm sido abordados e se eles têm contribuído para sua prática pedagógica; iii. as expectativas das professoras sobre as relações entre formação continuada e desenvolvimento profissional. Os procedimentos metodológicos utilizados foram: a revisão de literatura, a utilização de questionários via *Google forms* e em versão impressa, e entrevista semiestruturada com professoras dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental da rede pública de ensino de Andirá-PR. Os resultados da pesquisa indicam que alguns dos aspectos da realidade de Andirá quanto à formação continuada de professores são vivenciados por outros docentes no nosso país, notadamente no que se refere às dificuldades para a realização de processos sólidos e bem estruturados de formação continuada.

Palavras-chave: Anos Iniciais; Educação Básica; Ensino Fundamental; Formação continuada de Professores; Município de Andirá-PR.

ABSTRACT

The focus of this thesis is the continuing education of teachers. It has its starting point in the goals established in the Plano Nacional de Educação (National Education Plan), specifically goals 7, 15 and 16, which provide for the promotion of quality education and the guarantee of continuing education for all teachers of Basic Education. The research developed had as its locus the town of Andirá-PR and involved a group of teachers from the initial years of Elementary Education in the public education system. We defined our research question as follows: What is the perception of teachers in the initial years of Elementary Education in the town of Andirá about the continuing education processes they carry out, specifically regarding career progression and the training conditions for the development of their pedagogical practice? The general objective of the research was to understand, from the teachers' perspective, the contributions of continuing education to the teaching career and pedagogical practice. The specific objectives were: a) To identify the continuing education actions offered to teachers in the early years of EE in Andirá-PR, especially those that occur in collaboration between the Union, the state of Paraná and the town of Andirá; b) To analyze what contributions continuing teacher training actions make to pedagogical practice; c) To identify what conditions are offered to teachers to carry out the continuing training process; d) To analyze teachers' expectations regarding the process of continuing education, professional development and progression in their teaching career. From this outline, we carried out a double research movement: first, a literature review on continuing teacher training in the databases of the Revista Brasileira de Educação (Brazilian Journal of Education), published by ANPEd, as well as in the posters and papers presented at ANPEd's annual meetings; the second, derived from the aforementioned literature review, consisted of preparing a semi-structured interview script, which consisted of the following thematic axes: i. the role of the State in the continuing education of teachers, aiming to understand the teachers' perception on continuing education as proposed in the Law of Guidelines and Bases of National Education (LDB) No. 9,394/1996, specifically regarding the collaboration between the federative units in offering continuing education for teachers; ii. continuing education actions in which they participate or are aware, aiming to identify which topics have been addressed and whether they have contributed to their pedagogical practice; iii. teachers' perception expectations about the relationship between continuing education and professional development. The methodological procedures used were: literature review, use of questionnaires by Google forms and in printed version, and semi-structured interviews with teachers from the initial years of Elementary Education in the public education system of Andirá-PR. The results of the research indicate that some aspects of the reality of Andirá regarding the continuing education of teachers are experienced by other teachers in our country, particularly regarding the difficulties in carrying out solid and well-structured continuing education processes.

Keywords: Early Years; Basic Education; Elementary Education; Continuing Teacher Training; Andirá-PR.

RESUMEN

El objeto de investigación de esta tesis fue la formación continua del profesorado. Su punto de partida son las metas establecidas en el Plan Nacional de Educación, específicamente las metas 7, 15 y 16, que prevén la promoción de una educación de calidad y la garantía de la formación continua de todos los profesores de educación básica. La investigación se realizó en el municipio de Andirá-PR y contó con la participación de un grupo de profesores de enseñanza primaria del sistema público. Definimos nuestra pregunta de investigación de la siguiente manera: ¿Cuál es la percepción de los profesores de Educación Primaria y Secundaria del municipio de Andirá sobre los procesos de formación continua que realizan, principalmente en lo que se refiere al progreso de la carrera y a las condiciones de formación para el desarrollo de su práctica pedagógica? En otras palabras, el objetivo general de la investigación era comprender, desde la perspectiva de los profesores, las aportaciones de la formación continua a su carrera docente y a su práctica pedagógica. Los objetivos específicos fueron a) Identificar las actividades de formación continua ofrecidas a los profesores de los primeros años de la Enseñanza Primaria en Andirá/PR, especialmente las que se realizan en un sistema de colaboración entre el Gobierno Federal, el estado de Paraná y el municipio de Andirá; b) Analizar cuáles son las aportaciones de las actividades de formación continua para la práctica docente; c) Identificar cuáles son las condiciones ofrecidas a los profesores para realizar el proceso de formación continua; d) Analizar cuáles son las expectativas de los profesores en relación con el proceso de formación continua, el desarrollo profesional y el progreso en su carrera docente. A partir de este delineamiento, realizamos un doble movimiento: el primero consistió en la revisión de la literatura sobre formación docente continua en las bases de datos de la Revista Brasileña de Educación, editada por la ANPEd, así como en los pósteres y trabajos presentados en los encuentros anuales de la ANPEd; el segundo, derivado de la revisión bibliográfica mencionada, consistió en la elaboración del guión de la entrevista semiestructurada, que constó con los siguientes ejes temáticos: i. el papel del Estado en la formación docente continua, con el objetivo de comprender la percepción de los profesores sobre ese tema, que es propuesto en la Ley de Directrices y Bases de la Educación Nacional (LDB) nº 9.399/1996. ii. las actividades de formación continua en las que participan o conocen, con el objetivo de identificar qué temas han sido abordados y si han contribuido a su práctica docente; iii. las expectativas de los profesores sobre la relación entre formación continua y desarrollo profesional. Los procedimientos metodológicos utilizados fueron: revisión bibliográfica, cuestionarios utilizando formularios de *Google* y en formato impreso, y entrevistas semiestructuradas con profesores de enseñanza primaria del sistema público de Andirá-PR. Los resultados de la investigación indican que algunos de los aspectos de la realidad de Andirá con relación a la formación continua de profesores también son vividos por otros docentes de nuestro país, especialmente en lo que se refiere a las dificultades para llevar a cabo procesos de formación en trabajos sólidos y bien estructurados.

Palavras-chave: Enseñanza Primaria; Educación Básica; Enseñanza Secundaria; Formación Continua de Professores; Municipio de Andirá-PR.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Cursos de Pós-Graduação *Lato Sensu* no Brasil 2020 e 2023

Quadro 2 - Teses e dissertações selecionadas na Revisão de Literatura

Quadro 3 – Trabalhos sobre formação continuada de professores

Quadro 4 - Quantitativo de Professores da Rede Pública de Andirá -PR

Quadro 5 – Participantes da Pesquisa: Etapa I

Quadro 6 – Gênero dos participantes

Quadro 7 - Faixa etária

Quadro 8 - Localidade de residência

Quadro 9 - Vínculo de trabalho

Quadro 10 - Experiência profissional

Quadro 11- Jornada de trabalho

Quadro 12 - Exercício profissional em outro nível de ensino ou outras fases da Educação Básica

Quadro 13 - Formação inicial

Quadro 14 - Instituição, Modalidade e Conclusão da Graduação

Quadro 15 - Formação continuada em cursos *Lato Sensu* e *Stricto Sensu*

Quadro 16 - Cursos de Pós-Graduação *Lato Sensu* e *Stricto Sensu*

Quadro 17 - Potencialidades da docência, segundo as participantes

Quadro 18 - Principais desafios da docência, segundo as participantes

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

ANPED - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

AMP- Associação dos Municípios do Paraná

BDTD - Biblioteca Digital de Teses e Dissertações

BM - Banco Mundial

CAPES - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

CF 88 - Constituição da República Federativa do Brasil de 1988

CES - Câmara de Educação Superior

CMEI - Centro Municipal de Educação Infantil

CNE - Conselho Nacional de Educação

CNAS - Conselho Nacional de Assistência Social

CP - Conselho Pleno

EAD - Educação a Distância

EI - Educação Infantil

EF - Ensino Fundamental

EM - Ensino Médio

ES - Ensino Superior

ENADE - Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes

FUNDEF - Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental

FUNDEB - Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica

GPEMEN - Grupo de Pesquisa Multidisciplinar em Ensino

GTs - Grupos de Trabalho

IDEB - Índice de Desenvolvimento da Educação Básica

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IES - Instituição de Ensino Superior

IPARDES - Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social

INEP- Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira

IBICT- Instituto Brasileiro de Informações em Ciência e Tecnologia

LASEB - Lato Sensu em Docência na Educação Básica

LDB - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional

LIBRAS - Língua Brasileira de Sinais

LIPED - Linha de Pesquisa: Políticas Educacionais

LOA - Lei Orgânica de Assistência Social

MEC - Ministério da Educação

NOB-RH/SUAS - Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do Sistema Único de Assistência Social

NRE - Núcleo Regional de Educação

OBEDUC - Observatório da Educação

OCDE - Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico

PISA - Programa Internacional de Avaliação de Estudantes

PME - Plano Municipal da Educação

PNE - Plano Nacional da Educação

PPGEN - Programa de Pós-Graduação em Ensino

PPGE - Programa de Pós-Graduação em Educação

PSS - Processo Seletivo Simplificado

TCC - Trabalho de Conclusão de Curso

TCLE - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

TGD - Transtorno Global do Desenvolvimento

TIC - Tecnologia da Informação e Comunicação

RCO - Registo de Classe On-line

SAEB - Sistema de Avaliação da Educação Básica

SEDU - Secretaria de Educação e Esporte

SEED - Secretaria de Educação do Estado do Paraná

SME - Secretaria Municipal de Educação de Andirá

SINAES - Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior

SUAS - Sistema Único de Assistência Social

UEG - Universidade Estadual de Goiás

UEL – Universidade Estadual de Londrina

UENP - Universidade Estadual do Norte do Paraná

UFMG - Universidade Federal de Minas Gerais

UFSCAR - Universidade Federal de São Carlos

UFMS - Universidade Federal de Mato Grosso do Sul

UNINOVE - Universidade Nove de Julho

UNOPAR - Universidade Norte do Paraná

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	14
1.1Percorso pessoal e profissional da pesquisadora até o objeto de pesquisa.....	14
1.2 Duas etapas da definição do objeto de estudo	17
2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS DA PESQUISA	22
2.1 Questionários.....	22
2.2 Entrevistas semiestruturadas	24
3 CONSTRUÇÃO E DELIMITAÇÃO DO OBJETO DA PESQUISA	27
3.1 Formação de professores.....	27
3.2 Os cursos de <i>lato sensu</i>	33
3.3 Revisão da literatura sobre cursos de pós-graduação <i>lato sensu</i>	36
3.4 Ampliando a problematização do objeto de pesquisa	45
3.5 Revisão da literatura sobre formação continuada de professores.....	47
4 MUNICÍPIO DE ANDIRÁ E AS PROFESSORAS DOS ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL.....	66
4.1 <i>Lócus</i> da pesquisa.....	66
4.2 Rede Pública de Ensino de Andirá no contexto da educação paranaense	67
4.3 Perfil das professoras dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental de Andirá	75
4.4 Potencialidades e desafios da docência	87
5 PERCEPÇÕES DAS PROFESSORAS DOS ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL DE ANDIRÁ SOBRE OS PROCESSOS DE FORMAÇÃO CONTINUADA.....	91
5.1 Papel do Estado na formação continuada de professores	91
5.2 Abordagens na formação continuada de professores	102
5.3 Condições e expectativas das professoras quanto à formação continuada e o desenvolvimento profissional	112
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS	133
7 REFERÊNCIAS	1412
APÊNDICES	150
APÊNDICE I – QUESTIONÁRIO AOS PROFESSORES	151
APÊNDICE II - QUESTIONÁRIO À SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO.....	156
APÊNDICE III- ROTEIRO DAS ENTREVISTAS SEMIESTRUTURADAS.....	160
APÊNDICE IV - TRANSCRIÇÃO DAS ENTREVISTAS.....	163

1 INTRODUÇÃO

A pesquisa apresentada nesta tese se insere nas atividades da Linha de Pesquisa: Políticas Educacionais (LIPED) do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Nove de Julho (PPGE-Uninove). O tema do trabalho é a formação continuada de professores dos Anos Iniciais¹ do Ensino Fundamental (EF) de Andirá, estado do Paraná. Nesta Introdução, faremos uma breve apresentação desta pesquisadora, procurando contar um pouco da sua vivência escolar e profissional e os motivos de escolha do tema deste estudo.

1.1 Percurso pessoal e profissional da pesquisadora até o objeto de pesquisa

Sou a terceira e mais nova filha de uma família da agricultura familiar. Antes de ingressar na educação escolar, quando via meus irmãos indo todos os dias para a escola, eu sentia uma vontade enorme de estudar e queria que logo chegasse o tempo em que eu também pudesse ir. Era a única escola da comunidade, multisseriada e todos os alunos, do primeiro ao quarto ano, estudavam na mesma sala de aula e com apenas uma professora. Um ano antes de completar a idade escolar, que na época era de sete anos, a professora, sensibilizada com minha vontade de frequentar a escola, permitia minha entrada na hora do recreio para eu brincar e interagir com as outras crianças enquanto esperava meus irmãos até o final da aula.

Nos quatro anos que então estudei (primeiro ao quarto ano), ficava admirada com cada conhecimento e aprendizado, principalmente com o processo de alfabetização. Eu gostava tanto de estudar que em quatro anos letivos tive apenas uma falta. Meu desejo, que se conserva até hoje, é que essa vontade de aprender e o prazer pelo conhecimento sempre se mantivessem em minha vida.

Quanto à professora, ela morava em uma casa localizada no mesmo pátio da escola, com seu marido e suas filhas crianças. Somente a professora era funcionária pública, mas seu marido ajudava, fazendo e servindo a merenda para as crianças. Ele, mesmo sem formação pedagógica (Magistério ou Licenciatura), tinha uma grande sensibilidade no acolher as crianças naquele ambiente de estudo, principalmente as do 1º ano, que era a primeira experiência escolar na vida delas, considerando que não havia creche ou pré-escola na comunidade onde eu morava. Nesse sentido, na primeira semana de aula ele desenvolvia brincadeiras e jogos com as crianças dessa série escolar, cuja finalidade era promover a interação e adaptação ao ambiente.

¹ Os Anos Iniciais compreendem do 1º ao 5º ano do Ensino Fundamental.

No Ensino Fundamental II (EF), quinta a oitava série na época em que cursei, estudei em um colégio no Distrito onde havia mais professores do que na primeira etapa do EF, cada um deles responsável por uma disciplina. Senti o impacto dessa organização, bem como de sair de casa as 06h30m da manhã para usar o transporte escolar e voltar as 13h30m.

Segui para o Ensino Médio (EM) e após a conclusão aguardei dois anos para fazer o vestibular. Com o Caderno de Vestibular da universidade e as diversas opções de cursos, Pedagogia não foi minha primeira ou segunda opção. Na verdade, escolhi Pedagogia por conta das condições financeiras familiares que não me permitiam estudar em cursos integrais ou em outro campus universitário.

Apesar de a universidade brasileira ter como princípio a indissociabilidade do tripé ensino-pesquisa-extensão, durante minha graduação não houve muito incentivo para a pesquisa e a extensão. Alguns dos professores mencionavam pós-graduação, mas sem explicar seu funcionamento e finalidade. E eu, tímida, não questionava a respeito e pensava: “isso não é para mim”, pois ouvir falar em pós-graduação exprimia o sentido de algo profundo e inalcançável.

Durante a graduação, tive algumas experiências na educação como estagiária remunerada trabalhando como professora em uma instituição de acolhimento de crianças e adolescentes e como professora regente de uma escola multisseriada – foram experiências desafiadoras e gratificantes. Concluí a graduação em Pedagogia em 2005, e como não queria ficar distante do ambiente da universidade cursei uma pós-graduação *lato sensu* na área de educação entre 2006 e 2007.

Depois, busquei minha inserção profissional prestando alguns concursos públicos, até assumir, em 2007, uma vaga no cargo de Pedagoga Social no município de Andirá, no Paraná, com lotação na política pública da assistência social. Comecei a desempenhar a função e logo senti as lacunas da formação inicial, pois a graduação não havia me preparado para atuar em áreas diferentes da educação escolar nem na educação não-formal, embora as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Graduação em Pedagogia afirmem que o egresso do curso de Pedagogia está apto, dentre outras funções, a trabalhar em espaços escolares e não-escolares, na promoção da aprendizagem de sujeitos em diferentes fases do desenvolvimento humano, em diversos níveis e modalidades do processo educativo. (Conselho Nacional de Educação, 2006)

A Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do Sistema Único de Assistência Social (NOB-RH/SUAS), aprovada pela Resolução nº. 269, de 13 de dezembro de 2006, do Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS), e a Resolução nº. 17, de 20 de

junho de 2011, que ratificou a equipe de referência das categorias de nível superior, definem que o pedagogo é um dos trabalhadores que compõe, preferencialmente, as equipes do Sistema Único da Assistência Social (SUAS), tanto nos serviços socioassistenciais quanto na gestão do SUAS. (Conselho Nacional de Assistência Social, 2006, 2011)

A Assistência Social, como política pública de nosso país, é muito nova, tendo sido reconhecida como tal na Constituição da República Federativa do Brasil (CF) de 1988 e, em 1993, com a promulgação da Lei Federal nº. 8.742 - Lei Orgânica de Assistência Social (LOA). Nesse caminho, em 2005, após a Conferência Nacional de Assistência Social, essa política começou a ser estruturada no âmbito dos equipamentos/serviços públicos. No entanto, ainda em 2007, no mesmo município em que assumi a vaga do concurso, não havia nenhuma experiência anterior com pedagogos atuando sistematicamente nessa política da assistência social. Esse movimento de implantação de tais serviços estava ocorrendo em todo o país, alguns mais avançados nesse processo e outros, menos. Nesse contexto, entrei em contato com alguns municípios a fim de buscar conhecimentos e experiências do exercício profissional do pedagogo na política de assistência social. Diante do insucesso dessa busca, decidi-me por cursar a pós-graduação *lato sensu* em trabalho social com famílias, a fim de me embasar cientificamente para desempenhar a função, curso que me auxiliou no entendimento teórico do campo da assistência social enquanto política pública e em alguns aspectos das práticas nesse campo.

Concluí o curso em 2008 e, desde então e até 2016, com o desejo de continuar estudando e diante das exigências profissionais (atualização e construção de novos conhecimentos, acréscimo salarial, pontuação em outros concursos públicos), participei de alguns processos seletivos para ingresso em outros cursos de graduação e de pós-graduação *lato sensu* de oferta gratuita, ou de vagas remanescentes em cursos superiores e de mestrado acadêmico.

Em 2016, ingressei como aluna regular no Programa de Pós-Graduação em Ensino (PPGEN) - Mestrado Profissional em Ensino da Universidade Estadual do Norte do Paraná (UENP) e concluí em 2017. A dissertação desenvolvida versou sobre a formação pedagógica de bacharéis enfermeiros, mas que também trabalhavam como docentes de um curso técnico em Enfermagem. A pesquisa concluiu que todos eles haviam cursado pós-graduação *lato sensu* voltada aos conteúdos específicos da enfermagem assistencial, mas sem evidências de formação continuada na perspectiva da docência.

Com o desejo de continuar estudando, em 2018 e 2019, cursei três disciplinas como aluna especial do Programa de Pós-Graduação em Educação na Universidade Estadual de

Londrina (UEL). Também participei de processos seletivos para ingressar no Programa como aluna regular, mas não tive êxito.

Em 2021, ingressei como pesquisadora no Grupo de Pesquisa Multidisciplinar em Ensino (GPEMEN), no qual coordeno um projeto de pesquisa sobre educação humanizada no contexto da educação profissional.

Também em 2021, após processo seletivo, ingressei como aluna regular no Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE) na Universidade Nove de Julho (Uninove). Nesse contexto, ao estudar brevemente as tendências da teoria decolonial, em que se questiona o modelo de conhecimento a partir da visão eurocêntrica, pude relembrar-me de alguns dos meus pensamentos de criança. Ao estudar sobre o “descobrimento” do Brasil, me questionava, ainda que internamente, “se havia a população indígena que morava aqui, como então, o Brasil poderia ter sido descoberto?”. Muitos anos se passaram até eu me aproximar de alguns autores como Quijano, Walsh, Mignolo que abordam o pensamento decolonial e assim, pude compreender que essa concepção acerca do descobrimento do Brasil é uma visão eurocêntrica e não a partir dos povos originários que aqui já viviam. Apesar de não abordamos nesta tese o pensamento decolonial, podemos, neste momento, apenas propormos uma reflexão, o quanto a formação de professores, seja ela inicial ou continuada implica no ensino e seus desdobramentos, consequentemente na manutenção do *status quo* ou na mudança social que valoriza outros modelos de conhecimento e a diversidade.

Assim, como no Mestrado pesquisamos os aspectos relacionados à formação do profissional para a docência, no Doutorado nossa pesquisa também envolve profissionais que exercem a docência, no caso o processo de formação continuada de professores dos Anos Iniciais do EF.

Nessa direção, pesquisar sobre formação de professores requer olhar para a legislação que rege a política educacional em nosso país, bem como para autores que tratam da formação de professores e dos processos de formação continuada desenvolvida na rede pública de ensino de Andirá.

1.2 Duas etapas da definição do objeto de estudo

Considerando que no mestrado havia pesquisado sobre a formação pedagógica de profissionais formados em curso bacharelado, mas que trabalhavam como professores, minhas curiosidades pessoais se voltaram às inúmeras propagandas sobre pós-graduação *lato sensu*,

inclusive as promoções e a grande disponibilidade de cursos dessa natureza. Feitas as consultas ao portal do e-mec, desejei continuar pesquisando sobre formação continuada de professores e apresentei meu projeto de pesquisa para a seleção do Doutorado no PPGE-Uninove. O objetivo inicial era estudar a oferta de pós-graduação *lato sensu* na área da Educação e suas contribuições para a formação continuada de professores.

Considerando esses aspectos, nossa problematização inicial tinha como preocupação central os cursos de *lato sensu*, na busca de entender quais as suas contribuições para a formação dos professores dos Anos Iniciais do EF, segundo a percepção que esses docentes possuem acerca da relação entre tais cursos e sua prática pedagógica.

Tendo essa problemática como referência inicial, realizamos a revisão de literatura sobre formação continuada, tendo como referência unicamente os cursos de *lato sensu* na área de Educação; elaboramos e aplicamos um questionário às professoras² dos Anos Iniciais do EF da rede pública de Andirá-PR, com o objetivo de elaborar seu perfil e identificar suas percepções sobre formação continuada. Aproveitando a aplicação do questionário verificamos quais docentes possuíam interesse e disponibilidade para participar de uma nova etapa da pesquisa, por meio de entrevista semiestruturada.

Com a revisão da literatura feita e os dados das professoras dos Anos Iniciais do EF do município Andirá obtidos, passamos a analisar o que eles nos ofereciam do ponto de vista de análise e compreensão sobre a problemática da formação continuada via *lato sensu*. A revisão da literatura mostrou uma ampla série de questões que orientam o debate, especificamente as críticas à forma como os cursos são oferecidos e os resultados que apresentam. De modo geral, esses cursos têm um caráter eminentemente mercadológico, sem nenhum mecanismo oficial de avaliação e com resultados difíceis de serem verificados em termos de melhoria da formação docente.

Já o questionário permitiu elaborar o perfil das professoras e evidenciar que a maioria havia feito cursos de especialização *lato sensu* há cerca de 10 anos, com poucos dados significativos acerca da contribuição desses cursos para a sua formação continuada. Outro aspecto que nos chamou a atenção foi o fato de que os cursos mencionados pelas professoras foram realizados, em sua maioria, em instituições privadas de ensino superior. Tal fato mostrou uma situação de carência de informações oficiais, pois nas páginas das instituições mencionadas pelas professoras havia pouca ou quase nenhuma informação ou

² Ao considerarmos que a grande maioria dos participantes desta pesquisa é do gênero feminino, neste trabalho optamos por denominar somente de professoras quando nos referirmos aos professores participantes desta pesquisa.

dado relevante. Além disso, o acesso a essas instituições e a coleta de dados não se mostrou viável em razão da negação de autorização de pesquisa, limitando assim a possibilidade de termos acessos a documentos e mesmo a entrevistas com professores e coordenadores desses cursos. Havia então um problema para o prosseguimento da pesquisa. Tal situação nos obrigou a rediscutir nosso problema de pesquisa e a construir uma condição de investigação que tornasse possível um acesso mais amplo ao campo empírico.

Essa era a situação da pesquisa durante o período de realização do exame de qualificação. Realizado o exame e seguindo sugestões da banca, decidimos problematizar a pesquisa de forma a incorporar não somente as experiências de cursos *lato sensu*, mas todas as possibilidades de formação continuada realizada pelas professoras dos Anos Iniciais do EF da rede pública de Andirá-PR. Como consequência dessa (re)problematisação, ampliou-se a dimensão da pesquisa, pois às experiências desses cursos de especialização foram acrescidas as ações desenvolvidas pela Secretaria Municipal de Educação, estado do Paraná e a União e pelas próprias integrantes do corpo docente, da mesma forma que ampliou o universo empírico.

Após esse encaminhamento, a questão de pesquisa foi reelaborada e passou a ser a seguinte: Qual a percepção das professoras dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental do Município de Andirá sobre os processos de formação continuada que realizam, especificamente quanto à evolução na carreira e às condições de formação para o desenvolvimento de sua prática pedagógica?

A nova problematização também implicou a ampliação da revisão da literatura, agora não mais centrada em cursos *lato sensu*, e, sim, no debate amplo sobre formação continuada. Demandou também a realização de entrevistas semiestruturadas com as professoras dos Anos Iniciais do EF para discutir os processos de formação continuada oferecidos pela rede pública de educação, a relação dessa formação com o plano de carreira docente, os estímulos oferecidos pela Secretaria e as possíveis contribuições dessas ações para a prática pedagógica.

A partir desse delineamento mais amplo, realizamos nova revisão da literatura, que em razão do tempo que nos restava para a conclusão da tese precisou ser bem específica do ponto de vista temático e de sua abrangência. Assim, a partir da pergunta “O que pesquisas na área da Educação indicam sobre a formação continuada dos professores?”, fizemos um levantamento das publicações a respeito da formação continuada de professores, valendo-nos dos seguintes bancos de dados: i. da Revista Brasileira de Educação, editada pela Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPEd); ii. de pôsteres e trabalhos apresentados nas reuniões anuais da ANPEd.

O segundo movimento derivou da revisão da literatura acima mencionada e consistiu na elaboração do roteiro de entrevistas semiestruturadas que realizamos com as professoras dos Anos Iniciais do EF da rede pública de Andirá-PR. Definimos eixos temáticos que abordaríamos com as professoras, que foram os seguintes: i. papel do Estado na formação continuada de professores, visando compreender as percepções das professoras sobre a formação continuada sobre formação continuada como proposta na LDB nº 9.394/1996, especificamente quanto à colaboração entre as unidades federativas na oferta da formação continuada de professores; ii. ações de formação continuada das quais participam ou conhecem, visando identificar quais temas têm sido abordados e se eles têm contribuído para sua prática pedagógica; iii. as expectativas das professoras sobre as relações entre formação continuada e seu desenvolvimento profissional.

Assim, apresentada a trajetória da pesquisa, nossa tese está organizada nos seguintes itens. A apresentação deste relatório final de pesquisa está organizada da seguinte forma:

No item 1 está a Introdução da tese, contando com uma breve apresentação desta pesquisadora, a relação dela com o tema da pesquisa e seus questionamentos pessoais e profissionais, e as duas etapas para definição do objeto de estudo.

No item 2 abordamos quanto aos procedimentos metodológicos para a realização desta pesquisa, apresentando os instrumentos de coleta de dados.

O item 3 trata da construção e delimitação da pesquisa realizados tanto na etapa I como na etapa II desta pesquisa. Assim, apresentamos os resultados da revisão de literatura sobre os cursos de pós-graduação *lato sensu* e, ao considerarmos as dificuldades empíricas para a continuidade do estudo do mesmo objeto e os motivos que levaram à necessidade de reorganização da pesquisa apresentamos os resultados da revisão de literatura sobre formação continuada de professores.

No item 4 apresentamos brevemente o lócus da pesquisa quais sejam: características do município de Andirá-PR e sua rede pública de ensino no contexto da educação paranaense, o perfil das participantes desta pesquisa, além das potencialidades e desafios atuais da docência, segundo as participantes desta pesquisa.

No item 5, apresentamos a análise das percepções das professoras entrevistadas acerca dos processos de formação continuada e de suas possíveis contribuições para a prática pedagógica e suas expectativas quanto ao desenvolvimento profissional e de evolução na carreira docente.

No item 6, apontamos nossas considerações finais retomando os objetivos da pesquisa e fazendo uma síntese dos resultados desta pesquisa.

2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS DA PESQUISA

Toda pesquisa científica requer a escolha de uma abordagem metodológica que oriente o percurso teórico e metodológico, pois, de acordo com Kopnin (1978), todo método atua como conjunto de regras e procedimentos construídos para o conhecimento e a sua prática permite interpretar a realidade e o objeto estudado. Assim, considerando os objetivos desta pesquisa, definimos o percurso metodológico apresentado a seguir.

O desenvolvimento desta pesquisa, segundo sua natureza, abrange uma investigação quanti-qualitativa de cunho interpretativo, que abrange a análise dos dados, das operações e do fenômeno em toda sua complexidade. Nesse sentido, os pesquisadores Bogdan e Biklen (1994) argumentam que o objetivo dos investigadores qualitativos é o de compreender o comportamento e as experiências humanas, pois objetivam compreender o processo por meio do qual as pessoas constroem significados e descrevem em que consistem esses mesmos significados.

Cabe ressaltar que a metodologia quanti-qualitativa incorpora a construção do conhecimento baseado nos ambientes, sujeitos e objetos, abrangendo as suas relações dinâmicas pela junção das duas variáveis. Sinteticamente, as variáveis qualitativas visam responder questões particulares, opiniões e valores individuais a partir de dados coletados, explorando a subjetividade da construção humana. Difere da variável quantitativa, que dimensiona perfis demográficos, econômicos e sociais, utilizando meios para analisar estatisticamente as amostras e conferir validação aos resultados (Knechtel, 2014). De acordo com Minayo (2007), a distinção entre as duas abordagens é de essência, não de hierarquia, dado que elas não se antagonizam, mas se complementam.

As pesquisas quanti-qualitativas apresentam características de variáveis numéricas e posterior interpretação dos resultados obtidos, isto é, após a mensuração dos dados se pode investigar e interpretar as percepções distintas do ponto de vista dos participantes, respeitando seus devidos posicionamentos.

Quanto a seus objetivos, nossa pesquisa é exploratória, o que, segundo Severino (2013), tem como finalidade levantar informações sobre um determinado objeto, ao delimitar um campo de trabalho e mapear as condições de manifestação do mesmo.

Para definir e construir o referencial teórico, utilizamos a revisão da literatura. Esse tipo de revisão, segundo Sampaio e Mancini (2007), possibilita aos pesquisadores a construção de um panorama sobre um determinado assunto. A revisão de literatura também

gera uma leitura mais organizada para o leitor, pois mostra os passos da pesquisa de forma mais objetiva, apresentando sínteses de pesquisas realizadas anteriormente, muitas vezes com períodos definidos.

Consideramos o período entre 2011-2021, no ano de 2022 realizamos a revisão da literatura, a partir de bancos de dados que hospedam teses e dissertações brasileiras. Optamos pelos bancos reconhecidos nacionalmente pelo fato de eles agruparem os trabalhos defendidos em programas de pós-graduação stricto sensu das IES brasileiras, sendo eles: Banco de Teses e Dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD) do Instituto Brasileiro de Informações em Ciência e Tecnologia (IBICT). Assim, pudemos levantar o que já foi produzido sobre o tema/objeto inicial de pesquisa, isto é, cursos *lato sensu* na área da Educação.

Devido à limitação empírica para continuarmos com o foco na formação continuada de professores a partir dos cursos de pós-graduação *lato sensu*, ampliamos a revisão de literatura, ao pesquisarmos sobre a formação continuada de professores, por meio do acesso e busca das publicações sobre este tema na Revista Brasileira de Educação, editada pela Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPEd) e de pôsteres e trabalhos apresentados nas reuniões anuais da ANPEd.

Toda abordagem metodológica implica a utilização de instrumentos de pesquisa que permitam a coleta de dados e estejam de acordo com o objeto, a questão e os objetivos de pesquisa. Entendemos que os instrumentos mais adequados para o estudo proposto, de caráter quanti-qualitativo, seria a utilização de questionários via *Google forms* e em versão impressa, bem como entrevistas semiestruturadas com professoras dos Anos Iniciais do EF da rede pública de Andirá/PR.

2.1 Questionários

Partindo dos objetivos iniciais desta pesquisa, utilizamos como instrumento para obtenção inicial de dados um questionário (Apêndice I) com questões fechadas e abertas. Em 2023, apresentamos o nosso projeto de pesquisa em reunião pedagógica³ dos professores da rede pública de Andirá na qual os convidamos a participar da pesquisa, sendo informados que seria enviado a cada um deles o *link* de acesso ao questionário. Esse instrumento de pesquisa foi disponibilizado a 110 professores⁴, por e-mail individual, provendo acesso à plataforma

³ Reunião organizada e realizada pela Secretaria Municipal de Educação de Andirá.

⁴ Dos 158 professores ativos em 2023, a Secretaria Municipal de Educação disponibilizou uma lista com o endereço de e-mail e/ou whatsapp de 110 professores.

Google Forms. A versão impressa, visando ampliar a forma de acesso ao mesmo, foi deixada em cada escola em número suficiente para todos responderem, perfazendo um total de 158 formulários, correspondente ao número total de professores do EF I da rede pública municipal de Andirá. Ambas as versões dos formulários (*on-line* e impressa) ficaram disponíveis para respostas pelo período de 30 dias, entre os meses de julho e agosto de 2023.

Com vistas a entender como ocorrem os processos de formação continuada de professores promovidos e/ou disponibilizados pela Secretaria Municipal de Educação de Andirá-PR, tínhamos a intenção de entrevistar a secretária da pasta. Depois de um contato inicial, a entrevista chegou a ser agendada, mas não foi possível realizá-la em razão da indisponibilidade de agenda. Diante disso, elaboramos um questionário (Apêndice II) e o disponibilizamos no *Google Forms* entre junho/2024 e julho/2024, com prazo de 10 dias para respostas, que então foi respondido pela secretária municipal.

Ambos os questionários dispunham, na parte inicial, do Termo de Compromisso Livre e Esclarecido (TCLE), no qual explicita o título e objetivos da pesquisa, bem como que as respostas aos mesmos seriam utilizadas unicamente para organização, tratamento e análise das informações pela pesquisadora e utilizadas somente para esta pesquisa em questão. Para manter o sigilo das professoras participantes, utilizamos do código formado pela letra P de professor e o número sequencial, a partir do 1 até a quantidade de respondentes, sendo assim, P1, P2 seguindo até o P32.

Os dados coletados a partir deste instrumental serviram de base para a elaboração do perfil das participantes desta pesquisa e para apresentarmos aspectos da organização da rede pública de ensino de Andirá.

2.2 Entrevistas semiestruturadas

As entrevistas são instrumentos de coleta de dados, fonte de investigação, contribuindo assim para destacar o modo como as entrevistadas percebem as ações de formação continuada na rede pública de ensino de Andirá. Na perspectiva de Bogdan e Biklen (1994, p. 134), a entrevista é utilizada para recolher dados descritivos na linguagem do próprio sujeito, assim como permite ao investigador desenvolver intuitivamente uma ideia sobre a maneira como os sujeitos interpretam aspectos do mundo.

A entrevista semiestruturada tem como característica propor um roteiro com perguntas abertas, sendo indicada para estudar um fenômeno referido a uma população específica: grupo de professores, de alunos, de enfermeiras etc. Deve existir flexibilidade na

sequência da apresentação das perguntas ao entrevistado e o entrevistador pode apresentar questões complementares para entender melhor o fenômeno em pauta. Essa condição confirma a hipótese de que a entrevista semiestruturada confere confiança ao pesquisador e possibilita a comparação das informações entre os participantes entrevistados. (Manzini, 2006)

Nesse contexto, no questionário inicial aplicado às professoras dos Anos Iniciais do EF da rede pública de Andirá, uma das perguntas representava um convite para elas participarem da segunda etapa da coleta de dados, no caso, a entrevista. As opções para assinalar eram: () sim; () talvez, estou com dúvida e preciso de mais informações, e () não. Foram 11 professoras que responderam sim ou talvez; àquelas que responderam talvez, enviamos *e-mail* explicando com mais detalhes os objetivos e a proposta da entrevista. Após, fizemos contato por telefone com essas professoras reforçando o convite para a entrevista e os objetivos da pesquisa, garantindo o anonimato e os fins exclusivamente acadêmicos da entrevista, e informando que ela seria gravada no aparelho celular da pesquisadora - sete professoras concordaram em participar das entrevistas. Foram dadas as opções de fazer a entrevista pelo *Google Meet* ou pessoalmente, e todas optaram pela presencial.

Consideramos que as entrevistas são um instrumento valioso para alcançarmos os objetivos desta pesquisa, sendo o objetivo geral: compreender, a partir da perspectiva das professoras, as contribuições da formação continuada para a carreira docente e a prática pedagógica. Alinhando esse objetivo geral a objetivos específicos, elaboramos um roteiro de entrevista (Apêndice III) para orientar a sequência das perguntas sobre as concepções acerca da formação continuada de professores e de suas contribuições para a vida profissional.

Fizemos a agenda de entrevistas conforme a disponibilidade de cada professora, sendo que a maioria foi realizada na escola onde trabalhavam. Antes de iniciá-las, destacávamos brevemente os objetivos da pesquisa, como nos orientam Bogdan e Biklen (1994, p. 135), bem como reforçamos os princípios éticos da pesquisa, informando “que aquilo que será dito na entrevista será tratado confidencialmente.” Por isso, com o objetivo de preservar a identidade das participantes, continuamos com a codificação pela letra P adicionada de um número, o que mantinha os códigos utilizados nos questionários iniciais, que foi do P1 ao P32. Ainda antes da entrevista afirmamos que não estávamos ali para julgar/avaliar as professoras e que, se não entendessem alguma questão poderiam ficar à vontade para pedir para que a pergunta fosse feita de outra maneira.

Incialmente, realizamos um estudo piloto que possibilitou verificar se os dados coligidos em entrevista atenderiam a nossos objetivos. O estudo piloto pode ser realizado com

duas ou três entrevistas com participantes que não participariam da pesquisa principal, mas que possuíam características semelhantes à população que fará parte da pesquisa. O roteiro foi avaliado pelo orientador e após a primeira entrevista fizemos a transcrição para avaliar se era possível seguir com a mesma ordem e as mesmas perguntas. Ao final do estudo piloto foi possível afirmar que os dados que seriam coletados responderiam aos objetivos propugnados.

Validado o instrumento de pesquisa, as entrevistas definitivas foram realizadas nos meses de junho e julho do ano corrente, transcorrendo de forma tranquila, com cada entrevista gravada em áudio tendo durado, em média, 60 minutos. Destacamos que algumas das participantes deram abertura para ampliarmos algumas das questões, enquanto outras apenas responderam ao que foi perguntado, não oportunizando explorar mais o assunto, talvez pelo exíguo tempo de que dispunham, já que algumas delas concederam a entrevista durante sua hora-atividade. Essa é uma situação prevista por Bogdan e Biklen (1994) quando avaliam que, embora não se possa usufruir na mesma intensidade com todas as pessoas entrevistadas, toda entrevista proporciona informações úteis.

Após a realização das entrevistas, procedemos à sua transcrição (Apêndice IV). Conforme orienta Duarte (2004), vícios de linguagem como “é” ou “né” no meio ou ao final das frases foram suprimidos, e erros gramaticais básicos foram corrigidos como tá, pois não interferem na análise. Cada transcrição foi conferida com a gravação para que não houvesse falhas.

A análise e sistematização dos dados, etapa importante da elaboração da tese, tem por finalidade compreender os dados coletados, respondendo às questões formuladas e, assim, ampliando o conhecimento do tema pesquisado. (Minayo, 2007)

Por fim, o último momento da pesquisa consistiu na análise dos dados obtidos pelas entrevistas à luz da revisão de literatura realizada.

3 CONSTRUÇÃO E DELIMITAÇÃO DO OBJETO DA PESQUISA

Nesta seção apresentamos a problematização do objeto de pesquisa, isto é, a formação continuada de professores, primeiramente, com olhar voltado para os cursos de pós-graduação *lato sensu* e, posteriormente abrangendo todas as ações que se caracterizam como formação continuada.

3.1 Formação de professores

Na CF de 1988, a educação é um dos direitos sociais garantido a todos, afirmando-se que é dever do Estado e da família e que visa ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e a qualificação para o trabalho. Nos termos constitucionais, portanto, Educação constitui uma política pública, sendo que o dever do Estado, dentre outros, é ofertar: educação básica obrigatória e gratuita das crianças e adolescentes dos 4 aos 17 anos de idade; Educação de Jovens e Adultos; atendimento educacional especializado aos alunos com deficiência (especialmente no ensino regular); educação infantil em creche e pré-escola às crianças de até 5 anos de idade; acesso aos níveis mais elevados de ensino e ensino noturno regular. No Art. 206, estão definidos os princípios do ensino, dentre os quais destacamos: igualdade de condições de acesso e permanência na escola; liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber; pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas; gestão democrática do ensino público e garantia de padrão de qualidade. (Brasil, 1988)

Uma das competências privativas da União é legislar sobre as diretrizes e bases da educação nacional, conforme disposto no Art. 22 da CF 88 (Brasil, 1988), e nesse sentido foi publicada em 1996 a Lei nº. 9.394 (LDB), que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Segundo essa lei, as finalidades da Educação Básica são o desenvolvimento do educando, garantindo-lhe a formação comum, essencial ao exercício da cidadania e à sua progressão no trabalho e em estudos subsequentes. Quanto à Educação Superior, esta tem por objetivo formar diplomados nas diferentes áreas do conhecimento, aptos para a inserção profissional e para o desenvolvimento da sociedade brasileira e:

VIII - atuar em favor da universalização e do aprimoramento da educação básica, mediante a formação e a capacitação de profissionais, a realização de pesquisas pedagógicas e o desenvolvimento de atividades de extensão que aproximem os dois níveis escolares. (Brasil, 1996)

A LDB de 1996 traz a ideia de que os dois níveis de ensino devem se aproximar, visando o aprimoramento da Educação Básica. Considerando as finalidades da Educação Superior dispostas no diploma legal, fica claro que os formadores dos professores da Educação Básica são os professores formados no sistema nacional da Educação Superior, assim, propõe a conjugação de esforços dos distintos níveis federativos.

Outro destaque da LDB é a definição, em seu Art. 61, de quem são os profissionais da educação escolar básica, os quais devem ter formação em cursos reconhecidos e estar em efetivo exercício:

- a) Professores habilitados em nível médio ou superior para a docência na EI e nos EF e EM;
- b) Trabalhadores em educação graduados em Pedagogia;
- c) Trabalhadores em educação com diploma de curso técnico em área pedagógica ou afim;
- d) Profissionais com notório saber reconhecido pelos respectivos sistemas de ensino, para ministrar conteúdos de áreas afins à sua formação ou experiência profissional;
- e) Profissionais graduados que tenham feito complementação pedagógica. (Brasil, 1996)

Além dos professores, há gestores, orientadores, coordenadores pedagógicos que são considerados profissionais da educação escolar. No caso específico da docência, o Art. 13 define as seguintes competências:

- I – participar da elaboração da proposta pedagógica do estabelecimento de ensino;
- II – elaborar e cumprir plano de trabalho, segundo a proposta pedagógica do estabelecimento de ensino;
- III – zelar pela aprendizagem dos alunos;
- IV – estabelecer estratégias de recuperação para os alunos de menor rendimento;
- V – ministrar os dias letivos e horas-aula estabelecidos, além de participar integralmente dos períodos dedicados ao planejamento, à avaliação e ao desenvolvimento profissional;
- VI – colaborar com as atividades de articulação da escola com as famílias e a comunidade. (Brasil, 1996)

Ao considerarmos que a educação é essencial e visa ao pleno desenvolvimento da pessoa, o preparo para o exercício da cidadania e a qualificação para o trabalho, que ela é um

direito de todos e dever do Estado, e que há milhões⁵ de alunos matriculados nas escolas da Educação Básica em todo o país, evidencia-se a enorme responsabilidade da União pela política pública educacional. Para efetivar o direito à educação e atender a esses milhões de estudantes, o professor tem um papel fundamental, posto que, no exercício de sua função, ele é o responsável por planejar, preparar e ministrar aulas, zelando pela aprendizagem. E é assim que a profissão docente abrange uma volumosa quantidade de trabalhadores: segundo dados do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) compilados no Censo Escolar 2021 e no Censo Escolar da Educação Superior de 2020 havia no país 2,2 milhões de professores na Educação Básica e 323.376 no ES.

Vimos que um dos princípios da Educação Básica estabelecidos na CF 88 é a qualidade do ensino. Nesse sentido, o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), criado em 2007, constitui o Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB) que indica os resultados dos subsistemas nacionais de educação de responsabilidade de outros níveis federativos em termos de aprovação escolar e médias de desempenho dos alunos nas disciplinas de Língua Portuguesa e de Matemática.

A Educação Superior também tem seu sistema de avaliação, o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), criado pela Lei Federal nº. 10.816 de 14 de abril de 2004. Esse Sistema é composto pelo Exame Nacional de Desempenho de Estudantes (ENADE) e pelos processos de avaliação de cursos de graduação e de avaliação institucional, formando um conjunto de indicadores que busca avaliar o funcionamento e a qualidade dos cursos de graduação e IES de todo o Brasil.

Ao refletirmos sobre a necessidade de aprimorar a qualidade da educação escolar, temos o Plano Nacional de Educação (PNE) para o período 2014-2024 (Lei Federal nº. 13.005 de 25 de junho de 2014), no qual se definem as metas educacionais para o país. Dentre elas, destacamos: a Meta 7, que objetiva fomentar a qualidade da Educação Básica; a Meta 15 busca garantir, em regime de colaboração entre as unidades federativas, a política nacional de formação de professores da Educação Básica; e a Meta 16 propõe a formação continuada de professores.

É nesse contexto político-legal que justificamos a suma importância de uma política de formação de professores e que consideramos que o caso específico da formação (permanente e continuada) é um dos aspectos que permitem gerar impactos significativos no exercício da docência. Tendo em vista que o docente é um dos principais atores do processo

⁵ Segundo o Censo Escolar da Educação Básica de 2022, no ano de 2022, foram registradas 47,4 milhões de matrículas nas 178,3 mil escolas de educação básica no Brasil (Brasil, INEP, 2023).

de ensino e que o ensino ministrado nas escolas de todo o país é parte importante de um sistema que deve prezar pela educação de qualidade, tem-se a dimensão do significado e da necessidade de uma política pública de formação continuada de professores.

De acordo com o Art. 62 da LDB nº 9.394, para atuar como docente da Educação Básica exige-se a formação inicial dos professores em nível superior (licenciatura), embora se admita a formação mínima para o magistério na EI e nos cinco primeiros anos do EF, a oferecida no Ensino Médio⁶. Entretanto, o mesmo artigo dispõe sobre a necessidade e exigência de formação continuada e estabelece que as unidades federativas deverão, em regime de colaboração, promover a formação inicial e continuada dos professores (Brasil, 1996). Trata-se de uma necessidade, pois, de acordo com Silva e Oliveira (2014), na escola atual há muitos problemas em que o professor precisa colocar à prova seu conhecimento. As autoras, então, destacam a importância da formação continuada, tanto para a valorização profissional do professor quanto para promover o debate e a reflexão sobre sua posição ante os desafios da docência.

Nessa direção, a Resolução nº 1, de 27 de outubro de 2020, do Conselho Nacional de Educação/Conselho Pleno (CNE/CP), dispõe sobre as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Continuada, especificamente para professores da Educação Básica, instituindo a Base Comum para a Formação Continuada de Professores da Educação Básica, considerando os artigos 13, 62 e 63 da LDB (1996) e as metas 15 e 16 do PNE (2014-2024). Nela, a formação continuada de professores da Educação Básica “é entendida como componente essencial da sua profissionalização.” (Conselho Nacional de Educação, 2020, p. 2) No documento define-se que essa formação pode ser realizada por meio de cursos de atualização (mínimo de 40h); cursos e programas de extensão; cursos de aperfeiçoamento (mínimo de 180h); cursos de especialização em nível da pós-graduação lato sensu (mínimo de 360h); Mestrado (acadêmico ou profissional) e Doutorado que visem o desenvolvimento profissional docente (Conselho Nacional de Educação, 2020, p. 6). A Resolução enfatiza os princípios norteadores das políticas no campo da formação continuada de professores da Educação Básica e propõem que elas sejam realizadas sob o regime de colaboração federativo, dentre os quais:

III - Colaboração constante entre os entes federados na consecução dos objetivos da política nacional de formação continuada de professores para a Educação Básica;

⁶ No caso, Formação Docente.

IV- Reconhecimento e valorização dos docentes como os responsáveis prioritários pelo desenvolvimento cognitivo, acadêmico e social dos alunos, a partir de uma formação sólida que leve em conta o conhecimento profissional; a prática profissional; e o engajamento profissional. (Conselho Nacional de Educação, 2020, p. 3)

Defende-se na Resolução, portanto, que tal formação tenha como um de seus princípios basilares a valorização profissional do professor, além de ratificar o regime de colaboração proposto na LDB nº. 9.394/1996. Em seu Art. 10, traz aspectos importantes da articulação entre os dois níveis de ensino ao recomendar às IES a criação de institutos/unidades integradas para a formação de professores, e que professores experientes das redes escolares de ensino se integrem ao corpo docente da instituição formadora. (Conselho Nacional de Educação, 2020)

Outra normativa em relação à formação continuada de docentes é dada pela Resolução nº 1, de 6 de abril de 2018, também do CNE. Ela estabelece diretrizes e normas para a oferta dos cursos de pós-graduação *lato sensu* no âmbito do Sistema Federal de Educação Superior, afirmando que tais cursos (denominados especialização) são de formação continuada e têm por objetivo complementar e atualizar a formação acadêmica, incorporar competências técnicas e desenvolver novos perfis profissionais, tendo em vista aprimorar a atuação profissional docente (Conselho Nacional de Educação, 2018). A Resolução ainda define as instituições que podem oferecer cursos de especialização em nível de *lato sensu*: a) IES devidamente credenciadas para oferta de cursos de graduação (presencial ou EaD); b) instituição que oferece pós-graduação stricto sensu, avaliado pela CAPES, autorizado pelo CNE na grande área do conhecimento do curso *stricto sensu*; c); escolas de governo devidamente criadas conforme as normativas; d) instituições de pesquisa científica ou tecnológica de qualidade reconhecida com pós-graduação *lato sensu* na grande área do conhecimento das pesquisas que desenvolvem, e; e) instituições relacionadas ao mundo do trabalho de qualidade reconhecida e devidamente credenciadas para a oferta de cursos de especialização de sua área de atuação profissional. Reconhece também que poderão ser firmados convênios ou termos de parceria congêneres entre instituições credenciadas para oferecer cursos de pós-graduação no âmbito do Sistema Federal de Ensino e demais subsistemas educacionais. Ainda segundo essa mesma Resolução, os cursos de pós-graduação devem ser registrados no Censo da Educação Superior e no Cadastro de Instituições e Cursos do Sistema e-MEC. (Conselho Nacional de Educação, 2018)

Nesse contexto, tendo em vista os interesses iniciais de nossa pesquisa, realizamos um levantamento visando obter informações gerais quantitativas sobre os cursos de *lato sensu*

disponíveis em nosso país. Assim, consultamos os dados da Pós-Graduação *Lato Sensu* (Especialização) no Brasil por meio do Portal do e-MEC, mediante os seguintes critérios: Consulta Avançada - Cursos de Especialização - Área: Educação - Modalidade (Presencial e a Distância) - Situação: Ativo. Os resultados obtidos foram os seguintes:

QUADRO 1- CURSOS DE PÓS-GRADUAÇÃO *LATO SENSU* NO BRASIL 2020, 2023

REGIÃO	UNIDADE FEDERATIVA	QUANTIDADE DE CURSOS 2020	QUANTIDADE DE CURSOS 2023
SUL	Paraná	4.218	7.301
	Santa Catarina	1.293	1.554
	Rio Grande do Sul	1.559	1.916
SUDESTE	São Paulo	7.136	12.376
	Rio de Janeiro	2.092	2.723
	Minas Gerais	6.090	13.046
	Espírito Santo	2.909	3.170
CENTRO-OESTE	Mato Grosso do Sul	1.616	2.719
	Mato Grosso	1.258	1.442
	Goiás	2.745	3.086
	Distrito Federal	1.957	2.493
NORDESTE	Alagoas	761	1.063
	Bahia	2.489	2.946
	Ceará	1.850	1.720
	Maranhão	1.994	2.194
	Paraíba	628	816
	Pernambuco	994	1.553
	Piauí	690	934
	Rio Grande do Norte	735	700
	Sergipe	812	822
	Acre	404	325
	Amapá	1.120	1.003

NORTE	Amazonas	774	821
	Pará	2.141	2.573
	Rondônia	570	344
	Roraima	361	260
	Tocantins	1.276	1.306
	TOTAL	50.472	71.026⁷

Fonte: [e.MEC](#), consultado em set. 2020 e ago. 2023, organizado pela autora, 2023.

No Quadro 1 podemos visualizar a quantidade significativa de cursos de pós-graduação *lato sensu* na área da Educação em todas as Unidades Federativas do Brasil (estados e Distrito Federal), ressaltando que ela contém tanto cursos na modalidade presencial quanto na modalidade EaD. Por outro lado, conforme menciona Moraes (2013), nas últimas décadas esses cursos se expandiram descontroladamente, dada a ausência de fiscalização, e eles são, na sua maioria, pagos. Na visão dessa autora, cursos dessa natureza estão direcionados mais pela lógica mercantil e muito pouco para o aprimoramento da qualificação docente.

Diante desse contexto, investigações que possibilitem explorar cientificamente o tema em questão podem revelar aspectos importantes para a definição de políticas de formação continuada, na medida em que pesquisar os processos de formação continuada e suas contribuições para o aprimoramento da qualificação docente constitui um importante objeto de pesquisa. Conhecer a percepção que os professores possuem dos cursos que realizaram, se sua prática docente foi ou não modificada e, se o foi, de que forma isso se deu, representam questões que podem contribuir para o melhor entendimento acerca do papel que esses cursos cumprem na formação continuada dos professores.

3. 2 Os cursos de *lato sensu*

No contexto do Ensino Superior (ES) brasileiro, os cursos de pós-graduação *lato sensu* foram criados como uma via rápida para formação profissional e para adequar o país às especificidades de um modelo de nação que vinha se construindo industrialmente a partir de

⁷ O número de cursos pode variar conforme o dia pesquisado, bem como alguns cursos na modalidade EAD são oferecidos em mais de uma unidade federativa. A forma de pesquisa dos cursos para esta tese foi selecionar os filtros acima informados, por cada UF, e somar o total ao final.

1950. Assim, conquistaram espaço para atender uma demanda por educação continuada e para a formação de mão de obra qualificada para atuar no mercado de trabalho. (Moraes, 2013)

Seu início também foi marcado pela demanda em impulsionar a qualificação de professores para atuação no ES. No entanto, ao longo dos anos, a pós-graduação *stricto sensu* ganhou destaque para essa necessidade de formação e os cursos *lato sensu* passaram a ter ênfase na qualificação para outras áreas do mercado de trabalho. (Moraes, 2013)

No ano de 1965, o Parecer nº. 977/65 do então Conselho Federal de Educação, foi a primeira normativa específica para definição dos cursos de pós-graduação. Nessa época e atualmente a pós-graduação é formada por dois sub-níveis, sendo o *stricto sensu* (mestrado e doutorado) e *lato sensu* (especialização e aperfeiçoamento). (Moraes, 2013)

Nessa contextualização, a Reforma Universitária de 1968 (Lei nº. 5.540/68) trouxe reconhecimento da necessidade de formação de profissionais altamente qualificados para a docência no ES, sendo que este deveria atender a formação de profissionais para atender as demandas oriundas do desenvolvimento do nosso país. Ou seja, a educação voltada para atender as necessidades do setor produtivo.

Quanto à pós-graduação *lato sensu* enquanto espaço de formação de professores no final da década de 1970, normatizada pela Resolução nº 1/1977 do CFE, era voltada aos professores do ES. Somente da década de 1990, esses cursos passaram a ser ofertados para os demais professores, conforme Resolução nº 2/1996 do CNE.

Após a revogação da Resolução do então Conselho Federal de Educação CFE nº. 12/1983 e o crescimento da mercantilização da oferta de pós-graduação *lato sensu*, bem como a priorização para programas de pós-graduação *stricto sensu* (mestrado e doutorado), houve uma mudança no conceito da pós-graduação *lato sensu*, passando a ser chamada de especialização. Diante desse contexto, cursos dessa natureza visam ao aprimoramento ou aperfeiçoamento da formação profissional obtida na graduação correspondente. (Moraes, 2013)

Ainda, segundo essa autora, as mudanças políticas-econômicas-sociais ocorridas na década de 1990 em nosso país, trouxeram o reordenamento das funções do estado. Nessa circunstância e especificamente com relação à pós-graduação *lato sensu*, a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), em 1999 propôs novo reordenamento para esses cursos, sob a perspectiva da flexibilização, tendo por objetivo adequá-la ao novo cenário da educação superior, como por exemplo, atender as exigências das mudanças tecnológicas e incorporar a demanda oriunda da graduação, a qual teve uma expansão significativa.

Atualmente, a LDB nº 9.394/1996, em seu Art. 44 destaca a abrangência da educação superior e apresenta as modalidades da pós-graduação: “[...] programas de mestrado e doutorado, cursos de especialização, aperfeiçoamento e outros, abertos a candidatos diplomados em cursos de graduação e que atendam às exigências das instituições de ensino.” (Brasil, 1996).

Como lembrado, a formação inicial e continuada de professores está prevista na LDB 9.394 de 1996. Esse assunto tem sido objeto de pesquisa e de reflexões na academia, especialmente na área da Educação. No entanto, sempre há novos desafios nesse amplo campo do conhecimento que exigem a atualização e a construção de novos saberes sobre esse tema.

Pilati (2006), por exemplo, argumenta em favor dos cursos de especialização (*lato sensu*) devido à constante necessidade de os profissionais estarem se atualizando, em face da renovação entre a produção científica e tecnológica que a sociedade do conhecimento vive. Afirma ainda, que os cursos de especialização continuarão sendo um excelente mecanismo para disseminação do conhecimento científico construído no meio acadêmico.

A pesquisadora Bernadete Gatti tem questionado e mencionado lacunas na formação inicial de professores. Cita, como exemplo, o distanciamento entre teoria e prática, argumentando que a existência da formação continuada encontra sentido no objetivo de suprir as lacunas da formação inicial fragmentada (Gatti, 2019).

Considerando essa problemática e a necessidade de buscar alternativas para ela, estão previstas metas no PNE 2014-2024 voltadas a fomentar a qualidade da educação, tanto a básica quanto a superior.

Em consonância com essa problemática, a princípio nossa atenção foi despertada pela crescente oferta de cursos de pós-graduação lato sensu em Educação como parte de uma política de formação continuada para professores da Educação Básica. A expectativa anunciada por esses cursos é a de que eles irão contribuir para aprimorar a qualidade da educação, aproximando os dois níveis educacionais e articulando conhecimentos teóricos e práticos. A partir dessas considerações, definimos, inicialmente, como preocupação central de nosso estudo fazer a investigação desses cursos de pós-graduação, a fim de verificar quais contribuições eles propiciariam à Educação Básica, especialmente quanto à prática pedagógica dos professores dos Anos Iniciais do EF. Sendo esse o problema inicial de pesquisa, o passo a seguir foi a realização de uma revisão da literatura que nos pudesse oferecer referências conceituais e teóricas e relatos de experiência para análise, sob o entendimento de que elas pudessem nos ajudar no caminho de nossa pesquisa.

3.3 Revisão da literatura sobre cursos de pós-graduação *lato sensu*

Tendo definido que o nosso objeto inicial de estudo estaria centrado nos cursos lato sensu, iniciamos o processo de revisão da literatura para conhecer o que as pesquisas realizadas pela área da Educação têm apresentado.

Consideramos o período entre 2011-2021 e realizamos a revisão da literatura a partir de bancos de dados que hospedam teses e dissertações brasileiras. Optamos pelos bancos reconhecidos nacionalmente pelo fato de eles agruparem os trabalhos defendidos em programas de pós-graduação stricto sensu das IES brasileiras, sendo eles: Banco de Teses e Dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD) do Instituto Brasileiro de Informações em Ciência e Tecnologia (IBICT). O objetivo foi identificar as contribuições das pesquisas científicas brasileiras relacionadas aos impactos desses cursos de especialização (pós lato sensu) na Educação Básica. Nessa busca utilizamos os termos, descritores ou palavras-chave “Pós-Graduação Lato Sensu” e “Educação”; para refinar os resultados, valemo-nos dos seguintes critérios: teses e dissertações publicadas no período de 2011-2021 na área de concentração Educação. Como resultado, tivemos 336 trabalhos, nos quais percebemos, após a leitura dos títulos e dos resumos, que muitas das teses e dissertações levantadas, apesar de sobrevirem dos filtros utilizados, tinham relação com outras áreas de conhecimento, como a de Saúde. Do total, selecionamos quatro dissertações e uma tese que possuíam relação com nosso tema central de pesquisa à época, ou seja, formação continuada por meio de cursos de pós-graduação lato sensu na área da Educação.

O método de exposição dos resultados respeitou a ordem cronológica crescente, isto é, da mais antiga à mais recente, conforme apresentamos no Quadro 2.

QUADRO 2 – TESES E DISSERTAÇÕES SELECIONADAS NA REVISÃO DE LITERATURA

Autor	Título	IES	Tipo	Ano de publicação
Ivaneide de Farias Dantas	Formação continuada: um estudo sobre fatores motivacionais e a participação de professores em cursos de especialização	Fundação Getúlio Vargas	Dissertação	2012
Sandra de Lacerda Cardoso	Possíveis repercussões na prática pedagógica que os professores egressos atribuem à Especialização em Educação Matemática – LASEB	Faculdade de Educação da UFMG	Dissertação	2013
Jéssica Zacarias de	A inserção e usos das tic nas escolas públicas do estado do Rio de Janeiro:	PUC do Rio de Janeiro	Dissertação	2013

Andrade	estudo de caso com os concluintes do curso de Pós-Graduação Lato Sensu Tecnologias em Educação-CCEAD/PUC Rio			
Eduardo Luís Figueiredo de Lima	A formação docente a distância: uma investigação sobre o programa de formação continuada mídias na educação e suas implicações	Faculdade de Educação da UFMS	Tese	2016
Rosemeire Soares de Sousa	Pós-graduação <i>lato sensu</i> : trajetória política e formação continuada de professores	Universidade Estadual de Goiás	Dissertação	2018

Fonte: Banco de teses e dissertações da CAPES e Biblioteca Digital de Teses e Dissertações do Instituto Brasileiro de Informações em Ciência e Tecnologia, organizado pela autora, 2023.

Após a leitura na íntegra dos trabalhos selecionados, elaboramos uma síntese de cada um deles, apresentada a seguir.

Dantas (2012) desenvolveu, em sua dissertação, uma pesquisa de abordagem qualiquanti e contou com a participação de 122 estudantes de nove cursos de especialização da área de Educação da Faculdade Frassinete, do Recife. Os participantes tinham sua formação inicial em Pedagogia ou em outras licenciaturas e responderam a um questionário semiestruturado sobre: dados biográficos; fatores motivacionais para cursar a Especialização; novas competências adquiridas no curso e suas contribuições à prática profissional. Os dados coletados foram analisados a partir da Análise de Conteúdo e resultaram nas seguintes categorias: Formação Continuada de Professores; Prática Docente; Motivação.

A autora menciona preocupação com os resultados das avaliações em larga escala no país, tais como IDEB e Programa Internacional de Avaliação de Estudantes (PISA), pois à época do desenvolvimento da pesquisa eles indicavam um desempenho escolar ruim. Defendeu a formação continuada dos professores como uma alternativa importante para melhorar o desempenho escolar e contribuir com a melhoria da qualidade da educação brasileira.

Ela fez importantes e interessantes observações sobre a formação de professores no Brasil, afirmando que, de acordo com Scheibe (2010), a maioria desses profissionais é formada em instituições não universitárias e em cursos noturnos, o que tenderia a gerar uma formação fragilizada. Outra observação que pode confirmar essa hipótese é a de que nas provas de concursos de professores os componentes que mais reprovam são conhecimentos pedagógicos e conhecimentos específicos, estes últimos com um índice bastante alto de 85% de reprovação. Isso é preocupante porque tais conhecimentos representam a base teórica para o desenvolvimento da prática docente. (*apud* Dantas, 2012)

Os resultados dessa pesquisa apontam que

Um dos principais fatores motivacionais que levam os professores a buscarem aprimoramento através de cursos de especialização é motivado por sua profissionalidade e, consequentemente, a sua necessidade de melhorar sua prática em sala de aula, talvez pelos desafios que enfrentam cotidianamente ou até mesmo por conta de deficiências em sua formação inicial. (Dantas, 2012, p. 71)

Outro dado interessante da pesquisa informa que 93% dos respondentes estavam preocupados em melhorar seu trabalho docente; para isso, 85% deles buscavam ampliar seu conhecimento - sua profissionalidade, por meio de cursos de especialização, além de melhorias salariais. Outros professores apontavam desejar a melhoria de seu nível de competitividade e empregabilidade no mercado de trabalho (Dantas, 2012). O que mais chamou a atenção na pesquisa de Dantas foi o fato de 61% dos participantes dos cursos de especialização foram motivados a estudar para complementar a formação inicial, posto que, segundo a autora, na formação do professor da Educação Básica existe uma lacuna de conhecimento deixada pela graduação, que é percebida por esse profissional a partir da análise de sua prática docente. Contudo, apesar da baixa remuneração dos professores, esse profissional busca investir na ampliação de seus estudos com vistas a minimizar suas deficiências e ampliar novos conhecimentos. Nesse contexto, os trabalhadores da educação que fizeram esses cursos de especialização buscavam o aperfeiçoamento contínuo como forma de preencher os lapsos de uma formação deficiente, “[...] não reflexiva e sem relacionar a teoria com a prática docente.” (Dantas, 2012, p. 79) Segundo os participantes da pesquisa, a grande contribuição que um curso de especialização pode oferecer para a prática docente é a busca constante pelo conhecimento.

Finalizando o trabalho, a pesquisadora concluiu que a qualidade dos cursos de especialização era mais vulnerável que a dos cursos de formação inicial porque aqueles não precisam atender aos rigores acadêmicos, ficando apenas sob avaliação dos próprios coordenadores desses cursos.

Quanto às contribuições dos cursos de especialização para a prática docente, foram identificados os seguintes fatores motivacionais: Conhecimento, Segurança, Reflexão da Prática, Resolução de Problemas, Postura Profissional e Inovação, com 91% de respostas direcionadas à profissionalidade e à prática docente do professor.

Dantas ainda refere a pressão que muitos professores sentem da sociedade para exercerem uma prática docente de qualidade, para a qual se faz necessário um conjunto de habilidades e conhecimentos específicos e pedagógicos, bem como uma gama de atitudes que

propiciem aos alunos a ampliação de suas capacidades de aprendizado, de convivência em sociedade e de aquisição de valores básicos e objetivos que estimulem a construção de alternativas de solução de problemas educacionais. São especialmente essas condições que levam muitos dos professores a buscar a formação continuada.

A pesquisa de abordagem qualitativa de Cardoso (2013) compreendeu consulta a documentos do Programa de Pós-Graduação Lato Sensu em Docência na Educação Básica (LASEB), aplicação de questionário e, posteriormente, de entrevista semiestruturada com 13 (treze) professores egressos que demonstraram interesse e disponibilidade de participar. Os fundamentos epistemológicos da pesquisa compreenderam os campos da Educação Matemática e da Sociologia da Educação. Os resultados da pesquisa foram organizados a partir dos motivos que levaram os professores a se inscreverem no LASEB/Educação Matemática e suas expectativas com relação à formação proposta, segundo o ponto de vista desses docentes e dos limites enfrentados pelos professores durante e após o LASEB/Educação Matemática.

O LASEB ofertou curso de Especialização em Educação Matemática que tinha como objetivos estudar e analisar a prática escolar; incentivar a articulação entre o debate teórico-epistemológico e a prática dos professores no contexto escolar; consolidar trocas de experiências e diálogos sobre os desafios da realidade das escolas e da educação brasileira; expandir conhecimentos e garantir a realização de processos de reflexão abrangentes a respeito das políticas públicas de educação, ou seja, com foco em articular a prática docente com a teoria.

O LASEB possuía, à época da realização da pesquisa, indicadores de avaliação extraídos de fichas preenchidas pelos professores-alunos que tinham o fito de verificar se houve mudanças em diversos aspectos da prática docente entre aqueles que cursaram a Pós-Graduação em Educação Matemática, tais como: postura pessoal, escolhas pedagógicas, maneiras de avaliação dos alunos e posturas diante da pesquisa e do conhecimento como meios de informação e domínio dos conteúdos da área.

Os resultados da pesquisa de Cardoso evidenciaram que as motivações e expectativas dos cursistas desse curso de especialização estavam relacionadas ao aprendizado de novos conhecimentos voltados a aprimorar sua prática pedagógica; à possibilidade de abrir caminhos para ingresso no Mestrado; à elevação na carreira profissional, com acréscimo salarial; ao estudo em uma instituição renomada como a Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), além dos horários adequados do curso (aos sábados) e do custeio da Secretaria Municipal de Educação de Belo Horizonte.

Um dos motivos que chamou a atenção no relato de alguns professores estava no incômodo que sentiam em relação aos seus conhecimentos e/ou às suas práticas docentes, uma vez que o ensino e a aprendizagem não teriam se mostrado conectados, além da insegurança com a prática docente, das condições da escola pública e da realidade brasileira. A autora percebeu o desejo dos professores de buscar respostas que pudessem auxiliar no seu trabalho pedagógico, articulando-o aos conhecimentos teóricos da academia.

O estudo de Cardoso mostrou que muitos professores da Educação Básica estão longe das universidades, sinalizando a irregularidade e a descontinuidade das políticas públicas nesse campo da educação, pois os participantes do curso de pós-graduação, objeto do estudo, haviam concluído a graduação há muitos anos.

Sobre as mudanças ocorridas na prática do docente que cursou a pós-graduação, alguns se referiram à relação com seus alunos e expressaram o desejo de que houvesse uma disciplina específica sobre relacionamento interpessoal, evidenciado a importância de o professor estar mais bem preparado para lidar com os alunos e para conviver com seus pares.

O estudo mostrou limitações nos dois níveis de ensino, já que, de um lado, os professores da Educação Básica disseram perceber as imensas defasagens nesse nível de ensino em que atuavam, mas também perceberam algumas limitações da LASEB. As limitações dizem respeito ao fato de alguns professores do Ensino Superior não apresentarem alternativas metodológicas para trabalhar os conteúdos. Como exemplo, traz a fala de uma cursista que disse não se sentir segura para trabalhar com seus alunos em sala de informática. Um dos cursistas, ao ser questionado sobre o que levou do curso para sua prática, “nos relatou que não saberia relatar com clareza quais seriam as interferências dessa pós-graduação na sua prática.” (Cardoso, 2013, p. 100)

Considerando esse aspecto, a pesquisadora argumentou que a formação docente não deve ser tomada como o único instrumento que interfere na prática desse educador, mas que pode ser um dos fatores essenciais que proporcionam a ele dar novo sentido ao exercício de sua profissão. Outro ponto observado e considerado muito positivo é que os professores egressos puderam se valer do processo de reflexão compartilhado tanto com os professores-formadores quanto com os seus pares.

Andrade (2013) desenvolveu um estudo de caso do tipo analítico com professores da Educação Básica do Rio de Janeiro no qual tratou da inserção e uso das Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC) nesse nível de ensino, após cursarem uma pós-graduação lato sensu em tecnologias na educação. A dissertação foi embasada na fenomenologia e na teoria crítica de Habermas, e aponta para a discussão do mundo da vida e da teoria da

problematização, ademais da teoria do conhecimento freiriana (leitura de mundo, tematização e problematização), tendo utilizado as seguintes categorias analíticas: Relação entre Ciência, Tecnologia e Educação na Sociedade do Conhecimento; Conhecimento; Comunicação; Mediação; Mundo da Vida; Teoria da Problematização; Design Didático; Prática Docente e Prática Pedagógica.

Essa autora afirmou que o mencionado curso de pós-graduação tinha como objetivo central promover a formação continuada de professores para o uso das TICs na Educação Básica, para que pudessem incorporar tais tecnologias em suas práticas pedagógicas. A pesquisadora produziu os dados a partir das respostas dos cursistas a um questionário *on-line* que teve por finalidade investigar se as experiências realizadas durante o curso tiveram continuidade e foram aplicadas na prática pedagógica da escola e na prática docente do professor egresso.

Dos participantes do curso pesquisados por Andrade, 43,5% estavam em regência de turma, de acordo, portanto, com um dos objetivos dessa pós-graduação que era de ofertar cursos para professores em exercício. Os resultados da pesquisa indicaram que a inserção das TICs é uma realidade nas salas de aulas dos egressos do curso.

Assim, como o estudo de Dantas (2012) mostrou que existem lacunas na formação inicial do professor, o de Andrade (2013) também evidenciou falhas nesse processo, mas em termos de uso das tecnologias na escola, já que o curso investigado, de Tecnologias em Educação, apesar de ter sido estruturado de forma a enfatizar a prática atrelada à teoria, teve dificuldades para romper com certos modelos e vencer o desafio de articular teoria e prática. Foi perceptível, pela leitura da dissertação de Andrade (2013), que para elaborar o Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) muitos alunos apresentaram dificuldades nessa articulação entre a prática e o embasamento teórico. Essa lacuna foi atribuída a um déficit na formação inicial realizada na graduação - ampliado à medida que se processavam mudanças tecnológicas -, e que redundava em falta de habilidades técnicas e de estruturas de trabalho, dentre outros. A autora ainda ressaltou que, na prática docente, a tecnologia deve ir além de simplesmente usar em sala de aula, pois isso não representa em si mesma a inovação da educação apoiada pelas tecnologias. Ela defende que as tecnologias podem auxiliar na resolução de problemas e na compreensão dos conteúdos.

Apesar dessas dificuldades, o estudo apresentou um cenário otimista para o estado do Rio de Janeiro - nas esferas estadual e municipais -, na medida em que o curso de Tecnologias em Educação foi direcionado para profissionais que já trabalhavam enquanto líderes na área

de tecnologia educacional e se mantiveram nessas funções após três anos de término do curso, permitindo a continuidade ao processo de implementação das TIC nas escolas.

A tese de Lima (2016) resultou de uma pesquisa qualitativa que analisou documentos relativos ao Programa de Formação Continuada Mídias na Educação e o Projeto de Curso de Pós-Graduação Lato Sensu da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS), no uso da metodologia de grupos focais aplicadas a egressos desses cursos. O objetivo principal dessa pesquisa foi compreender, a partir da concepção dos egressos desses cursos de formação, de que forma eles contribuíram com a formação do professor da escola pública de Campo Grande (Estado do MS) e sua prática pedagógica.

Como nos trabalhos de Dantas (2012) e de Andrade (2013), o estudo de Lima também fala da pouca importância dada à formação inicial, resultado da fragmentação do ensino causada pelos fenômenos da globalização e da revolução digital. Em razão da fragmentação dessa formação inicial, as políticas públicas “se empenham em projetos de formação continuada com vistas à instrumentalização docente para o tecnicismo formador de mão de obra voltada para as exigências imediatas de mercado.” (Lima, 2016, p. 49) Assim, a integração das tecnologias à educação estaria voltada para conformar o trabalhador às novas demandas do mercado de trabalho.

O autor traz as contribuições de Gatti (2008) quando esta pesquisadora menciona o crescimento das iniciativas da educação continuada na primeira década do século XXI. Na visão dela, a precariedade dos cursos de formação inicial dos professores instigou a criação de cursos de formação continuada com a finalidade de reparar as lacunas da formação inicial.

Os resultados da pesquisa de Lima (2016) indicam que muitos dos professores participantes do curso de Mídias na Educação afirmaram que ele possibilitou um olhar diferente do contexto, ressaltando ainda que as capacitações devem acontecer sempre. Esse olhar diferente se refere à perspectiva de não usar a tecnologia somente para reproduzir os conteúdos, mas para construir algo.

O curso também se mostrou importante, segundo os entrevistados, para embasar a utilização das TICs. Alguns dos participantes afirmaram que já trabalhavam com os recursos educacionais, mas o curso ajudou a prover segurança ao profissional em relação aos conceitos das TICs, especialmente no tocante à sua utilização pedagógica. Houve reconhecimento de que a conjuntura acaba por exigir o uso de tecnologias em sala de aula e, na medida, em que as TIC fazem parte do dia a dia, sua integração às escolas propicia que o *lócus* do aprendizado reflita o mundo real. No entanto, muitos ressaltaram a existência de receios nas unidades escolares em relação ao uso das tecnologias, especialmente daquelas que necessitam do

acesso à internet. Os receios vêm de questionamentos legais como o acesso a conteúdos indevidos tipo pornografia, publicações não autorizadas, trabalhos sem citação de fontes, dentre outros que preocuparam professores e diretores. (Lima, 2016)

Quanto ao emprego das tecnologias ensinadas nos cursos na prática docente alguns dos professores consideraram interessante o emprego da tecnologia do rádio, mas tiveram dificuldades para pôr tais equipamentos em funcionamento e, principalmente, para mantê-los em operação.

Quanto aos processos avaliativos dos cursos, muitos participantes ressaltaram que eles vêm modelados com muita teoria e curta carga horária, e que deveria haver mais diálogo com os professores sobre quais cursos deveriam ser disponibilizados, evitando que sejam endereçados de cima para baixo. (Lima, 2016)

Em sua dissertação, Sousa (2018) adotou o estudo de caso, em abordagem qualitativa, utilizando-se de pesquisa bibliográfica, documental e de campo (entrevista e aplicação de questionário). Fundamentou-se na abordagem crítica para criar as categorias utilizadas no estudo: universidade pública e privada; concepção de formação continuada de professores por meio de *lato sensu*; identidade dos professores.

Essa autora falou sobre o papel da educação na sociedade capitalista, que segundo ela está voltada a atender as necessidades do mercado de trabalho com a formação de profissionais qualificados. Os cursos de pós-graduação *lato sensu* estariam inseridos nesse contexto, dado que “a especialização passa a ter como foco a qualificação para o mercado de trabalho, cada vez mais exigente e competitivo.” (Souza, 2018, p. 29) Nesse sentido, a autora argumenta que a universidade, enquanto principal lugar de produção de conhecimento, deve pensar e reconstruir a política de pós-graduação *lato sensu* visando aperfeiçoar e melhorar o ensino e a formação de recursos humanos e, em consequência, o desenvolvimento local.

No caso da Universidade Estadual de Goiás (UEG), Souza enxergava a necessidade de incentivar seus docentes a expandirem a oferta desse tipo de curso em todas as regiões do Estado. Situando o *lato sensu* da UEG, a pesquisadora percebeu uma proximidade com a formação continuada de professores, pois os cursos eram direcionados à capacitação de professores em conexão com as necessidades da Educação Básica. Essa percepção foi construída a partir das respostas dos cursistas participantes da pesquisa, os quais afirmaram que a especialização contribuiu para a qualificação do docente na medida em que assimilaram sua realidade ao processo de construção do conhecimento. (Sousa, 2018)

O predomínio dos cursos de *lato sensu* na área da Educação foi visto como um dos objetivos da universidade, a saber: preparar os professores para sua atuação profissional,

“capacitando-os para melhor enfrentar e resolver os problemas do cotidiano.” (Sousa, 2018, p. 114) Por isso, a autora defende a gratuidade desses cursos, especialmente para favorecer aqueles sem condições financeiras de custear seus estudos. Nesse sentido,

faz-se necessário que essa instituição continue a sua política institucional em ofertar especializações *Lato Sensu* gratuitamente, a fim de democratizar o ensino, principalmente, para aqueles que não possuem condições financeiras para continuar seus estudos. (Sousa, 2018, p. 114)

Os resultados do estudo de Sousa revelaram que os currículos dos cursos de pós-graduação *lato sensu* da UEG na área da Educação eram adequados no sentido de proporcionar contribuições ao desenvolvimento do estado de Goiás quanto à qualificação profissional. Essa percepção se relacionava ao aperfeiçoamento pedagógico de professores por intermédio da formação continuada.

Dos motivos que levaram os professores da Educação Básica ao *lato sensu* da UEG percebeu-se que a maioria (51%) foi por objetivos de qualificação profissional; em seguida, a motivação é atualizar seu currículo; depois, a gratuidade do curso e, por fim, alguns foram motivados por curiosidade. Esse resultado corrobora com a análise de Imbernón (2009) sobre capacitação docente: de acordo com ele, embora a formação continuada não constitua fator determinante para garantir melhorias, ela constitui um mecanismo relevante para o desenvolvimento profissional.

A revisão permitiu conhecer algumas categorias que orientaram as pesquisas, as metodologias mais utilizadas, bem como propiciaram um panorama geral sobre algumas das problemáticas que envolvem os cursos de pós-graduação *lato sensu* na área da Educação. Tendo como referência as informações obtidas, definimos nossas perguntas iniciais de pesquisa da seguinte forma: Quais as contribuições dos cursos de pós-graduação *lato sensu* da área da Educação para a formação dos professores dos Anos Iniciais? Qual a percepção que os professores possuem acerca da relação entre esses cursos e sua prática pedagógica?

O objetivo geral da pesquisa era analisar as possíveis contribuições desses cursos para a formação continuada de professores para a prática pedagógica dos Anos Iniciais do EF da rede pública do município de Andirá, no estado do Paraná. Os objetivos específicos eram:

- a) Identificar o perfil dos participantes da pesquisa;
- b) Identificar quais expectativas os professores dos Anos Iniciais do EF da rede pública de Andirá-PR têm ou tiveram ao iniciar um curso de pós-graduação *lato sensu*;

c) Analisar se essas expectativas foram alcançadas ao final do curso e se a prática pedagógica foi aprimorada a partir deles.

Tendo definido a questão e os objetivos de pesquisa, o passo seguinte foi a elaboração e envio do questionário às professoras dos Anos Iniciais do EF da rede pública de Andirá.

3.4 Ampliando a problematização do objeto de pesquisa

Ao encerrarmos o processo de construção do perfil das docentes e termos identificado que um número significativo delas havia cursado pós-graduação *lato sensu*, o encaminhamento seguinte da pesquisa implicava a análise dos documentos desses tipos de curso e a realização de entrevistas semiestruturadas com essas professoras e com coordenadores dessas pós-graduações.

Nosso objetivo inicial era descrever os documentos e apresentar a estrutura dos cursos, seus objetivos, organização e disciplinas. Ao entrevistar os coordenadores e conhecer aspectos mais específicos dos cursos, especificamente como definiam a estrutura visando o aprimoramento e a formação continuada de docentes.

Iniciamos o processo de levantamento documental e contato com as instituições de ensino mencionadas pelas docentes. Entretanto, deparamos com uma situação que criou enormes dificuldades para o prosseguimento da pesquisa na forma como fora inicialmente definida: alguns dos cursos mencionados não eram mais oferecidos pelas instituições de ensino, e os que ainda eram oferecidos, na medida em que buscamos informações nos sites das IES, apenas apresentavam informações simplificadas como objetivos do curso e nome das disciplinas - nenhuma informação mais ampla acerca da estrutura, da organização e do projeto pedagógico dos cursos.

Diante dessa situação, realizamos o processo de contato com as instituições de ensino para saber da possibilidade de obtermos os dados necessários e da possibilidade de realizar entrevistas com os coordenadores dos cursos. Não obtivemos nenhuma resposta favorável, seja para o fornecimento de documentos e informações seja para autorização de entrevistas. Tal situação inviabilizou a sequência da pesquisa nos moldes definidos inicialmente, dado que nosso objetivo, ao analisar documentos e entrevistar coordenadores de curso, era construir um conjunto de temas de referência a serem utilizados em entrevistas com um grupo menor de professoras da rede pública de Andirá, extraído entre aquelas que participaram do processo inicial de construção do perfil e que se dispuseram a conceder entrevista. Sem a análise dos documentos e as entrevistas com os coordenadores

dos cursos *lato sensu* não havia como definir o roteiro das entrevistas a serem feitas com as professoras de Andirá.

Nesse contexto, ocorreu o exame de qualificação, tendo sido feitas críticas a esses aspectos do trabalho e propostas formas de encaminhamento da pesquisa. Diante desses fatos, decidimos reestruturar a pesquisa de forma a substituir a ênfase que estávamos dando aos cursos de *lato sensu* no processo de formação continuada e privilegiar a análise dos processos de formação continuada realizados pelas professoras dos Anos Iniciais do EF de Andirá. As pós-graduações *lato sensu* continuavam a fazer parte dos dados empíricos da pesquisa, mas não seriam mais o objeto central. Tratamos então de redefinir os caminhos da pesquisa e inserir todos os tipos de formação continuada realizados pelas professoras como campo empírico da investigação.

A formação continuada dos professores da Educação Básica está definida legalmente na LDB nº. 9.394/1996, especialmente nos parágrafos §1º e §2º do Art. 62, nos quais afirma-se que as unidades federativas do nosso país devem promover, em regime de colaboração, tanto a formação inicial quanto a continuada, podendo valer-se de recursos e tecnologias de EaD.

Destacamos que o *caput* do Art. 62 dessa Lei sofreu algumas alterações no texto desde a publicação de 1996, devido, principalmente, à mudança do EF de oito para nove anos. Nesse contexto de mudança, aos parágrafos do artigo acrescentou-se, em 2009, a educação continuada dos profissionais da educação e a possibilidade do uso das tecnologias digitais. É assim que o parágrafo único do Art. 62-A, criado em 2013, trata da garantia da formação continuada dos profissionais da Educação Básica, podendo ser promovida no próprio local de trabalho ou em instituições de educação básica e superior. Na sequência, o Art. 63 da LBD nº 9.394/1996 estabelece que os institutos superiores de educação devem manter programas de educação continuada para os profissionais da educação.

Nessa linha de raciocínio, o Art. 67, prevê, inclusive, licenciamento periódico remunerado para o aperfeiçoamento profissional continuado, sendo um dos fatores da valorização dos profissionais da educação que os sistemas de ensino devem assegurar e promover. Mais recentemente, em 2023, acresceu-se na LDB o inciso IX do Art. 70 que incluiu a formação continuada de professores no rol dos itens considerados como manutenção e desenvolvimento do ensino. E ainda que essa formação pode ser realizada em exposições, feiras ou mostras de ciências da natureza ou humanas, matemática, língua portuguesa ou língua estrangeira, literatura e cultura. Saliente-se que o Art. 80 da LDB afirma que “O Poder

Público incentivará o desenvolvimento e a veiculação de programas de ensino a distância, em todos os níveis e modalidades de ensino, e de educação continuada.” (Brasil, 1996)

Assim, observamos que a formação continuada dos profissionais da Educação Básica é prevista legalmente e pode ser realizada de diversas maneiras: em serviço, em cursos de complementação pedagógica, nos cursos pós-graduação, incluindo-se recentemente a participação em eventos como exposições e feiras.

Postas essas redefinições, iniciamos o processo de reorganização dos procedimentos de pesquisa, que consistiu em nova revisão de literatura, ampliando a busca para trabalhos que problematizaram a formação continuada de professores em sentido amplo. A partir dos resultados obtidos nessa nova revisão, estabelecemos o processo de problematização, redefinimos a questão de pesquisa, seus objetivos e procedimentos de coleta de dados e as formas de análise.

Nesse sentido, visando enriquecer o embasamento teórico sobre a formação continuada de professores da Educação Básica, fizemos uma nova revisão de literatura. A seguir, tratamos dos dados obtidos no novo processo de revisão da literatura.

3.5 Revisão da literatura sobre formação continuada de professores

A partir da questão: “O que as pesquisas na área da Educação indicam sobre a formação continuada dos professores?”, fizemos um levantamento dos artigos publicados sobre o tema e disponibilizados no banco de dados da Revista Brasileira de Educação, editada pela ANPEd, bem como nos pôsteres e trabalhos apresentados nas reuniões anuais da Associação. Justificamos a escolha dessa fonte de dados por seu reconhecimento no meio acadêmico e pelo fato de ela ter um vasto histórico de publicações, na forma de artigos, ensaios e relatórios de pesquisa, da área da Educação, que apresentam resultados de investigações acadêmicas.

O levantamento desses artigos foi realizado entre os meses de abril e maio de 2024. Os critérios de inclusão dos trabalhos foram: publicações em língua portuguesa que abordassem o tema da formação continuada de professores, trabalhos completos com acesso aos textos na íntegra e artigos não repetidos. Pesquisamos no site da ANPEd, direcionando o acesso à Revista Brasileira de Educação. Para filtrar as publicações, utilizamos o termo “Formação continuada” and “professores”, sem especificar o período das publicações.

Também pesquisamos no site da ANPEd os trabalhos publicados relacionados ao nosso objeto de estudo, ao digitarmos o termo “Formação Continuada de Professores” na página inicial. Após leitura dos títulos e resumos dos trabalhos que resultaram do levantamento e tendo em vista os critérios de inclusão mencionados, selecionamos 17 publicações para leitura na íntegra e análise, conforme apresentadas no Quadro 3. Destacamos que alguns dos textos pré-selecionados não estavam disponíveis por completo para leitura ou *download*.

QUADRO 3 – TRABALHOS SOBRE FORMAÇÃO CONTINUADA DE PROFESSORES

Autores	Título	IES	Tipo	Ano de publicação
Carmem Lúcia Lascano Pinto	A Pedagogia da Comunicação na formação continuada de professores: possibilidade de transposição paradigmática ou utopia?	UNISINOS	Trabalho	2004
Janete Magalhães Carvalho	O não-lugar dos professores nos entrelugares de formação continuada	Universidade Federal do Espírito Santo	Artigo	2005
José Erno Taglieber	Formação continuada de professores em educação ambiental: contribuições, obstáculos e desafios	UNIVALI	Trabalho	2007
Bernadete Gatti	Análise das políticas públicas para formação continuada no Brasil, na última década	Fundação Carlos Chagas	Artigo	2008
Albêne Lis Monteiro; Cely do Socorro Costa Nunes	Modelos formativos e dificuldades vividas na formação continuada de professores de classes multiserialadas do campo	UEPA	Artigo	2008
Gisele Pereli de Moura Xavier	Refletindo multiculturalmente sobre a formação continuada de professores e gestores escolares: produção do conhecimento e perspectivas	UNIVERCidade e UFRJ	Trabalho	2008
Ana Canen; Giseli Pereli de Moura Xavier	Formação continuada de professores para a diversidade cultural: ênfases, silêncios e perspectivas	Universidade Federal do Rio de Janeiro Centro Universitário da Cidade do Rio de Janeiro	Artigo	2011
Lucimar Rosa Dias	Formação de professores, educação infantil e diversidade étnico-racial: saberes e fazeress nesse processo	Universidade Federal de Mato Grosso do Sul	Artigo	2012
Raquel Pereira	Formação continuada de professores: uma análise das	UNICAMP	Pôster	2013

Alves; Wisllayne Ivellyze de Oliveira Dri	políticas descentralizadas na RMC* *Região Metropolitana de Campinas			
Adair Mendes Nacarato	A parceria universidade-escola: utopia ou possibilidade de formação continuada no âmbito das políticas públicas?	Universidade São Francisco	Artigo	2016
Maurício Compiani; Silvia F. M. Figueirôa; Vivian B. Newerla	Parceria Universidade e Escola Pública na formação continuada de professores - desenvolvendo a pesquisa do professor	UNICAMP	Trabalho	2017
Lúcia Helena Manzochi; Luiz Marcelo de Carvalho	Educação ambiental formadora de cidadania em perspectiva emancipatória: constituição de uma proposta para formação continuada de professores	UNESP	Trabalho	2017
Andréa Maturano Longarezi	Ações e atividades formativas: um estudo sobre processos de formação continuada de professores	UNIUBE	Artigo	2018
Júlio Antônio Moreto	Formação continuada de professores excelentes: proposições do Banco Mundial	Universidade Estadual de Campinas	Artigo	2020
Giovanni Bohm Machado; Juliana Aquino Machado; Leandro Krug Wives; Gilberto Ferreira da Silva	O uso das tecnologias como ferramenta para a formação continuada e autoformação docente	Universidade Federal do RS Universidade Salle Universidade Federal do RS Universidade Salle	Artigo	2021
Maria do Carmo de Sousa; Dulcimeire Aparecida Volante Zanon	A escola básica e a qualificação do trabalho de professores: desafios e perspectivas do mestrado profissional em Educação	Universidade Federal de São Carlos	Artigo	2023
Maria Andresiele Andrade Carvalho; Diego Luz Moura	A entrada na carreira docente: uma revisão sistemática	Faculdade Ages Universidade Federal do Vale do São Francisco	Artigo	2023

Fonte: ANPED/Revista Brasileira de Educação, organizado pela autora, 2024

Após a leitura na íntegra dos artigos selecionados, elaboramos a síntese que segue.

No trabalho de Pinto (2004) foram abordadas questões da Pedagogia da Comunicação na formação docente em serviço. Argumenta a autora que a formação continuada de professores em serviço vem sendo citada por vários pesquisadores da área da Educação como possibilidade de suporte aos educadores no sentido de superação das dificuldades da docência.

A pesquisa dessa autora teve por objetivo aprofundar o conhecimento sobre a formação em serviço, compreendendo os resultados de sua relação com os pressupostos da Pedagogia da Comunicação na qualificação dos docentes da escola básica. Teve por foco de investigação uma ação coletiva em desenvolvimento no período 1997-2022 em uma escola pública de uma cidade do estado do Rio Grande do Sul. O modelo de formação proposto e desenvolvido no campo teórico da Pedagogia da Comunicação foi fundamental para que os professores se percebessem como agentes de mudança, pois, como diz Nóvoa (1992, apud Pinto, 2004, p. 15), “o posicionamento dos educadores como autores de sua formação propicia condições para encaminharem-se para a autonomia em seu fazer.”

Os resultados da pesquisa indicam que a influência da formação continuada articulada com os princípios da Pedagogia da Comunicação se evidencia na demonstração de algumas atitudes e posturas que rompem com o ensino reprodutivo. E nesse contexto, a formação continuada de professores é uma ferramenta que pode provocar mudanças pedagógicas e refletir no fazer pedagógico.

Por fim, a pesquisadora ressalta que os governantes devem considerar os problemas e dificuldades relatados por alguns dos participantes da formação, com a finalidade de viabilizar propostas possíveis de serem realizadas.

O artigo de Carvalho (2005) analisou os sistemas de representação de professores participantes do GT Formação e Valorização do Magistério sobre os processos de formação continuada desenvolvidos pela Secretaria de Educação do Estado do Espírito Santo. Os resultados de sua pesquisa apontaram que o professor assume um entrelugar, ou não-lugar, no processo de formação continuada. Significa dizer que os professores, na medida em que deixam de ser os responsáveis pela produção dos objetivos, conteúdos e métodos de seu trabalho, tendem a ser consumidores de saberes e lógicas estranhas a eles.

Nesse contexto, a autora procura evidenciar o entrelugar e o não-lugar dos professores nos processos de formação continuada, apresentando alguns dos comentários feitos pelos professores participantes da pesquisa: falta de continuidade dos projetos e programas; pouco compromisso dos professores; frágil acompanhamento dado aos

professores, comprometendo os resultados. Apesar de reconhecerem a riqueza do material didático de tais “pacotes”, os programas e projetos de formação continuada não chegam aos professores por meio das escolas em si.

Apesar disso, 91% dos participantes dessa pesquisa indicaram a importância e a necessidade da formação continuada de professores. Entre as razões que os professores apresentaram para justificar essa afirmativa estão o uso das TIC na sociedade e sua relação com a educação; profissionalização, condições de trabalho e remuneração, concluindo que “necessitamos urgentemente de capacitação para dar conta dos desafios postos na escola e na sociedade.” (Carvalho, 2005, p. 100)

A pesquisa dessa autora evidenciou que quase todos os programas e projetos de formação continuada foram planejados e desenvolvidos fora do espaço escolar, e recebidos como pacotes contendo objetivos, conteúdos e estratégias. Quanto à responsabilidade das ações de formação continuada de professores no meio escolar, no artigo informa-se que os professores participantes destacaram primeiramente o coletivo escolar e, posteriormente, a Secretaria de Educação e Esporte (SEDU).

Porém, a autora percebeu uma contradição nessas falas, pois muitos mostraram-se insatisfeitos com relação à formação continuada desenvolvida pela SEDU: 86% dos participantes responderam que essa Secretaria não oferta formação suficiente para o desenvolvimento profissional dos professores. Ao serem perguntados se a SEDU promove ações formativas no sentido de melhorar o atendimento dos alunos e a qualidade do ensino, 71% dos professores responderam que não. Grande parte dos professores (92%) respondeu que sim ao serem perguntados se eles próprios poderiam ou deveriam envolver-se na elaboração e gestão de programas e projetos de formação continuada.

Considerando os resultados de sua pesquisa, de modo geral Carvalho considerou que a escola foi avaliada como espaço privilegiado para a formação continuada e concluiu pela necessidade de essas ações serem desenvolvidas sob a perspectiva de comunidades interpretativas. E ainda que, apesar de a SEDU promover mais programas e projetos de formação continuada, os professores indicaram alto grau de insatisfação (86%) com essas ações formativas, com pouca clareza sobre sua origem, a natureza e as características dos programas.

Taglieber (2007) debateu a formação continuada de professores na perspectiva da Educação Ambiental. Considerou que as mudanças requeridas no processo de formação voltadas à transformação de atitudes e valores parecem exigir um trabalho de médio e longo prazo. Tais mudanças poderiam ser incentivadas por meio dos programas e projetos de

Educação Ambiental do governo federal, além de outros órgãos e de outros níveis federativos, em meio a articulações entre universidades e escolas para o desenvolvimento de programas de formação continuada de professores e gestores públicos.

O autor apresenta uma reflexão sobre obstáculos, ações e desafios vivenciados no desenvolvimento de um projeto de formação de educadores ambientais na microrregião da Associação dos Municípios do Vale do Itajaí, SC. O projeto desenvolveu um curso de aperfeiçoamento para professores da EI do EF, com carga horária de 40 horas-aula, composto por palestras, discussões, oficinas pedagógicas, entre outras atividades de cunho educativo. Os dados mostraram que, ao longo do desenvolvimento do projeto, alguns professores deixaram de participar das atividades em razão de diversos problemas que criavam dificuldades de seguir em curso: mencionaram óbices como excesso de atividades, falta de tempo e carga horária fechada.

O autor concluiu que a formação continuada em Educação Ambiental (objeto de sua pesquisa) tem sua realização obstaculizada por diversos motivos como o desprestígio social da categoria dos professores e sua baixa autoestima. No entanto, esse processo de formação continuada também trouxe contribuições, a exemplo da incorporação da Educação Ambiental nos projetos político-pedagógicos das escolas participantes.

A pesquisadora da Fundação Carlos Chagas Bernardete Gatti (2008) informa em seu artigo que, no período entre 1998 a 2008, o número de iniciativas nomeadas como educação continuada em nosso país cresceu geometricamente. São cursos formalizados e ofertados após a graduação ou ao ingresso no exercício do magistério. Segundo ela, a educação continuada pode ser ampla ou genérica no que se refere a sua contribuição para o desempenho profissional:

horas de trabalho coletivo na escola, reuniões pedagógicas, trocas cotidianas com os pares, participação na gestão escolar, congressos, seminários, cursos de diversas naturezas e formatos, oferecidos pelas Secretarias de Educação ou outras instituições para pessoal em exercício nos sistemas de ensino, relações profissionais virtuais, processos diversos a distância (vídeo ou teleconferências, cursos via internet etc.), grupos de sensibilização profissional, enfim, tudo que possa oferecer ocasião de informação, reflexão, discussão e trocas que favoreçam o aprimoramento profissional, em qualquer de seus ângulos, em qualquer situação. Uma vastidão de possibilidades dentro do rótulo de educação continuada. (Gatti, 2008, p. 57)

Considerando a variedade de ações de educação continuada promovida pelos inúmeros setores do sistema público em nível municipal, estadual e federal, Gatti expõe a dificuldade de obter um quantitativo exato dessas formações. No entanto, a abundante oferta

desses cursos é um fato, sobretudo nas regiões Sul e Sudeste, à época pesquisada pela autora, que se realizam no âmbito da extensão ou da pós-graduação *lato sensu*.

A autora defendeu que o crescimento da oferta da educação continuada, com sua inclusão nos currículos e no ensino das mais variadas instituições, foi motivado pelos inúmeros desafios da sociedade contemporânea, a exemplo das dificuldades do cotidiano dos sistemas de ensino reveladas por professores, gestores e pesquisadores, assim como das mudanças no mundo do trabalho. Tal situação terminou por criar o discurso da necessidade de atualização e renovação de conhecimentos. Ainda nos últimos anos do século XX, a formação continuada foi posta como requisito para o trabalho, ratificando a ideia dessa necessidade de constante atualização e inclusão de conhecimentos tecnológicos.

Porém, essa mesma autora entende que muitas iniciativas de formação continuada são, na verdade, maneiras de suprir a precária formação inicial de professores, nem sempre representando um aprofundamento ou ampliação de conhecimentos. Nesse sentido, muitas iniciativas públicas de formação continuada são caracterizadas por programas compensatórios, visando suprir aspectos da má formação anterior. No contexto da formação continuada, ela entende que foram criados programas para professores em serviço que não tinham titulação para o exercício docente, “uma formação complementar dos professores em exercício propiciando-lhes a titulação adequada a seu cargo, que deveria ser dada nos cursos regulares mas que lhe é oferecida como um complemento de sua formação.” (Gatti, 2008, p. 59)

Com a ampliação da oferta de cursos de educação continuada, preocupações com critérios, validade e eficácia desses cursos foram manifestadas por profissionais da Educação. Considerando esse aspecto, alguns administradores tomaram medidas como o estabelecimento de critérios para as instituições que seriam responsáveis pelas formações, com investimentos nas mais credenciadas e com avaliações externas para acompanhar as ações formativas, bem como iniciativas próprias dos poderes públicos para a formação continuada de professores.

A pesquisadora da Fundação Carlos Chagas considerou as avaliações externas de algumas iniciativas públicas de formação continuada de professores, as quais evidenciavam que, apesar dos problemas encontrados, chegava a resultados interessantes. Por exemplo, houve melhores avaliações dessas ações formativas quando elas foram desenvolvidas em regiões com maiores carências educacionais e menos entusiasmo em relação às formações em regiões com maior desenvolvimento social, econômico e educacional.

Nas avaliações dos participantes, foram valorizados nessas formações aspectos como a oferta gratuita, a disponibilidade de materiais como impressos, vídeos e livros, o papel dos

tutores, o contato com especialistas de grandes universidades e as trocas entre os pares em encontros presenciais. Dificuldade de leitura de textos e a articulação entre teoria e prática foram alguns dos pontos críticos das formações continuadas apontadas por alguns dos participantes.

Em seu artigo, Gatti também traz ao debate os documentos internacionais, notadamente os do Banco Mundial (BM), que enfatizam a necessidade e o direcionamento da formação continuada de professores para atender à demanda nos moldes da economia mundial, considerando que os professores não estão preparados para isso. A ênfase é no desenvolvimento de competências, tanto de professores quanto de alunos, o que significa “ser competitivo, social e economicamente”, em consonância com o ideal econômico. Assim, ações políticas em educação continuada foram instauradas sob essa perspectiva. Ela ainda questiona se o preparo para a sociedade de consumo é suficiente para uma civilização mais compreensiva, cooperativa e democrática, e o porquê de não se discutir a educação como um dos fatores para a formação de um ser humano mais ético.

Gatti reforçou que, a partir da LDB de 1996, houve a expansão da oferta de programas e cursos de educação continuada, porque essa Lei provocou os poderes públicos, especialmente, a promoverem ações formativas. Desse contexto emerge, segundo ela, o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental (FUNDEF)⁸ enquanto respaldo legal para o financiamento sistemático de cursos de formação continuada de professores em serviço, impulsionando ainda mais as ofertas de programas de educação continuada nos mais diversos formatos.

Na visão de Gatti, a oferta de cursos na modalidade EAD passou a ser muito valorizada pelas políticas educacionais dos últimos anos, sob a justificativa de que é uma maneira mais rápida de prover formação, dado o fato de a flexibilidade de tempo para participação nas atividades favorecia os professores. Assim, os cursos na modalidade a distância ou semipresencial têm sido o caminho mais escolhido pelas políticas públicas para promover a educação continuada dos professores.

Ao finalizar o artigo, Gatti provoca o debate sobre o financiamento públicos das ações de formação continuada, envolvendo nessa crítica as três esferas de governo. Sem apontar dados financeiros, ela supôs que houve mais recursos investidos na formação continuada do que na inicial e deixou um questionamento interessante sobre se

⁸ O FUNDEF foi substituído pelo Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb) pela Emenda Constitucional nº 53/2006.

não seria melhor investir mais orçamento público para a ampliação de vagas em instituições públicas para formar licenciados e investir na qualificação desses cursos, em termos de projeto, de docentes, de infraestrutura, deixando para a educação continuada realmente os aperfeiçoamentos ou especializações? (Gatti, 2008, p. 68)

As pesquisadoras Monteiro e Nunes (2008) estudaram a formação continuada de professores no contexto das escolas do campo da Amazônia paraense. Diante dos desafios postos nesse ambiente, o governo federal promoveu ações de formação inicial e continuada dos professores com o objetivo de investir qualitativamente no desenvolvimento pessoal e profissional dos docentes. E ainda evidenciaram a necessidade de formação continuada para professores dos anos iniciais do EF, dado que muitos solicitaram conteúdos específicos e metodologias de ensino para aprimorar o exercício da docência nessa etapa da educação básica, que muitas vezes se dá em salas multisseriadas. Outro ponto observado pelas pesquisadoras relaciona-se ao currículo das escolas do campo, que em muitos casos são elaborados por pessoas do centro urbano, resultando em desconexões com a realidade do campo.

A pesquisa desenvolvida por Monteiro e Nunes revelou ainda outras dificuldades como as relações de poder entre escola e poder político local, pelo fato de este último ente controlar e regular discursos e práticas docentes. As pesquisadoras observam, por fim, que apesar de os participantes da pesquisa desenvolveram a consciência crítica e entenderem seu papel na sociedade, na prática os problemas detectados são impeditivos no sentido de provocar as mudanças necessárias.

Xavier (2008) defende em seu artigo que a formação continuada não é só de professores, mas também de gestores escolares, e deve contribuir para a reflexão e o aperfeiçoamento do trabalho realizado na escola. Considerando esses aspectos e realizando o levantamento de teses e dissertações no banco de dados da CAPES e no site da ANPEd, a pesquisadora propunha investigar em que medida a formação continuada de professores e gestores das escolas tem sido objeto de pesquisa e como tem sido discutida ou influenciada por preocupações multiculturais.

A pesquisa em teses e dissertações evidenciou significativo número de trabalhos sobre formação de professores (3.089) no período pesquisado (1987-2006). No entanto, ao refinar a pesquisa, a partir da leitura da introdução, objetivos propostos, categorias apresentadas e referências, houve uma redução nos trabalhos específicos sobre formação continuada de professores que levou ao número de 471 trabalhos. Refinando ainda mais sua pesquisa, Xavier, analisou os trabalhos que dispunham sobre formação de profissionais da

educação, somente nove dessas publicações abordavam o tema da formação continuada dos profissionais da educação, uma sobre a formação de coordenadores pedagógicos e uma sobre a formação dos gestores escolares. Segue a análise dos trabalhos levantados:

Em sua pesquisa, Xavier (2008, p. 6) avalia que

Esses dados parecem evidenciar a existência de demandas na área de formação continuada de profissionais da educação pouco exploradas e que corrobora as conclusões apresentadas por Brzezinsky (2007) no seu estudo sobre o estado da arte na formação de profissionais da educação.

A autora verificou que nas publicações da ANPED do período entre 2000 a 2007, apesar de constar um considerável número de publicações sobre formação continuada, pouquíssimos trabalhos abordavam a formação continuada e multiculturalismo. Concluiu-se com a pesquisa que, para a formação de profissionais da educação na perspectiva da diversidade cultural, é necessária a abertura de espaços para discutir “uma formação continuada que contemple a sensibilização, a valorização e a incorporação de identidades plurais em práticas docentes e curriculares.” (Xavier, 2008, p. 15)

Já no artigo de Canen e Xavier (2011), aborda-se sobre a importância da formação continuada de professores para prepará-los para trabalharem com a diversidade cultural no contexto escolar:

Afinal, pensar a formação continuada de professores em uma perspectiva multicultural significa pensar em uma efetiva mudança de atitude, de postura e de olhar sobre a diversidade e a diferença. (Canen; Xavier, 2011, p. 643)

As autoras defendem o desenvolvimento da formação continuada de professores na perspectiva multicultural, para fins de questionar e desafiar as narrativas que constroem preconceitos sobre a identidade do Outro, dificultam o desenvolvimento da identidade profissional docente e a própria escola enquanto organização multicultural. O artigo resulta da busca que as autoras fizeram em artigos de duas revistas científicas da área de Educação: Cadernos de Pesquisa e Revista Brasileira de Educação, e em alguns dos grupos de trabalho (GTs) da ANPED, utilizando-se de categorias e nomenclaturas relacionadas à formação continuada de professores. O objetivo era analisar a articulação dessa formação a perspectivas multiculturais explícitas.

As autoras perceberam a existência de um número restrito de trabalhos nessa perspectiva. Apesar de o tema da formação continuada de professores ser objeto de vários estudos, ele se encontra mais ancorado na produção do GT8, e trabalhos que focavam

explicitamente na multiculturalidade ainda eram raros, sendo que “as tendências mais constantes nos trabalhos analisados se referem a temáticas como a profissionalização do professor e os saberes e práticas docentes.” (Canen; Xavier, 2011, p. 650)

Outra observação das autoras foi em relação aos aspectos macropolíticos que envolvem a formação continuada de professores quando o tema vem associado a movimentos ligados a organismos multilaterais. Por fim, argumentam que a parceria entre a universidade e as escolas pode representar uma instância multicultural transformadora na formação continuada ao favorecer a troca de saberes.

O artigo de Dias (2012) teve como principal objetivo compreender como professoras da primeira infância se apropriaram de conhecimentos e saberes em cursos de formação continuada e como, em seguida, os mobilizaram na elaboração de um currículo que aborde o tema da diversidade étnico-racial na primeira infância. A análise das entrevistas com gestores e professores participantes da pesquisa mostrou que as professoras se apropriaram dos conteúdos do curso de formação continuada para potencializá-los e transformá-los em práticas pedagógicas. Na visão da autora, o curso de formação continuada foi importante para a segurança das professoras no desenvolvimento do tema da diversidade étnico-racial com as crianças, pois passaram a dominar alguns conceitos e conhecimentos.

O trabalho de Alves e Dri (2013) apresentou o resultado da análise das políticas públicas de formação continuada de professores nos sistemas municipais de ensino da Região Metropolitana de Campinas, em especial quanto à estrutura da oferta de formação continuada, às parcerias com esferas públicas e privadas e à certificação, tendo em vista o modo como as cidades dessa região responderam aos desafios do processo de descentralização.

As autoras destacaram as mudanças no que se refere às responsabilidades do Estado, evidenciadas a partir da década de 1990, que enfatizam o aumento dos processos de privatização, descentralização e mercantilização do setor público. Nesse sentido, as políticas públicas de educação percorreram o caminho da descentralização, isto é, de transferir a ação administrativa, política e financeira para outras instâncias, como no caso da educação, que a transferiu para estados e municípios. Nesse cenário, as autoras apontaram que a formação de professores foi reestruturada com base nas recomendações dos organismos internacionais, sob o argumento de que se tratava de um mecanismo voltado à melhoria da educação básica nos países em desenvolvimento. Também trouxeram a regulamentação da LDB nº 9.394/1996 sobre formação inicial e continuada.

Os resultados da pesquisa revelaram que 75% das secretarias de educação dos municípios pesquisados organizaram algum tipo de formação por conta própria, por meio de

oficinas e cursos de curta duração. Outra estratégia de formação observada foram as parcerias firmadas entre os setores público e privado. No entanto, chamou a atenção o fato de que as cidades com mais de 100 mil habitantes que possuíam centros de formação com programas organizados e bem estruturados e diretrizes definidas, poucas parcerias foram realizadas com o setor privado, ou seja, a organização e estrutura para as formações reduziram as ações do setor privado na esfera pública.

O texto de Nacarato (2016) apresentou contextos da formação docente e de políticas públicas para questionar qual é, de fato, a centralidade dos professores no debate da formação continuada. Ele diz que embora haja muitas pesquisas sobre formação docente elas não provocam impactos nas políticas públicas. E comenta que, a despeito de a CAPES ter criado programas mais abrangentes na última década, é preciso saber se os professores têm recebido apoio para participar das formações propostas. A autora aposta na inclusão da formação na jornada de trabalho e nas possibilidades de trabalho coletivo nas escolas, pois não se acredita mais em formações fora do horário de trabalho nem no não envolvimento do coletivo das escolas.

Como em outros artigos, Nacarato também se refere às contribuições das pesquisadoras da Fundação Carlos Chagas Bernardete Gatti e Elba de Sá Barreto (2009) sobre formação continuada de professores, segundo as quais a participação dos professores, enquanto categoria profissional, na definição de políticas públicas de formação docente é limitada ou ausente.

Segundo essa pesquisadora, com a criação da nova CAPES em 2007, além de essa instituição coordenar o Sistema Nacional de Pós-Graduação no Brasil, passou a ser responsável pela formação inicial e continuada dos professores da Educação Básica, nomeando alguns programas com esse objetivo. Um dos programas citados foi o Observatório da Educação (OBEDUC), em cujo contexto Nacarato propôs ações de formação continuada com base na necessidade dos professores, com objetivo de articular a formação centrada na escola. Ao avaliar essas ações de formação continuada, informa que

Entre as reflexões e as ressignificações do grupo, sem dúvida alguma, o maior destaque ficou por conta das avaliações externas, até porque elas estão influenciando diretamente as práticas dos professores em sala de aula. (Nacarato, 2016, p.710)

Considerando a fala dos professores participantes das ações formativas e da pesquisa, as avaliações externas, como a Prova Brasil, pouco contribuem para a formação cidadã dos alunos e têm valor apenas para ranqueamento das escolas. A autora procurou evidenciar que a

construção de parcerias entre universidades e escolas da Educação Básica é um longo processo e precisa ser uma construção coletiva, com respeito e diálogo. Também mostrou que, na pesquisa feita, quanto os professores tornaram-se consumidores críticos dos documentos que chegam à escola para nortear suas práticas.

No trabalho de Compiani, Figueirôa e Newerla (2017) foram apresentados os resultados de uma pesquisa colaborativa entre universidade e escola pública que teve por finalidade promover a interação-reflexão como condição privilegiada da formação e desenvolvimento dos professores. Segundo esses autores, o projeto envolvia uma educação continuada que enfatizava a formação do professor pesquisador em exercício e provia orientações construtivistas sobre o processo de ensino e de aprendizagem que se centrava no professor, não na unidade escolar. A pesquisa fundamentou-se em três eixos:

- I- investigação da formação continuada de professores em exercício;
- II- formação continuada de professores em exercício;
- III- docência desses professores em suas respectivas escolas (Compiani; Figueirôa; Newerla, 2017, p. 2)

Os pesquisadores da universidade, ao orientarem os professores das escolas públicas, tiveram a oportunidade de conhecer as práticas escolares e detectar as reais necessidades de formação continuada desses educadores. Os autores concluíram que “a pesquisa e as reflexões propiciaram o desenvolvimento profissional tanto da equipe da rede como dos formadores da universidade.” (Compiani; Figueirôa; Newerla, 2017, p. 12)

O trabalho de Manzochi e Carvalho (2017) levantou aspectos de uma intervenção de formação continuada de professores de Educação Ambiental, considerando a importância de diagnóstico quanto às necessidades dos professores. Os resultados da pesquisa evidenciaram que essa intervenção contribuiu para auxiliar os professores na construção de entendimentos de conceitos e temas da área ambiental; os professores tiveram a percepção do potencial pedagógico de determinados recursos utilizados no curso, além de os subsídios teórico-metodológicos estudados oportunizarem o ressignificar em suas práticas pedagógicas anteriores. Os autores concluíram o artigo mencionando que ações de formação continuada de professores de Educação Ambiental, assim como em outros segmentos, tem aumentado grandemente e, ao mesmo tempo, evidenciaram a necessidade de aprofundamento relativo a esse tipo de formação.

Partindo da perspectiva de que o ser humano aprende na situação de atividade, Longarezi (2018) apresentou dados parciais da pesquisa sobre a formação continuada de

professores em alguns municípios do estado de Minas Gerais. Os resultados indicaram que a realização de palestras era a ação formativa mais oferecida pelas instituições promotoras, na maioria dos municípios pesquisados. Na sequência, foram citadas outras atividades formativas como: oficinas, seminários, congressos e cursos de tipos diversos.

Os resultados indicaram que os professores participantes da pesquisa e das formações relataram gostar dessas ações, que elas oportunizaram o aperfeiçoamento da prática docente ao aliar teoria e prática, ao debater temas relevantes no exercício da docência e promover interação afetiva. Outro dado interessante apresentado por Longarezi diz respeito ao que os professores gostariam de vivenciar em ações de formação continuada, sendo que prevaleceu a sugestão de que os cursos fossem periódicos e, de preferência, desenvolvidos em horário de trabalho do professor e em cursos organizados por áreas do conhecimento que atendessem às necessidades dos professores.

Em linhas gerais, os dados analisados pelo autor indicaram que “as políticas de formação continuada de professores não vêm atendendo às necessidades práticas e metodológicas dos professores.” (Longarezi, 2018, p. 2). Segundo essa autora, isso ocorre porque, na maior parte das vezes, não há consulta prévia aos coletivos escolares, tendendo a ações formativas distantes da realidade escolar e, por isso, pouco significativas para a realidade dos professores e das escolas.

Ao considerar que as ações formativas, no contexto pesquisado, foram permeadas fortemente por palestras e cursos, a autora argumentou que isso é um indicativo de que os órgãos responsáveis pela promoção da formação continuada estavam entendendo a formação continuada como aquela que possibilita ao professor o acesso ao conhecimento por meio de um expositor. Com base na Teoria da Atividade, Longarezi (2018) argumentou que a formação do professor resulta de um processo formativo que ocorre na articulação entre a formação teórica e a experiência prática e mediados pelo outro⁹, isto é, implica ações articuladas. No entanto, se as ações forem isoladas, são consideradas “meras” ações, o que não geraria desenvolvimento. Sob essa perspectiva, as formações estudadas na pesquisa da autora se configuraram como ações, não atividades formativas, dado tais ações não partirem das necessidades comuns das escolas.

Moreto (2020) estudou a formação continuada de professores nas ações do Banco Mundial com o objetivo de analisar suas concepções e dinâmicas no contexto da globalização. O autor explica que o BM é um dos organismos internacionais que propõe políticas

⁹ O outro, neste caso, pode ser entendido como: outro professor, outro conhecimento, outra experiência.

educacionais aos países do Sul. O autor menciona a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) que, juntamente com o BM, vê na educação e especialmente na formação continuada de professores possibilidades de manutenção da economia de mercado, em consideração à abrangência do trabalho docente e da escola. Para esse autor, a formação continuada de professores trata da formação profissional, alternando a prática docente e os estudos teórico-metodológicos, e implica no acesso ao mercado de trabalho, bem como a manutenção do emprego.

Segundo Moreto (2020, p. 6, estudos do BM indicam que a “a tecnologia e a formação continuada dos professores são ferramentas para a melhoria da qualidade da educação escolar.” Porém, essa recomendação vem no sentido de a escola ser o espaço privilegiado para a formação de trabalhadores preparados para o uso das novas tecnologias. Outra premissa do BM sobre formação continuada possui caráter aplicativo-transmissivo, visando produzir as competências de um professor eficaz.

Moreto defende no artigo que a formação continuada de professores é composta de ações das quais o professor participa para se atualizar, aperfeiçoar e ampliar os conhecimentos construídos na formação inicial e na experiência profissional. Ele também contra-argumentou ao modelo aplicativo-transmissivo, o qual não considera os professores como interlocutores nos programas e ações de formação continuada, no entanto, a escola é o local privilegiado para levantar as necessidades a serem atendidas nesse processo formativo.

No decorrer do artigo, Moreto procura evidenciar as proposições do BM para a formação continuada de professores baseada nas competências, para atender à lógica de mercado. Avalia que esse organismo prioriza tal tipo de formação de professores pois, para formar os futuros trabalhadores flexíveis depende deles. Também critica o BM pela defesa do que essa agência multilateral considera uma boa prática, a saber: fazer o treinamento dos professores em serviço a partir do acompanhamento de seu trabalho em sala de aula, com a finalidade de fornecer suporte contínuo.

Moreto inseriu reflexões importantes sobre as políticas de formação continuada de professores, ao mencionar que elas não funcionam sozinhas: é preciso considerar as condições de infraestrutura das escolas, a gestão escolar, dentre outros fatores. Porém, segundo ele, essas questões não fazem mais parte da agenda do BM, pois o que garantiria a aprendizagem dos alunos é um professor bem treinado.

Os pesquisadores Machado et al. (2021) valeram-se das contribuições de Gatti et al. (2019) para ressaltar a importância da formação continuada de professores para realizar um trabalho pedagógico mais coerente com as necessidades dos alunos. Trouxeram a esse debate

duas possibilidades de formação: a autoformação e o trabalho colaborativo. Para eles, a formação continuada é considerada como uma atividade inerente ao exercício da docência, portanto, adquire um caráter de autoformação, sendo o professor protagonista desse processo, o que acontece da mesma forma no processo de formação colaborativa.

Assim como em outros artigos citados anteriormente, o de Machado et al. também trouxe as contribuições de pesquisadores da Fundação Carlos Chagas como Gatti e Barreto (2009), nas quais se argumenta que a formação continuada de professores tem pouca reciprocidade com as necessidades e dificuldades dos professores e da escola. Enfatizam que os professores não decidem acerca das formações a que são submetidos e que a ausência de apoio sistemático da prática pedagógica dos professores gera dificuldades no entendimento da relação entre o programa de formação desenvolvido e a realidade das ações desenvolvidas no dia a dia escolar. No entanto, é justamente esse cotidiano escolar que deve ser considerado como espaço privilegiado para as ações de formação e autoformação, pois possibilita o direcionamento das necessidades individuais, por meio de reflexão sobre as práticas pedagógicas e da interação com os outros pares, obras e autores.

No que tange à autoformação, os autores defendem que se trata dos processos de formação continuada buscados pelo professor de maneira intencional; para além disso, contribuem para a ampliação dos conhecimentos teóricos e práticos e guardam relação com a aprendizagem conjunta.

Quanto ao trabalho colaborativo, os autores o vêm em linha de contradição com o trabalho do professor isolado, dado que sua função sempre estará inserida em uma equipe profissional e em uma organização escolar. Nesse sentido, entende-se por trabalho colaborativo ações de formação que se realizam por meio do estudo, das experiências, da análise e da pesquisa conjuntas sobre as práticas pedagógicas, podendo se dar em contexto de uma instituição, de uma rede educacional, de uma escola ou de um contexto social.

Na pesquisa realizada com professores da rede pública de Ensino Fundamental da Região Metropolitana de Porto Alegre/RS um dos aspectos investigados foi o uso das TICs na formação continuada de professores. Os autores entendem que a inserção das TIC no ambiente escolar pode contribuir tanto com a autoformação quanto com a formação colaborativa. Os resultados da pesquisa retratada no artigo de Machado et al. apontaram que havia uma adesão dos professores aos recursos e dispositivos de tecnologia, com sua consequente incorporação ao exercício da prática docente. Mas a provocação dos autores diz respeito ao uso desse potencial para a formação continuada na perspectiva da autoformação, ou seja, da potencialidade dos recursos de tecnologia para beneficiar o movimento

autoformativo dos professores. Nesse sentido, apesar de os docentes terem se familiarizado com os recursos tecnológicos, o desafio de potencializá-los com finalidade formativa e autoformativa permanece como desafio.

Sousa e Zanon (2023) pesquisaram a formação continuada de professores no contexto do Mestrado Profissional, abordando a relação entre a escola básica e a universidade. Os mestrados profissionais na área da educação foram criados em 2009 sob a perspectiva de repensar questões importantes ligadas à formação, à identidade e à prática docente dos professores da Educação Básica. As autoras ressaltam que os professores da Educação Básica, por meio dos programas de Mestrado Profissional, podem teorizar sobre sua prática profissional na escola e têm a oportunidade de pensar novas formas de fazer o ensino. Sabendo dos desafios diários dos professores, as autoras defenderam a importância de os docentes da Educação Básica terem financiamento para cursar o mestrado, pois, do contrário, o desafio da aproximação entre os dois níveis de ensino pode ser comprometido.

Elas pesquisaram especificamente o Programa de Mestrado Profissional em Educação da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), iniciado em 2013, cujo público-alvo são professores que exercem a docência na Educação Básica. Com a perspectiva de os professores/mestrando desenvolverem suas pesquisas em torno das experiências vivenciadas nesse nível educacional, as autoras entendem que o mestrado profissional pode representar uma inovação em termos de formação continuada.

Sousa e Zanon consideram que o número expressivo de professores da Educação Básica que se inscreveram na seleção de ingresso do Mestrado Profissional em Educação da UFSCAR e seus trabalhos de conclusão de curso, na maioria das vezes, apresentam uma abordagem de intervenção em sua própria prática pedagógica, dentre outros temas, o que reflete o interesse dos professores em seu desenvolvimento profissional.

No artigo de Carvalho e Moura (2023) parte de uma revisão sistemática de literatura sobre formação inicial e continuada na qual encontraram dez artigos que abordam situações de fragilidades nesses processos formativos. Após analisar os dados, destacaram a necessidade de maior aproximação entre a universidade e a escola de modo a dialogar a partir das demandas desta.

Os autores trouxeram ao texto as contribuições de Imbernón (2010), que faz uma crítica ao modelo dominante de formação continuada, o qual consiste, muitas vezes, em cursos organizados com base em lições-modelo e padrões temáticos alheios às demandas escolares. Avaliam que as discussões realizadas na formação continuada deveriam considerar experiências, conflitos e dúvidas dos professores que estão na sala de aula.

Retomando as sínteses dos trabalhos selecionados e apresentados, podemos compreender que a formação continuada de professores é debatida mais fortemente a partir da década de 1990, sendo que em muitos artigos falou-se da influência de organismos internacionais, notadamente o BM, nas políticas educacionais e fortemente na formação continuada de professores. Porém, a proposta do BM para as ações formativas vai na direção do desenvolvimento de competências necessárias para o mercado e o consumo.

Evidenciaram-se, em muitos artigos e trabalhos, que as ações formativas existem em várias modalidades: palestras, cursos, oficinas, encontros, seminários, especializações, pós-graduações *lato sensu*, mestrado profissional. Observamos ainda que alguns artigos, embora publicados em 2016, referem-se a pesquisas desenvolvidas nas décadas de 1990 e 2000, mas foram importantes para entendermos que nesses períodos já havia preocupação com a expansão dos cursos de formação continuada fundadas na ausência de critérios de avaliação e na sua condição de ação complementar a uma formação inicial fragmentada.

Outro ponto que nos chamou a atenção foi que em mais de um artigo argumentou-se em favor de estabelecer os professores serem os protagonistas das ações de formação continuada ao participarem das demandas e do planejamento delas, bem como de a escola ser um espaço privilegiado para a formação de professores. Do contrário, quando isso não ocorre, as formações tendem a ser impostas e não atenderem às necessidades dos coletivos escolares.

Segundo os pesquisadores, algumas das propostas de formação continuada desenvolvidas por meio de parcerias apresentaram bons resultados em alguns aspectos como a construção e/ou aprimoramento de conhecimentos e o desenvolvimento da prática pedagógica docente, mesmo em meio a vários desafios e dificuldades. Eles também propõem discussões sobre a articulação entre teoria e prática e a articulação entre a universidade e as escolas da Educação Básica.

O processo de revisão de literatura mostrou que ampliar o universo da pesquisa, abordando todas as formas de formação continuada que as professoras da cidade de Andirá realizaram, era realmente a melhor forma de abordar a temática, pois aponta um conjunto imenso de questões a serem problematizadas, das quais os cursos de *lato sensu* representam apenas uma parte do problema.

Tendo como referência todo o processo acima apresentado, redefinimos nossa questão de pesquisa, que passou a ser expressa da seguinte forma: Qual a percepção das professoras dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental do Município de Andirá sobre os processos de formação continuada que realizam, especificamente quanto à evolução na carreira e as condições para a realização e a prática pedagógica?

Assim enunciada a questão de pesquisa, o objetivo geral de nosso trabalho foi compreender, a partir da perspectiva das professoras, as contribuições da formação continuada para a carreira docente e a prática pedagógica. Os objetivos específicos foram assim definidos: a) Identificar as ações de formação continuada de professores oferecidas aos docentes dos Anos Iniciais do EF de Andirá/PR, em especial as que se dão em regime de colaboração entre União, estado do Paraná e município de Andirá; b) Analisar quais as contribuições das ações de formação continuada de professores trazem para a prática pedagógica; c) Identificar que condições são oferecidas aos professores para a realização de processo de formação continuada; d) Analisar quais as expectativas dos professores quanto ao processo de formação continuada, de desenvolvimento profissional e de evolução na carreira docente.

Definida a nova questão de pesquisa e os objetivos dela derivados, estabelecemos as etapas a seguir. A primeira foi a realização de um levantamento documental para identificar as políticas de formação continuada oferecidas pela Secretaria Municipal de Andirá aos docentes dos Anos Iniciais do EF I. O passo seguinte foi a elaboração de um roteiro de questões para nos orientar no processo de entrevistas a serem realizadas, roteiro definido a partir dos dados obtidos na revisão de literatura e da análise documental que trata das ações de formação continuada desenvolvidas no município. Na sequência, entramos em contato com as docentes para verificar as possibilidades de entrevista e agendá-las, e definimos os procedimentos de análise. Apresentamos a seguir as etapas seguidas pela pesquisa, os resultados obtidos e as análises realizadas.

4 MUNICÍPIO DE ANDIRÁ E AS PROFESSORAS DOS ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL

Neste item caracterizamos o universo da investigação, o município de Andirá-PR e os dados obtidos com as participantes desta pesquisa no sentido de construir o perfil das professoras dos Anos Iniciais do EF desta cidade.

4.1 *Lócus* da pesquisa

Considerando que toda a construção do conhecimento científico é histórica e geograficamente situada, permeada por contextos sociais, políticos e econômicos, definimos como *lócus* da pesquisa o município de Andirá, localizado na região Norte do estado do Paraná.

Andirá é um município de pequeno porte, cuja população gira em torno de 20 mil habitantes (19.878 pessoas), conforme Censo 2022 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). A cidade está situada numa região predominantemente agrícola, embora a população resida mais na área urbana do que na rural, concentrando 93,89% da população.

Quanto ofertada pela rede pública de ensino, Andirá conta com 6 centros municipais de Educação Infantil e seis escolas dos Anos Iniciais (Ensino Fundamental, Pré-escola e do 1º ao 5º ano), organizados pela Secretaria Municipal de Educação e ligados administrativamente ao Núcleo Regional de Educação¹⁰ (NRE) à educação localizado no município de Jacarezinho, PR. O total de alunos matriculados em 2023 nos Anos Iniciais do EF em Andirá somava 1.126, segundo a página do Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (IPARDES). O número de professores dos Anos Iniciais EF dessa rede municipal, segundo o Portal de Transparência disponível no *site* oficial do município, consultado em 24/08/2023, era de 158 professores ativos, sendo 116 registrados como efetivos e 42 com contrato temporário, todos selecionados por meio de Processo Seletivo Simplificado (PSS). Acessado o mesmo Portal em 08/08/2024, praticamente um ano depois do primeiro acesso, verificamos que o número de professores ativos aumentou para 172, abrangendo 145 efetivos e 27 temporários, representando um aumento de quase 9% do total¹¹. No Quadro 4 apresentamos esses dados.

¹⁰ A Secretaria de Educação do Estado do Paraná (SEED) é descentralizada em forma dos NREs. O NRE de Jacarezinho atende 12 municípios.

¹¹ Em 2023, o Município de Andirá realizou concurso público, incluindo vagas para o cargo de professor e de pedagogo, razão pela qual o quadro de professores efetivos aumentou, embora ainda tenha um número considerável de temporários.

QUADRO 4- QUANTITATIVO DE PROFESSORES DA REDE PÚBLICA DE ANDIRÁ-PR

Prefeitura Municipal de Andirá Professores ativos 2023			Prefeitura Municipal de Andirá Professores ativos 2024	
Vínculo	Quantidade	%	Quantidade	%
Efetivos/concursados	116	73,41%	145	84,30%
Contratados/ temporários	42	26,59%	27	15,70%
Total	158	100%	172	100%

Fonte: Portal da Transparência da Prefeitura Municipal de Andirá, organizado pela autora 2023, 2024

4.2 Rede Pública de Ensino de Andirá no contexto da educação paranaense

A educação pública paranaense é regulamentada desde 1964 pela Lei Estadual nº. 4.978 de 05 de dezembro de 1964, que estabeleceu o sistema estadual de ensino. Essa Lei dispôs sobre o direito de todos à educação, as finalidades da educação no estado, a organização do ensino e da criação dos estabelecimentos de ensino, do Conselho Estadual de Educação, do funcionamento do sistema, das etapas da educação, do ensino superior, dos profissionais da educação, dos recursos para a educação, dentre outros aspectos. (Estado do Paraná, 1964)

O estado do Paraná, na Região Sul do Brasil, agrupa 399 municípios. Desses, 20 têm seu próprio sistema de ensino, representando 5% do total, o que significa que grande parte das redes municipais são vinculadas ao sistema estadual de educação. No estado, 99,5% dos Anos Iniciais do EF são de competência dos municípios e os Anos Finais do EF, da rede estadual (Movimento Colabora Educação, 2022). A estrutura ficou bem definida quanto à responsabilidade da oferta do EF, sendo os Anos Iniciais prioritariamente organizados e disponibilizados pelos municípios e os Anos Finais, pelo governo do estado.

Nesse contexto, segundo o Movimento Colabora Educação (2022), o Estado do Paraná, em 1964, por meio da Secretaria de Educação do Paraná (SEED), definiu a função de supervisão do funcionamento de instituições escolares estaduais, municipais e privadas a inspetorias regionais de ensino. Posteriormente, tais inspetorias foram extintas para dar lugar aos Núcleos Regionais de Educação (NREs), que desde 1992 apresentam a mesma configuração. Assim, a SEED é descentralizada em 32 NREs, os quais têm por função orientar, supervisionar e prestar apoio à regularização (credenciamento, autorização de funcionamento, reconhecimento, implantação, cessação, regimento escolar, matriz curricular e calendário escolar) às redes municipais de educação do estado.

Ainda sobre a gestão da educação pública estadual, enquanto o Paraná Educação tem a finalidade de auxiliar na gestão do Sistema Estadual de Educação, a Secretaria de Estado de

Educação do Paraná (SEED) está incumbida da supervisão da gestão e administração realizada pelo Paraná Educação, órgão instituído pela Lei Estadual nº. 11.970 de 19 de dezembro de 1997 e alterado em 2015 pela Lei Estadual nº. 18.540 de 1º de setembro de 2015. Caracteriza-se como pessoa jurídica de direito privado, na modalidade de serviço social autônomo, sem fins lucrativos, de interesse coletivo e que tem por finalidade de auxiliar na gestão da educação paranaense, a qual será realizada por meio da:

assistência institucional, técnico-científica, administrativa, de infraestrutura em educação, pedagógica, da aplicação de recursos orçamentários destinados pelo Governo do Estado, bem como da captação e gerenciamento de recursos de entes públicos e particulares nacionais e internacionais. (Estado do Paraná, 2015, p. 1)

O Paranaeducação, segundo seu Estatuto (Decreto nº. 8.961 de 06 de março de 2018), “goza de autonomia administrativa e financeira e vincula-se, por cooperação, à Secretaria de Estado da Educação – SEED.” (Estado do Paraná, 2018, p.1). Por esse excerto, entendemos que essa entidade tem auxiliado, paralelamente e em cooperação com a SEED, na execução da função pública em educação, dado que essa entidade tem por finalidade auxiliar na gestão do sistema estadual de ensino, por meio, por exemplo, de assistência técnico-científica e de captação e gerenciamento de recursos de entes públicos e particulares, nacionais e internacionais.

Dentre os compromissos dessa entidade está o de celebrar contratos e convênios; disponibilizar produtos e serviços com vistas à entidade se tornar um referencial de excelência de gestão de sistemas públicos de ensino (Estado do Paraná, 2018). Nesse sentido, em 2022 essa entidade publicou o Edital de Credenciamento nº. 03/2002, para contratar a prestação de serviço de assistência gerencial às unidades escolares do sistema educacional do estado, por meio do Projeto Parceiro da Escola. O objeto do Edital é assim definido:

o credenciamento de pessoas jurídicas, legalmente constituídas da área da educação, especializadas na assistência gerencial de Instituições de Ensino (“Instituições de Ensino”), objetivando a execução da gestão administrativa de unidades escolares, para atender as demandas das instituições [...] (Paranaeducação, 2022, p. 4)

Essa gestão administrativa prevê a atuação em 27 escolas estaduais que ofertam EF e EM, as quais abrangem significativo número de matrículas, sendo a menor com 408 matrículas e a maior com 1222 matrículas, com sedes em diferentes regiões do estado (Paranaeducação, 2022). De acordo com esse edital, além do gerenciamento da área

administrativa, financeira e estrutural, supervisão e apoio na gestão pedagógica das escolas, as entidades credenciadas deveriam fornecer e distribuir merenda a alunos e funcionários das escolas e uniformes aos primeiros; prestar serviços, executar e supervisionar a limpeza e a conservação das unidades escolares, mantendo a infraestrutura das mesmas; disponibilizar para cada escola um profissional com especialização em gestão educacional que teria a função de administrador geral dos serviços prestados pelo Paranaeducação (2022), e garantir nas escolas o acesso à internet com velocidade compatível com o funcionamento dos sistemas e materiais tecnológicos.

As exigências para as entidades serem credenciadas são: ter competência para o desempenho das atividades pertinentes, comprovada por meio de um contingente mínimo de cinco mil alunos em instituições próprias nos últimos três anos (mesmo grupo econômico) e comprovar média do ENEM acima de 550 pontos das instituições geridas. Considerando esses aspectos, fica evidente a transferência da gestão dessas 27 escolas públicas do estado do Paraná para o setor privado de grande porte. Nessa linha de raciocínio, o governo do estado do Paraná aprofundou essa perspectiva ao aprovar a Lei Estadual nº. 22.006 de 04 de junho de 2024, pela qual institui o Programa Parceiro da Escola, a ser desenvolvido nas instituições da rede estadual de ensino da Educação Básica do Paraná. Isso significa que a SEED poderá:

celebrar contrato com pessoas jurídicas de direito privado especializadas na prestação de serviços de gestão educacional e implementação de ações e estratégias que contribuam para a melhoria do processo de ensino e aprendizagem dos alunos e a eficiência na gestão das unidades escolares.
(Estado do Paraná, 2024)

Nessa Lei estão destacados os objetivos da implantação do Programa Parceiro da Escola:

I - garantir a gestão técnica e qualificada nas unidades educacionais, a fim de assegurar a prestação de serviços públicos educacionais de excelência;
II - manter o acesso universal, público e gratuito aos serviços educacionais prestados pelo Estado;
III - buscar o aumento da qualidade da educação pública estadual, por meio do estabelecimento de metas pedagógicas e modernização das estruturas administrativas e patrimoniais;
IV - garantir os direitos dos servidores públicos do quadro efetivo da Secretaria de Estado da Educação - SEED, lotados nas referidas unidades educacionais, assegurando, dentro das normas da Seed, oferta de vaga em concurso de remoção; e
V - garantir aos professores contratados pelo Programa Parceiros da Escola remuneração não inferior ao dos Professores Contratados por Regime Especial - PSS, bem como o direito às horas-atividade previsto na legislação trabalhista. (Estado do Paraná, 2024)

O que nos chama a atenção é o fato de não se trabalhar em favor desses objetivos dentro da própria esfera pública sem repassar responsabilidades ao setor privado. O município de Andirá, até o momento, não seguiu essa linha de pensamento e ação dos gestores estaduais da educação pública do Paraná, pois a rede pública de ensino da cidade é gerida pela Secretaria Municipal de Educação de Andirá e possui vínculo jurisdicional no NRE, localizado na cidade de Jacarezinho, distante 36 quilômetros.

Assim, professores e demais profissionais da Educação, funcionários da limpeza, merenda e transporte escolar, uniformes e materiais didático-pedagógicos, e infraestrutura são de responsabilidade do município de Andirá, no caso da EI e do EF Anos Iniciais. Devido aos vários ataques às escolas ocorridos em algumas cidades brasileiras, o município de Andirá terceirizou empresa de segurança para disponibilizar, no mínimo, um vigia em cada unidade escolar.

A Secretaria Municipal de Educação de Andirá é composta dos seguintes profissionais: uma secretária, a qual é concursada como pedagoga e nomeada como secretária; um agente administrativo; um diretor de departamento; seis coordenadoras pedagógicas e uma nutricionista. Também há o Centro de Atendimento Multidisciplinar com duas psicopedagogas e uma fonoaudióloga, estando em fase de contratação, em julho de 2024, uma profissional de psicologia, segundo informações da Secretaria Municipal de Educação. Na oferta da creche e EI, a rede municipal de Andirá conta com seis CMEIs que atendem crianças de 0 a 3 anos de idade, sendo cinco delas na zona urbana e uma no campo, que atende crianças até 5 anos.

O EF, conforme disposto na CF 88 e na LDB nº. 9.394 é obrigatório e gratuito na escola pública, sendo destinado a crianças e adolescentes entre seis e 14 anos de idade; tem como objetivo a formação básica do cidadão, mediante: o desenvolvimento da capacidade de aprendizagem, tendo em vista a aquisição de conhecimentos e habilidades e a formação de atitudes e valores; a obtenção dos meios básicos para o pleno domínio da leitura, da escrita e do cálculo; a compreensão do ambiente natural e social, do sistema político, da tecnologia, das artes e dos valores em que se fundamenta a sociedade; o fortalecimento dos vínculos de família, dos laços de solidariedade humana e de tolerância recíproca em que se assenta a vida social.

O EF é organizado em duas etapas: Anos Iniciais, que compreende do 1º ao 5º ano, e Anos Finais, ou Etapa II, que vai do 6º ao 9º ano. Como lemos anteriormente, quase 100% dos Anos Iniciais no estado do Paraná é de responsabilidade dos municípios. Em Andirá,

todas as escolas públicas dos Anos Iniciais são de responsabilidade do município e todas as escolas públicas que ofertam os Anos Finais, do governo estadual. A rede pública municipal conta com cinco escolas na zona urbana, das quais quatro ofertam EI e Anos Iniciais do EF, e uma escola do campo, que oferta os Anos Iniciais do Ensino Fundamental, totalizando seis escolas.

A EJA, como parte da Fase I do Ensino Fundamental, é oferecida no período noturno, na modalidade presencial, em uma das escolas do município, e se organiza pelo regime de etapas. A carga-horária a ser cumprida é de 1200/1440 horas-aula distribuídas em duas etapas de 600h cada durante o período de 2 (dois) anos. Cada etapa é composta pelas áreas de conhecimento da Base Nacional Comum.

Com relação aos Anos Finais do EF e ao EM, de acordo com o site do NRE Jacarezinho, em Andirá há três colégios estaduais na zona urbana que ofertam Anos Finais do EF e EM, sendo que um deles também disponibiliza a EJA-Fase II e um Colégio Estadual do Campo oferece os Anos Finais do EF. Quanto à modalidade da Educação Especial há uma escola que oferta EI e EF.

Na rede privada, o município conta com duas escolas que atendem a EI e o EF, localizadas na sede do Município. E na ES, não há IES públicas ou privadas, somente alguns polos da iniciativa privada que ofertam graduações e/ou pós-graduação *lato sensu* na modalidade EAD.

O município conta com um Plano de Carreira do Magistério Público desde o ano de 2003, conforme a Lei Municipal nº. 1.486 de 19 de agosto. Porém, essa Lei foi revogada em 2008, quando foi publicada uma nova lei municipal, a de nº. 1.857, de 04 de novembro, que dispõe sobre o Plano de Cargos, Carreira e Remuneração do Magistério do Município de Andirá. Nessa Lei afirma-se que o objetivo do Plano é promover a valorização, o desenvolvimento da carreira e o aperfeiçoamento continuado dos profissionais da educação da rede pública de ensino. (Município de Andirá, 2008)

Quanto aos profissionais da educação, a partir da nova Lei foram incluídos os cargos de Educador Infantil, professor de Educação Física e de Artes, com a manutenção dos cargos de professor e pedagogo que já estavam assegurados pela Lei anterior. Nova alteração na lei incluiu o cargo de professor de educação especial no ano de 2017, lei que, em termos técnicos, constitui um avanço dada a inclusão da gestão democrática do ensino público, o pleno desenvolvimento do educando e a garantia do padrão de qualidade do ensino enquanto finalidades da carreira do magistério. Em tal situação, entendemos que os legisladores

consideraram relevante o plano de carreira do magistério, contemplando a EI e os Anos Iniciais do EF, para aprimorar os resultados do ensino.

Segundo essa legislação, manteve-se a exigência mínima do Magistério ou Licenciatura Plena para ingresso na carreira de professor, sendo que para exercer a docência em classe especial ele deverá ter habilitação na área. Para o cargo de pedagogo, exige-se o Curso Superior em Pedagogia, mantendo-se a exigência da habilitação específica ou em pós-graduação em educação e experiência de no mínimo dois anos de docência. Para as funções de diretor, vice-diretor e coordenador pedagógico exige-se, além da Graduação em Pedagogia, especialização na área da Educação.

Também é prevista a realização obrigatória de concurso público para suprir vagas em aberto no quadro do magistério, bem como a realização, em caráter excepcional, de outras formas de contratação para professor substituto/temporário. Nessa Lei, manteve-se a elevação em níveis (por escolaridade), com acréscimo salarial entre 3% e 20%. A elevação horizontal, antes identificada como classe, passou a ser chamar referências, definindo-se a ordem e a quantidade de um a 15 e mantendo-se o percentual de acréscimo de 4% sobre os vencimentos. Em relação à lei anterior, foram mantidos os critérios de avaliação para a elevação horizontal, num misto de avaliação de desempenho e qualificação profissional.

Não há concurso para os cargos de diretor, vice-diretor de escolas e CMEIs, coordenador pedagógico de CMEIs e da Secretaria Municipal de Educação, e, sim, o pagamento de funções gratificadas para o servidor efetivo que for nomeado em uma dessas funções. Ocorre que até 2022 diretores e vice-diretores eram de livre nomeação dos gestores municipais, desde que cumprisse os requisitos mínimos do cargo de professor e/ou pedagogo. Em 2022 foi publicada a Lei Municipal nº. 3.599, de 06 de setembro, que assegurou que a escolha de diretor e vice-diretor das escolas municipais e CMEIs passaria a ser realizada por processo seletivo, consistindo de critérios técnicos de mérito e desempenho. (Município de Andirá, 2022)

No que diz respeito ao aperfeiçoamento profissional, o tema é tratado em apenas um artigo, que menciona que o município de Andirá incentivará a participação de todos os profissionais da educação de sua rede pública em cursos e programas de aperfeiçoamento e capacitação. E ainda estabelece que os cursos de capacitação, aperfeiçoamento ou atualização serão considerados títulos em concurso público ou promoção na carreira. No capítulo dos deveres, traz a frequência do servidor em cursos legalmente constituídos de aperfeiçoamento profissional, quando designado. Porém, não faz menção a mais detalhes sobre a formação continuada desses profissionais.

Geralmente, essas capacitações ocorrem a partir da realização de palestras com empresas e/ou profissionais contratados para essa finalidade e/ou parceria com polos de universidades, sendo que alguns dos professores do ES também realizam palestras. O mais comum é o palestrante ofertar o curso conforme contratado/determinado pela Secretaria Municipal de Educação. As semanas de planejamento escolar realizadas nas escolas e CMEIs, assim como as palestras, são certificadas pela Secretaria e servem como capacitação para elevação horizontal no plano de carreira do magistério.

Para a EI, a Secretaria Municipal de Educação adquire material didático (apostilas) da empresa Frère Théophane Durand/Sistema de Ensino (FTD/SiM)¹², que também oferece uma ou duas capacitações por ano, mas somente para os professores da Educação Infantil.

Por fim, cabe mencionar que o Plano Municipal de Educação (PME) 2015-2024 do município de Andirá é um anexo da Lei Municipal nº. 2.642, de 17 de junho de 2015. No que se refere à formação e valorização dos profissionais da Educação, o PME de Andirá destaca que:

A valorização dos profissionais da educação é um elemento essencial para a melhoria da qualidade da educação. Esta somente pode ser obtida mediante uma política global que incida simultaneamente sobre a formação inicial e continuada, as condições de trabalho, salário e plano de carreira. (Município de Andirá, 2015, p. 67)

O Plano definiu que, para a formação de profissionais da Educação mais qualificados, é necessário ampliar a articulação entre os sistemas de ensino e as IES. A formação continuada, entendida como uma estratégia essencial para a busca permanente da melhoria da qualidade da educação, tem como finalidade essencial “o aprimoramento dos saberes docentes, a reflexão sobre a prática educacional e o aperfeiçoamento técnico, ético e político dos profissionais que integram o sistema educacional.” (Município de Andirá, 2015, p. 68).

Considerando esses aspectos, no PME de Andirá 2015-2024 infere-se que a formação continuada deverá ser viabilizada pela Secretaria Municipal de Educação, em parceria com os governos estadual e federal, a partir da manutenção, implantação e adesão a projetos e programas de formação continuada, nesse processo valorizando a articulação com o ES. A Meta 7 do PME de Andirá-PR 2015-2024, como uma das estratégias voltada ao fomento da qualidade da Educação Básica, está “a formação continuada dos (as) profissionais

¹² Segundo o site dessa empresa, o nome FTD Educação é uma homenagem a Frère Théophane Durand, que foi Superior Geral da Congregação Marista entre 1883 e 1907.

da educação e o aprimoramento da gestão democrática [além do] apoio técnico e financeiro voltados à melhoria da gestão educacional, à formação de professores e professoras [...]” (Município de Andirá, 2015, p. 89). No mesmo Plano, a Meta 13 dispõe sobre a formação continuada de professores da Educação Básica, prevendo o alcance de 85% dos professores desse nível de ensino no âmbito da pós-graduação e garantindo a eles que essa formação se dê em sua área de atuação, considerando demandas e contextos do sistema de ensino.

Ao mesmo tempo que se definiu-se essa meta, pautaram-se as estratégias para o seu alcance, entre elas a realização do regime de colaboração e do planejamento estratégico para identificar a demanda por formação continuada, bem como a sua oferta; a divulgação dos programas do MEC no que compete à construção do conhecimento e à valorização da investigação; o incentivo aos professores nos programas da União que contemplem bolsas de estudo para pós-graduação. (Município de Andirá, 2015)

No questionário enviado à secretaria municipal de Educação de Andirá, perguntamos se possuía um plano de formação continuada de professores e, em caso afirmativo, de que maneira ele é estruturado. Em resposta, nos foi informado que, para os professores da EI, há quatro formações por ano, de maneira presencial e *on-line*, e os professores sempre são consultados quanto ao tema a ser abordado. Para os professores de Alfabetização são oferecidas formações presenciais e *on-line*. Ainda, o Município de Andirá aderiu ao Compromisso Criança Alfabetizada do Governo Federal, o qual inclui formações direcionadas aos professores alfabetizadores; aderiu também ao Educa Juntos, do governo do Paraná, que também capacita para a alfabetização, e à Prova Paraná, direcionada a alunos do 5º ano que dispõe de formação aos professores dos mesmos. No que respeita à formação das professoras da Educação Especial, a secretaria informou que a Coordenadoria da Educação Especial sempre oferece formação.

Acerca das parcerias entre a Secretaria Municipal de Educação de Andirá com universidades – estaduais e federais, ou particulares – para o desenvolvimento de ações de formação continuada aos professores da rede, nos foi informado que existe, porém, no formato remoto. Com relação às contribuições do estado do Paraná para essas ações a secretaria informou que “o Estado tem oferecido vários cursos em formato EAD e *lives* com muito suporte aos professores.” (Secretaria Municipal de Educação de Andirá, 2024) Já a colaboração advinda do governo federal, por meio do MEC, se dá pela Plataforma AVAMEC, riquíssima em cursos e com muitas *lives* de formação continuada com temas variados.

Foi questionado se a Secretaria Municipal de Educação tem encontrado dificuldades para o desenvolvimento de ações de formação continuada para os professores

da rede e, se sim, em quais aspectos e de que maneira tal situação pode ser resolvida. De acordo com a Secretaria, as dificuldades encontradas derivam da resistência a aderir às formações continuadas promovidas pelo NRE e pelo governo federal, o que entendemos ser de parte de alguns professores.

Finalizando o questionário, a Secretaria afirmou ter a percepção de que os professores necessitam de mais formações no formato presencial, principalmente de oficinas, sugerindo então que as ações de formação continuada desenvolvidas pela Secretaria Municipal de Educação podem ser aprimoradas a partir encontros presenciais que estabeleçam trocas de experiências exitosas e oficinas. (Secretaria Municipal de Educação de Andirá, 2024)

O EF do 6º ao 9º ano e o Ensino Médio é de responsabilidade do estado do Paraná, de modo que a rede pública em Andirá dispõe de quatro colégios estaduais, com três deles ofertando o EF e o EM, e 01 deles oferecendo somente o EF, sendo este a Escola do Campo.

Quanto ao Ensino Superior (ES), Andirá não possui nenhuma instituição, seja pública ou privada, apenas sedia alguns polos de EAD que ofertam alguns cursos de graduação e de pós-graduação *lato sensu*. A universidade pública mais próxima é a Universidade Estadual do Norte do Paraná, com *campi* nas cidades paranaenses de Jacarezinho, Bandeirantes e Cornélio Procópio, com cursos de graduação e pós-graduação *lato sensu*, tanto na modalidade presencial quanto na de EAD, além de alguns programas de pós-graduação *stricto sensu*. O município de Bandeirantes conta também com o *campus* da Universidade Norte do Paraná (UNOPAR/Faculdades Anhanguera), com cursos presenciais e EAD de graduação e pós-graduação *lato sensu*. O acesso a essas e a outras universidades da região¹³ é facilitado pelo transporte universitário disponibilizado pela Associação de Estudantes, com apoio do Poder Executivo Municipal.

4.3 Perfil das professoras dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental de Andirá

Para identificarmos o perfil das professoras participantes desta pesquisa, utilizamos os dados coletados no questionário, conforme mencionado na subseção 2.2 desta tese. Desta maneira, no Quadro 5, mostramos a quantidade de professoras que respondeu ao questionário.

¹³ Transporte para as IES de Bandeirantes-PR, Cornélio Procópio- PR, Jacarezinho-PR, Ourinhos-SP e Assis-SP.

QUADRO 5 – PARTICIPANTES DA PESQUISA: ETAPA I

Professores	Quantidade	%
Total	158	100%
Participantes (fase inicial- questionário)	32	20,25%

Fonte: Banco de dados desta pesquisa, organizado pela autora, 2023

Das 32 professoras que responderam ao questionário, seis o preencheram de forma *on-line* e as demais, na versão impressa. As respostas ao questionário resultaram em amostra significativa, com recortes para identificar o perfil dos participantes dessa etapa da pesquisa e as percepções que as professoras apresentaram sobre as potencialidades da docência¹⁴, bem como seus principais desafios.

As questões formuladas aos docentes tiveram a finalidade de identificar as seguintes categorias: Gênero, Idade, Formação Inicial, Formação Continuada, Exercício Profissional, Principais Desafios e Potencialidades da Docência Atual.

Na categoria Gênero, os participantes tinham a possibilidade de escolher entre três opções: masculino, feminino ou prefiro não dizer. Assim, pudemos identificar a quantidade de respostas conforme organizadas no Quadro 6

QUADRO 6 – GÊNERO DOS PARTICIPANTES

Gênero	Quantidade	%
Feminino	31	97
Masculino	01	3
Total	32	100

Fonte: Banco de dados desta pesquisa, organizado pela autora, 2023

O quadro de professoras dos Anos Iniciais do EF de Andirá está em consonância com os dados dos professores disponibilizados pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP): de acordo com o Censo Escolar de 2021, as professoras eram a maioria em todas as etapas da Educação Básica, sendo que nos Anos Iniciais do EF o gênero feminino correspondia a 88,1% do total (Brasil, 2023). Esse perfil de gênero do município está em consonância com os números nacionais, como se pode ver no Censo da Educação Superior de 2022 que informa que nos cursos de Licenciatura, que formam docentes para os vários níveis de ensino, 73,3% das matrículas são do gênero feminino. (Brasil, 2023)

A próxima categoria refere-se à idade das participantes da pesquisa, sendo que elas tinham quatro opções de respostas, apresentadas no Quadro 7.

¹⁴ Potencialidades da docência, entendida aqui no sentido das capacidades e possibilidades sobre o exercício dessa profissão.

QUADRO 7 – FAIXA ETÁRIA

Idade	Quantidade	%
18 a 29 anos	03	9,38
30 a 39 anos	05	15,62
40 a 60 anos	22	68,75
Mais de 60 anos	02	6,25
Total	32	100%

Fonte: Banco de dados desta pesquisa, organizado pela autora, 2023

Podemos observar que a maioria (22) se encontra na faixa entre 40 a 60 anos de idade e a minoria (02) possui mais de 60 anos, variando assim entre jovens, adultos e idosos.

O Quadro 8 traz informações sobre o endereço do profissional. A pergunta que originou as respostas abaixo apresentadas foi pensada no sentido de identificar se o professor residia no mesmo município onde desenvolvia suas atividades profissionais, sob o entendimento de que o tempo dispendido para chegar ao trabalho poderá influenciar nas suas condições de trabalho e na qualidade de vida, com a possibilidade de dispor de mais tempo para estudos, lazer, descanso.

QUADRO 8 – LOCALIDADE DE RESIDÊNCIA

Localidade	Quantidade	%
Neste município	31	96,87
Outro município	01	3,13
Total	32	100

Fonte: Banco de dados desta pesquisa, organizado pela autora, 2023

Conforme visualizado no Quadro 8, identifica-se que uma única professora reside em outro município, porém, ela não foi questionada sobre se esse fato impacta sua qualidade de vida e como isso se dá.

Na categoria ‘Vínculo de Trabalho’, havia duas opções de resposta, e os resultados estão expostos no Quadro 9.

QUADRO 9 – VÍNCULO DE TRABALHO

Vínculo	Quantidade	%
Concursado/efetivo	22	68,75
Celetista/temporário	10	31,25
Total	32	100

Fonte: Banco de dados desta pesquisa, organizado pela autora, 2023

Observamos que, apesar de haver um número significativo de professoras contratadas temporariamente (10), a maioria (22) é servidora efetiva. Entendemos que o contrato temporário pode gerar uma fragmentação do trabalho, porém, faz-se necessário para substituições temporárias como licença maternidade, licença-prêmio e afastamentos de saúde. No caso em questão, o PSS foi realizado pelo município, por não haver concurso público vigente à época¹⁵ da coleta de dados.

Com relação ao tempo de experiência profissional no cargo de professora, as participantes da pesquisa dispunham de seis opções de respostas e os resultados são apresentados no Quadro 10.

QUADRO 10 – EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL

Tempo de experiência como professora	Quantidade	%
Mais de 10 anos	14	43,75
Mais de 20 anos	08	25
06 a 10 anos	04	12,5
01 a 03 anos	03	9,38
Menos de 01 ano	02	6,25
03 a 05 anos	01	3,12
Total	32	100

Fonte: Banco de dados desta pesquisa, organizado pela autora, 2023

Observamos que a maioria (14) das professoras trabalha há mais de 10 anos, oito delas há mais de 20 anos e as demais entre 01 a menos de 10 anos, sendo que duas professoras trabalham há menos de um ano. Nessa categoria da experiência profissional trazemos a fala de Tardif (2002), o qual afirma que um dos conjuntos de saberes dos professores é o que advém de sua própria experiência na profissão em sala de aula de uma escola formal, o que valoriza a disseminação e intercâmbio de saberes entre os pares, assim como a própria construção dialogada de saberes.

No que compete à jornada de trabalho semanal, as participantes tinham três opções de respostas, que correspondiam a 20h, 40h ou outros. Também organizamos as respostas sobre a quantidade de escolas em que as professoras trabalham, a partir da pergunta, “Em qual você trabalha?”, com seis opções (Escolas Municipais de EF I, porém aqui foram suprimidos os nomes por questões éticas de pesquisa). No Quadro 11 apresentamos os resultados derivados dessas questões.

¹⁵ O questionário foi realizado em 2023, anteriormente à realização de concurso público do município de Andirá.

QUADRO 11 – JORNADA DE TRABALHO

Carga horária semanal	Prof. que trabalham	%	Quantidade de professor x escola que trabalham
20h/s	20	62,5	19 trabalham em 01 escola; 01 participante trabalha em 02 escolas;
40h/s	12	37,5	07 trabalham 01 escola; 05 trabalham em 02 escolas;
Total	32	100%	26 trabalham em 01 escola; 06 trabalham em 02 escolas;

Fonte: Banco de dados desta pesquisa, organizado pela autora, 2023

Observamos que a maioria (20) das professoras trabalha 20h/s, sendo 19 delas em uma mesma escola e uma delas em duas escolas. Das 12 professoras que trabalham 40h/s, sete trabalham em apenas uma escola e cinco, em duas escolas. Essa questão nos faz refletir sobre a influência sobre a qualidade de vida do professor em razão do tempo de deslocamento de uma escola para outra.

Nesse contexto, Grochoska e Gouveia (2020) consideram que a valorização do professor é um dos aspectos para se chegar à qualidade da educação nacional, passando pela qualidade das condições de trabalho e da vida do trabalhador. Ao pesquisar sobre a qualidade de vida do professor com professores de dois municípios paranaenses, as autoras chegaram a aspectos comuns que podem representar qualidade de vida: “os professores relacionaram os aspectos de qualidade de vida à boa remuneração; ao lazer e à cultura, e ao tempo com a família.” (Grochoska, Gouveia, 2020, p.13)

Quanto à experiência profissional no exercício da docência em outro nível de ensino ou outras fases da Educação Básica, os professores tinham nove opções de respostas: Educação Infantil; Ensino Fundamental II (6º ao 9º ano); Ensino Médio; Curso Técnico; Ensino Superior (Graduação e Pós-Graduação); Cursos de Aperfeiçoamento; Projetos/Serviços Sociais; Outros; Não. As respostas foram classificadas e estão dispostas no Quadro 12.

QUADRO 12 – EXERCÍCIO PROFISSIONAL EM OUTRO NÍVEL DE ENSINO OU OUTRAS FASES DA EDUCAÇÃO BÁSICA

Trabalhou(a) em outros níveis e/ou fases	Quantidade	%	Quais níveis e/ou fases
Sim	28	87,5	- 17 na Educação Infantil; - 03 em Projetos Sociais; - 01 no Ensino Fundamental II; - 01 no Ensino Médio; - 01 em Curso Técnico.

			- 01 na Educação Infantil; em Curso Técnico e Curso de Aperfeiçoamento; - 01 na Educação Infantil e Curso Técnico; - 01 deles na Educação Infantil, no Ensino Médio e Curso de Aperfeiçoamento; - 01 na Educação Infantil e no Ensino Superior; - 01 no Ensino Médio e Cursos de Aperfeiçoamento;
Não	04	12,5	
Total	32	00	

Fonte: Banco de dados desta pesquisa, organizado pela autora, 2023

Observamos que um número bastante expressivo (28) já trabalhou como professora em outros contextos, o que revela a experiência profissional em outra fase da Educação Básica ou nível de ensino. Desses, 21 atuaram na Educação Infantil e as demais, em outras etapas da Educação Básica, tendo uma delas já trabalhado no Ensino Superior.

Na categoria “Escolaridade”, que questionava a formação inicial docente, as professoras tinham as seguintes opções de resposta: Magistério; Pedagogia; Outras Licenciaturas; Bacharelado, podendo escolher quantas opções correspondessem à sua formação. No Quadro 13, apresentamos a classificação das respostas.

QUADRO 13 – FORMAÇÃO INICIAL

Cursos	Quantidade	%
Pedagogia	08	25
Outras licenciaturas (1 a 2 cursos)	08	25
Magistério; Pedagogia; Outras Licenciaturas	06	18,76
Magistério e Pedagogia	05	15,62
Pedagogia e outras Licenciaturas	02	6,25
Magistério; Pedagogia; Bacharel; Outras Licenciaturas	02	6,25
Magistério e Outras Licenciaturas	01	3,12
Total	32	100%

Fonte: Banco de dados desta pesquisa, organizado pela autora, 2023

Observamos que a maioria (23) das professoras cursou Pedagogia e 24 cursaram mais de um curso de formação. As professoras que cursaram Outras Licenciaturas informaram quais foram: História, Geografia, Letras, Educação Física, Ciências Biológicas.

Como disposto no Art. 61 da LDB nº 9.394/1996, dentre os profissionais da Educação Escolar Básica consideram-se os que nela estão em efetivo exercício e aqueles formados em cursos reconhecidos, a saber:

- I – professores habilitados em nível médio ou superior para a docência na educação infantil e nos ensinos fundamental e médio;
- II – trabalhadores em educação portadores de diploma de pedagogia
[...] (Redação dada pela Lei nº 12.014, de 2009)

III – trabalhadores em educação, portadores de diploma de curso técnico ou superior em área pedagógica ou afim. (Incluído pela Lei nº 12.014, de 2009). (Brasil, 1996)

Entendemos que todas as professoras que responderam ao questionário estão de acordo com as exigências legais da profissão. E a seguir apresentamos o Quadro 14, organizado a partir das respostas sobre o tipo de instituição em que cursou a graduação, em que modalidade (presencial ou EaD) e qual o tempo de conclusão.

QUADRO 14 – INSTITUIÇÃO, MODALIDADE E CONCLUSÃO DA GRADUAÇÃO

Instituição da Graduação	Quantidade
Pública	17
Privada	21
Privada, mas com Bolsa de Estudo	01
Modalidade graduação	
Presencial	21
Semipresencial	05
Totalmente EAD	09
Concluiu Graduação há	
Mais de 10 anos	14
03 a 05 anos	09
Mais de 20 anos	05
01 a 02 anos	03
06 a 10 anos	02
Menos de 01 ano	01

Fonte: Banco de dados desta pesquisa, organizado pela autora, 2023

Ressaltamos que nem todas as participantes responderam os dados de todas as graduações que cursaram. Considerando que várias professoras fizeram mais de um curso, a somatória geral não resulta em 32, como na maioria dos outros quadros. Percebemos que uma quantidade significativa de professoras (22) cursou a graduação em instituições privadas e 17 em instituições públicas. O crescimento das IES privadas é uma tendência mostrada no Censo da Educação Superior de 2022, que mostra que 88% das IES são privadas. (Brasil, 2023)

Quanto à modalidade de ensino, a maioria (21) estudou de forma presencial, seguido de nove na modalidade EAD e cinco na semipresencial. Apesar de a maioria das professoras ter cursado graduação na modalidade presencial, a tendência que se verifica é de forte ampliação de licenciatura na modalidade EAD, conforme afirma o relatório do CES 2022: “Em relação à modalidade de ensino, as matrículas em cursos de licenciatura presencial representam 35,8%, enquanto licenciatura a distância são 64,2% do total de matrículas.” (Brasil, 2023). Essa diferença pode ser explicada em virtude do tempo de conclusão da graduação, pois 14 das professoras participantes a concluíram há mais de 10 anos; 14, entre um a 10 anos; e uma professora concluiu há menos de um ano.

A LDB nº. 9.394/1996 e suas subsequentes alterações tratam da formação inicial e continuada de professores. No Art. 62, § 1º, define que União, Distrito Federal, estados e municípios deverão promover, em regime de colaboração, a formação inicial, a continuada e a capacitação dos profissionais do magistério. Para cumprir o Art. 39, §3º, que reza que os cursos de educação profissional tecnológica, de graduação e pós-graduação devem ser organizados de acordo com as diretrizes curriculares nacionais estabelecidas pelo Conselho Nacional de Educação/Câmara de Educação Superior (CNE/CES) publicou a Resolução nº 1, de 6 de abril de 2018, que estabeleceu diretrizes e normas para a oferta de cursos de pós-graduação *lato sensu*, denominados cursos de especialização, no âmbito do Sistema Federal de Educação Superior. No Art. 1º desta Resolução lemos que os objetivos de cursos dos cursos de *lato sensu* tem como função:

complementar a formação acadêmica, atualizar, incorporar competências técnicas e desenvolver novos perfis profissionais, com vistas ao aprimoramento da atuação no mundo do trabalho e ao atendimento de demandas por profissionais tecnicamente mais qualificados para o setor público, as empresas e as organizações do terceiro setor, tendo em vista o desenvolvimento do país. (Brasil, 2018)

A Resolução possibilita que os cursos sejam realizados na modalidade presencial e/ou a distância, desde que reconhecidos. Para ser considerado um curso dessa natureza, há exigência de carga horária mínima de 360 horas. Considerando os objetivos iniciais da primeira fase da pesquisa, perguntamos às professoras se haviam cursado pós-graduação *lato sensu* (Especialização), Mestrado e Doutorado. As respostas estão classificadas no Quadro 15.

QUADRO 15 – FORMAÇÃO CONTINUADA EM CURSOS LATO SENSU E STRICTO SENSU

Cursos	Quantidade de professoras	%
Não cursou	01	3,125
Lato Sensu	30	93,75
Lato Sensu e Mestrado	01	3,125
Doutorado	00	
Universidade		
Pública	04	12,90
Privada	24	77,42
Pública e Privada	02	6,45
Não respondeu	01	3,23
Modalidade		
Presencial	6	
Semipresencial	2	
Totalmente EaD	11	
Concluiu o Curso há		
01 a 02 anos	9	
Mais de 10 anos	3	

06 a 10 anos	3	
Mais de 20 anos	2	
Menos de 01 ano	1	
Quando cursou a Pós-Graduação já trabalhava como professor		
Sim	23	
Não	07	
Não respondeu	01	

Fonte: Banco de dados desta pesquisa, organizado pela autora, 2023

Observamos que, das 32 participantes da pesquisa, 31 cursaram pós-graduação *lato sensu* e uma delas também cursou uma pós-graduação stricto sensu, no nível de Mestrado. Isso revela a necessidade e a busca das professoras por formação continuada, tendo em vista que apenas uma das participantes da pesquisa não havia cursado pós-graduação à época da coleta dos dados. Desses, 23 já trabalhavam como professoras quando cursaram pós-graduação, indicando possivelmente uma necessidade de especialização em assuntos específicos relacionados à Educação e à sua prática pedagógica. A maioria cursou pós-graduação *lato sensu* na modalidade EAD, seguido da presencial, e, por último, semipresencial. Quanto ao tempo de conclusão, apenas duas professoras cursaram pós há mais de 20 anos, enquanto a maioria (9) delas havia concluído entre um a dois anos, ou seja, recentemente. Podemos entender que a exigência e/ou necessidade de cursos de pós-graduação está maior nos últimos anos, seja motivada pela concorrência no mercado de trabalho seja pela necessidade de aprofundar conhecimentos, bem como o acesso aos cursos dessa natureza também pode ter sido mais facilitado ultimamente do lado da oferta, como pode ser visualizado no Quadro 1.

No questionário, também solicitamos às participantes que informassem os nomes dos cursos de pós-graduação realizados. No Quadro 16, foram organizados os nomes dos cursos, aglutinados por semelhança no título.

QUADRO 16 – CURSOS DE PÓS-GRADUAÇÃO *LATO SENSU* E *STRICTO SENSU*

Cursos	Quantidade
Psicopedagogia / Psicopedagogia institucional /Psicopedagogia Institucional e Clínica	12
Educação Especial/ Educação Especial e Inclusiva/ Atendimento Educacional Especializado	12
Gestão escolar: Orientação Educacional/ Supervisão e Direção Escolar/ Orientação e Supervisão/ Gestão, Supervisão e Orientação/ Gestão Escolar/ Liderança no Espaço Escolar	08
Alfabetização Letramento/Metodologia da Alfabetização	04
Educação	04
Neuropsicopedagogia	04

Letras Anglo-Portuguesas/ Língua Portuguesa e Literatura Brasileira	02
LIBRAS / LIBRAS e BRAILE	02
Psicomotricidade e Transtorno Global do Desenvolvimento (TGD)	01
Tecnologias da Informação e Comunicação na Educação	01
Educação Infantil	01
Alfabetização Matemática	01
História e Geografia	01
Mestrado Profissional em Ensino	01
Total de cursos	54

Fonte: Banco de dados desta pesquisa, organizado pela autora, 2023

Observamos que a maioria cursou uma pós-graduação nas áreas de Psicopedagogia e Educação Especial, sendo 12 professoras em cada um destes cursos; em segundo lugar, oito professoras cursaram uma pós *lato sensu* em Gestão Escolar. Pelos nomes dos cursos indicados, percebemos que todos estão relacionados a conteúdos/saberes específicos da Educação e daqueles vinculados à prática pedagógica docente.

Retomando o perfil médio das professoras, representado pela maioria das participantes e segundo as categorias identificadas, podemos inferir que o corpo docente dos Anos Iniciais do EF da rede pública de Andirá é composto, por ampla maioria, do gênero feminino; tem idade média entre 40 a 60 anos; reside no próprio município, com exceção de uma participante. Quanto à formação profissional inicial, muitas professoras cursaram Magistério, Pedagogia e/ou Outras Licenciaturas, na modalidade presencial, sendo a maioria em instituições de ensino pública e há mais de 10 anos. No caso da formação continuada, 31 professoras cursaram pós-graduação *lato sensu*, sendo que uma destas também cursou uma pós *stricto sensu*. Com relação aos cursos de *lato sensu*, a maioria cursou em instituição de ensino da rede privada e na modalidade EaD, e o fizeram quando já exerciam a docência, com temas ligados à prática pedagógica docente, ao ensino e aprendizagem e à gestão.

Salientando a experiência dessas participantes enquanto professoras, 14 delas exercem a docência há mais de 10 anos e oito há mais de 20 anos. A maioria das professoras tem o vínculo de trabalho efetivo, com carga horária semanal de 20h de trabalho e exercício do magistério em uma só escola. Também destacamos que 28 das 32 participantes já exerceram a docência em outras etapas da Educação Básica e uma delas também no nível superior.

Assim, quanto à formação docente e a experiência no exercício da função, as professoras participantes desta pesquisa possuem uma vasta quantidade de cursos de formação de professores (tanto inicial como continuada) bem como a experiência docente é ampla. São aspectos que podem fazer diferença na qualidade do ensino ministrado, conforme defende Tardif (2002), ao apresentar quatro tipos diferentes de saberes que estão relacionados à prática

docente: saberes da formação profissional; saberes disciplinares; saberes curriculares; saberes experienciais. Na perspectiva desse pesquisador, os saberes experienciais são bastante valorizados pelos professores, pois é no cotidiano escolar que estes profissionais vivenciam as situações reais e o conhecimento advindo da experiência profissional é valorizado.

A seguir, identificamos o perfil das professoras participantes da entrevista, de maneira descritiva:

P2 - É do gênero feminino, faixa etária entre 40 e 60 anos. Tem formação em Magistério, Pedagogia e Pós-Graduação *Lato Sensu* em Educação Especial. Exerce a função de professora e pedagoga, com vínculo de trabalho efetivo, há mais de 20 anos e trabalha 40 horas por semana em uma escola do município de Andirá. Também trabalhou como professora na Educação Infantil, em curso técnico e em cursos de aperfeiçoamento. Enxerga como potencialidades da docência a empatia e o gostar da profissão na EI e nos Anos Iniciais do EF. Vê como desafios ou dificuldades da docência: número excessivo de alunos por turma; falta de equipamentos tecnológicos; prender a atenção dos alunos na “competição” entre mundo virtual e mundo real; número grande de crianças com algum tipo de transtorno.

P3 - É do gênero feminino, faixa etária entre 30 e 39 anos. Sua formação é Magistério, Pedagogia e Pós-Graduação *Lato Sensu* em Psicopedagogia Institucional e Clínica; Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS); Tecnologias da Informação e Comunicação na Educação; Educação Especial e Inclusiva, e Mestrado em Ensino. Exerce a função de professora e pedagoga, com vínculo de trabalho efetivo há mais de 10 anos e trabalha 40 horas por semana em duas escolas do município de Andirá. Também trabalhou como professora na Educação Infantil e em curso técnico. Considera como potencialidades da docência a contribuição para o desenvolvimento das habilidades de cada aluno como cidadão consciente de seus direitos e deveres e que saibam ler, interpretar, calcular, produzir e utilizar tais saberes. Como dificuldades/desafios da docência atual, ela considera as carências em vários aspectos: de materiais pedagógicos e tecnológicos; de professores para atender toda a demanda (ex.: professores de reforço e de apoio, professores auxiliares) e alguns sem a devida competência profissional; de incentivo para o professor se especializar, como parcerias entre município e universidade; de apoio de algumas famílias que depositam unicamente no professor a responsabilidade pela educação de seus filhos, e desvalorização profissional de um modo geral.

P6 - É do gênero feminino, faixa etária entre 40 e 60 anos. Sua formação é em Pedagogia e Pós-Graduação *Lato Sensu* em Psicopedagogia e em Liderança no Espaço Escolar. Exerce a função de pedagoga efetiva há mais de 10 anos e trabalha 20 horas por

semana em escola de Andirá. Já trabalhou como professora na Educação Infantil. Considera como potencialidades da docência: formação do professor e as possibilidades das políticas públicas de promover a formação de indivíduos formadores da diversidade cultural. Enquanto dificuldades/desafios atuais da docência, ela considera as resistências às atualizações e inovações em sala de aula e à realidade tecnológica como ferramenta no ambiente escolar.

P11 - É do gênero feminino, faixa etária entre 40 e 60 anos. É graduada em Educação Física e cursou Pós-Graduação *Lato Sensu* em Psicopedagogia Institucional e Clínica. Exerce a função de professora efetiva há mais de 10 anos e trabalha 20 horas por semana em escola municipal de Andirá. Já trabalhou como professora na Educação Infantil e em Projetos Sociais. Avalia como potencialidades da docência: empatia e boa comunicação com os alunos, além da paciência com os alunos e o aprendizado com eles. As dificuldades atuais da docência indicadas por ela são: falta de materiais, desvalorização da profissão, diversificação de atividades, diferentes tipos de alunos e uso de novas tecnologias.

P15 - É do gênero feminino, faixa etária entre 40 e 60 anos. Sua formação é em Magistério, Pedagogia e Pós-Graduação *Lato Sensu* em Psicopedagogia Institucional. É professora efetiva há mais de 10 anos e trabalha 20 horas por semana em escola do município de Andirá. Já exerceu a profissão de professora na Educação Infantil. Não respondeu questões sobre potencialidades e dificuldades atuais do exercício da docência.

P20 - É do gênero feminino, faixa etária entre 40 e 60 anos. Sua formação é em Magistério, Pedagogia e outras licenciaturas, tem bacharelado (não informado qual curso) e Pós-Graduação *Lato Sensu* em Psicopedagogia, em Letras Anglo-Portuguesas e em Ensino Superior. Exerce a função de professora há mais de 20 anos, com vínculo trabalhista efetivo, e trabalha 40 horas por semana em escola municipal de Andirá. Já trabalhou como professora na Educação Infantil e no Ensino Superior. Considera como potencialidades da docência as questões de formação dos professores, mas no sentido da insuficiência de treinamentos para tratar de questões comportamentais e de aprendizagem. Como desafios ou dificuldades, considera a falta de vontade dos alunos de quererem aprender e a falta de apoio dos responsáveis pelo ato de educar.

P25 - É do gênero masculino, faixa etária de mais de 60 anos. Sua formação é em Magistério, Pedagogia, Licenciatura em Artes Visuais e Pós-Graduação *Lato Sensu* em Língua Portuguesa e Literatura Brasileira. Exerce a função de professor há mais de 20 anos, com vínculo trabalhista efetivo, e trabalha 20 horas por semana em escola de Andirá. Já trabalhou como professor na Educação Infantil. Considera como potencialidades da docência, a percepção de que o professor precisa rever o seu modo de ensinar e buscar novas formas de

ensinar, com vistas a facilitar a aprendizagem dos alunos, mas sem desprezar o que sempre deu certo. Como desafios da docência, menciona dificuldades de aprendizagem dos alunos e, para os professores, de conseguir a atenção dos estudantes nas aulas e de darem atendimento individual a alunos nessas condições, seja por problemas de ordem social seja por doenças que os leva a faltarem nas aulas.

Observamos que as professoras possuem ampla formação para a profissão docente, apresentando-se com mais de um curso, tanto de formação inicial quanto outras graduações e especializações em nível de *lato sensu*. Além disso, tem uma vasta experiência no exercício da docência, sendo que todas têm mais de 10 anos trabalhando como professoras dos Anos Iniciais do EF da rede pública de ensino de Andirá, além de experiências como professoras em outras etapas da Educação Básica e no Ensino Superior. O vínculo de trabalho de todas é efetivo, o que se caracteriza pela continuidade do processo de trabalho.

4.4 Potencialidades e desafios da docência

Na parte final do questionário, solicitamos às professoras que se expressassem sobre suas expectativas acerca da educação e das principais potencialidades da docência, visando entender suas concepções a respeito. A maioria delas mencionou mais de uma potencialidade, assim, as respostas foram agrupadas/organizadas conforme semelhança e as dispusemos no Quadro 17.

QUADRO 17– POTENCIALIDADES DA DOCÊNCIA SEGUNDO AS PARTICIPANTES

Categorias	Textos /Excertos (entre um a dois excertos por categoria)
Empatia: Apontada por 3 professoras (P1, P2, P22)	“No ensino infantil e fundamental I ainda está na empatia e o gostar da profissão” (P2, 2023)
Aprendizagem/habilidades: Apontada por 3 professoras (P3, P18, P19)	“Contribuir para o desenvolvimento das habilidades de cada aluno; contribuir para o desenvolvimento de cidadãos conscientes de seus direitos e deveres [...]” (P3, 2023) “É necessário explorar as habilidades dos alunos através de salas de apoio, salas de recursos, ensino em tempo integral [...]” (P18, 2023)
Prática pedagógica Apontada por 4 professoras (P4, P5, P25, P28)	“Passar aos alunos o conhecimento necessário para que eles adquirem a alfabetização” (P5, 2023) “A busca pela evolução da prática pedagógica [...]” (P28, 2023)
Formação dos professores:	“A formação do professor e as possibilidades das políticas públicas em promover a formação de indivíduos formadores

Apontada por 4 professoras (P6, P20, P28, P26)	“de diversidade cultural” (P6, 2023) “Além dos vários cursos de capacitação que são fornecidos” (P26, 2023)
Tecnologia e inovação Apontada por 4 professoras (P9, P10, P13, P21)	“Acho que a inovação nas salas de aula e recursos para o ensino” (P9, 2023) “Tecnologia, recursos e inovação dentro da sala de aula” (P10, 2023)
Ouvir os alunos Apontada por 4 professoras (P11, P14, P16, P24)	“empatia, uma boa comunicação com os alunos, paciência, motivar os alunos e aprender com eles também” (P11, 2023) “é saber ouvir os seus alunos; tanto para perguntas e dúvidas, mas também para as críticas construtivas que surgem” (P14, 2023)
Materiais/Recursos pedagógicos Apontada por 4 professoras (P14, P26, P27, P30)	“Atualmente, percebo a vasta quantidade de materiais para o suporte do professor em suas aulas [...]” (P26, 2023) “Hoje contamos com grandes suportes pedagógicos para atender aos nossos alunos, materiais diferenciados que vem dando suporte na aprendizagem” (P27, 2023)
Criatividade Apontada por 2 professoras (P31, P16)	“O professor precisa ser criativo, utilizar recursos próprios, pois nas escolas, oferecem quadro, giz e nem livros há para todos os alunos. [...] O professor, apesar de desvalorizado, é o profissional que mais precisa se reinventar” (P31, 2023)
Criticidade Apontada por 2 professoras (P11, P16)	“Pensamento crítico” (P16, 2023) “A análise crítica, ter senso [...]” (P11, 2023)
Gestão escolar Apontada por 1 professora (P16)	“Liderança” (P16, 2023)
Perseverança Apontada por 1 professora (P32)	“é a perseverança dos educadores de uma educação melhor” (P32, 2023)

Fonte: Banco de dados desta pesquisa, organizado pela autora, 2023

Das potencialidades da docência apontadas pelas professoras, as que foram citadas mais vezes (quatro) estão relacionadas a:

- a) tecnologia e inovação em sala de aula, prática pedagógica;
- b) formação de professores;
- c) ouvir os alunos; e
- d) materiais/recursos pedagógicos.
- e) prática pedagógica.

Na sequência ficaram as categorias Aprendizagem/Habilidades e Empatia, com três menções cada uma; Criatividade e Criticidade foram citadas duas vezes, e Gestão Escolar e Perseverança foram citadas apenas uma vez.

Solicitamos também às docentes que comentassem sobre os principais desafios da docência. Destacamos que a maioria das professoras mencionou mais de um desafio, entendendo-o como uma dificuldade. As respostas foram organizadas conforme semelhanças nas menções e estão dispostas no Quadro 18.

QUADRO 18– PRINCIPAIS DESAFIOS DA DOCÊNCIA, SEGUNDO AS PARTICIPANTES

Categorias	Texto/Excerto (entre um a dois excertos por categoria)
Indisciplina: Apontada por 8 professoras; (P1, P5, P18, P21, P22, P25, P31, P32)	“Diferentes tipos de alunos: tímido, estudosos, irresponsável, despreocupado, impaciente, mal-educado [...]” (P22, 2023) “As crianças estão sem limites e não respeitam regras da escola, da sala e o horário/momento correto para conversar” (P31, 2023)
Falta de recursos: Apontada por 5 professoras (P2, P3, P11, P28, P32)	“Falta de equipamento tecnológico disponível para trabalhar em sala” (P2, 2023) “falta de materiais pedagógicos (jogos, livros didáticos que vem em quantidade que não atende todos os alunos); falta de materiais tecnológicos suficiente para desenvolvermos um bom trabalho (computador, impressora, televisão) [...]” (P3, 2023)
Superlotação: Apontada por 8 professoras (P2, P3, P14, P18, P25, P26, P27, P29)	“salas de aula numerosas devido a falta de espaço físico na escola para atender a demanda [...]” (P3, 2023) “Acredito que as salas de aula com grande quantidades de alunos e o aumento de alunos com inclusão vem sendo uns dos maiores desafios à docência” (P27, 2023)
Formação docente continuada Apontada por 01 professora	“falta de incentivo para o professor se especializar, como parceria entre município e universidade; professores sem a devida competência profissional para atuação em sala de aula” (P3, 2023)
Pouco interesse dos alunos para a aprendizagem: Apontada por 5 professoras (P2, P4, P19, P20, P25)	“Prender a atenção dos alunos em relação ao mundo virtual e o real” (P2, 2023) “Falta de interesse e muita dificuldade na aprendizagem por parte dos alunos” (P19, 2023)
Pós-pandemia: Apontada por 4 professoras (P9, P10, P16, P22)	“a alfabetização já que as crianças estavam estudando ONLINE e não tiveram o apoio necessário” (P9, 2023) “Pós-pandemia tudo ficou mais difícil, pois os alunos estão em diferentes níveis” (P16, 2023)
Falta de apoio familiar: Apontada por 07 professoras (P3, P10, P16, P18, P20, P21, P31)	“falta de apoio de algumas famílias que depositam unicamente no professor a responsabilidade pela educação de seus filhos, sendo que a tarefa da escola é ensinar e reforçar a educação recebida em casa” (P3, 2023) “O maior desafio é lidar com a falta de apoio, crítica dos pais” (P21, 2023)
Desvalorização profissional: Apontada por 07 professoras	“Desvalorização profissional” (P18, 2023)

(P3, P11, P13, P18, P22, P21, P24)	
Dificuldades de aprendizagem: Apontada 3 professoras (P22, P24, P25)	“Defasagem no aprendizado por falta de interesse dos alunos [...]” (P22, 2023) “Conseguir recuperar a aprendizagem de alunos faltosos por problemas sociais ou de doenças [...]” (P25, 2023)
Tecnologia e comunicação Apontada por 4 professoras (P11, P18, P22, P28)	“muita informação fora do tempo (tecnologia) (P22, 2023)
Falta de incentivo: Apontada por 2 professoras (P22, P29)	“Excesso de processos de gestão, falta de incentivo. Falta de tempo” (P22, 2023) “Falta de apoio e reconhecimento” (P29, 2023)
Desigualdade Apontada por 01 professora	“diminuir as desigualdades na educação é o maior desafio” (P20)
Responsabilidade Apontada por 01 professora	“Comprometimento de todos envolvidos na Educação” (P10, 2023)
Diferentes tipos de alunos Apontada por 02 professoras (P11, P22)	“diferentes tipos de alunos, tímidos, estudos, irresponsável, despreocupado, impaciente, mal educado. (P22, 2023) “diferentes tipos de alunos (P11, 2023)

Fonte: Banco de dados desta pesquisa, organizado pela autora, 2023

Olhando para os desafios e potencialidades da docência indicados pelas professoras, observamos que os aspectos que remetem a desafios e dificuldades são expressos em maior quantidade do que as potencialidades. Aspectos esses que estão ligados à estrutura educacional tais como superlotação das salas de aula, falta de recursos e desvalorização profissional, e outros que se relacionam a questões externas como a falta de apoio familiar. Também referem o contexto temporalmente específico da pós-pandemia do Covid-19 como um aspecto que dificultou a aprendizagem dos alunos. Apenas uma das professoras indicou como desafio a formação continuada de professores, explicitando a “falta de incentivo para o professor se especializar, como parceria entre município e universidade [...]” (P3, 2023)

Quanto às potencialidades da docência, observamos que as respostas estão mais relacionadas com a prática pedagógica do docente e sua relação com os alunos: a busca da empatia nas relações, de se ouvir os alunos e de se estimular a criatividade. Mas também houve respostas mais relacionadas à estrutura educacional, como materiais e recursos pedagógicos e de tecnologia.

5. PERCEPÇÕES DAS PROFESSORAS DOS ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL DE ANDIRÁ SOBRE OS PROCESSOS DE FORMAÇÃO CONTINUADA

Considerando os objetivos desta pesquisa, o roteiro de entrevista foi organizado em três blocos de perguntas. As entrevistas foram analisadas a partir da revisão de literatura exposta nesta tese e os resultados são apresentados nos subitens a seguir.

5.1 Papel do Estado na formação continuada de professores

Este subitem visa compreender a percepção das participantes sobre a formação continuada de professores e ao compromisso do Estado brasileiro no que diz respeito à LDB nº 9.394/1996 que diz respeito à colaboração entre as unidades federativas na oferta da formação continuada de professores, indo ao encontro a um dos nossos objetivos que é identificar se são realizadas ações de formação continuada aos professores dos Anos Iniciais do EF de Andirá em regime de colaboração entre os governos da União, do estado do Paraná e do município. Destacamos também que a LDB nº 9.394/1996, ao tratar da formação continuada de professores, afirma que ela pode ser desenvolvida no próprio local de trabalho, em instituições da Educação Básica e do ES.

Considerando esses aspectos legais, Gatti (2008) afirmou que a partir da LDB de 1996 houve a expansão da oferta de programas e cursos de educação continuada, pois a Lei provocou os poderes públicos, especialmente, a promover ações formativas.

Antes de introduzirmos as questões voltadas a identificar as ações do Estado (municípios, estado, União) na oferta de formação continuada de professores, solicitamos às participantes que se expressassem sobre a importância da formação continuada para o trabalho docente, questionando a importância das ações de formação continuada para a organização do trabalho docente. Todas as professoras entrevistadas discorreram sobre o tema em pelo menos um aspecto, sendo que cinco delas afirmaram que é importante para a atualização dos conhecimentos (P3, P6, P11, P20, P25). Essa afirmativa pode ser representada na seguinte fala: “o professor sempre tem que estar atual dentro dessas novas formas de ensino.” (P25, 2024) Reproduzimos excerto de uma das professoras que também representa, ao nosso ver, a importância da formação continuada para a organização do trabalho docente:

É de extrema importância, é porque através das formações continuadas nós aprendemos o que não sabemos e aperfeiçoamos o que já sabemos quando o assunto é educação. (P20, 2024)

Outro aspecto considerado de importância quando o assunto é formação continuada de professores refere-se à aprendizagem de novos conhecimentos, no sentido de questionar se essa formação tem capacidade de prover suporte à aprendizagem de novos conteúdos, de novas metodologias de ensino e de novas tecnologias, sendo comentado por três das sete professoras entrevistadas (P3, P6, P25). Tal atribuição foi justificada pelo fato de que, após a formação inicial, surgem novos conteúdos, metodologias e tecnologias, conforme podemos ler neste excerto: “a partir do momento em que a gente se forma, a gente precisa estar atentos aos novos conteúdos, novas metodologias que vão surgindo [...]” (P3, 2024), e na seguinte fala: “o professor precisa é de estar assim, como se diz, focado em novas tecnologias e em novas formas para ensinar as crianças [...]” (P25, 2024). Uma dessas professoras concluiu sua fala afirmando que a formação continuada é importante para o exercício da docência “a formação continuada, ela é bem importante para a prática do professor em sala de aula.” (P3, 2024)

Ainda no contexto da importância das ações de formação continuada para a organização do trabalho docente, uma das professoras referiu-se ao apoio emocional, social e cognitivo do docente, além dos aspectos organizacionais de sua prática pedagógica: “a formação continuada ela vem dar um apoio, não só organizacional, mas também emocional e social para o docente [...] então eu acho que é importante neste sentido, atualizar tanto na parte social também como emocional e cognitiva do próprio docente”; considera da mesma importância o acesso às informações “com o progresso da tecnologia de hoje, quanto mais informação concreta o docente recebe, melhor para ele [...]” (P2, 2024) Essa mesma professora acrescentou que as formações devem estar em consonância com a política educacional do NRE, “estar realmente de acordo com a linha que o Núcleo pede [...]” (P2, 2024) O Núcleo a que a professora se refere é o Núcleo Regional de Educação, unidade descentralizada da SEED que tem por função orientar, supervisionar e prestar apoio à regularização das redes municipais de educação.

Uma das participantes valorizou a formação continuada como forma de buscar aperfeiçoamento quanto a comportamento, disciplina e aprendizagem de alunos com dificuldades:

É muito importante porque cada ano a gente convive com alunos diferentes, então, a gente tem que se aperfeiçoar, tem que procurar informações sobre a disciplina do aluno, o comportamento do aluno, como é que eu vou dizer, o

jeito do aluno e a aprendizagem também, a gente tem que ficar se aperfeiçoando porque tem muitas crianças com muitas dificuldades. (P15, 2024)

Destacamos que uma das professoras justificou que a formação continuada de professores leva a que o trabalho do docente tenha mais qualidade a cada dia. Nesse aspecto, destacou a necessidade de o município promover cursos e capacitações. (P6, 2024)

Assim, todas as entrevistadas concordaram sobre a importância da formação continuada em diversos aspectos. É nesse sentido que pesquisas como a de Carvalho (2005) também concordam: apesar de algumas insatisfações em relação às ações de formações continuadas desenvolvidas pela Secretaria de Estado da Educação, 91% dos participantes das entrevistas argumentaram sobre a importância e a necessidade da formação continuada de professores. Dentre outros motivos, está a superação dos desafios postos na escola e na sociedade, e de aspectos ligados à profissão docente como remuneração e condições de trabalho dos professores.

Gatti (2008) afirma que, nos últimos anos do século XX, a ampliação da oferta de educação continuada foiposta como requisito para o trabalho, condição afirmativa da necessidade da constante atualização e inclusão de novos conhecimentos e tecnologias, e da atenção às mudanças no mundo do trabalho. Esses aspectos também foram destacados por algumas professoras dos Anos Iniciais do EF da rede pública de ensino de Andirá. Tendo em vista a importância atribuída à formação continuada por essas professoras, parece-nos que esses motivos continuam em vigor, dado que, em suma, elas mencionaram tais ações como necessárias para atualizar conhecimentos, aprender sobre novas tecnologias e metodologias, oferecer suporte de conhecimentos teóricos e práticos para lidar com alunos com dificuldades.

Quanto ao papel do Estado na promoção da formação continuada de professores em regime de colaboração, a LDB nº. 9394/1996, especialmente o §1º do Art. 62 define que: “A União, o Distrito Federal, os Estados e os Municípios, em regime de colaboração, deverão promover a formação inicial, a continuada e a capacitação dos profissionais de magistério.” (Brasil, 1996) É assim que, nesta pesquisa, um de nossos objetivos específicos foi identificar as ações de formação continuada de professores oferecidas aos docentes dos Anos Iniciais do EF de Andirá/PR, em especial as que se dão em regime de colaboração entre União, estado do Paraná e município de Andirá. Consideramos que, de acordo com a Resolução nº 1 do CNE/CP, de 27 de outubro de 2020, a qual dispõe sobre as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação continuada, especificamente para professores da Educação Básica, a formação continuada dos professores é um componente essencial da sua profissionalização.

Destarte, questionamos como essas três esferas desenvolvem os processos de formação continuada às professoras de Andirá, especialmente as dos Anos Iniciais do EF. Temos que os tipos das ações de formação continuada de professores promovidas pela Secretaria Municipal de Educação de Andirá, segundo as professoras entrevistadas, são diversificados: são palestras, cursos, seminários, capacitações, grupo de estudo. Cabe mencionar que o município publicou o Decreto Municipal nº. 7.810, de 03 de agosto de 2017, no qual autoriza o Programa de Formação Continuada da Secretaria Municipal de Educação, para fins de atualização e aperfeiçoamento do Magistério Público Municipal. Esse Programa será constituído de cursos e palestras; encontros e grupos de estudo; jornadas, oficinas, seminários e simpósios; mesas redondas, painéis, fóruns e conferências; especializações *lato sensu* e habilitações em nível superior, e poderá ser desenvolvido por instituições devidamente credenciadas pelo MEC ou pela própria Secretaria Municipal de Educação (SME) mediante a contratação de serviço especializado de profissionais habilitados. (Município de Andirá, 2017)

Uma das ações da SME de Andirá é a organização/realização, no início do ano letivo e início do segundo semestre, de ações de formação para os professores da rede pública local, geralmente por meio de palestras e organização/planejamento do trabalho pedagógico, ocorridas durante a Semana Pedagógica. Quatro das sete professoras entrevistadas falaram da Semana Pedagógica (P3, P6, P11, P20), formação realizada na modalidade presencial que tem por objetivo promover formação, organização e reorganização do planejamento escolar, como podemos ler no seguinte excerto: “para a gente organizar o nosso planejamento, que a gente vai usá-lo durante todo o ano [...] quando começa o segundo semestre a gente também inicia com capacitações e reorganização do planejamento [...]” (P6, 2024)

Outro aspecto observado, a partir das respostas das participantes, foi sobre quem desenvolve as ações de formação continuada promovidas pela Secretaria Municipal. São vários tipos de ação, como as desenvolvidas pelos profissionais do seu quadro próprio, conforme informado por quatro professoras (P2, P6, P11, P25): “pessoas assim, tipo monitor, treinada pela Secretaria de Educação para fornecer esses cursos para nós [...]” (P25, 2024) Quatro professoras (P2, P3, P11, P20) também se referiram a empresa/profissionais contratados enquanto uma das maneiras da SME de oferecer formação continuada, como podemos ler no excerto a seguir: “às vezes também eles contratam pessoal de fora, outras empresas que vêm e aplicam os cursos” (P11, 2024) e/ou parcerias com universidades.

Quanto à organização e formato das ações, dependem do conteúdo: as palestras motivadoras são realizadas para todas as professoras ao mesmo tempo, mas também há

aquelas que são organizadas por etapas, para os professores da Educação Infantil, aos da Pré-Escola, àqueles do primeiro e segundo anos dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental (P2, 2024). Apesar de ser citada apenas por duas professoras (P3, P6), podemos inferir que o NRE colabora com a Secretaria Municipal na formação continuada, por exemplo, enviando materiais formativos, além de a própria escola desenvolver formação:

Recentemente quem está ofertando essa formação, esses cursos, palestras são a própria equipe da escola, acho que nos dois últimos anos eu percebi isso, o Núcleo envia os slides, os documentos e daí a equipe elabora ali o planejamento, a formação dos seus professores. (P3, 2024)

Ainda houve citações, por duas professoras (P6, P25), sobre atividades de formação continuada ofertadas pela Secretaria Municipal de Educação de Andirá a partir de parceria com universidades, como exemplificado nesta fala: “a Secretaria de Educação promoveu até grupo de estudos e, sempre, quando são ofertadas, a gente fica sabendo se é com parceria de universidade.” (P6, 2024)

Apesar de promover ações de formação continuada de forma presencial, sendo a mais citada a Semana Pedagógica, todas as professoras entrevistadas destacaram que as atividades eram realizadas na modalidade *on-line*, por meio do acesso a *lives*, plataformas, *links* e *sites*. Observamos que essa modalidade tem sido a mais frequente, atualmente, em termos de ações de formação continuada, conforme estes dois trechos de entrevista: “tem também a de forma *on-line* ao longo do ano, aí é *on-line* pelo celular, a gente pode fazer pelo computador ou pelo celular de uma forma que seja mais prático para gente” (P11, 2024); “A Secretaria de Educação sempre oferta formações para nós professores de forma *online* [...]” (P20, 2024)

Essas observações estão de acordo com a pesquisa de Gatti (2008), ao afirmar que a oferta de cursos na modalidade EAD passou a ser muito valorizada nas políticas educacionais, justificada por ser uma maneira mais rápida de prover a formação, em razão da flexibilização do tempo para participar das atividades.

Com relação à frequência das ações de formação continuada desenvolvidas pela SME de Andirá, podemos depreender que elas ocorrem, no mínimo, semestralmente, principalmente por meio da Semana Pedagógica já comentada anteriormente, segundo relatos de cinco entrevistadas: P2, P3, P6, P11, P15. E ao longo do ano são oportunizadas atividades de formação continuada de professores na modalidade *on-line*, com o destaque de seis das

sete professoras entrevistadas (P2, P3, P6, P11, P20, P25) de que essas ações virtuais não obedecem a uma frequência definida.

No que se refere à colaboração do governo estadual na promoção da formação continuada de professores, cinco das sete professoras entrevistadas (P2, P3, P6, P11, P25) afirmaram que o estado do Paraná, por meio da SEED e do NRE, as desenvolve. Elas se realizam na forma de palestras, cursos, seminários, dependendo da parceria que a SEED faz. Nesse sentido, uma das professoras citou uma parceria da SEED com uma universidade que oferta uma capacitação sobre Neurosaber:

a SEED ela tem parceria com universidades, que ofertam para a gente também capacitações. A gente está em uma capacitação de Neurosaber, por exemplo, ofertada por uma universidade [...]” (P6, 2024)

Essa mesma professora ratificou a parceria da SEED com universidade ao citar outra formação ofertada pelo governo estadual: “a gente está numa formação pela Universidade Fronteira Sul, sobre o autismo [...]” (P6, 2024) Sobre parcerias entre SEED e universidades temos por fundamento a atual LDB, que em seu Art. 43 define as finalidades do Ensino Superior, sendo uma delas trabalhar em favor da aproximação desse nível de ensino com a Educação Básica.

Nesse tema, o trabalho de Canen e Xavier (2011) já indicava a importância de parcerias entre a universidade e as escolas para favorecer o compartilhamento de saberes na formação continuada, representando, assim, uma instância multicultural. Nacarato (2016) também contribui com esse assunto ao afirmar que se trata de uma construção, um processo longo e que precisa ser realizado de maneira coletiva, a partir de diálogos. Carvalho e Moura (2023), após analisarem as fragilidades do processo de formação de professores, tanto na inicial quanto na continuada, seguem a mesma linha de pensamento ao argumentarem em prol de uma maior aproximação entre universidade e escola, de modo a dialogar a partir das demandas da realidade do universo escolar.

Uma das maneiras de acontecer tal articulação é o Mestrado Profissional. Zanon e Sousa (2023) pesquisaram a relação da universidade com a educação básica a partir de um programa *stricto sensu* de tal natureza, lembrando que eles foram criados para repensar questões importantes ligadas à formação, identidade e prática docente dos professores da Educação Básica. Segundo os autores, os professores desse nível de ensino têm a possibilidade de teorizar sobre sua prática profissional na escola e de (re)pensar novas formas de fazer o ensino.

De fato, os mestrados e doutorados profissionais foram regulamentados pela Portaria nº. 389 do MEC, promulgada em 23 de março de 2017, e pela Portaria nº. 131 da Capes, de 28 de junho de 2017. Nos termos dessas duas portarias, os objetivos desses programas *stricto sensu*, de maneira em geral, dirigem-se à capacitação profissional e ao correspondente atendimento das demandas sociais, organizacionais e profissionais dos educadores.

No contexto da articulação/aproximação entre universidade e escolas da Educação Básica, Compiani, Figueirôa e Newerla (2017) apresentaram os resultados positivos de uma experiência de pesquisa colaborativa que teve por finalidade promover a interação-reflexão como condição privilegiada da formação e desenvolvimento dos professores. Os autores concluíram que “a pesquisa e as reflexões propiciaram o desenvolvimento profissional tanto da equipe da rede como dos formadores da universidade.” (Compiani; Figueirôa; Newerla, 2017, p. 12)

Outra maneira de desenvolvimento de ações de formação continuada de professores pelo NRE, conforme registrado por duas das professoras entrevistadas (P2, P3), ocorre por meio virtual como as *lives*, como destacado pela professora P3:

a Secretaria Estadual de Educação está desenvolvendo formadores em ação municípios, a princípio, começou com o Estado e agora tem do Município, hoje inclusive abriu as inscrições para a segunda jornada desse ano. Então, o professor, uma vez por semana, ele se reúne via *Google Meet*, durante uma hora e quarenta minutos com um tutor, um formador e outros 21 cursistas do Paraná, daí lá são discutidas as metodologias, exemplos de práticas que deram certo na Educação Infantil, nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental e é uma organização, uma parceria entre o Estado e o Município, então, seria a SEED que está organizando. (P3, 2024)

Ainda sobre a participação do NRE na formação continuada, duas das professoras entrevistadas (P2, P20) expressaram-se no sentido de que, atualmente, não há muitas ações em desenvolvimento. Conforme lemos em um dos seus excertos, podemos inferir que a colaboração do NRE tem sido somente para repassar alguma orientação, exemplificada por uma orientação sobre o Registro de Classe On-line (RCO): “ano passado eles vieram para repassar uma orientação sobre o RCO, então é importante também, mas é só nesse sentido aí de orientar, orientação.” (P20, 2024) Outra participante da pesquisa, que trabalha há mais de 20 anos na rede de ensino de Andirá, mencionou que, antigamente, a cooperação do estado do Paraná

era bem maior, nós tínhamos as missões pedagógicas, os professores, os cursos, que a própria faculdade fornecia, ela ofertava para o pessoal da

Secretaria e quem se interessava ia, recebia a forma de locomoção e ia para a faculdade fazer as palestras, os seminários [...] (P2, 2024)

A professora destacou também que há uns 10 anos profissionais do NRE se deslocavam até o município de Andirá para proferir palestras, mas, atualmente, mediante a tecnologia, as ações de formação têm sido oferecidas prioritariamente no modo *on-line*. (P2, 2024) Além do NRE, a mesma professora citou uma parceria da cidade com a Associação dos Municípios do Paraná (AMP) na oferta de cursos. A entidade citada é uma associação civil sem fins lucrativos e representativa dos municípios do estado, conforme seu Estatuto. Dentre seus objetivos, está o de realizar congressos nacionais, estaduais e regionais, promover encontros, seminários, cursos, palestras e outras atividades do gênero visando enfrentar e solucionar os problemas de cada região e de interesse local (Associação dos municípios do Paraná, 2023). Em conjunto com a Itaipu Binacional, a AMP lançou o “Programa de Capacitação AMP 4.0”, o qual consiste na oferta de vagas para servidores municipais em quatro cursos de pós-graduação *lato sensu* nas áreas de Autismo; Licitação e Contratos na Lei nº. 14.133/2021; Gestão de Esporte e Lazer; Alfabetização e Letramento. O Programa abriu 16 mil vagas gratuitas nesses quatro cursos para servidores municipais paranaenses, ofertados na modalidade EAD com cinco encontros presenciais em polos das associações regionais da AMP, segundo informações em seu *site*. Muitos dos servidores de Andirá se inscreveram e estão cursando algum dos quatro cursos ofertados, inclusive esta pesquisadora.

Ainda sobre a colaboração do estado do Paraná, uma das professoras entrevistadas também afirmou que há ofertas de ações de formação continuada para professores, mas “às vezes o professor está tão cansado, que [...] trabalha cedo de manhã, à tarde e à noite e às vezes a pessoa já nem vai, mas que é oferecido é.” (P25, 2024) Contudo, não citou quais tipos de ações o governo estadual promove. Apesar de as seis professoras terem afirmado que o NRE promove ações de formação continuada, uma dela disse que não se lembrava de iniciativas desse tipo oferecidas pela SEED e NRE: “Não, pelo estado no momento eu não lembro de nada [...]” (P15, 2024)

Quanto à colaboração dos entes federativos em cumprimento ao proposto na LDB, no que compete à União, segundo todas as professoras participantes da pesquisa, o MEC desenvolve ações de formação continuada de professores da Educação Básica. Nesse sentido, são promovidos cursos *on-line*, os quais são divulgados pela Secretaria Municipal de Educação de Andirá, para que as professoras da rede pública de ensino tenham a oportunidade de cursá-los. Na afirmação de cinco professoras (P3, P6, P15, P11, P25), essa Secretaria

divulga essas ações aos professores da rede pública; duas delas mencionaram o envio de mensagens da Secretaria Municipal nos grupos de *whatsapp* da escola informando sobre os cursos, conforme podemos ler nos seguintes trechos das entrevistas: “Elas incentivam enviando no *whatsapp* da escola, no grupo, pedindo para que todos participem [...]” (P3, 2024) e “As informações sempre chegam até a gente através de aviso nesses grupos [...]” (P6, 2024) Uma das entrevistadas afirmou que a Secretaria divulga as ações do MEC por meio da diretora da escola, a qual repassa as informações aos professores (P15, 2024). Outra professora afirmou que o próprio MEC divulga suas ações de formação continuada diretamente aos professores: “[...] o MEC sempre está enviando para nós esses tipos de formação [...]” (P20, 2024) Somente uma das professoras não mencionou alguma maneira de divulgação da SME de Andirá aos professores da sua rede sobre ações de formação continuada, apesar de a mesma ter declarado que sempre tem cursos, de caráter não obrigatório: “a gente sempre tem, não é obrigatório, algumas sim, são aconselháveis e até ultimamente está sendo exigido [...]”, dando a entender que a exigência de participação está entrelaçada ao recebimento de verbas: “por exemplo, o Educa Juntos é um, que você tem que fazer, porque ele é um programa no qual o próprio governo tem que aplicar aqui para vir a verba, então, tudo está entrelaçado [...]” (P2, 2024)

De acordo com o *site* da SEED-PR, o Educa Juntos é um programa criado pelo Decreto Estadual nº. 5.857, de 05 de outubro de 2020, estabelecendo uma parceria do governo do estado do Paraná, por meio da SEED, com governos municipais, por intermediação das secretarias municipais de educação, alcançando os 399 municípios do estado. É direcionado aos professores que atuam na EI e Anos Iniciais do EF da rede pública municipal de ensino e tem por objetivo geral assegurar educação de qualidade aos estudantes pela realização de ações conjuntas com os municípios, a fim de superar a fragmentação das políticas públicas educacionais.

Porém, em 2022 o estado do Paraná publicou nova legislação sobre esse Programa, pela Lei Estadual nº. 21.323 de 20 de dezembro de 2022, a qual dispõe sobre a criação do Programa Educa Juntos no estado do Paraná em regime de colaboração com os municípios. Dentre os objetivos desse Programa, destacamos:

Art. 3º São objetivos do Programa:

[...]

II - fortalecer o regime de colaboração entre Estado e municípios para superar a fragmentação das políticas públicas educacionais, com vistas ao pleno desenvolvimento da oferta de educação de qualidade;

[...]

IV - ofertar formação continuada aos profissionais de educação das redes municipais de ensino, como processo permanente e constante de aperfeiçoamento da prática pedagógica, de forma a assegurar ensino de qualidade aos estudantes da rede pública. (Estado do Paraná, 2022)

Como mencionado pela professora P2 (2024), de fato o Educa Juntos postula o entrelaçamento de alguns aspectos para que os municípios que celebrarem a adesão ao Programa, sendo previsto o compartilhamento de estratégias educacionais e a transferência de recursos financeiros e tecnológicos. E segundo o Art. 4º da Lei que criou esse Programa, a participação dos municípios no Educa Juntos será formalizada por meio de celebração de termo de adesão ou instrumento congênere com a SEED. No §2º deste Art. afirma-se que:

§2º O termo de adesão poderá conter, no mínimo, as seguintes obrigações para o município:

I - utilização obrigatória das plataformas custeadas pelo Estado:

a) Plataforma de Matemática;

b) Plataforma de Redação;

c) Plataforma de Inglês;

d) Sistema Estadual de Registro Escolar - SERE;

e) Livro de Registro de Classe Online - LRCO;

f) Outras tecnologias ou sistemas regulamentados por ato do poder executivo;

II - realização das avaliações de desempenho e diagnóstico definidas como obrigatórias pela Secretaria de Estado da Educação – SEED. (Estado do Paraná, 2022)

Assim, o que a professora P2 (2024) trouxe como resposta, isto é, o entrelaçamento das ações, está de acordo com o que diz a legislação do Educa Juntos, porém, pelas limitações desta pesquisa, não foi possível avaliar se essa condição é favorável ou não ao município.

Quanto à participação nas ações de formação continuada promovidas pelo MEC, todas as professoras entrevistadas, de uma forma ou outra, já participaram de formações e citaram os seguintes cursos na área de gestão escolar: PNAIC, RCO, Educa Juntos, e uma delas professoras mencionou o AVAMEC. Segundo o site do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), o Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa (PNAIC) tem por finalidade prestar apoio a todos os professores que atuam no ciclo de alfabetização para o planejamento de suas aulas, propondo o uso articulado dos materiais e das referências curriculares e pedagógicas oferecidas pelo MEC às redes que aderirem.

O Registro de Classe On-line (RCO) foi instituído no estado do Paraná, em 2022, pela Resolução nº. 3.550 da SEED, em 23 de junho. E, segundo o site da SEED, trata-se de um sistema disponível para os professores da rede paranaense de ensino: escolas estaduais, municipais e particulares, e APAEs. No RCO, há planos de aula específicos para as

disciplinas e séries, sugestões pedagógicas e encaminhamentos metodológicos, e os professores podem fazer também o registro *on-line* de frequência.

O Educa Juntos, como informado anteriormente, é um programa também criado no âmbito do estado do Paraná, que cria, em regime de colaboração com os municípios paranaenses, ações que visam superar a fragmentação das políticas públicas educacionais e o desenvolvimento de formação continuada de professores, dentre outros aspectos. No entanto, trata-se de um programa do estado do Paraná, e não do MEC, como citado.

O AVAMEC, segundo seu manual, é um ambiente de aprendizagem desenvolvido pelo Laboratório de Tecnologias da Informação e Mídias Educacionais da Universidade Federal de Goiás (UFG) em parceria com o MEC. Tem por finalidade:

permitir que sejam disponibilizados cursos a distância, complementos para cursos presenciais ou qualquer outra forma de ensino ou apoio ao ensino. O sistema categoriza os cursos ofertados em: aperfeiçoamento; capacitação; especialização; extensão e formação continuada. (Brasil, 2019, p. 4)

Com relação a esse tipo de estratégia, podemos observar na fala de uma das professoras participantes desta pesquisa que o MEC promove formação continuada a docentes conforme o ano escolar em que lecionam, em termos, “por exemplo, alunos do quarto ano, professores do quarto ano, professores do quinto ano, aí somente eles têm que fazer, nessa parte a gente não pode participar [...]” (P15, 2024) por meio de cursos na modalidade *on-line*.

Entendemos, então, que as unidades federativas: município de Andirá, estado do Paraná e União, por meio do MEC, têm desenvolvido, de alguma maneira, ações de formação continuada aos professores. Resumindo, podemos inferir que as ações desenvolvidas se agrupam em:

- a) Município de Andirá: semana pedagógica e palestras, notadamente, e, muito timidamente, grupo de estudo, porém, com divulgação e às vezes até exigência de participação nos cursos promovidos pela SEED/NRE e pelo MEC;
- b) Estado do Paraná: cursos *on-line*, seminários, pós-graduações *lato sensu* e outros cursos em parceria com universidades e outros tipos de entidades privadas que propõem serviços educacionais (muitas vezes empresas que produzem *lives*, orientação pedagógica, material didático etc.);
- c) União: cursos on-line disponibilizados pelo MEC por meio de plataformas de ensino como o AVAMEC e divulgados aos professores por meio da Secretaria Municipal de Educação de Andirá.

5.2 Abordagens na formação continuada de professores

Este subitem visa identificar quais temas têm sido abordados nas ações de formação continuada de professores e compreender as contribuições propiciadas às práticas pedagógicas das professoras da rede pública de Andirá.

Assim, ao serem perguntadas sobre as formações continuadas promovidas pela Secretaria Municipal de Educação, as professoras entrevistadas mencionaram que elas são diversificadas e sempre voltadas a promover a qualidade da docência. Os temas mais citados pelas professoras foram: inclusão; educação especial; alfabetização; alfabetização e letramento; matemática; língua portuguesa; formas lúdicas de ensinar às crianças; novas formas de ensino; com relação à apostila da FTD¹⁶ para a Educação Infantil: cursos sobre crianças com autismo; Transtorno de Déficit de Atenção e Hiperatividade (TDAH); Transtorno Opositivo Desafiador (TOD); sobre o Plano de Ensino Individualizado (PEI) ou a Base Nacional Comum Curricular (BNCC); sondagem diagnóstica de Língua Portuguesa e de Matemática; consciência fonológica; desenvolvimento da oralidade, leitura e escrita; Educação Especial; elaboração de planejamento individual para autismo; temas voltados para novas tecnologias e novas metodologias de ensino.

Sublinhamos que assuntos relacionados a transtornos e inclusão são demandas das professoras e têm sido frequentemente abordados nas ações de formação continuada de professores em Andirá, tendo em vista que seis professoras pautaram tal questão (P2, P3, P6, P11, P15, P25). Podemos exemplificar com base nas seguintes falas: “o tema mais frequente tem sido referente à inclusão [...]” (P6, 2024) e “Muita inclusão sobre autismo, sobre TDAH, sobre TOD, é o que mais a gente comenta, o que mais a gente precisa, aperfeiçoar, vamos dizer assim, e aprender também [...]” (P15, 2024). Muitas professoras explicaram os motivos pelos quais esses temas foram desenvolvidos nas ações de formação continuada, ressaltando a presença de alunos com transtornos e deficiências intelectuais, com a consequente necessidade de inclusão desses públicos a partir do embasamento dos profissionais para fins de atendimento desses alunos, como representado na fala abaixo:

porque a gente está vivendo muito isso dentro das escolas, seja deficiência intelectual ou algum outro transtorno, a gente agora precisa construir o PEI que é o Plano de Ensino Individualizado e a gente precisou de bagagem para isso, mas foi uma circunstância muito positiva porque ela veio para melhorar o processo de ensino. (P6, 2024)

¹⁶ Vide Nota 12.

Sobre os alunos com manifestações de Transtorno do Espectro Autista (TEA), Transtorno de Déficit de Atenção e Hiperatividade (TDAH) e Transtorno Opositivo Desafiador (TOD) uma das professoras destacou o tema da inclusão, argumentando que “não é colocar ali a criança, ela ter que participar, é fazer respeitar a diferença dela, que todo mundo tem o direito de ser diferente, porém, tem o direito de ser ofertado o mesmo conteúdo de formas diferentes.” (P2, 2024)

A temática do pós-pandemia Covid-19, segundo umas das professoras, foi desenvolvida por causa das defasagens social, emocional e cognitiva, posto que “as crianças elas perderam e realmente elas não vão conseguir da noite para o dia recuperar, então, novas fórmulas de expressão [...]” (P2, 2024) Nesse contexto, o tema da tecnologia foi justificado considerando a inclusão da realidade virtual nas escolas. No entanto, uma crítica foi feita por uma das professoras quanto às questões que envolvem a família, os alunos e as tecnologias:

pela própria tecnologia essa questão da internet que entrou e arrombou a casa das famílias, então, as crianças hoje elas não querem pensar, elas querem tudo pronto, tudo já é respondido, e minimizar, não querem escrever, não querem se dar o trabalho de organizar, planejar, ver onde errou, descobrir, já quer a resposta pronta, então, muitas vezes os cursos estão assim direcionados a como trabalhar com essa clientela nova [...] (P2, 2024)

Uma das professoras fez críticas ao informar que raramente há cursos na área que ela exerce a docência, isto é, a Educação Física:

na minha área específica, assim, de Educação Física, eu falo pela Educação Física, raramente tem alguma coisa, e eles não...não é que eles não se preocupam com isso, mas realmente não tem muito curso nessa área não, assim, de capacitação, nesse sentido. (P11, 2024)

Sobre os temas das ações de formação continuada, percebemos, assim como Canen e Xavier (2011), que eles tendem a ser relacionados à profissionalização do professor e aos saberes e práticas docentes. Apesar de não termos observado a presença de alguns temas nas ações de formação continuada de professores dos Anos Iniciais do EF de Andirá, como a multiculturalidade indicada por esses autores e a diversidade étnico-racial sinalizada por Dias (2012), concordamos com este último autor que as professoras de Andirá têm se apropriado dos conteúdos dos cursos de formação continuada para incorporá-los a sua prática pedagógica, como podemos ler no excerto que segue:

alguns cursos sim, eles ajudam a gente a como lidar com crianças, nessa parte de inclusão assim, então, eu procuro...assim, realizar uma forma de como eles explicam lá, embora tem os acompanhantes que geralmente, por exemplo, o curso sobre autismo, sempre tem os acompanhantes, então de que forma, eu procuro fazer uma atividade assim um pouco adaptada e é assim. (P11, 2024)

Nesse aspecto, trazemos as contribuições dos pesquisadores de Machado et al. (2021), que argumentaram sobre a importância da formação continuada de professores com vistas a realizar um trabalho pedagógico mais coerente com as necessidades dos alunos.

Quanto aos temas desenvolvidos pelos outros órgãos (SEED/NRE e MEC), eles estão mais relacionados a programas educativos como RCO e PNAIC, além dos temas específicos já indicados como o Neurosaber e o Autismo.

Nesta pesquisa, buscamos conhecer o entendimento dos professores sobre se os temas desenvolvidos nas formações continuadas de professores têm contribuído para sua prática pedagógica e em quais aspectos. Todas afirmaram que sim, com destaque para a renovação/atualização de conhecimentos, aspecto apontado por três professoras (P2, P3, P25).

Com base nas teorizações de Tardif (2002), observamos três conjuntos de saberes docentes explicitados pelas professoras nessas formações: saberes da formação profissional, saberes disciplinares e saberes experienciais. Os saberes da formação profissional são aqueles que têm por base as ciências e a erudição, isto é, os conhecimentos pedagógicos relacionados aos métodos e técnicas de ensino legitimados cientificamente e ensinados aos professores no seu processo de formação inicial e/ou continuada. Considerando esses aspectos, as contribuições das ações de formação continuada para a prática pedagógica foram vistas como instrumentalização do docente para a atualização/revisão de suas práticas:

o alicerce que nos dá essas formações continuadas a gente leva para o resto do ano, para o outro ano, em situações de conflito a gente consegue resolver, a gente tem ferramentas de ação [...] (P6, 2024)

O mesmo ocorre, segundo uma das entrevistadas (P3, 2024), com as metodologias de ensino, as novas formas de ensinar e a avaliação.

Apesar de menos frequente, podemos entender que as teorias apresentadas nos cursos podem contribuir, com alguma efetividade, para a articulação com a prática pedagógica docente, como declarou uma das professoras:

toda a capacitação que os professores fazem contribui muito para sua prática pedagógica porque mesmo se elas são teóricas nós procuramos ouvir e aplicar em sala de aula esses recursos que são apresentados. (P20, 2024)

O conjunto de saberes disciplinares se expressa nos saberes produzidos e acumulados pela sociedade ao longo da história da humanidade, reconhecidos e identificados pela ciência como pertencentes às diferentes áreas do conhecimento, e o acesso a eles deve ser possibilitado pelas instituições de ensino. Os conteúdos disciplinares foram considerados por duas professoras como elementos contributivos das ações de formação continuada de professores do município, como podemos ler neste trecho: “Alfabetização e letramento, sondagem diagnóstica de Língua Portuguesa, de Matemática, a importância da consciência fonológica, desenvolver a oralidade, leitura e escrita, sobre a Educação Especial” (P3, 2024); da mesma forma quanto a este destaque formulado por outra professora: “Sim, muito, tem muito, porque eles ajudam a gente na elaboração também das atividades [...]” (P15, 2024). Entendemos que, ao se referirem ao conteúdo, elas estavam nos trazendo a ideia de aprendizados de conteúdos das disciplinas.

No caso dos saberes experenciais são os que resultam do próprio exercício da docência e que são vivenciados nos espaços escolares com alunos e colegas de profissão. Uma das professoras destacou que as ações de formação continuada ajudam na formação da consciência dos professores quanto a suas capacidades e limitações:

renovam a nossa capacidade de ver, inclusive, os nossos limites, a gente está sempre melhorando a cada dia e indo além, é uma prática que merece destaque nas instituições de ensino porque é o alicerce que nos dá essas formações continuadas [...] (P6, 2024)

Com relação a esse conjunto de saberes experenciais, afirma-se que as práticas e teorias vivenciadas por outros colegas contribuem para as práticas docentes das professoras à medida que levam ao compartilhamento de aspectos dessas experiências docentes para a sua própria prática, como destacado por uma das professoras: “acredito que quando a gente estuda as experiências de outros professores, assim, a gente acaba trazendo para a nossa prática essas melhorias [...]” (P3, 2024)

Entendemos que as ações de formação continuada proporcionaram ajuda às professoras quanto ao atendimento dos alunos: “alguns cursos, sim, eles ajudam a gente a como lidar com crianças, nessa parte de inclusão [...]”, resultando assim em ações no exercício da docência, “então, eu procuro, assim, realizar uma forma de como eles explicam

lá [...] eu procuro fazer uma atividade assim um pouco adaptada, e é assim.” (P11, 2024) Outra professora também destacou: “porque eles ajudam a gente [...] no comportamento dos alunos, e com isso a gente vai aprendendo cada vez mais.” (P15, 2024)

Também pudemos observar que duas professoras expressaram-se afirmando que os temas das formações continuadas têm contribuído no sentido de ser/oferecer um suporte aos professores no sentido de ganhar confiança para a tomada de decisões no exercício de sua profissão, pois toda e qualquer formação “vai mostrar realmente que você está no caminho certo e não aquele que está sendo imposto” (P2, 2024), e também porque “permite que o professor cumpra com maestria sua função, porque tem alicerce, tem consciência de que ele tem capacidade, aliás, uma capacidade certificada para ele resolver aquela situação de conflito, é muito positivo.” (P6, 2024)

Na questão da articulação entre a teoria e a prática nas ações de formação continuada, observamos a importância atribuída pelas professoras entrevistadas dada sua indicação por pelo menos cinco entre elas (P2, P3, P6, P20, P25), a exemplo das seguintes falas: “porque os temas abordados a gente vivencia na realidade e a gente tem ferramenta para resolvê-los de maneira, então, a entender que a tomada de decisão foi acertada [...]” (P6, 2024) Houve também destaque dado por quatro das professoras para a essencialidade da articulação entre teoria e prática e para a necessidade de fortalecê-la/aprimorá-la, promovendo mais esse aspecto (P2, P3, P20, P25). Segundo uma delas:

É muito importante, eu acho que deveria ter mais, unindo a teoria com a prática, mais oficinas, mais atividades de mão na massa, mas tem sim, que seria quando eu falo de questão de troca, seria mais bate papo mesmo, conversar, trocar experiência com o professor porque às vezes, quando a gente está na sala de aula, às vezes a gente é tão corrido na escola que a gente não tem tempo nem de trocar a experiência com o professor ali da sala de aula do lado, é tanta coisa que às vezes a gente não tem esse tempo de parar e de refletir sobre nossa prática, de falar, olha eu achei essa atividade legal, olha esse conteúdo bacana, eu acho que a formação continuada permite isso, a gente trocar mais. (P3, 2024)

Uma das professoras entrevistadas expressou-se em relação a esse tema referindo-se às tecnologias: ela afirmou que, apesar de ter os cursos, o professor ainda não sabe trabalhar com esses instrumentos/equipamentos, então precisaria haver pessoas especializadas nas escolas trabalhando, ensinando os professores a lidar com essas tecnologias (P25, 2024). No caso em questão, entendemos que se trata de uma demanda por suporte técnico.

Contribuindo para a discussão, trazemos a fala de uma das professoras entrevistadas que deu a entender que depende do professor desenvolver a práxis pedagógica, pois os cursos

“geralmente ficam mais na teoria porque a prática o professor vai ouvir ali e vai tentar pôr em prática [...]” (P20, 2024). Outra professora menciona a exigência de desenvolver os conteúdos das capacitações e afirma que “na atualidade, nós temos mais exigências em relação a conteúdos e é mostrar serviço como diz no linguajar popular, você tem que mostrar, você fez aquele (curso), aquela capacitação, então, você tem que dar devolutiva, então, realmente, existe sim, uma cobrança um pouco maior do que já foi algum tempo atrás. (P2, 2024)

Apesar de não termos perguntado especificamente sobre o tema, três professoras falaram sobre os objetivos das ações de formação continuadas promovidas e/ou apoiadas pela Secretaria Municipal de Educação de Andirá (P3, P6, P25). Para elas, os temas trabalhados nessas formações são voltados para a práxis pedagógica, para se reorganizar e se atualizar, para trabalharem temas como novas metodologias, além do espaço para o planejamento pedagógico, dado que há “cursos para facilitar, assim, novas formas de ensino, para animar o professor, novas tecnologias, novos métodos.” (P25, 2024)

Os temas desenvolvidos pelas outras unidades federativas, como abordado na subseção anterior, dizem respeito mais a programas educacionais como o PNAIC, RCO e Educa Juntos, para além dos temas da gestão escolar, do neurosaber e do autismo.

Visando ampliar o entendimento sobre as contribuições da formação continuada de professores, pedimos a opinião das participantes sobre como a formação continuada pode contribuir para a resolução de problemas do cotidiano escolar, citando como exemplos indisciplina, violência, evasão, dificuldades de aprendizagem, dentre outros. Ressaltamos que esses problemas estão entre os citados pelas professoras dos Anos Iniciais do EF de Andirá que responderam ao questionário inicial na fase I desta pesquisa. Seis das professoras entrevistadas afirmaram que a formação continuada contribui, de alguma maneira, para resolver ou amenizar alguns dos problemas do cotidiano escolar (P2, P3, P6, P11, P15, P20). As falas dessas professoras foram no mesmo sentido, destacando-se a busca de conhecimento e o compartilhar de experiências.

As contribuições, então, vão no sentido da permanente procura de novos conhecimentos, de agregar informações, como lemos no excerto de P6 (2024): “a busca constante de novas práticas, elas se tornam facilitadoras para resolver as questões de conflito dentro da escola, dentro do contexto escolar [...]” A troca de experiências também foi valorizada enquanto contributo para a resolução de problemas do cotidiano escolar, conforme citado por uma das professoras: “porque a gente troca experiências, troca boas práticas, então, quando a gente está bem preparada para lidar com aquela situação [...] é você receber ali todos os conhecimentos para lidar melhor com aquela situação [...]” (P3, 2024)

Na busca pelo compartilhamento de experiências, podemos observar um esforço da Secretaria Municipal de Educação para organizar horários escolares que permitam dar melhor disposição às horas-atividades das professoras, propiciando assim um espaço de compartilhamento de experiências:

esse ano é a primeira experiência, então, por exemplo, todos os professores do município estão tendo hora-atividade do primeiro ano, todos no mesmo dia, para que quanto tenha uma formação todos possam ir juntos e trocar ideias, da mesma turma e antes não era assim, então, era mais complicado. E, em relação a esse que comentei, do Formadores em Ação Municípios, que é em parceria com a SEED, aí todos os professores daquela turma, por exemplo, do primeiro ano do Paraná, então tem professores de todos os cantinhos, com várias experiências, tem municípios que ainda têm turmas multisseriadas, então, assim, a gente verifica como é a realidade de cada um. (P3, 2024)

Foi destacado por duas professoras que as ações de formação continuada contribuem para o incentivo e envolvimento dos docentes com a comunidade escolar, além das crianças, conforme lemos nos excertos seguintes: “então, ela auxilia muito nós, enquanto profissionais, até pais e alunos e demais agentes da escola [...]” (P6, 2024); sendo que a formação continuada “ajuda sim a gente, ajuda, incentiva assim a gente a conversar com as crianças, principalmente com a comunidade escolar [...]” (P11, 2024). Daí decorre novas práticas que tendem a facilitar a resolução de situações de conflito dentro da escola, para o docente se manter preparado para as demandas dos alunos. Essas professoras destacaram a família e a comunidade escolar como importantes na colaboração para o enfrentamento de alguns dos problemas do cotidiano escolar.

Nesse contexto, uma das professoras considerou que situações de violência e indisciplina muitas vezes são de origem familiar:

muitas vezes as crianças vêm nesse estado, nesse estágio, sim, de violência, indisciplina, muito, muito, muito alto, muito elevado vamos dizer assim, às vezes a gente pode até pensar que pode ser um problema familiar, que muitas vezes é, aí eles vêm do jeito deles [...] (P15, 2024)

A professora destacou a importância das ações de formação continuada para auxiliá-la nessas questões: “e a gente tem que dar um jeitinho, com toda a nossa disciplina, com toda a nossa capacitação, para estar atendendo essas crianças de uma maneira mais leve, mais carinhosa, que é o que eles precisam, no momento.” (P15, 2024) Considerando essas perspectivas, relembraremos que uma das competências dos docentes dispostas no Art. 13 da

LDB nº. 9.394 é colaborar com as atividades de articulação entre escola, família e comunidade.

Sobre a ocorrência de violências nas escolas, uma das professoras considerou que elas ocorrem mais em centros maiores do que em cidades pequenas, como é o caso de Andirá-PR, como podemos entender de sua fala: “isso também não significa que no estado, aqui nas cidades, nos centros menores mesmo sendo do interior isso também ocorre, o que eu não vejo, é que eu vejo assim pelas mídias, são em centros maiores [...]” (P2, 2024)

Nessa linha de raciocínio, essa professora expressou seu entendimento de que a educação da rede pública é mais acolhedora, talvez justificada pelo fato de que os alunos estudam quatro horas diárias com a mesma professora, o que ajudaria a conhecer melhor os alunos:

dentro no município eu vejo que a educação municipal ela é bem mais acolhedora, ela é bem mais mãe, maternal, porém, por talvez passar quatro horas com a mesma professora, você reconhece aquele aluno, você tem aquela trajetória [...] (P2, 2024)

Uma das professoras, contudo, pareceu-nos discordar das demais ao afirmar que os professores não estão na escola para educar, pois a educação vem de casa, da família ou responsáveis, e que muitas vezes o pai do aluno é chamado para colaborar na resolução de algum conflito escolar que envolveu seu filho e não apoia o professor. Podemos ler em sua resposta:

Oh, esse é um tema muito difícil, porque na escola tem uma metodologia, o professor não está na escola para educar, a educação vem de casa e o professor às vezes, na sala de aula, depara com certas situações muito complicadas, com leis de hoje, o professor está sendo sem autoridade dentro da sala de aula, às vezes precisa chamar pai e o pai vem e não apoia o professor, o filho vem na sala de aula, responde, não cumpre as obrigações, o professor vai chamar a atenção, arruma confusão e assim por diante. (P25, 2024)

Essa professora também expressou sua ideia de que, apesar das tecnologias, dos cursos e palestras serem bons, nem sempre representam a realidade da sala de aula, explicando que a teoria nem sempre conversa com a prática porque “na prática é muito difícil” (P25, 2024)

Ainda nesse contexto, duas professoras afirmaram que ações de formação continuada possibilitem ter um olhar diferenciado para as crianças que apresentam algum tipo de transtorno ou que passaram/passam por problemas no cotidiano escolar, conforme destacou

uma delas: “Todo e qualquer curso como que eu já ressaltei, ele vem sempre agregar, sempre vem trazer coisas, informações, para ajudar você a pensar em outro ângulo, de outra forma [...]” (P2, 2024) Nessa mesma temática, outra professora ressaltou que

cada capacitação que você participa ou uma palestra, um seminário, uma roda de conversa, você sempre aprende um pouco mais daquilo que você já sabe, principalmente no que se diz respeito a disciplina, evasão, você tem um olhar diferenciado para as crianças com transtornos, então, essas formações são muito importantes para que nós possamos também ter ferramentas para nós sanarmos as dificuldades pedagógicas que nós temos em sala de aula. (P20, 2024)

Uma das professoras corroborou nesse mesmo sentido, afirmando que “é sempre uma ferramenta, inclusive a buscar mais conhecimento, é o docente se manter preparado para atender as demandas dos alunos [...]” (P6, 2024)

Com vistas a ampliar nossa compreensão sobre as contribuições das ações de formação continuada, perguntamos sobre o que elas proporcionam para a educação no município de Andirá. Três das professoras entrevistadas afirmaram que as ações de formação continuada proporcionam nova visão da realidade do lugar onde vive, trazem novas ideias, reavalam a prática pedagógica (P3, P11, P25). Outras mencionam que fizeram sua formação inicial há bastante tempo e precisam se atualizar e aprender novas metodologias, com sugestões de aulas teóricas e práticas. Uma delas afirma que “as contribuições são cursos que eles ofertam na própria Secretaria da Educação com as próprias professoras de lá, sugerindo aulas práticas e teóricas com a gente [...]” (P15, 2024) Uma outra professora concorda com essa perspectiva ao fazer referência aos benefícios das formações quando há articulação entre teoria e prática:

todos os cursos que a gente faz tem o embasamento teórico, aí tem as rodas de conversa, tem as trocas de experiências e isso faz com que a gente ganhe mais experiência, mais conhecimento, mais rico, então, acho que isso contribui bastante para gente, para nossa formação, principalmente da parte da troca de experiência, então, é bem rico nesse sentido. (P11, 2024)

Tal expectativa pode refletir na qualidade do atendimento aos alunos, pois, conforme afirmou uma das professoras “o professor capacitado é professor capaz de vencer as situações de conflito, então, ele tem condições, ele foi capacitado para ser cada dia melhor [...]” (P6, 2024)

Uma das professoras entrevistadas destacou que ações de formação continuada possibilitaram o aprendizado sobre o ensino de maneira lúdica: “ensinar de forma lúdica é

uma forma assim...que o professor aprendeu assim, nessas formações que o professor trabalha com brincadeira [...]”; porém, relatou que está cada vez mais difícil trabalhar com crianças, na medida em que o professor não tem mais autoridade na sala de aula “o professor na sala de aula era como se fosse um deus, hoje não, hoje as crianças não param mais [...]” (P25, 2024)

A formação continuada contribuiu com o município na direção de se ter mais profissionais capacitados e informados. Contudo, há professoras que ressaltam que na prática, no dia a dia escolar, as contribuições dependem muito dos profissionais que participam das ações de formação, depende de eles estarem realmente prestando atenção ao que está sendo ensinado ou se estão apenas presentes no local, mas distraídos com outras coisas, por exemplo, jogando no celular:

quanto à prática em si é aquilo, se absorveu, se realmente esteve ali, se utilizou o celular, por exemplo, para gravar o que o professor está falando, para gravar a palestra, para repensar, anotar, participar, ótimo, maravilhoso, é isso mesmo, a tecnologia veio para isso. Agora, se está lá usando o celular para fazer joguinho, enquanto se tem um palestrante lá que custou tanto e você não absorveu...quer dizer, é muito do individual de cada profissional, isso em todas as áreas, não só na área de Educação, seja na cozinha, a gente vê formação da área das merendeiras, você vê aquela que se informou, melhorou a sua, o seu conhecimento, com aquela que, ah, eu nem prestei atenção naquilo. Então, é em todas as áreas, isso vai desde a área pública, privada, onde for, depende muito do profissional. (P2, 2024)

Carvalho (2005) aponta fragilidades no processo de formação continuada de professores, sendo que uma delas é o baixo nível de compromisso dos professores, o que pode comprometer os resultados. Percebemos que três aspectos foram mais valorizados quanto contribuições das ações de formação continuada para a educação de Andirá–PR, a saber: i. articulação entre teoria e prática; ii. troca de experiências e, iii. reavaliação da prática. Portanto, conforme indicaram as professoras, as ações de formação continuada servem para atender as demandas educativas, pois “só faz o município de Andirá crescer com professores capacitados às demandas que vêm vindo aí” (P20, 2024), e com mais qualidade, posto que “capacitação [...] é o que nos dá bagagem para trabalharmos no contexto escolar.” (P6, 2024)

Neste subitem apresentamos tanto os temas das formações continuadas de professores desenvolvidos no âmbito dos Anos Iniciais do EF de Andirá quanto às contribuições que proporcionaram à prática pedagógica, à resolução de problemas do cotidiano escolar e à educação municipal. Resumidamente, os temas envolvem os conjuntos de saberes definidos por Tardif (2002): saberes da formação profissional, saberes disciplinares e saberes experienciais, os quais favorecem a prática pedagógica das professoras a partir do

suporte teórico e prático e da troca de experiências que propiciam, aspectos que foram muito valorizados nas entrevistas. As contribuições das ações de formação continuada, nos três aspectos questionados, se resumem, em geral, a atualizar e buscar novos conhecimentos, a propiciar a troca de experiências, a reavaliar criticamente as práticas pedagógicas, a propiciar abertura ao diálogo com a comunidade escolar e a promover professores mais capacitados para o sistema escolar do município.

5.3 Condições e expectativas das professoras quanto à formação continuada e o desenvolvimento profissional

Considerando o objetivo de identificar as condições oferecidas aos professores para a realização de processos de formação continuada, perguntamos se as professoras são consultadas a respeito de suas demandas formativas; se as ações de formação são realizadas durante ou fora do horário de trabalho; se elas apresentam dificuldades para se integrar a essas ações e, por fim, se recebem apoio da SME de Andirá para participar delas.

Após a revisão de literatura sobre a formação continuada de professores, observamos que vários dos trabalhos enfatizavam a importância e a necessidade de colocar o professor no centro do processo formativo, e que uma das maneiras indicadas para isso é o levantamento de suas demandas formativas. Podemos exemplificar com o artigo de Carvalho e Moura (2023), que revela que, muitas vezes, modelos de formação continuada desenvolvem temáticas alheias às demandas da escola; por essa razão, os autores são favoráveis que nos debates sobre formação continuada sejam consideradas as experiências, os conflitos, as dúvidas e as dificuldades dos professores que estão na sala de aula.

Nesse sentido, perguntamos às professoras se elas são consultadas pela Secretaria Municipal de Educação de Andirá ou pelas coordenadoras pedagógicas quanto aos temas das formações continuadas. Duas professoras comentaram que sempre são consultadas (P2, P25), como exemplificado no excerto a seguir:

Sempre é oferecido para nós que tipo de curso, que tipo de oficina que nós temos/estamos precisando, então, sempre com antecedência a gente passa para a Secretaria de Educação qual o tema da palestra, o que gostaria que fosse oferecido para os professores do município. (P25, 2004)

Duas das professoras entrevistadas, apesar de afirmarem que os professores são consultados sobre suas demandas de formação, afirmaram que não é uma prática instituída (P6, P11), como podemos ler no trecho abaixo:

Às vezes, durante as capacitações, mesmo durante os encontros é levantada essa circunstância [de se] alguém gostaria de exemplificar algum tema para ser estudado, para ser transformado em forma de formação, [se] existe alguma situação dentro da escola que demanda essa circunstância e a gente começa a dar bastante ideia, e essas ideias elas são anotadas [...] (P6, 2024)

Duas professoras afirmaram que, na maior parte das vezes, os professores não são consultados quanto aos temas das formações (P3, P15): “A maioria das vezes não, os professores não são consultados [...]” (P3, 2024) E uma das professoras confirma tal situação: “Então, os professores eles não são consultados quanto aos temas [...]” (P20, 2024)

Entendemos que, em geral, as professoras dos Anos Iniciais do EF da rede pública de Andirá são consultadas sobre os temas das formações continuadas, mas essa ainda não é uma prática consolidada. Quando as consultas acontecem, as maneiras escolhidas pela Secretaria Municipal de Educação são: dar oportunidade, durante as capacitações, para que as professoras sugiram temas para estudo (P6, 2024); informar com antecedência aos responsáveis da SME os temas de interesse desses profissionais: “sempre com antecedência a gente passa para a Secretaria de Educação qual o tema da palestra, o que gostaria que fosse oferecido para os professores do município. (P25, 2024)

Esta prática também foi comentada por outra professora, porém, em relação a uma apostila específica: “em relação à apostila, a FTD, aí a gente passou uma lista para os professores porque a Secretaria de Educação pediu para que os professores colocassem ali quais são os temas de interesse deles.” (P3, 2024) Outra maneira de consulta foi indicada por uma das professoras ao afirmar que “[...] de vez em quando eles perguntam...assim...algum tema interessante poderia ser abordado durante os cursos [...]” (P11, 2024). No mesmo sentido, principalmente “[...] no início do ano letivo, há consultas verbais sobre temas para serem desenvolvidos nas formações por parte da Secretaria Municipal de Educação.” (P2, 2024) Ainda segundo uma das professoras (P2), às vezes a Secretaria disponibiliza opções do que poderá ser ofertado durante o ano para que as professoras possam assinalar seus interesses.

As três professoras que indicaram que, geralmente, a Secretaria Municipal de Educação não consulta os docentes sobre suas necessidades de formação continuada pode ser representada pela fala da professora P15 (2024):

Geralmente não, eles que passam para gente os cursos e a gente faz um comentário, ah, poderia ter uma capacitação para uma inclusão de autismo é elevado, ou sobre alfabetização, então eles enviam para gente, mas não perguntam o que a gente precisa.

Na pesquisa de Lima (2016) já se ressaltava a importância de haver diálogos com os professores no sentido de identificar quais atividades e em que formatos caberia disponibilizar a formação continuada, não impondo aos docentes. Carvalho (2005) apresentou resultados de pesquisa que indicam que os professores gostariam de ser consultados quanto aos processos e demandas de formação continuada os interessaria, sendo que 92% dos participantes de sua investigação responderam que sim, que desejariam ser questionados quanto a esse assunto.

Três das professoras entrevistadas em Andirá deram abertura para perguntarmos se, quando há consulta da demanda das professoras acerca dos temas das formações continuadas, elas são atendidas (P2, P3, P6). Elas informaram que algumas vezes a Secretaria Municipal de Educação de Andirá atende às demandas desse tipo de formação conforme indicadas pelas professoras. É o que também pudemos depreender da fala de uma das professoras que entrevistamos: “a gente fez uma colocação a respeito da necessidade da gente ter uma formação que envolvesse a fluência, uma capacitação referente a essa tema, aí no próximo ano a gente teve essa capacitação.” (P6, 2024) Os professores também foram atendidos sobre uma solicitação de curso na área da Educação Infantil. (P3, 2024)

O fato é que, para o atendimento das demandas de formação continuada de professores considera-se a disponibilidade financeira do orçamento da Secretaria Municipal de Educação de Andirá, para contratar a empresa e/ou palestrante:

Na maioria das vezes, sim, mas muitas vezes, dependendo do custeio, do custo que tem, às vezes o curso em si, por ser extenso ou o palestrante por ser muito oneroso, então fica difícil de ser atendido, não por falta de vontade até, mas por questões financeiras mesmo, porque às vezes vai gastar ali dez ou doze mil num curso e talvez, talvez não, geralmente não há essa disponibilidade de verba. (P2, 2024)

Identificamos que todas as professoras consideram de extrema importância serem consultadas acerca de suas necessidades de formação, O aspecto ressaltado pelas profissionais foi, por unanimidade, de que o professor é o profissional que está na sala de aula e que, por isso, sabe das necessidades formativas, dado que

a vivência na prática é nossa, então, as nossas necessidades elas também têm que ser vistas de maneira carinhosa e até mesmo profissional, e é uma

necessidade que a gente precisa vencê-las, e a gente só vence com capacitação, com informação, então é por isso que eu acredito que a nossa participação é super importante. (P6, 2024)

No excerto de outra professora, temos que

é muito importante que o professor esteja à frente dessa decisão de qual vai ser o tema que vai ser abordado, porque o professor está na sala de aula, ele que sabe quais são as necessidades de sala de aula, no que ele gostaria de se aprofundar mais, então, acho que tem que ser consultado primeiro os professores para depois ser decidido (P3, 2024)

Esse aspecto foi ratificado por outra entrevistada, ao afirmar que o professor é o profissional que convive com os alunos e ressaltar temas referidos ao comportamento e à inclusão dos alunos:

Muito importante, porque nós estamos convivendo com os alunos dentro de sala de aula, nós estamos vendo os comportamentos das crianças, e hoje em dia os comportamentos das crianças estão vindo muito com inclusão, o autismo, vamos dizer assim, leve, outro alterado, então isso é muito importante porque nós estamos convivendo com os alunos. (P15, 2024)

Esse tom unânime das professoras entrevistadas de considerar de suma importância que as ações de formação continuada devem partir das demandas dos próprios profissionais pode ser entendido como uma percepção de que elas precisam estar no centro desse processo, ao contrário do que caracteriza o entrelugar ou não-lugar referido por Carvalho (2005). De acordo com essa autora, o entrelugar ou não-lugar é caracterizado quando os professores são apenas consumidores de saberes e lógicas, às vezes até estranhas a eles, quando as formações promovidas não consideram suas demandas. Machado et al. (2021) enfatizam que se os professores não decidem acerca das formações a que são submetidos e percebem a ausência de apoio sistemático às suas práticas pedagógicas há dificuldades no entendimento da relação entre o programa de formação desenvolvido e as ações no dia a dia escolar.

Com vistas ao entendimento das condições que são proporcionadas aos docentes dos Anos Iniciais do EF de Andirá para participarem das ações de formação continuada e para ampliar o entendimento sobre o papel da Secretaria Municipal de Educação nesse contexto, perguntamos se as ações de formação continuada promovidas por esse órgão são desenvolvidas durante ou fora do horário de trabalho dos professores, pois não basta ofertar ações de formação continuada, é necessário e essencial que esses profissionais tenham condições de realizá-las. As respostas ficaram divididas: durante o horário de trabalho foi a resposta de apenas uma das professoras (P6); uma delas respondeu que as formações ocorrem

fora do horário de trabalho (P25), e a maioria, quatro professoras, respondeu que as ações de formação continuada são realizadas tanto durante quanto fora do horário de trabalho (P2, P3, P11, P20). Ressaltamos que uma das professoras não mencionou nada a respeito (P15).

Notadamente, a Semana Pedagógica promovida pela Secretaria Municipal de Educação de Andirá, no início e no meio do ano letivo, é a ação de formação continuada que prioritariamente é realizada presencialmente, conforme já mencionado, bem como acontece durante o horário de trabalho das professoras. As professoras que têm a oportunidade de participar de outras ações de formação continuada durante a sua jornada de trabalho expuseram as formas de organização no local de trabalho para conseguir participar das formações, como registrado no seguinte excerto:

a gente tem a oportunidade de fazê-las no nosso horário de trabalho, aí a gente organiza nossas circunstâncias aqui na escola para que não haja prejuízo para os alunos, então, a gente sempre tem um profissional ou outro, seja auxiliar de aluno, seja o professor que cobre cargas horárias, então, a gente coloca esse professor no lugar para que a gente possa participar dessas capacitações. (P6, 2024)

Nesse mesmo sentido, uma das professoras afirmou que, quando as ações de formação continuada são realizadas durante o horário de trabalho dos professores, a escola se organiza “geralmente em grupos, aí um grupo faz, aí professor auxiliar fica na sala, então eles revezam.” (P11, 2024) Apesar dessa fala explicitando que geralmente os cursos são fora do horário de trabalho, ela indica que “tem alguns que é dentro do horário também de aula.” (P11, 2024)

Duas professoras afirmaram que foram disponibilizadas algumas oportunidades para que os profissionais participassem de ações de formação continuada durante a hora-atividade. Ao afirmar que a Secretaria Municipal de Educação de Andirá “deu a disponibilidade do professor escolher o horário para ele participar, inclusive na hora-atividade para que ele participasse dessa formação no horário que ele tem um momento disponível na escola [...]” (P3, 2024) Também identificamos o uso da EaD como oportunidade de as professoras participarem de formações durante a hora-atividade na fala de P2: “as *lives*, eu por exemplo, estou fazendo de formação do município, é sobre aquele projeto Educa Junto lá, eu faço no horário à tarde, vários professores estão fazendo no seu horário de hora-atividade [...]” (P2, 2024)

Verificamos que no Plano de Cargos, Carreira e Remuneração do Magistério do Município de Andirá, conforme a Lei Municipal nº. 1.857/2008, a hora-atividade serve como

espaço para o aperfeiçoamento profissional, já que ela é definida como: “§2º - Hora-atividade é o período de tempo dedicado pelo docente, prioritariamente dentro do estabelecimento de ensino, para o desenvolvimento de atividades de [...] aperfeiçoamento profissional.” (Município de Andirá, 2008, p. 7) O Plano municipal está de acordo com a legislação, pois a LDB define:

Art. 67. Os sistemas de ensino promoverão a valorização dos profissionais da educação, assegurando-lhes, inclusive nos termos dos estatutos e dos planos de carreira do magistério público:

[...]

V - período reservado a estudos, planejamento e avaliação, incluído na carga de trabalho. (Brasil, 1996)

Porém, na prática, apesar de algumas das professoras entrevistadas nesta pesquisa terem a possibilidade de participar de ações de formação continuada durante seu horário de trabalho e na própria escola, seus relatos deixam a impressão de que essa garantia não se estende a todos os profissionais da educação.

Sobre essa pauta, Nacarato (2016) argumenta em favor de que a formação continuada de professores seja realizada durante a jornada de trabalho e seja vista como possibilidade objetiva de trabalho coletivo nas escolas, na medida em que não se acredita mais em formações fora do horário de trabalho nem que o coletivo das escolas não esteja envolvido. Essa posição também é defendida por Moreto (2020) ao considerar que a escola é o local privilegiado para levantar as demandas a serem atendidas pela formação continuada, ou seja, os professores devem ter primazia quanto ao seu próprio processo de formação continuada.

Perguntamos às professoras se tiveram ou têm dificuldades para participar das ações de formação continuada de professores. Quatro entrevistadas afirmaram não ter dificuldades para participar (P2, P6, P15, P25), como podemos observar neste trecho: “Eu não tenho, mesmo porque [...] eu faço desses momentos..assim, uma espécie de deleite intelectual, a gente vai tendo conhecimento [...]” (P6, 2024) Outra professora afirmou que no momento ela não tem dificuldade para participar pelo fato de trabalhar em apenas uma escola, mas quando ela trabalhava em duas escolas e em dois períodos (manhã e tarde ou manhã e noite) a dificuldade encontrada era de tempo livre (P25). Nessa mesma linha de raciocínio, outra professora informou que já teve muitas dificuldades, as quais foram superadas com o auxílio da tecnologia, já que se a formação se dá apenas na modalidade presencial há necessidade de deslocamento e de sair de casa, geralmente no período da noite. Com a tecnologia, ela pode

acessar conteúdos pelo celular, ouvindo-os enquanto faz outra atividade, como declarado na fala abaixo reproduzida:

porque hoje com a tecnologia, então, você coloca o celular, e vai escutando, vai fazendo as anotações e ao mesmo tempo você pode fazer alguma outra coisa que não requer um, como que eu posso dizer, assim, uma parte intelectual que você tem que...então você pode ir dobrando uma roupa e escutando, não vai te atrapalhar em nada [...] (P2, 2024)

Ainda nesse tema, para uma das professoras a dificuldade está na ausência de tempo disponível para participar de ações de formação continuada: “só tenho a dificuldade para participar dessas formações no período noturno por causa do tempo mesmo [...]” (P20, 2024) Uma das professoras mencionou que não tem dificuldades de participar das ações de formação, mas caso haja alguma ela busca orientação e apoio com a pedagoga da unidade escolar. Em suas palavras: “Dificuldade não, quando eu tenho a gente procura apoio da pedagoga, ela nos orienta, aí fica com... aí fica tudo fácil.” (P15, 2024) Três professoras entrevistadas relataram aspectos dificultadores para participar: P3, P11, P20, sendo que uma delas afirmou que, quando os cursos são presenciais e durante os horários de aulas, ela não consegue, pois isso “acaba dificultando a minha participação, porque eu não posso deixar de trabalhar para fazer curso, então eu tenho que vir justamente para não prejudicar os outros professores.” (P11, 2024) Outra professora comentou que a dificuldade está na falta de profissionais na escola e, assim, não há como sair da sala de aula para participar das capacitações:

Ah, eu acho que o que falta são profissionais mesmo, mais profissionais na escola, a gente está com uma defasagem muito grande de professores, então, quando a gente tira um professor da sala de aula para eles se capacitarem, para eles se formarem, a gente precisa ter outra pessoa para ficar ali na sala no lugar dele, e a gente está com bastante falta mesmo de professores, então essa é a maior dificuldade, que eu acredito que a gente tem. (P3, 2024)

Apesar de compor outro grupo de perguntas, trazemos a resposta de uma das professoras por entender que ela trata de dificuldades relacionadas a sua participação em ações de formação continuada. Ela considera que, ao cursar o Mestrado, apesar de contar com o apoio da Secretaria Municipal de Educação que a autoriza a fazer as atividades do programa durante suas horas-atividade, esse processo foi bem difícil em função da sobrecarga de trabalho que a obrigava a levar tarefas para casa: “pensei na possibilidade de parar de trabalhar para conseguir me aprofundar um pouco mais no que eu estava estudando, mas daí

eu tive que dar conta dos dois, porque senão iria me prejudicar financeiramente [...] eu gostaria de ter tido um apoio maior [...]" (P3, 2024)

As dificuldades apresentadas pelas professoras de Andirá já foram vivenciadas por outros professores, em outros tantos lugares, como podemos ler no trabalho de Taglieber (2007), que teve como objeto de estudo um curso de aperfeiçoamento de professores. Os dados mostraram que, ao longo do desenvolvimento desse curso, alguns professores deixaram de participar das atividades por causa de diversos problemas que dificultavam a participação tais como: excesso de atividades, falta de tempo, carga horária fechada, sem tempo previsto para reuniões ou formação. Mas apesar dos obstáculos, concluiu que o projeto de formação continuada, no contexto estudado, contribuiu para a incorporação do conteúdo nos projetos político-pedagógicos das escolas participantes.

O apoio da Secretaria Municipal de Educação de Andirá para a participação das professoras da rede nas ações de formação continuada, conforme a fala de uma professora entrevistada (P15), vem na forma do envio de *sites* que disponibilizam cursos. Vem também pela reorganização do horário escolar quando a formação se dá durante o horário de trabalho, o que destaca a importância do papel das pedagogas na organização dos horários: "as pedagogas, aliás, sempre arrumam um horário para gente estar fazendo e para a gente estar concluindo essa capacitação que a gente sempre precisa." (P15, 2024)

Apesar de as professoras serem muito cobradas pela Secretaria Municipal de Educação para participar das ações de qualificação profissional, uma das professoras concorda com a P15 ao afirmar que o apoio se dá pela organização dos horários:

Fazemos por etapa, por exemplo, não é dispensado para a gente se capacitar nesses momentos, é feito por revezamento para que a escola não tenha prejuízo. Então, um dia far-se-á o primeiro e o segundo ano, no outro dia, far-se-á o terceiro e o quarto ano, e colocam profissionais para substituir esses que estão em curso, e sempre com certificados valendo carga horária, para que a gente utilize isso na nossa qualificação profissional. (P6, 2024)

Nessa mesma linha de raciocínio, outra professora mencionou que, para o professor regente da turma possa participar de uma capacitação um professor auxiliar fica na sala de aula, no entanto, ela não deixou de afirmar que há cursos que são realizados à noite, fora do horário de trabalho dos professores:

Sim, ela apoia os professores, ela dispensa, no caso, não as aulas, elas dispensam os professores, e aí há um professor auxiliar que geralmente fica, ou então a gente cursa à noite, tem a carga horária, fornece a declaração, o certificado, então, isso ajuda muito o professor. (P2, 2024)

Sobre o apoio da Secretaria para os professores participarem das ações de formação continuada durante seu horário de trabalho, uma das professoras exemplificou que ela mesma foi dispensada do trabalho à noite para realizar uma formação sobre Educação Especial: “eu fui dispensada do período da noite, eu dispensei meus alunos para que pudesse participar da formação no período da noite, então, a Secretaria de Educação liberou, é uma forma deles apoiarem.” (P3, 2024) Contudo, essas oportunidades são minimizadas, pois em outro trecho de sua fala ela esclarece que

se for no horário de trabalho sim, mas só que é um pouco complicado porque muitas vezes não tem professor para ficar na sala de aula, mesmo sendo no horário de trabalho não tem alguém para ficar na sala de aula para o professor fazer a formação, é uma coisa que está sendo bem...assim, falta de professor [...] (P3, 2024)

Podemos observar, porém, que nesse contexto de dificuldades a Secretaria buscou organizar a “hora-atividade num dia só para que o professor tenha tempo daquele dia ele se planejar em relação a fazer algum curso, mas não é apenas isso, tem que atender pais, então, é difícil [...]” (P3, 2024) A mesma professora relatou que quando cursou Mestrado, apesar de considerar bastante desgastante, considera que recebeu apoio da Secretaria pois foi liberada durante sua hora-atividade:

eu contei com apoio da Secretaria no seguinte sentido: eu saía na minha hora-atividade para que eu frequentasse as aulas, para que eu fizesse estágio, mas eu gostaria de ter tido um apoio maior, porque que eu percebo, eu tive que levar muito trabalho para casa [...] consegui fazer tudo na minha hora-atividade, mas é bem desgastante, então eu tive que organizar todo o meu cronograma para que eu pudesse ser dispensada naquele dia, não podia ser em dia diferente para que enquanto eu saísse os meus alunos tivessem alguém comigo, na minha sala, foi bem difícil. (P3, 2024)

Apesar de falar que a Secretaria Municipal de Educação apoia as professoras da rede para participarem das ações de formação continuada, uma delas afirmou que participa de cursos *on-line* e fora do seu horário de trabalho, no período noturno, e “quando eu tenho algum curso assim...presencial, a escola não dispensa, tá? Então, eu tenho que fazer em dias, assim... que eu não trabalho, isso é uma dificuldade.” (P11, 2024) Essa fala não evidencia qual é de fato o apoio do órgão gestor da política municipal de educação de Andirá.

O fornecimento de materiais para a realização de palestras foi citado como um dos apoios prestados pela Secretaria Municipal de Educação de Andirá (P25). Houve

concordância nas falas das professoras P6, P3, P2 e P15 no sentido de afirmar o apoio da Secretaria Municipal de Educação de Andirá para a participação dos professores nas ações de formação continuada:

sempre que é no horário de trabalho, ela facilita, ela pede para que cada escola esteja articulando para o aluno nunca ser prejudicado, nunca ser dispensando, e à noite também oferece dias da semana que você possa escolher para estar fazendo a formação, é nesse sentido aí, eles colaboram bastante com isso. (P20, 2024)

Assim, podemos considerar que há um esforço da SME de Andirá e das escolas municipais dos Anos Iniciais do EF no sentido de apoiar a participação das professoras nas ações de formação continuada, notadamente a partir da própria organização escolar quanto aos horários das professoras e das horas-atividades, o que foi relatado por quatro das sete professoras entrevistadas. No entanto, essa disponibilidade parece não alcançar a todas as unidades escolares, já que “[...] mesmo sendo no horário de trabalho não tem alguém para ficar na sala de aula para o professor fazer a formação, é uma coisa que está sendo bem assim, falta de professor [...]” (P3, 2024); há uma professora que faz os cursos nos dias em que não trabalha: “eu tenho que fazer em dias assim que eu não trabalho [...]” (P11, 2024)

Outro objetivo deste trabalho foi analisar quais as expectativas dos professores quanto ao processo de formação continuada, de desenvolvimento profissional e de evolução na carreira docente. Perguntamos sobre as motivações para participar das ações de formação continuada, se realizam cursos de forma particular, sem orientação ou intervenção dos órgãos públicos se as ações de formação continuada condizem com o plano de carreira do magistério.

Ao serem perguntadas sobre as motivações para participar das ações de formação continuada promovidas pelos órgãos públicos, tais como Secretaria Municipal de Educação, SEED/NRE, MEC e universidades, as respostas foram variadas. Por exemplo, sobre a relação/articulação entre teoria e prática: “os temas abordados a gente vivencia na realidade [...] lá a gente trabalha a teoria e a gente vivencia a prática dentro das paredes da escola [...]” (P6, 2024) A busca de embasamento teórico para a resolução de conflitos na escola foi também indicada como motivação por essa professora, quando diz que

a gente se vê constantemente em zona de conflito sem saber o que fazer, aí a gente entra naquela circunstância de que a gente resolve, mas fica aquela situação interior: eu não resolvi da maneira certa, não deveria ter sido dessa maneira. E esses cursos de capacitação eles voltam para nos tranquilizar internamente, porque os temas abordados a gente vivencia na realidade, e a

gente tem ferramenta para resolvê-los de maneira, então, a entender que a tomada de decisão foi acertada. (P6, 2024)

Três professoras destacaram que uma das suas motivações para participar das ações de formação continuada é a questão financeira, pois conforme prevê o Plano de Carreira do Magistério de Andirá os professores efetivos têm a possibilidade de acréscimo salarial ao entregarem certificados de ações que caracterizem formação continuada (P2, P3, P25). Apesar dessa possibilidade, as professoras relataram o sentimento de desvalorização dessa categoria profissional ao citar que são muito cobradas e pouco valorizadas, e até discriminadas, como podemos ler a seguir:

Olha, é importante essa participação, mas falando bem a verdade muitas vezes a pessoa vai para poder subir de nível, para poder ganhar um pouquinho a mais, e professor hoje em dia está sendo uma classe assim... muito, como se diz, desvalorizada. É aquele que forma todas as outras profissões, mas parece que, pela política no nosso Município, no Brasil, parece que o professor fica em último lugar. Mas a pessoa tem que ir fazer esses cursos para não ser discriminado. É, todos estão indo, acho que se o professor não for, às vezes a pessoa até cansado tem que ir [...] tenho visto assim que tanto o município e o estado programa novas formas de ensino, de tecnologia, mas está cobrando muito o professor, mas na hora da valorização é bem pouco. (P25, 2024)

Duas das professoras que declararam que sua participação nas ações de formação continuada têm em vista a elevação salarial, acrescentaram a necessidade de atualização de conhecimentos como motivação:

Olha, a maioria é para conhecimento mesmo, porque a gente tem sim a elevação salarial, mas a gente, eu mesma, no meu caso, eu tenho muito mais cursos que às vezes nem são contados na elevação, é mais pra conhecimento mesmo, para saber orientar, também os professores, porque eu sou tanto professora quanto pedagoga, então, para minha prática como professora e também para que eu saiba orientar os meus professores, preciso ser ali o exemplo, estar a par das novas metodologias. (P3, 2024)

A necessidade de atualização de conhecimentos também ficou explícita na fala da professora que afirmou que “também é para poder ficar atualizada, porque as vezes você não, às vezes não, nunca a gente pode estar, ficar estático, ali parado, achar que já sabe tudo [...]” (P2, 2024) Incluímos nessa categoria de motivações para participar das ações de formação continuada a atualização de conhecimentos porque uma das professoras afirmou que é pela

“Aprendizagem, muita aprendizagem, então a gente tem que estar sempre estudando, aprendendo [...]” (P15, 2024).

Somente uma das professoras mencionou que sua motivação está no recebimento de algum material: “de vez em quando eu recebo algum material assim que ajuda, sabe, o motivo é ajuda, é motivacional assim.” (P11, 2024) Uma das professoras disse que não se sente muito motivada para participar de formações, citando situações familiares e cursos fora do seu horário de trabalho:

Olha, ultimamente eu ando um pouco contida quanto à formação, a participar de formações, mas eu já participei muito de formação e elas são geralmente em horário contrário do seu trabalho, então, por motivos familiares às vezes você acaba deixando porque se for no período noturno fica difícil da gente poder estar fazendo [...] (P20, 2024)

Assim, depreendemos que a maioria das professoras participantes desta pesquisa sente-se ou sentiu-se motivada a participar das ações de formação continuada para atualizar conhecimentos, aprimorar a prática pedagógica e conseguir elevação salarial. São os motivos também apresentados por professores de outras localidades e regiões do nosso país, como apontado na pesquisa de Dantas (2012), pela qual a maioria dos que dela participaram informaram que se motivaram a participar para ampliar seus conhecimentos e melhorar seu desempenho em sala de aula, além de buscar melhoria do salário. No estudo de Cardoso (2013), entre as motivações dos professores, também figuram o aprendizado de novos conhecimentos para aprimorar a prática pedagógica e o aumento salarial.

Ainda perguntamos se as professoras têm realizado formação continuada por iniciativa própria, arcando com os custos. Cinco das professoras entrevistadas afirmaram ter tomado a decisão própria de cursar uma atividade de capacitação, ou uma pós-graduação *lato sensu* (em geral nas áreas de Psicopedagogia, Tecnologias da Informação e da Comunicação, Libras, Educação Especial), Mestrado Profissional, cursos específicos de formação inicial, cursos sobre inclusão, alfabetização e demais cursos voltados para o exercício da profissão, com uma certa predominância da modalidade EaD. (P2, P3, P6, P11, P15)

Uma das professoras comentou que chegou a cursar outra graduação, porém, não conseguiu receber certificação devido às condições financeiras para o pagamento: “fiquei sem a certificação, fiquei com o conteúdo, penso que ajudou muito.” (P2, 2024) Ressaltou, porém, que atualmente há muitos cursos gratuitos, o que ajuda bastante: “Agora, dentro sim, a gente procura, como tem uma grande oferta hoje em dia de alguns cursos gratuitos, então, ajuda bastante.” (P2, 2024)

Duas professoras comentaram que no momento não têm realizado cursos de maneira particular (P20, P25). Uma delas afirmou que já fez cursos em várias áreas: Inglês, Computação, Tecnologias, RCO, e explicou os objetivos de ter arcado com os custos, principalmente os relacionados a tecnologia: “a gente tem muita dificuldade de mexer em computador, agora com o RCO, o ensino, as chamadas tudo através do computador, do celular, então, a gente quer ter uma certa bagagem [...]” (P25, 2024)

Além de as professoras afirmarem que têm investido em cursos de maneira particular, elas acabaram explicando que seus motivos são os mesmos, estão relacionados a sua prática profissional docente. Por exemplo, uma das professoras se interessou pelo tema do curso que era voltado à prática pedagógica: “[...] porque é voltado para circunstâncias que a gente precisa ter, para gente utilizar aqui dentro da sala de aula.” (P6, 2024) Uma das professoras informou que faz pesquisas *on-line* e quando encontra algo sobre inclusão e/ou alfabetização acaba fazendo, recebendo certificado ao final: “a gente acaba fazendo, Inclusão, Alfabetização, nisso a gente acaba fazendo para ter um certificado, para a gente ter mais aprendizagem sobre esse assunto tão abordado que é a nossa inclusão.” (P15, 2024) Uma das professoras afirmou que, neste ano, fez dois cursos presenciais por conta própria, arcando com todas as despesas, sendo que ambos foram realizados na capital do estado do Paraná, Curitiba¹⁷, às sextas-feiras, dia em que não ministrava aula, aos sábados e aos domingos; segundo ela, foram cursos relacionados à sua prática docente, como podemos ler em um trecho de sua entrevista: “Sim, como professora na minha área de Educação Física, na minha área específica.” (P11, 2024)

A busca por ampliação da formação profissional pode ser entendida como autoformação, posto que, de acordo com Machado et al. (2021), a formação continuada é intrínseca ao próprio exercício da docência. A autoformação, segundo eles, é o processo formativo intencionalmente buscado pelo professor para contribuir com a expansão dos conhecimentos teóricos e práticos. Além da autoformação, faz parte do processo formativo o trabalho colaborativo, que é uma formação inserida no contexto da própria equipe profissional na organização escolar; ela pode se realizar por meio de estudos, experiências, análises e pesquisas conjuntas sobre práticas pedagógicas, podendo ser no âmbito da instituição, ou vinculado a uma rede, a uma escola, a um contexto social.

Para ambos os aspectos da formação continuada, Machado et al. defendem o cotidiano escolar como espaço privilegiado para a realização das ações de formação

¹⁷ Distante 407 km de Andirá, segundo o site do Google Maps.

continuada de professores. Consideram que, desse modo, abre-se a possibilidade de o professor estar no centro do processo formativo, viabilizando o direcionamento das necessidades individuais por meio da reflexão sobre as práticas pedagógicas e na interação com seus pares, com obras e autores. Contrapõe-se, então, aos programas de formação que não estabelecem reciprocidade com as demandas advindas da realidade docente.

Os professores da rede pública de ensino de Andirá têm um Plano de Carreira do Magistério, criado em 2003 e atualmente regido pela Lei Municipal nº. 1.857 de 04 de novembro de 2008. De acordo com essa Lei, o objetivo do referido Plano é promover a valorização, o desenvolvimento na carreira e o aperfeiçoamento continuado dos profissionais da educação dessa rede pública. (Município de Andirá, 2008, p.1) Por essa Lei, o município deve incentivar a participação de todos os profissionais de educação da rede pública em cursos e programas de aperfeiçoamento e capacitação. Quanto à promoção na carreira do docente, a Lei prevê o avanço vertical e o avanço horizontal, assim entendidos:

Art. 21º- Entende-se por avanço vertical a passagem de um para outro nível e se dará por habilitação, através do critério exclusivo de formação do Professor, Educador Infantil e Pedagogo para elevação ao nível imediatamente superior, mas dentro do mesmo cargo de atuação. [...] O avanço vertical será devido ao professor, Educador Infantil e Pedagogo que requerer e apresentar a documentação comprobatória da habilitação que concede direito ao avanço, sendo o mesmo efetivado no mês subsequente.

[...]

Art. 22º- Por avanço horizontal entende-se a progressão de uma para outra referência, dentro do mesmo nível, mediante o acréscimo de 4% (quatro por cento), calculado sobre o vencimento básico do nível e referência a que pertence o servidor.

§1º - A promoção por avanço horizontal dar-se-á exclusivamente por merecimento, realizada a cada dois anos, após resultado da média aritmética da avaliação de desempenho e a qualificação profissional. (Município de Andirá, 2008, p. 5-6)

Considerando esses aspectos, questionamos as professoras sobre de que maneira as ações de formação continuada atendem ao que é designado nesse Plano, isto é, se ele funciona como incentivo à constante qualificação docente e se as elevações/promoções são de fato incorporadas. Nossa objetivo era compreender como as ações de formação continuada, segundo os professores, impactam a carreira docente e se estão de acordo com o Plano de Carreira do Magistério do Município de Andirá. Todas as professoras entrevistadas concordaram que há o Plano e que as elevações acontecem. Uma delas, porém, apontou aspectos negativos e de desvalorização dos professores:

os professores daqui, do nosso município estão muito tristes, porque eles estão enganando o professor, tem dois anos que o professor está na luta para ter um salário reajustado, foi dado um pouco, mas não deu o restante. Os professores fazem passeata, o professor faz... só greve que não fez, mas não está tendo valorização não, os professores trabalham porque são fiéis e estão cumprindo sua obrigação e em respeito às famílias. E sabe, cada um sabe da sua missão, mas não por causa de salário, porque está muito desvalorizado. (P25, 2024)

Duas professoras mencionaram as elevações verticais ao se referirem aos títulos de graduação, pós-graduação *lato sensu* (especialização), Mestrado e Doutorado (P2, P6). Uma delas falou sobre as dificuldades dos professores para cursar Mestrado e Doutorado por causa das responsabilidades com a família: “Mestrado, Doutorado, já é uma coisa assim que já está um pouco mais distante do professor, que tem uma família, que tem, assim, outras prioridades, entre aspas, não que a profissão não seja prioridade [...]” (P2, 2024)

Sobre as promoções horizontais, que são aquelas que resultam da avaliação de desempenho e da qualificação profissional, quatro professoras referiram-se ao fato de as ações de formação continuada serem certificadas e contarem pontos e/ou horas para a elevação horizontal, com a consequente elevação salarial (P3, P6, P11, P15). Exemplificamos com a fala de P15 (2024): “a gente tem essa elevação usando esses certificados [...] para estar tendo esses aumentos que a gente tanto precisa”, considerando também a importância das formações continuadas para esse fim. Lemos, por exemplo, nas palavras de uma das professoras:

e a horizontal, elas contam pontos por qualificação, ou seja, esses cursos que a gente faz nessas formações continuadas contam ponto para essa promoção na horizontal, então, é muito importante que a gente se capacite de conhecimento, para que a gente tenha sempre o acesso a essas elevações. (P6, 2024)

Ela se refere ao fato de que as ações de formação continuada, uma vez certificadas, são contabilizadas para fins de elevação/promoção na carreira. Além disso, há a avaliação de desempenho profissional, que considera como um dos critérios a assiduidade, como mencionado pela professora (P11, 2024):

fora isso tem uma avaliação assim, de assiduidade, esses tipos de coisinhas, assim, então, tem toda uma somatória aí, tem as notas aí, se você atinge o mínimo que é a média seis, aí a gente consegue elevar e essas elevações é cada um ano sim, um ano não.

A professora está se referindo ao disposto no Decreto Municipal nº. 7.842 de 1º de setembro de 2017, que estabelece que professores e pedagogos efetivos do município de Andirá poderão

avançar uma referência a cada 02 (dois) anos por merecimento quando a média aritmética entre a Avaliação de Desempenho e a Avaliação por Qualificação Profissional for igual ou superior a 6,0 (seis vírgula zero). (Município de Andirá, 2017)

Quanto à qualificação profissional dos docentes, o Decreto determina que somente serão pontuados os seguintes cursos, títulos e eventos:

I – Curso de Graduação com Licenciatura Plena (Diploma ou Certidão e Histórico Escolar) de Instituições devidamente autorizadas, conforme legislação vigente, desde que não utilizado para o ingresso no cargo ou na Promoção Vertical;

II – Curso de Pós-Graduação: desde que possua todos os dados exigidos pela legislação específica do MEC, vigente à época da realização do curso e desde que não utilizado para o ingresso no cargo ou na Promoção Vertical;

III – Eventos de Formação Continuada realizados pela Secretaria Municipal de Educação do Município, conforme Decreto nº. 7.810 de 03 de agosto 2017¹⁸;

IV – Eventos de Formação Continuada realizados pela Secretaria de Estado da Educação - SEED, conforme Resolução/SEED 2007 de 21 de julho de 2005;

V – Eventos de Formação Continuada realizados por Instituições de Ensino Superiores devidamente credenciados pelo Órgão responsável, com a validação da Secretaria Municipal de Educação do Município de Andirá.

VI - Eventos de Formação Continuada realizados por outros municípios, com a validação da Secretaria Municipal de Educação do Município de Andirá. (Município de Andirá, 2017)

Considerando esses aspectos, uma das professoras expôs sua opinião de que a formação continuada já é um direito adquirido das professoras, na medida em que consta do Plano, “então, já está no Plano também essa capacitação continuada do professor, é um direito que ele tem já adquirido para poder fazer essas formações da melhor forma possível [...]” (P20, 2024). E reforçou a importância das formações para o aperfeiçoamento do profissional, ao avaliar que a informação está chegando muito rápido:

se você hoje não se capacitar, não se aperfeiçoar naquilo que você está, você para no tempo, que a informação ela está muito rápida, ela está muito instantânea e todos nós aprendemos a cada dia e não basta só estar lá dentro

¹⁸ Esse Decreto é do município de Andirá e autoriza o Programa de Formação Continuada da Secretaria Municipal de Educação, para fins de atualização e aperfeiçoamento do Magistério Público Municipal.

da sala de aula, é preciso você ouvir novas formas também de você ensinar, você aprende também com isso daí, então é extremamente importante. (P20, 2024)

Uma das professoras participantes desta pesquisa expôs sua opinião em relação à avaliação de desempenho, mencionando que ela pode ser falha ao julgar segundo critérios, por exemplo, de assiduidade, pois a seu ver ninguém fica doente e leva atestado porque assim deseja:

você não consegue avaliar uma pessoa, ah, um grupo pega três pessoas e vamos avaliar o profissional, ali teve mais de cinco atestados médicos, ninguém, no meu ponto de vista, ninguém quer ficar doente e ter atestado, certo? (P2, 2024)

Essa forma de avaliação do desempenho profissional, mencionada pela professora quando fala de atestados e assiduidade, se orienta pelos seguintes critérios ou dimensões, conforme indicado no Decreto Municipal nº. 7.842 de 1º de outubro de 2017: Assiduidade, Pontualidade, Disciplina e Cumprimento dos Deveres, Desempenho Profissional, Responsabilidade, Produtividade e Eficiência¹⁹ (Município de Andirá, 2017). O Decreto ainda diz que essa avaliação de desempenho será elaborada por avaliação de um colegiado com a seguinte composição: chefe imediato, coordenadores pedagógicos e dois professores lotados na mesma escola e no mesmo horário do professor avaliado (Município de Andirá, 2017). Os critérios para avaliação de desempenho indicados nesse Decreto são convertidos em pontuações. São consideradas vários formatos de formação continuada, por exemplo: um curso de pós-graduação *lato sensu* na área da EI ou EF (desde que não utilizado para elevação vertical) pontuará seis pontos; para a elevação horizontal será considerada a média aritmética entre a soma da avaliação do colegiado e a soma dos certificados/títulos e dividido por 02(dois). (Município de Andirá, 2017)

Uma das entrevistadas desta pesquisa avalia que a remuneração dos professores é pequena, o que, em sua opinião, limita as condições de o professor investir em sua formação. Ela exemplifica com a dificuldade de adquirir instrumentos de trabalho mais adequados como *notebooks* e impressoras próprias, que a leva a considerar que a profissão está desvalorizada. Nas suas palavras:

¹⁹ Cada um desses critérios possui uma ou mais discriminações, por exemplo, o critério da assiduidade é avaliado em três aspectos: se comparece diariamente ao trabalho cumprindo com a jornada pré-estabelecida; se comparece regularmente nos cursos, encontros, estudos e outras atividades do Programa de Formação Continuada da Secretaria Municipal de Educação; se repõe a carga-horária, e se cumpre a hora-atividade integralmente no estabelecimento de ensino com atividades pedagógicas, e não com atividades particulares.

eu concordo, assim, eu acho que a remuneração, infelizmente, do profissional de educação, da área educacional é muito pouco, ele recebe pouco e se exige demais. Então, o que desqualifica na verdade o profissional é isso, o não ter tempo para ter na casa dele, o melhor computador, a melhor impressora, ter condições de não ter que utilizar as impressoras, os computadores da escola, é ter um *laptop*, trazer dentro da sua sala. (P2, 2024)

E considerando sua posição, pergunta-se o que deveria ser mudado, entendendo que o acréscimo salarial já deveria ser repassado aos professores, e não depender de critérios avaliativos:

é isso que me pergunto o que deveria mudar, eu acho que não está dentro, porque é quatro por cento que você recebe, de dois em dois anos você recebe quatro por cento em cima do seu base, então, eu não sei, eu não vejo assim, vamos dizer, uma gratificação, isso aí não deveria nem contar, deveria ser já passado, o professor já deveria receber esses quatro por cento. (P2, 2024)

Bem como considera que “são várias formas de avaliar o professor para ele ter essa elevação, então, eu vejo que é uma forma ainda que, dentro da educação brasileira, para valorizar o professor tem ainda muito a ser evoluído [...]” (P2, 2024)

Destacamos também que uma das professoras busca se qualificar além das exigências para a elevação; afirmou que se dedica a fazer mais cursos do que é necessário para a carreira, “assim, eu geralmente busco mais, então, sempre sobra horas [...]” (P3, 2024)

Caminhando para o final da entrevista, perguntamos se as professoras gostariam de sugerir algo para melhorar as ações de formação continuada de professores no município, sendo que as sete participantes responderam.

Três professoras afirmaram a necessidade de haver mais cursos nas áreas de inclusão (P15), de Educação Física e Arte (P11), além de mais cursos na modalidade presencial (P3). Sobre a oferta de mais cursos de Educação Física e Arte a professora P11 assim justificou:

infelizmente a Educação Física e a Arte é como se a gente fosse um tapa buraco, tipo: é como se a nossa disciplina não tivesse tanto valor, sabe, eu acho que seria interessante se eles inclinassem a cabeça assim, para esse lado.

Na linha de raciocínio da oferta das ações de formação continuada, uma demanda apresentada por uma das professoras foi a realização de capacitações conforme a realidade de

cada escola, justificando que cada unidade escolar é diferente da outra. Ela toma como exemplo o poder aquisitivo da comunidade em que a escola está inserida:

formação voltada especificamente para cada circunstância e realidade escolar de cada instituição, porque cada uma, ela tem a sua realidade, ela tem a sua demanda, tem a sua comunidade, é diferente, às vezes um menor poder aquisitivo numa comunidade não é a situação de outra comunidade escolar. (P6, 2024)

Essa mesma professora também lembrou da importância do retorno e da avaliação das ações de formação continuada:

um *feedback* a respeito do retorno dessa capacitação, depois de alguns meses a gente voltar, nos reunirmos para falarmos sobre o resultado dessa capacitação, se foi positivo, se foi utilizado, se deu resultado e qual resultado, mesmo que não tenha surtido resultado. Eu acho que o retorno dessas capacitações em forma de prática escolar seria bem interessante. (P6, 2024)

No mesmo sentido, uma das professoras corroborou com a ideia da importância de haver retorno das ações de formação continuada de professores ao sugerir que haja um acompanhamento do trabalho do docente: “eu gostaria que continuasse, mas não assim, só formação, mas que continuasse um acompanhamento do trabalho do professor [...]” (P25, 2024)

Duas outras professoras sugerem que os professores sejam consultados a respeito dos temas das ações de formação continuada (P3, P20), que “ouvissem mais os professores para eles verem o que realmente está precisando, para poder ter como capacitação. (P20, 2024)

Sugeriu-se ainda maior apoio da Secretaria Municipal de Educação para os estudos. A sugestão do apoio está relacionada à disponibilidade de tempo para estudar, o que permitiria o aprofundamento dos estudos, tendo em vista que compartilhar trabalho e estudo é difícil:

eu pensei na possibilidade de parar de trabalhar para conseguir me aprofundar um pouco mais no que eu estava estudando, mas daí eu tive que dar conta dos dois, porque senão iria me prejudicar financeiramente, então, assim, deveria ter mais apoio na questão de ter mais profissionais na escola para suprir a falta desses professores para a gente conseguir desenvolver um trabalho bacana. (P3, 2024)

Colocações no sentido de que há muitas mudanças nos programas educacionais foram feitas por uma das professoras. Segundo ela, toda vez que mudam os governantes, alteram-se também os programas educacionais e, geralmente, o município sente-se obrigado a aceitar as mudanças para o recebimento de verbas. Mas nem sempre participar de muitos programas representa a qualidade da educação, nem sempre o próprio município consegue dar o devido acompanhamento aos profissionais, então, em sua opinião, é preciso saber priorizar:

participar de muitos programas nem sempre significa qualidade, às vezes você minimizar ou direcionar alguns programas ofertados pelo ou exigidos pelo governo, do que muitos que às vezes é assim... é muita coisa, você não consegue, o próprio município não consegue fazer com que o seu profissional, porque ele tem que fazer tudo, ele tem que absorver tudo e dar conta de tudo. Então, é priorizar, eu acho que hoje com essa demanda muito grande de informações, olha, tem que ter isso se não o município não ganha determinada verba, ah, tem que ter aquilo, ah, tem que fazer aquilo. Então, está assim, eu acho que deveria haver uma separação, deveria ter, assim... direciona realmente o que der, o que vai valer, o que vai compensar, e o que não vai sobrecarregar onde realmente possa se destacar [...] (P2, 2024)

Também foram indicadas ações para a valorização do professor, pois, segundo uma das professoras participantes, esse profissional está muito desvalorizado, como lemos em um dos excertos das entrevistas: “o professor forma as outras profissões e ele não é valorizado, até na mídia mesmo o professor não é valorizado, às vezes aquelas brincadeiras, aquelas coisas lá, sempre eles vão menosprezar o serviço do professor.” (P25, 2024)

Ao serem perguntadas se gostariam de acrescentar algo à entrevista, quatro professoras expressaram que sim (P2, P15, P20, P25). A professora P25 ressaltou seu desejo de valorização da profissão docente e expressou sua opinião quanto à política de governo que, segundo seu entendimento, não os tem valorizado, embora extraia eventuais vantagens políticas dessa situação, como podemos ler em sua fala:

queria que fosse colocado em prática essas formações, como eu já disse, que tivesse um acompanhamento e o professor se sentisse cada vez mais entusiasmado a trabalhar, a lecionar, fosse valorizado porque não pode acabar a carreira do professor, não pode ser extinta, o professor tem que ser valorizado e o governo quando valoriza o professor ele ganha com isso, mas parece que o governo muitas vezes não quer que um povo, um povo alfabetizado, parece que quer o povo seja ignorante, para poder eles tirar proveito na política e assim por diante. (P25, 2024)

Uma das professoras ratificou a necessidade de valorização do professor: “nós precisamos pensar também na sua valorização, na sua valorização tanto financeira como ser humano também [...]” (P20, 2024), e apresentou os motivos:

por que nós somos muito cobradas pelo sistema de um resultado, só que a educação, ela no seu todo, na sua totalidade ela não vê que não é só isso daí, um professor em sala de aula ele não funciona só como mediador do conhecimento, ele é um psicólogo, ele é um... às vezes a única pessoa que a criança tem como referência de comportamento, de ser humano, de finanças. Então não basta só ter a formação: é preciso também que a gente tenha outros aspectos dessa valorização, porque está deixando bem a desejar, porque é só cobrança, mas o resultado não está tendo. (P20 ,2024)

Uma das professoras expressou-se quanto a suas demandas: “a gente está precisando mesmo, muito, de apoio sobre crianças com inclusão, que está sendo muito abordado e muitas crianças com esse tipo de problema.” (P15, 2024) Outra professora falou que “nem sempre ter todas as informações significa de ser um bom profissional e nem sempre também ter, vamos dizer assim, certificados, muitas graduações significam também ser um bom profissional.” (P2, 2024)

Ao revermos as respostas da Secretaria Municipal de Educação de Andirá ao questionário por nós enviado, percebemos que algumas das sugestões dadas pelas professoras estão de acordo com sua percepção, especialmente no que tange à oferta de mais cursos presenciais e ao alinhamento entre teoria e prática.

Nas três subseções acima buscamos, por meio de um conjunto de entrevistas, responder aos objetivos delineados para esta pesquisa, articulando as falas das professoras com os dispositivos legais e com parte da produção acadêmica existente sobre o tema. Muitos elementos que foram objeto de preocupação das professoras de Andirá também o são em outros estudos por nós consultados.

A seguir, em nossas considerações finais, apresentamos algumas sínteses do que nossos dados de pesquisa mostraram, com a expectativa de que possam contribuir para a ampliação do conhecimento sobre o tema.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pensar no tema da formação continuada de professores, especificamente dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental da rede pública de ensino de Andirá, PR, implicou grandes desafios. Inicialmente, havíamos delimitado nosso objeto de estudo para os cursos de pós-graduação *lato sensu* em Educação, vistos como uma das possibilidades da formação continuada. Entretanto, as dificuldades de obtenção de dados empíricos inviabilizaram o aprofundamento do estudo, levando à necessidade de ampliar a discussão sobre formação continuada de professores, nesse passo agregando todas as possibilidades de formação continuada de professores, que são vastas.

Para tanto, redimensionamos nossa questão de pesquisa e, consequentemente, nossos objetivos. A questão de pesquisa a ser respondida foi assim definida: Qual a percepção das professoras dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental do Município de Andirá sobre os processos de formação continuada que realizam, especificamente quanto à evolução na carreira e às condições de formação para o desenvolvimento de sua prática pedagógica? O que nos levou a tomar como objetivo geral da investigação: Compreender, a partir da perspectiva das professoras, as contribuições da formação continuada para a carreira docente e para a prática pedagógica. Para esse fim, coube identificar as ações de formação continuada realizadas pelas professoras dos Anos Iniciais do EF de Andirá.

A partir das entrevistas que realizamos com sete professoras em atividade nessa rede municipal de ensino e lotadas nos Anos Iniciais do EF, identificamos várias ações desenvolvidas no âmbito da formação continuada de professores tais como: Semana Pedagógica, palestras, cursos, capacitações, pós-graduações *lato sensu*, seminários, grupo de estudo.

No que se refere à Secretaria Municipal de Educação de Andirá, identificamos que a atividade prioritária desenvolvida a título de formação continuada é a Semana Pedagógica, ação realizada no início e no meio do ano letivo na qual se promovem palestras e se organiza o planejamento escolar. Quanto às outras ações formativas, depreendemos que a Secretaria Municipal divulga, orienta e exige que os professores participem de cursos ofertados por outras instituições como os disponibilizados pela SEED/NRE, pelo MEC e pela Associação dos Municípios do Paraná, e aqueles que decorrem da parceria com instituições universitárias. Essas ações se desenvolvem na forma de seminários e/ou cursos em parceria, tendo sido citado apenas uma vez, por uma única professora, um grupo de estudo, dando a entender que esta não é uma ação consolidada como formativa.

Quanto ao aspecto colaborativo, o governo estadual do Paraná, ainda que timidamente, criou em 2020 (com reformulações em 2022) o Programa Educa Juntos, que visa fortalecer o regime de colaboração entre a Secretaria Estadual de Educação e os municípios. Trata-se de buscar superar a fragmentação das políticas públicas educacionais pela oferta constante de formação continuada aos profissionais de educação das redes municipais de ensino, visando atualizar e aperfeiçoar a prática pedagógica e, dessa forma, assegurar ensino de qualidade aos estudantes da rede pública. Esse Programa foi citado por quatro das sete professoras entrevistadas enquanto uma das ações de formação continuada promovidas no município. Consiste em encontros *on-line* entre professores de todos os municípios paranaenses, com foco na troca de experiências sobre o contexto escolar.

Com relação ao MEC, percebemos que sua colaboração na promoção da formação continuada está mais caracterizada pela oferta de cursos *on-line*.

Assim, podemos inferir que há esforços, por parte das três unidades federativas, voltados ao desenvolvimento de ações de formação continuada de professores. Contudo, não identificamos uma política de formação continuada estruturada e consolidada, que tenha continuidade e a participação dos três entes federados.

Quanto às contribuições que as ações de formação continuada de professores trazem para a prática pedagógica, identificamos os temas que têm sido abordados, para posteriormente buscar a compreensão de como eles têm contribuído para a prática pedagógica. Foi indicada uma variedade de temas, todos relacionados ao contexto escolar, seja na parte de programas educacionais, gestão escolar, transtornos e inclusão, seja em assuntos ligados a conteúdos disciplinares como alfabetização, letramento, matemática e língua portuguesa, e conhecimentos pedagógicos como metodologias de ensino e uso das tecnologias na educação. São, portanto, temas que tendem a ser relacionados à profissionalização do professor e aos saberes e práticas docentes.

As contribuições das ações de formação continuada indicadas pelas professoras participantes da pesquisa, de modo geral, são, entre outros: renovação/atualização de conhecimentos; alicerces teóricos/fundamentos das concepções educacionais; compartilhamento de experiências docentes; articulação entre teoria e prática; reflexão sobre as capacidades e as limitações do professor e da educação; melhor atendimento aos alunos com transtornos e outros tipos de problemas sociopsicológicos; aprendizado de maneiras lúdicas de ensinar; qualificação do diálogo com a comunidade escolar; adaptação de atividades didático-pedagógicas e abertura a novas ideias.

Das contribuições indicadas pelas professoras entrevistadas, três aspectos foram mais valorizados para fins de qualificar a educação no município de Andirá, a saber: articulação entre teoria e prática, troca de experiências e reavaliação da prática.

Um outro objetivo específico da pesquisa foi identificar as condições de participação oferecidas aos docentes dos Anos Iniciais do EF de Andirá para sua educação continuada, dado que entendemos que a simples oferta de ações com esse caráter não é suficiente para efetivá-las – faz-se necessário que os professores tenham condições de realizá-las. Organizar e disponibilizar espaços de tempo e local para que o professor participe das formações durante sua jornada de trabalho é o caminho indicado, não só pela LDB nº 9.394/1996, mas também pelo Plano de Cargos, Carreira e Remuneração do Magistério do Município de Andirá, como também por pesquisadores da área de educação.

Entendemos que uma política de formação continuada não se resume apenas à provisão legal. É necessário que os sistemas de ensino promovam a valorização dos profissionais da educação assegurando-lhes período reservado para estudo, planejamento e avaliação durante o horário de trabalho. No entanto, não é somente esse quesito que configura condição favorável para a participação dos professores em ações de formação continuada: há outros igualmente importantes como considerar as demandas de formação dos professores e a prestação de apoio para o enfrentamento das dificuldades, os quais podem fazer a diferença para que a formação continuada de professores seja mais efetiva.

Questionamos as professoras se são consultados quanto às suas demandas de formação, quais as concepções que têm a esse respeito, se as formações continuadas são desenvolvidas durante ou fora do horário de trabalho, se vivenciam dificuldades para participar das atividades formativas e se recebem apoio da Secretaria Municipal de Educação.

Os resultados indicam que, apesar de as professoras atribuírem importância à formação continuada para seu exercício profissional, a maioria afirmou que não são consultadas pela Secretaria Municipal ou pelas coordenadoras pedagógicas de suas escolas no que respeita às suas demandas formativas, ao que elas responderam, majoritariamente, que isso acontece somente às vezes. No entanto, todas estas professoras, assim como vários dos trabalhos apresentados nesta tese, atribuem grande importância às consultas a esses profissionais sobre suas necessidades formativas e gostariam que se tornasse uma realidade constante, pois o fato de o professor estar na sala de aula o leva a reconhecer suas limitações e definir suas prioridades de formação.

Apesar da previsão legal e de algumas professoras terem a possibilidade de participar de ações de formação continuada durante seu horário de trabalho (notadamente na hora-

atividade), a maioria sente dificuldade em relação a isso e acaba por frequentar cursos em períodos diferentes do seu horário de trabalho, ou às vezes acaba não participando devido ao cansaço e/ou compromissos particulares.

Considerando esses aspectos, o apoio dos órgãos competentes se torna essencial para possibilitar a participação dos professores nos processos de formação continuada. Por isso, questionamos se a Secretaria Municipal de Educação de Andirá apoia as professoras para que participem das formações continuada, em quais aspectos e de que maneiras. Embora não tenha havido unanimidade, a maioria das professoras entrevistadas concorda que o apoio vem na forma de reorganização do horário escolar, de uso da hora-atividade, da ajuda das pedagogas, da dispensa de outras atividades e da divulgação de *sites* de entidades que promovem cursos *on-line*.

Outro objetivo específico da tese foi analisar as expectativas das professoras quanto ao processo de formação continuada, o desenvolvimento profissional e a evolução na carreira docente. Procuramos saber suas motivações para participar das formações, em entidades públicas ou particulares, qual a relação dessas ações com o desenvolvimento da carreira docente e quais as expectativas para futuras atividades de formação, que foram dadas por meio de sugestões.

As professoras que se sentem motivadas para participar das ações de formação continuada apontaram aspectos relevantes para o exercício docente como a tão desejada articulação entre teoria e prática; a busca de embasamento teórico para a resolução de conflitos na escola; a possibilidade de acréscimo salarial e eventual recebimento de algum material para as aulas. São os mesmos motivos também apresentados por professores de outras localidades e regiões do nosso país, como pudemos depreender dos trabalhos de pesquisadores apresentados na revisão de literatura. As pesquisas realizadas sobre formação continuada de professores compreendem várias localidades e estados brasileiros, entre as quais podemos citar: Minas Gerais, Belo Horizonte, Espírito Santo, Rio Grande do Sul, São Paulo, Pará, Goiás, Recife, Rio de Janeiro, Região Metropolitana de Campinas, Campo Grande, São Carlos, Itajaí. Percebemos, a partir dos resultados apresentados pelos respectivos autores, que os motivos são semelhantes em vários locais, com destaque para a busca de conhecimentos que podem aprimorar a prática pedagógica, elevar salários e complementar a formação inicial.

Apesar dessa possibilidade, as professoras de Andirá afirmaram o sentimento de desvalorização da categoria profissional, ao citar que são muito cobradas, pouco valorizadas e

às vezes até discriminadas, ficando bem evidenciadas, por elas, questões da baixa remuneração dessas profissionais.

Quanto à busca de formação continuada, a grande maioria das professoras entrevistadas já realizou ou continua realizando cursos de maneira particular. A motivação para essa realidade é que são cursos voltados para o exercício da profissão docente. Nesse sentido, a busca por ampliação da formação profissional pode ser entendida como autoformação, aquela que, de acordo com Machado et al. (2021), é intrínseca ao próprio exercício da docência. A autoformação, segundo eles, é o processo de formação intencionalmente buscado pelo professor e devem contribuir para a expansão dos conhecimentos teóricos e práticos.

Quanto ao desenvolvimento na carreira docente, as professoras da rede pública de ensino de Andirá têm um Plano de Carreira do Magistério, o que nos permitiu verificar de que maneira as ações de formação continuada atendem ao que nele está designado, em especial quanto ao incentivo à constante qualificação docente e às elevações/promoções. Todas as professoras entrevistadas concordaram que há de fato tal Plano, instituído por lei, e que as elevações verticais (a partir de diplomas) e as horizontais, resultado de um misto de certificações e avaliação de desempenho, ambas proporcionando acréscimo salarial. Uma delas, porém, apontou aspectos negativos e de desvalorização dos professores, em particular os relacionados às questões salariais. Outra professora considerou a avaliação horizontal de maneira negativa, por causa de alguns critérios considerados como a assiduidade, pois segundo ela ninguém fica doente porque quer nem apresenta atestados por prazer: o professor deveria ter o acréscimo salarial naturalmente, sem depender dessas avaliações. Ela ainda expressou sua opinião sobre a baixa remuneração dos professores, o que limita as condições e as ferramentas (*notebooks, impressoras...*) que poderiam ser acessadas por esses profissionais em benefício das aulas.

Quanto à elevação vertical, que considera os títulos acadêmicos: graduação, pós-graduação *lato sensu*/especialização, mestrado e doutorado, as menções feitas referem-se às dificuldades de os professores cursarem tais cursos, especialmente Mestrado e Doutorado, em razão de responsabilidades com a família, disponibilidade de tempo livre e outras prioridades.

Ao final da entrevista, todas as professoras sugeriram algo para melhorar as ações de formação continuada de professores no município de Andirá, revelando assim suas expectativas de formação: oferta de mais cursos na modalidade presencial; cursos nas áreas de inclusão, educação física e arte; realização de capacitações conforme a realidade de cada escola, justificando que cada unidade escolar é diferente da outra. Foi mencionada ainda a

necessidade de haver um retorno/avaliação das ações de formação continuada. No mesmo sentido, uma das professoras corroborou com a ideia do retorno das ações de formação continuada de professores, sugerindo o acompanhamento do trabalho do docente após a formação.

A consulta às demandas dos professores se dirigiu a: ampliar as formações, em número de cursos e em temáticas abordadas; mais apoio da Secretaria Municipal de Educação para ampliar a disponibilidade do professor para investir em sua formação, tendo em vista a dificuldade de compartilhar trabalho e estudo; a priorização, pelo professor, de cursos e programas aos quais a Secretaria Municipal de Educação de Andirá vai aderir, e a valorização do professor estão entre as sugestões das professoras.

Finalizando a entrevista, demos a oportunidade para as professoras se expressarem livremente com relação ao tema principal da entrevista. As manifestações dadas foram no sentido de reforçar a necessidade e o desejo de valorização da profissão docente, tendo em vista o processo contrário de governantes e das mídias, valorização que abrange os aspectos financeiros e humanos do professor. Um maior apoio aos professores para identificação e trato com as crianças que apresentam necessidades de inclusão foi apresentada como demanda por uma das professoras e, por fim, uma delas destacou que nem sempre ter muitas certificações significa ser um bom profissional.

Diante do contexto estudado, depreendemos que a formação continuada é necessária e importante para os professores, a despeito de várias pesquisas educacionais se referirem à fragmentação da formação inicial de professores, nenhum dos trabalhos pesquisados na revisão de literatura, aqui apresentados, sugere a não realização desse tipo de formação, ao contrário, evidenciam se tratar de uma demanda justificada dos próprios profissionais da educação. Com isso não estamos argumentando que a formação inicial não tenha suas fragilidades: esta pesquisadora enfrentou obstáculos no exercício de sua função como Pedagoga Social tendo em vista tais fragilidades. Remonta à graduação em Pedagogia, curso que não preparou adequadamente para o trabalho em outras políticas que não a de educação, apesar de as próprias diretrizes do curso preverem que o egresso deve estar apto exercer a profissão em espaços escolares e não-escolares, na promoção da aprendizagem de sujeitos em diferentes fases do desenvolvimento humano e em diversos níveis e modalidades do processo educativo. Diante dessa situação, visando superar os desafios do exercício profissional enquanto na função de pedagoga na Assistência Social, tornou-se premente a necessidade de buscar formação continuada, em instituição particular, já que na época não eram ofertadas muitas oportunidades de formação continuada no ambiente de trabalho.

Os resultados da pesquisa realizada em Andirá possuem proximidade, em vários aspectos, com os 22 trabalhos de revisão de literatura sobre formação continuada de professores apresentados nesta tese. Interessante notar que esses trabalhos, em sua grande maioria, são resultados de pesquisas realizadas em cursos de formação continuada de professores e abrangeram, no mínimo, 13 localidades e/ou regiões do nosso país, com as cinco grandes regiões brasileiras representadas. Indicam, assim, uma considerável representatividade de um amplo contexto educacional do país, pois a categoria dos trabalhadores da educação possui um grande contingente de profissionais, nos dois níveis de ensino. Há, portanto, uma significativa abordagem sobre formação continuada de professores que se espalha na legislação e nos planos educacionais dos vários níveis da federação, nas pesquisas científicas e nos coletivos de professores.

Nesse mesmo sentido, a pesquisa realizada em Andirá, PR, mostra que as professoras atribuem grande importância à formação continuada e em seus vários aspectos, e a demandam fortemente das autoridades educacionais. Considerando esses aspectos, nossa tese se baseia nas seguintes percepções:

- a) O regime de colaboração entre as unidades federativas para a formação continuada de professores ainda apresenta tímidas manifestações/ações, por isso é fragmentado e concentra esforços das comunidades educativas para superar essa realidade;
- b) A formação continuada, muitas vezes, é vista como necessária para complementar lacunas que ficaram da formação inicial, no entanto, ela também se faz necessária à medida que novos conhecimentos vão sendo construídos e precisam ser compartilhados;
- c) Existem inúmeras modalidades/tipos de ação que podem ser consideradas como formação continuada de professores, como também apresenta uma oferta profusa de programas e cursos, seja nas organizações públicas seja nas privadas, porém, muitas dessas ações são desconectadas umas das outras e da realidade escolar;
- d) A aproximação e articulação entre os dois níveis de ensino no Brasil, Educação Básica e Superior, é desejada por muitos profissionais do ensino, em especial do básico, e dos pesquisadores da área, tendo como foco a articulação entre teoria e prática;
- e) É colocado um grande peso/responsabilidade sobre a formação continuada como meio de aprimoramento das práticas pedagógicas e do profissional docente, mas

não há evidências de um sistema de avaliação/acompanhamento dessas ações para indicar se realmente houve mudanças positivas nessas práticas.

Assim, considerando as leituras que realizamos para elaboração desta pesquisa, os questionários e entrevistas realizadas com professoras dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental da rede pública de ensino de Andirá, consideramos que há vários aspectos da formação continuada de professores que são vivenciados de maneira em geral em nosso país, isto é, que são realizadas ações de formação continuada pelas unidades federativas e seus respectivos sistemas de ensino, bem como pela promoção com outras entidades, seja da sociedade civil ou privadas. Desta maneira, a nossa tese é de que há um padrão sobre a formação continuada de professores em nosso país, não evidenciado ainda um sistema que consiga superar as fragilidades vivenciadas e expostas sobre a formação continuada de professores.

Esperamos que nossa tese possa servir ao aprofundamento do debate sobre a importância da formação continuada de professores, no sentido de que ela faça parte de uma política pública de formação de professores consistente e que possua recursos humanos, financeiros e tecnológicos adequados.

7 REFERÊNCIAS

ALVES, R. P.; DRI, W. I. de. Oliveira Formação continuada de professores: uma análise das políticas descentralizadas na RMC. **36ª Reunião Nacional da ANPEd** – 29 de setembro a 02 de outubro de 2013, Goiânia-GO. Disponível em https://legado.anped.org.br/sites/default/files/gt05_3185_texto.pdf. Acesso em: mai. 2024.

ANDRADE, Jéssica Zacarias de. **A inserção e uso das TIC nas escolas públicas do estado do Rio de Janeiro**: estudo de caso com os concluintes do curso de pós-graduação *lato sensu* “Tecnologias em Educação-CCEAD/PUC Rio”. (Dissertação). 114f. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Departamento de Educação, 2013. Disponível em https://www.researchgate.net/publication/311584822_a_insercao_e_uso_das_tic_nas_escolas_publicas_do_estado_do_rio_de_janeiro_estudo_de_caso_com_os_concluintes_do_curso_de_pos-graduacao_lato_sensu_tecnologias_em_educacao-cceadpuc_rio Acesso em fev. 2023.

BOGDAN, R.; BIKLEN, S. **Investigação qualitativa em educação**: uma introdução à teoria e aos métodos. Portugal: Porto, 1994.

BRASIL: **AVAMEC**: Manual do sistema - 2019. Disponível em <https://avamec.mec.gov.br/#/sistema/ajuda>. Acesso em jul. 2024.

BRASIL, **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm Acesso em: mar. 2024.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). **Censo da Educação Superior 2022**: notas estatísticas. Brasília, DF: Inep, 2023. Disponível em https://www.gov.br/inep/pt-br/notas_estatisticas_censo_escolar_2022.pdf Acesso em 08 ago. 2024.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). **Censo da Educação Básica 2022**: notas estatísticas. Brasília, DF: Inep, 2022.

BRASIL, **Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993**: Dispõe sobre a organização da Assistência Social e dá outras providências. Disponível em https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8742.htm Acesso em 10 set. 2023

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**: Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em: jul. 2024.

BRASIL, Ministério da Educação. **Lei nº. 10.816 de 14 de abril de 2004**: Institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior -SINAES e dá outras providências. Disponível em https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2004/Lei/L10.861.htm Acesso em 10 jan. 2024.

BRASIL, **Lei nº 13.005 de 25 de junho de 2014**: Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências. Disponível em <http://pne.mec.gov.br/18-planos->

subnacionaisde-educacao/543-plano-nacional-de-educacao-lei-n-13-005-2014 Acesso em: 09 set. 2023.

CANEN, A.; XAVIER, G. P. de M. Formação continuada de professores para a diversidade cultural: ênfases, silêncios e perspectivas. **Rev. Bras. de Educ.**, n. 16 (48). Dez. 2011. p. 641-661. Disponível em <https://www.scielo.br/j/rbedu/a/qfNQJ3GxNDJTzG5kbXZw8Rs/#> Acesso em mai. 2024.

CARDOSO, S. de L. **Possíveis repercussões na prática pedagógica que os professores egressos atribuem à Especialização em Educação Matemática – LASEB.** (Dissertação). 140f. Faculdade de Educação da UFMG: Belo Horizonte, 2013. Disponível em <https://repositorio.ufmg.br/handle/1843/BUBD-9EAGTG>. Acesso em 10 fev. 2023.

CARVALHO, J. M. O não-lugar dos professores nos entrelugares de formação continuada. **Rev. Bras. de Educ.**, n. 28, Abril 2005. p. 96-107. Disponível em <https://www.scielo.br/j/rbedu/a/hg9PQjwfFKsndjDbDNcSbdf/#> Acesso em abril 2024.

CARVALHO, M. A. A.; MOURA, D. L. A entrada na carreira docente: uma revisão sistemática. **Rev. Bras. de Educ.**, v. 28, 2023. p. 1-21. Disponível em <https://www.scielo.br/j/rbedu/a/5KKQwN7YwXt8tSL4cJv4Crh/?format=pdf> Acesso em mai. 2024.

COMPIANI, M.; FIGUEIRÔA, S. F. M.; NEWERLA, V. B. Parceria universidade e escola pública na formação continuada de professores desenvolvendo a pesquisa do professor (2017) **GT 4 – Didática**. Disponível em: https://legado.anped.org.br/sites/default/files/6_parceria_universidade_e_escola_publica_na_formacao_continuada_de_professores.pdf. Acesso em: mai. 2024.

CONSELHO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL. **Resolução CNAS nº. 269 de 13 de dezembro de 2006:** Aprova a Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do Sistema Único de Assistência Social – NOB-RH/SUAS. Disponível em: SAGI|Rede SUAS (mds.gov.br). Acesso em: 2 ago. 2024.

CONSELHO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL. **Resolução CNAS nº. 17 de 20 de junho de 2011:** Ratifica a equipe de referência definida pela Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do Sistema Único de Assistência Social - NOB-RH/SUAS e reconhece as categorias profissionais de nível superior para atender às especificidades dos serviços socioassistenciais e das funções essenciais de gestão do Sistema Único de Assistência Social – SUAS. Disponível em <https://www.normasbrasil.com.br/norma/?id=115112>. Acesso em: 2 ago. 2024.

CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO/CONSELHO PLENO. **Resolução CNE/CP nº. 1 de 15 de maio de 2006:** Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Graduação em Pedagogia, Licenciatura. Disponível em http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/rcp01_06.pdf. Acesso em: ago. 2024.

CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO/CÂMARA DE EDUCAÇÃO SUPERIOR. **Resolução nº 1, de 06 de abril de 2018:** Estabelece diretrizes e normas para a oferta dos cursos de pós-graduação lato sensu denominados cursos de especialização, no âmbito do Sistema Federal de Educação Superior, conforme prevê o Art. 39, § 3º, da Lei nº 9.394/1996,

e dá outras providências. Disponível em http://portal.mec.gov.br/docman/outubro-2020-pdf/164841-rcp001-20/file_. Acesso em: dez. 2023.

CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO/CONSELHO PLENO. Resolução nº 1, de 27 de outubro de 2020: Dispõe sobre as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Continuada de Professores da Educação Básica e institui a Base Nacional Comum para a Formação Continuada de Professores da Educação Básica (BNC-Formação Continuada). Disponível em: http://portal.mec.gov.br/docman/outubro-2020-pdf/164841-rcp001-20/file_. Acesso em: dez. 2023.

COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR:

Portaria nº. 131 de 28 de junho de 2017: Dispõe sobre o mestrado e o doutorado profissionais. Disponível em: <https://www.gov.br/capes/pt-br/centrais-de-conteudo/30062017-portaria-131-2017-pdf>. Acesso em ago. 2024.

DANTAS, Ivaneide de Farias. **Formação continuada:** um estudo sobre fatores motivacionais e a participação de professores em cursos de especialização. (Dissertação). 118f. Escola Brasileira de Administração Pública e de Empresas, Centro de Formação Acadêmica e Pesquisa, 2012.

DIAS, Lucimar Rosa. Formação de professores, educação infantil e diversidade étnico-racial: saberes e fazeres nesse processo. **Rev. Bras. de Educ.**, n. 17 (51). Dez. 2012. p.661-674. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbedu/a/Szxr7Z3zVNnzYxWGhWYqFbj/#>. Acesso em: abr. 2024.

DUARTE, R. Entrevistas em pesquisas qualitativas. **Educar**. Curitiba, n.24, p. 213-225: Editora UFPR, 2004. Disponível em <https://www.scielo.br/j/er/a/QPr8CLhy4XhdJsChj7YW7jh/> Acesso em ago. 2024.

ESTADO DO PARANÁ: Decreto nº 8961 de 06 de março de 2018: Aprova a alteração do Estatuto Social do Serviço Social Autônomo PARANAEDUCAÇÃO. Disponível em: Decreto 8961 2018 do Paraná PR (leisestaduais.com.br). Acesso em: mai. 2024.

ESTADO DO PARANÁ: Decreto nº. 5.857 de 05 de outubro de 2020: Implementa o Programa Educa Juntos por meio de regime de colaboração entre o Estado do Paraná e seus Municípios. Disponível em: <https://www.legisweb.com.br/legislacao/?id=402371>. Acesso em: ago. 2024.

ESTADO DO PARANÁ. Lei nº. 4.978 de 05 de dezembro de 1964: Estabelece o sistema estadual de ensino. Disponível em <https://leisestaduais.com.br/pr/lei-ordinaria-n-4978-1964-parana-estabelece-o-sistema-estadual-de-ensino>. Acesso em: ago. 2024.

ESTADO DO PARANÁ: Lei nº. 11.970 de 19 de dezembro de 1997: Institui o PARANAEDUCAÇÃO, pessoa jurídica de direito privado, sob a modalidade de serviço social autônomo, na forma que especifica. Disponível em: https://www.paranaeducacao.pr.gov.br/sites/parana-educacao/arquivos_restritos/files/migrados/File/PARANAEDUCACAOLEIN1197019121997CONSOLIDADA.pdf. Acesso em: abr. 2024.

ESTADO DO PARANÁ: Lei nº. 18540 de 01 de setembro de 2015: Nova redação e revogação de dispositivos da Lei nº 11.970, de 19 de dezembro de 1997, que instituiu o PARANAEDUCAÇÃO. Disponível em: https://www.paranaeducacao.pr.gov.br/sites/parana-educacao/arquivos_restritos/files/migrados/File/lei18540.pdf. Acesso em: abr. 2024.

ESTADO DO PARANÁ. Lei nº. 21.323 de 20 de dezembro de 2022: Dispõe sobre a criação do Programa Educa Juntos no âmbito do Estado do Paraná e dá outras providências. Disponível em:
<https://www.legislacao.pr.gov.br/legislacao/pesquisarAto.do?action=exibir&codAto=278116&indice=1&totalRegistros=1&dt=15.2.2023.11.51.43.770>. Acesso em: ago. 2024.

ESTADO DO PARANÁ, Lei Ordinária nº. 22.006 de 04 de junho de 2024: Institui o Programa Parceiro da Escola. Disponível em: <https://leisestaduais.com.br/pr/lei-ordinaria-n-22006-2024-parana-institui-o-programa-parceiro-da-escola>. Acesso em: jul. 2024.

GATTI, Bernadete A. Análise das políticas públicas para formação continuada no Brasil, na última década. **Rev. Bras. de Educ.**, n. 13 (37). Abril 2008. p. 50-70. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbedu/a/vBFnySRRBJFSNFQ7gthybkH/#>. Acesso em: abril 2024.

GATTI, B. A.; BARRETO, E. S. S. (Coords.). **Professores do Brasil: impasses e desafios**. Brasília: UNESCO, 2009.

GATTI, B. A. Educação, escola e formação de professores: políticas e impasses. **Educar em Revista**, Curitiba, Brasil, n. 50, out./dez. 2013. p. 51-67. Editora UFPR . Disponível em: chrome-extension://efaidnbmnnibpcajpcglclefindmkaj/https://www.scielo.br/j/er/a/MXXDfbw5fnMPBQFR6v8CD5x/?format=pdf. Acesso em: abril 2024.

GATTI, B. A. **Professores do Brasil: novos cenários de formação** / Bernardete Angelina Gatti, Elba Siqueira de Sá Barreto, Marli Eliza Dalmazo Afonso de André e Patrícia Cristina Albieri de Almeida – Brasília: UNESCO, 2019. Disponível em <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000367919>. Acesso em: mai. 2024.

GROCHOSKA, M. A.; GOUVEIA, A. B. Professores e qualidade de vida: reflexões sobre valorização do magistério na educação básica. **Educ. e Pesqu.**, São Paulo, v. 46, e219060, 2020. p. 1-23. Disponível em:
http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1517-97022020000100569&lng=pt&nrm=iso . Acesso em: 09 ago. 2024.

IMBERNÓN, Francisco. **Formação permanente do professorado: novas tendências**. Cortez: São Paulo, 2009.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. **Censo Escolar**. Disponível em: Censo Escolar — Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira | Inep (www.gov.br). Acesso em: dez. 2023.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA: **Dados revelam perfil dos professores brasileiros**. Disponível em:
<https://www.gov.br/inep/pt-br/assuntos/noticias/institucional/dados-revelam-perfil-dos-professores->

[brasileiros#:~:text=Neste%20s%C3%A1bado%2C%2015%20de%20outubro%2C%20celebra%2Dse%20o%20Dia,Censo%20da%20Educa%C3%A7%C3%A3o%20Superior%202020.](#)
Acesso em: fev. 2024.

KNECHTEL, Maria do Rosário. Metodologia da pesquisa em educação: uma abordagem teórico-prática dialogada. Curitiba: Intersaberes, 2014. 193 p.

KOPNIN, P.V. **A dialética como lógica e teoria do conhecimento.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

LIMA, E. L. F. de. **A formação docente a distância:** uma investigação sobre o programa de formação continuada mídias na educação e suas implicações. (Tese). 173 f.+ anexos. Universidade Católica Dom Bosco, Campo Grande, 2016. Disponível em: <https://repositorio.ufms.br/handle/123456789/2791>. Acesso em: 10 mai. 2023.

LONGAREZI, A. M. Ações e atividades formativas: um estudo sobre processos de formação continuada de professores. **ANPED: GT-08: Formação de Professores** (2018). Disponível em: <https://legado.anped.org.br/sites/default/files/gt08-4487-int.pdf> . Acesso em: mai. 2024.

MACHADO, G. B.; MACHADO, J. A.; WIVES, L. K.; SILVA, G. F. da. O uso das tecnologias como ferramenta para a formação continuada e autoformação docente. **Rev. Bras. de Educ.** (26) 2021. p. 1-18. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbedu/a/z3HVb4tHH8wmdJdpSrFrHwn/?format=pdf>. Acesso em: mai. 2024.

MANZINI, E. J. et al. Análise de dissertações e teses em educação especial produzidas no Programa de Pós-Graduação da Unesp, Marília (1993-2004). **Revista Educação Especial (UFSM)**. v.2, 2006. p.341-359.

MANZOCHI, L. H.; CARVALHO, L. M. de. Educação Ambiental formadora de cidadania em perspectiva emancipatória: constituição de uma proposta para Formação Continuada de Professores (2017). **ANPED: GT-22: Educação Ambiental.** Disponível em: <https://legado.anped.org.br/sites/default/files/gt22-4903-int.pdf>. Acesso em: mai. 2024.

MINAYO, M. C. S. **O desafio do conhecimento.** Pesquisa qualitativa em saúde. São Paulo: Hucitec, 2007.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Portaria nº. 389 de 23 de março de 2017.** Dispõe sobre o mestrado e doutorado profissional no âmbito da pós-graduação stricto sensu. Disponível em: <https://www.gov.br/capes/pt-br/centrais-de-conteudo/24032017-portaria-no-389-de-23-de-marco-de-2017-pdf>. Acesso em: ago. 2024.

MONTEIRO, A. L.; NUNES, C. do S. C. Modelos formativos e dificuldades vividas na formação continuada de professores de classes multisseriadas do campo. **GT-08: Formação de Professores:** 2008 Disponível em: <<https://legado.anped.org.br/sites/default/files/gt08-4767-int.pdf>>. Acesso em: mai. 2024.

MORAES, V. S. de. **A pós-Graduação lato sensu da UFPA no contexto da mercantilização da educação superior.** (Dissertação). Mestrado. Universidade Federal do Pará, Instituto de Ciências da Educação, Belém, 2013.

MORETO, J. A. Formação continuada de professores - professores excelentes: proposições do Banco Mundial. **Rev. Bras. de Educ.** (25). 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbedu/a/bHkbCfMzMCMsHzyhGgr5QHs/>. Acesso em: abr. 2024.

MOVIMENTO COLABORA EDUCAÇÃO. Sistematização da política colaborativa do Paraná (2022). Disponível em: https://www.educacao.pr.gov.br/sites/default/arquivos_restritos/files/documento/2022-03/educa_juntos_sistematizacao_politica_colaborativa_parana.pdf. Acesso em: ago. 2024.

MUNICÍPIO DE ANDIRÁ (PR). Decreto nº. 7.810 de 03 de agosto de 2017: fica autorizado o Programa de Formação Continuada da Secretaria Municipal de Educação, para fins de Atualização e Aperfeiçoamento do Magistério Público Municipal. Disponível em: Prefeitura Municipal de Andirá - Paraná (andira.pr.gov.br). Acesso em: jul. 2024.

MUNICÍPIO DE ANDIRÁ (PR). Decreto nº. 7.842 de 1º de setembro de 2017: Dispõe sobre o Regulamento da promoção por avanço horizontal do Magistério Público Municipal, conforme Lei nº. 1.857, de 04 de novembro de 2008. Disponível em: <https://andira.pr.gov.br/governo/publicacao/id/9895>. Acesso em: jul. 2024.

MUNICÍPIO DE ANDIRÁ (PR). Lei nº. 1.486 de 19 de agosto de 2003: Dispõe sobre o Plano de Carreira do Magistério Público Municipal e dá outras providências. Disponível em: <https://andira.pr.gov.br/governo/publicacao/id/76>. Acesso em: mai. 2024.

MUNICÍPIO DE ANDIRÁ (PR). Lei nº 1.857 de 04 de novembro de 2008: Dispõe sobre o Plano de Cargos, Carreira e Remuneração do Magistério do Município de Andirá. Disponível em: Prefeitura Municipal de Andirá - Paraná (andira.pr.gov.br). Acesso em: jul. 2024

MUNICÍPIO DE ANDIRÁ (PR). Lei nº 2.642 de 17 de junho de 2015: Dispõe sobre o Plano Municipal de Educação (PME) do Município de Andirá – decênio 2015-2024 e dá outras providências. Disponível em: <https://andira.pr.gov.br/governo/publicacao/id/7028>. Acesso em: jul. 2024.

MUNICÍPIO DE ANDIRÁ (PR). Lei nº 3.599 de 06 de setembro de 2022: Dispõe sobre a escolha de Diretor Escolar e Vice-diretor das Escolas Municipais e Centros Municipais de Educação Infantil – CMEI's, e dá outras providências. Disponível em: Prefeitura Municipal de Andirá - Paraná (andira.pr.gov.br) Acesso em: jul. 2024.

NACARATO, A. M. A parceria universidade-escola: utopia ou possibilidade de formação continuada no âmbito das políticas públicas? **Rev. Bras. de Educ.** v.21, n.66, 2016, p. 699-716. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbedu/a/Mm8xztGfGW37CXqyVcWWDbK/?format=pdf>. Acesso em: mai. 2024.

PARANAEDUCAÇÃO: Edital de Credenciamento nº. 03/2022: credenciamento de pessoas jurídicas, legalmente constituídas da área da educação, especializadas na assistência gerencial de instituições de ensino, objetivando a execução da gestão administrativa de unidades escolares. Disponível em: https://www.paranaeducacao.pr.gov.br/sites/parana-educacao/arquivos_restritos/files/documento/2022-11/edital_de_credenciamento_3.pdf. Acesso em: abr. 2024.

PINTO, C. L. A Pedagogia da Comunicação na formação continuada de professores: possibilidade de transposição paradigmática ou utopia? **GT: Educação e Comunicação /n.16.** (2004). Disponível em: <https://legado.anped.org.br/sites/default/files/t163.pdf>. Acesso em: mai. 2024.

PILATI, Orlando. Especialização: falácia ou conhecimento aprofundado?. In: **Revista Brasileira de Pós-Graduação.** nº 5, 2006. Disponível em: www2.capes.gov.br/rbpg/index.php/numeros.../volume-3-no5. Acesso em: set. 2020.

TAGLIEBER, J. E. Formação continuada de professores em educação ambiental: contribuições, obstáculos e desafios. **GT: Educação Ambiental / n.22** (2007). Disponível em: <http://30reuniao.anped.org.br/trabalhos/GT22-3455--Int.pdf>. Acesso em: mai. 2024.

TARDIF, M. **Saberes docentes e formação profissional.** Petrópolis: Vozes, 2002.

SAMPAIO, R.F.; MANCINI, M.C. Estudos de revisão sistemática: um guia para síntese criteriosa da evidência científica. **Rev. Bras. Fisioter.**, São Carlos, v. 11, n. 1, jan./fev. 2000. p. 83-89. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbfis/a/79nG9Vk3syHhnSgY7VsB6jG/>. Acesso em: ago. 2023.

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DO ESTADO DO PARANÁ. Resolução nº. 3.550 de 23 de junho de 2022: Institui o Livro Registro de Classe e Livro Registro de Classe Online. Disponível em: <https://www.legislacao.pr.gov.br/legislacao/pesquisarAto.do?action=exibir&codAto=267067&indice=1&totalRegistros=1&dt=28.10.2022.10.14.51.211>. Acesso em: ago. 2024.

SEVERINO, A. J. **Metodologia do trabalho científico.** São Paulo: Cortez, 2013. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/5562413/mod_resource/content/1/Metodologia-Do-Trabalho-Cientifico-23%C2%AA-Edicao-Severino-EBOOK-Escrito.pdf Acesso em: mar. 2024.

SILVA, A. M. OLIVEIRA, M. R. F. de. Relevância da formação continuada do (a) professor (a) de educação infantil para uma prática reflexiva, 2014. In: **III Jornada de Didáticas: desafios para a docência e II Seminário de Pesquisa do CEMAD.** ISBN: 978-85-7846-276-5.

SOUSA, R. S. de. **Pós-graduação lato sensu da UEG:** trajetória, política e formação continuada de professores. (Dissertação). 128 f. Universidade Estadual de Goiás, 2018. Disponível em: <https://www.bdtd.ueg.br/handle/tede/923>. Acesso em: 10 fev. 2023.

SOUSA, M. do C. de; ZANON, D. A. V. A Escola Básica e a qualificação do trabalho de professores: desafios e perspectivas do Mestrado Profissional em Educação. **Rev. Bras. de Educ.,** vol. 28, 2023. pp. 1-16. Disponível em: <https://www.redalyc.org/journal/275/27574386038/27574386038.pdf>. Acesso em: mai. 2024.

XAVIER, G. P. de M. Refletindo multiculturalmente sobre a formação continuada de professores e gestores escolares: produção do conhecimento e perspectivas. **GT08 -**

Formação de Professores/31ª Reunião Anual da Anped: (2008). Disponível em: <http://31reuniao.anped.org.br/1trabalho/GT08-4083--Res.pdf>. Acesso em: mai. 2024.

Sites consultados:

Andirá –PR- Portal de Transparência:

<https://servicos.andira.pr.gov.br:9095/portaltransparencia/1/servidores>

ANPEd: direcionando o acesso à Revista Brasileira de Educação

<https://www.scielo.br/j/rbedu/>

Associação dos Municípios do Paraná

<https://ampr.org.br/com-pos-graduacao-em-autismo-amp-e-itaipu-abrem-programa-de-capacitacao-amp-4-0-que-oferece-16-mil-vagas-gratuitas-a-servidores-municipais/>

Banco de Teses e Dissertações da CAPES: <https://catalogodeteses.capes.gov.br/catalogo-teses/#/>

BDTD do IBICT

<https://bdtd.ibict.br/vufind/>

Educa Juntos

https://www.educacao.pr.gov.br/programa_educa_juntos

FTD

<https://ftd.com.br/sobre-nos/>

Google Maps

<https://www.google.com.br/maps/dir/Andir%C3%A1,+PR,+86380-000/Curitiba,+PR/@-24.2574341,-51.2749404,8z/data=!3m1!4b1!4m14!4m13!1m5!1m1!1s0x94eabc66de0f2505:0x7e5755f15d8b88c2!2m2!1d-50.2352618!2d-23.0471378!1m5!1m1!1s0x94dce35351cdb3dd:0x6d2f6ba5bacbe809!2m2!1d-49.2651984!2d-25.4268985!3e0?entry=ttu>

IBGE

<https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/pr/andira.html>

IPARDES

<https://www.ipardes.pr.gov.br/>

Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb)/Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) (www.gov.br)

NRE Jacarezinho

<https://www.nre.seed.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=153>

Portal do e-mec

<http://emec.mec.gov.br/>

PNAIC

<https://www.gov.br/fnde/pt-br/acesso-a-informacao/acoes-e-programas/programas/bolsas-e-auxilios/lista-de-programas/pacto-nacional-pela-alfabetizacao-da-idade-certa-2013-pnaic-1>

Revista Brasileira de Educação

<https://www.scielo.br/j/rbedu/>

RCO

<https://www.educacao.pr.gov.br/servicos/Educacao/Professores-e-servidores/Acessar-Registro-de-Classe-On-line-da-Rede-de-Ensino-RCO-JGoM5vo0>

APÊNDICES

APÊNDICE I

QUESTIONÁRIO AOS PROFESSORES

PÓS-GRADUAÇÃO LATO SENSU NA PERSPECTIVA DA FORMAÇÃO CONTINUADA: um estudo com professores dos Anos Iniciais de Andirá -PR

Prezado (a) Professor (a), você é nosso (a) convidado (a) para participar de uma pesquisa de Doutorado em Educação. Após ler o documento inicial você será direcionado para responder a um questionário aos professores dos Anos Iniciais de Andirá -PR.

Atenciosamente, Silvane Mazur e Dr. Celso de Carvalho.

Observação: Pesquisa autorizada pela Secretaria M. de Educação,(retirado o nome por questões éticas).

Termo de consentimento livre e esclarecido (TCLE)

Prezado(a) Professor(a),

Convidamos-lhe para participar voluntariamente da pesquisa “PÓS-GRADUAÇÃO LATO SENSU NA PERSPECTIVA DA FORMAÇÃO CONTINUADA: um estudo com professores dos Anos Iniciais de Andirá PR”. Este estudo tem como objetivo mostrar as possíveis contribuições dos Cursos de Pós-Graduação Lato Sensu para o aprimoramento da prática pedagógica. Os resultados desta investigação poderão contribuir para o aprofundamento sobre a Pós-Graduação Lato Sensu em Educação como possibilidade de formação continuada de professores da Educação Básica. A coleta de dados dessa investigação consiste na realização de questionário com professores dos Anos Iniciais que atuam nas escolas públicas do município de Andirá-Paraná, considerando questões relacionadas ao objetivo desta investigação. Também é resguardada ao professor a garantia de receber esclarecimentos sobre a metodologia desta pesquisa, antes e durante o seu percurso. Os riscos de exposição dos participantes nessa pesquisa serão minimizados através da total garantia de sigilo, assegurando sua privacidade. Os questionários e as respostas serão utilizados unicamente para organização, tratamento e análise das informações pela pesquisadora e utilizadas somente para esta pesquisa em questão.

Esta pesquisa não resultará em nenhuma despesa financeira aos participantes, assim como também não haverá nenhuma compensação financeira pela sua participação. Se forem necessários mais esclarecimentos, me coloco a disposição dos participantes deste estudo por meio do telefone: 43 98822-8227 ou por e-mail: silvane.doutorado@gmail.com sendo os responsáveis pela pesquisa:

Dr. Celso do Prado Ferraz de Carvalho (Orientador - Universidade Nove de Julho - UNINOVE)

Silvane Marcela Mazur (Doutoranda - Universidade Nove de Julho - UNINOVE)

- () Sim, li o texto acima e concordo em participar desta pesquisa.
- () Li, tenho dúvidas e preciso de mais informações. E-mail silvane.doutorado@gmail.com
- () Li o texto, mas não concordo em participar desta pesquisa.

Dados pessoais

Não se preocupe, seus dados pessoais serão mantidos em sigilo.

Nome completo

Gênero

- Masculino
- Feminino
- Prefiro não dizer

Idade

- 18 - 29 anos
- 30 - 39 anos
- 40 - 60 anos
- Acima de 60 anos

Endereço completo**E-mail****Número de telefone****Formação acadêmica**

Prezado (a) Professor (a) você responderá perguntas sobre sua escolaridade.

Escolaridade (informe todos os cursos que fez)

- Magistério
- Pedagogia
- Outras Licenciaturas
- Bacharelado
- Pós-Graduação Lato Sensu (Especialização)
- Mestrado
- Doutorado

Sobre sua Graduação, identifique o nome do Curso e a Instituição. Obs. informe todos
(Ex. Curso 1- Pedagogia - UNICENTRO; Curso 2 ...)

Sobre sua Graduação, identifique a modalidade (Obs. informe todos).

- Presencial

Semipresencial

Totalmente EaD

Sua Pós-Graduação Lato Sensu (Especialização) foi concluída há (Obs. informe todos.)

Menos de 01 ano

Entre 01 a 02 anos

Entre 03 a 05 anos

Entre 06 a 10 anos

Mais de 10 anos

Mais de 20 anos

Sua Pós- Graduação Latu Sensu (Especialização) foi cursada em (Obs. informe todos).

Instituição Pública

Instituição Privada

Instituição Privada, mas recebi incentivo financeiro do local onde trabalho ou trabalhava

Quando cursou Pós- Graduação Latu Sensu (Especialização) já atuava como professor

(a)?

Sim

Não

Outro

Se cursou Mestrado, identifique o nome do Curso/Programa e Universidade. Obs. Se não, escreva "Não se aplica".

Se cursou Mestrado, identifique o ano de conclusão. Obs. Se não, escreva "Não se aplica".

Se cursou Mestrado, identifique a Instituição:

PÚBLICA

PRIVADA

PRIVADA, MAS COM BOLSA DE ESTUDOS

NÃO SE APPLICA

Se cursou Doutorado, identifique o nome do Curso/Programa e Universidade. Obs. Se não, escreva "Não se aplica".

Se cursou Doutorado, identifique o ano de conclusão. Obs. Se não, escreva "Não se aplica".

Se cursou Doutorado, identifique a Instituição:

- Pública
- Privada
- Privada, mas com Bolsa de Estudos
- Não se aplica

Atuação Profissional

Prezado (a) Professor (a) você responderá sobre sua atuação profissional na docência

Seu vínculo de trabalho é:

- Efetivo (Concursado)
- Celetista (Temporário)
- Outro

Há quanto tempo atua como professor (a)?

- Menos de 01 ano
- Entre 01 e 03 anos
- Entre 03 e 05 anos
- Entre 06 e 10 anos
- Mais de 10 anos
- Mais de 20 anos

Em qual Escola atua como professor?

- Foram colocados os seis nomes das escolas municipais dos Anos Iniciais de Andirá PR e aqui foi suprimido por questões éticas da pesquisa.

Qual sua carga horária de trabalho semanal?

- 20 horas
- 40 horas

Outros

Já atuou ou atua em outras fases ou níveis de Ensino?

- Sim, na Educação Infantil
- Sim, no Ensino Fundamental Fase II (6º ao 9º ano)
- Sim, no Ensino Médio
- Sim, Curso Técnico
- Sim, no Ensino Superior (Graduação, Pós-Graduação)
- Sim, em Cursos de Aperfeiçoamento
- Sim, em Projetos/Serviços Sociais
- Não

Comente sobre os principais desafios da docência atualmente

Comente sobre as principais potencialidades da docência atualmente

Chegando ao final da 1ª etapa

Prezado (a) Professor (a), agradecemos por ter participado até aqui. Mas, neste momento teremos mais uma pergunta importante e esperamos contar com sua colaboração.

Após esse levantamento inicial esta pesquisa terá uma nova etapa, na qual professores serão convidados para responder um questionário e/ou entrevista especificamente sobre os Cursos de Pós-Graduação Lato Sensu na área da Educação. Você tem interesse em participar?

- Sim
- Talvez, antes gostaria de receber mais informações a respeito.
- Não.

APÊNDICE II

QUESTIONÁRIO À SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

FORMAÇÃO CONTINUADA: um estudo com professores dos Anos Iniciais de Andirá –PR

Prezada Professora/Secretária: você é nossa convidada para participar de uma pesquisa de Doutorado em Educação da Universidade Nove de Julho -UNINOVE. Após ler o documento inicial você será direcionada para responder a um questionário sobre a estrutura da Secretaria Municipal de Educação e sobre formação continuada de professores de Andirá -PR.

Atenciosamente,

Doutoranda Silvane Mazur,

Orientador Dr. Celso de Carvalho.

E-mail*

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)

Prezada Professora/Secretária,

Convidamos-lhe para participar voluntariamente da pesquisa “FORMAÇÃO CONTINUADA: um estudo com professores dos Anos Iniciais de Andirá -PR”. Este estudo tem como objetivo mostrar as possíveis contribuições das ações de formação continuada de professores para o aprimoramento da prática pedagógica. Os resultados desta investigação poderão contribuir para o aprofundamento sobre a formação continuada de professores da Educação Básica/Anos Iniciais. A coleta de dados dessa investigação consiste na realização de questionário com professores dos Anos Iniciais que atuam nas escolas públicas do município de Andirá-Paraná, bem como com a Secretaria Municipal de Educação considerando questões relacionadas ao objetivo desta investigação. Também é resguardada aos professores a garantia de receber esclarecimentos sobre a metodologia desta pesquisa, antes e durante o seu percurso. Os riscos de exposição dos participantes nessa pesquisa serão minimizados através da total garantia de sigilo, assegurando sua privacidade. Os questionários e as respostas serão utilizados unicamente para organização, tratamento e análise das informações pela pesquisadora e utilizadas somente para esta pesquisa em questão.

Esta pesquisa não resultará em nenhuma despesa financeira aos participantes, assim como também não haverá nenhuma compensação financeira pela sua participação. Se forem

necessários mais esclarecimentos, me coloco a disposição dos participantes deste estudo por meio do telefone: 43 98822-8227 ou por e-mail: silvane.doutorado@gmail.com sendo os responsáveis pela pesquisa:

Dr. Celso do Prado Ferraz de Carvalho (Orientador - Universidade Nove de Julho - UNINOVE)

Silvane Marcela Mazur (Doutoranda - Universidade Nove de Julho - UNINOVE)

() Sim, li o texto acima e concordo em participar desta pesquisa.

() Li, tenho dúvidas e preciso de mais informações. E-mail silvane.doutorado@gmail.com

() Li o texto, mas não concordo em participar desta pesquisa.

ESTRUTURA DA REDE PÚBLICA DE ENSINO DE ANDIRÁ

Esta seção trata da estrutura da Rede pública de Ensino de Andirá PR

Qual é a estrutura da rede pública de ensino de Andirá?

(Na resposta poderá incluir se ela é ligada ao NRE, quais as contribuições e exigências do NRE, quantas CMEIs e Escolas EF I tem no município, etc.?)

O ensino da rede pública de Andirá é oferecida pelo próprio Município? (Poderá informar se tem empresas contratadas para prestar algum serviço educacional, terceirização, ONG, etc.)?

Qual é a composição do corpo docente das escolas dos Anos Iniciais do EF? (Ex. professores, pedagogos, professor de Educação Especial, Arte, Educação Física, se tem supervisor/orientador, diretor/a, vice-diretor/a). **Os/as diretores/as e vices são escolhidos de que maneira?**

Qual é a composição técnica da Secretaria Municipal de Educação? Esses profissionais são concursados ou nomeados? (Ex. são coordenadores, secretária, etc., escrever sobre o "centrinho" com psicóloga, fonoaudióloga, quais são seus objetivos, outros?) **Quais principais objetivos da equipe técnica da Secretaria?** (Ex. dar suporte, etc)?

Atualmente as escolas dos Anos Iniciais do EF I da Rede pública de Ensino de Andirá estão com o quadro completo de professores e pedagogos? (Ou é necessário completar? Se sim, há previsão para adequar)?

FORMAÇÃO CONTINUADA DE PROFESSORES

Esta seção trata de questões sobre Formação Continuada de Professores desenvolvidas pela Secretaria Municipal de Educação de Andirá –PR

A Secretaria Municipal de Educação tem um plano de formação continuada de professores? Se sim, como ele é estruturado: (Ex. se tem uma frequência específica? quais temas trabalhados tem sido trabalhados? quais modalidades desenvovidas (Ex. Seminário, palestras, cursos, etc.), quem desenvolve? (Ex. profissionais do município e/ou, empresas contratadas), como é organizado? (Ex. se são para professores da EI, professores de Alfabetização, Anos Iniciais), se são on-line, presenciais? se os professores são consultados quanto aos temas das formações? se as ações de formação continuada são ofertadas dentro ou fora do horário de trabalho dos professores? se o plano segue orientação de algum órgão? se as ações de formação continuada são avaliadas/acompanhadas, se sim de que maneira? se estão de acordo com o Plano de Carreira do Magistério, se sim de que maneira, etc).

Se tiver um documento do Plano de formação continuada de professores da Rede pública de Ensino de Andirá, por gentileza, enviar no e-mail silvane.doutorado@gmail.com

Se o Município não tiver Plano de formação continuada de professores da Rede pública de Ensino de Andirá, de que maneira são desenvolvidas as ações de formação continuada de professores? (Deverá explicitar como são realizadas as formações, Ex. como são definidos os temas, cargas horárias, tipos, para quem são direcionadas, formato (presencial- EAD, semipresencial), etc.), descrever tudo que é possível sobre essas ações)

A Secretaria Municipal de Educação tem encontrado dificuldades para o desenvolvimento de ações de formação continuada para os professores da rede? Se sim, em quais aspectos e de que maneira pode ser resolvido?

De que maneira, as ações de formação continuada desenvolvidas pela Secretaria Municipal de Educação podem ser aprimoradas?

UNIVERSIDADES, SEED/ NRE e MEC

Esta seção trata de questões sobre Formação Continuada de Professores desenvolvidas por Universidades, Estado e pela União.

Existem parcerias da Secretaria Municipal de Educação de Andirá com Universidades Estaduais/Federais/Particulares para o desenvolvimento de ações de formação continuada aos professores da rede? Se sim, de que maneira?

Quais tem sido as contribuições do Estado do Paraná (SEED, NRE) para o Município de Andirá no que tange às ações de formação continuada de professores? (Ex. se tem promovido capacitações, cursos, etc.)? Se sim, de que maneira?

Quais tem sido as contribuições do MEC para o Município de Andirá no que tange às ações de formação continuada de professores? (Ex. se tem promovido capacitações, cursos etc.)? Se sim, de que maneira?

Espaço para acrescentar algo a esse questionário que considera importante sobre a rede pública/sobre formação continuada de professores:

APÊNDICE III

ROTEIRO DAS ENTREVISTAS SEMIESTRUTURADAS (descritores/eixos a serem abordados)

I – Papel do Estado na formação continuada de professores (visa compreender como o Estado brasileiro desenvolve no que diz respeito à LDB nº 9.394/1996 quanto a colaboração entre as Unidades Federativas na oferta da formação continuada de professores);

- 1) Fale sobre a importante da formação continuada para organização do trabalho docente.**
- 2) Durante o tempo em que você tem trabalhado como professor, quais foram as modalidades e ações de formação continuada oferecidas pela Secretaria Municipal de Educação? (formas, ex. palestras, cursos, seminários, etc. Essas ações ocorrem com que frequência? Essas ações são realizadas dentro ou fora do horário de trabalho dos professores? São desenvolvidas por profissionais do Município ou profissionais/empresas contratadas?**
- 3) Além da formação oferecida pela Secretaria Municipal de Educação você tem conhecimento de outras formações, por exemplo, pelas universidades estaduais, pelo Núcleo Regional de Educação ou pela Secretaria Estadual de Educação?**
- 4) Nesse tempo em que você é professor o MEC tem elaborado diversas e diferentes políticas de formação continuada. Você sabe ou tem conhecimento dessas políticas? Elas foram divulgadas pela secretaria municipal de educação? Você realizou alguma delas?**

II – Abordagens na formação continuada de professores (visa identificar quais os temas têm sido abordados nas ações de formação continuada de professores e se contribuem para a prática pedagógica);

- 1) Os professores são consultados pela Secretaria Municipal de Educação ou por coordenadores pedagógicos quanto aos temas das formações continuadas? (Se sim, de que maneira? Ex. questionário, consulta aos professores, caixa de sugestões)**

Caso não sejam, O que você pensa sobre o envolvimento dos professores na escolha dos temas e tipos de formação continuada de professores?

- 2) **Quais temas têm sido abordados nas formações continuadas de professores, quando são oferecidas pela Secretaria Municipal de Educação ou a escola? (como por exemplo, BNCC, questões étnico-raciais, gênero, multiculturalidade, inclusão);**

III – As expectativas dos professores quanto à formação continuada e o desenvolvimento profissional (visa compreender como as ações de formação continuada são consideradas na carreira docente, se estão de acordo com o Plano de carreira do magistério)

- 1) **Os temas abordados nas formações continuadas têm contribuído com a sua prática pedagógica? De que maneira?**
- 2) **Quais suas motivações para participar das ações de formação continuada promovidas pelos órgãos públicos? (Secretaria, Estado, MEC, Universidades);**
- 3) **A Secretaria de Educação apoia sua participação (ou a participação dos professores) nas ações de formação continuada? De que forma? (Ex.: dispensa de horários/aulas para cursar disciplinas, desenvolver pesquisas);**
- 4) **Você teve ou tem dificuldade para participar das ações de formação continuada? Se sim, comente em quais aspectos?**
- 5) **Você tem realizado qualquer tipo de formação continuada por decisão própria, de forma particular, arcando com os custos? Se sim, em quais ações?**
- 6) **Na sua compreensão, como a formação continuada de professores pode contribuir para a resolução dos problemas do cotidiano escolar, como a indisciplina, violência, evasão, aprendizagem etc.**
- 7) **Na cidade de Andirá, os professores da rede pública de ensino possuem um Plano de Carreira. De que maneira as ações de formação continuada de**

professores têm atendido ao que é designado pelo Plano? (Ex. Elevação e consequente acréscimo salarial, função de chefia/direção)

- 8) Que contribuições as ações de formação continuada atualmente desenvolvidas trazem para a Educação no Município de Andirá? (Ex. São temas necessários e com embasamento teórico sólido que contribuem com sua prática pedagógica, professores mais envolvidos nas ações)**
- 9) Você gostaria de sugerir algo para melhorar as ações de formação continuada de professores no Município de Andirá?**
- 10) Há algo que você gostaria de acrescentar, mas que ainda não foi abordado nessa entrevista?**

APÊNDICE IV

TRANSCRIÇÃO DAS ENTREVISTAS

Entrevistada P6, entrevista iniciada no dia 12/06/2024 na residência da professora e concluída no dia 19/06/2024, na escola onde ela trabalha

Pesquisadora: Eu sou a Silvane, sou doutoranda em Educação no Programa de Doutorado em Educação na UNINOVE em São Paulo, eu estou com a primeira professora a ser entrevistada para a pesquisa do meu Doutorado. Eu gostaria de primeiramente agradecer sua participação, sua colaboração e quero que **1) Você fale sobre a importância da formação continuada para a organização do trabalho docente.**

P6: Primeiramente, é um prazer poder colaborar com teus estudos, Silvane, assim, na minha opinião, a formação continuada é um suporte que a gente tem nas escolas, para que o professor se agarre nela para ele renovar as tuas ideias, para que o trabalho docente tenha cada dia mais qualidade e para que isso aconteça o município tem que participar, tem que estar junto promovendo cursos, capacitações, para que o docente tenha instrumentos para que ele melhore a cada dia.

Pesquisadora: Durante o tempo em que você tem trabalhado como professora, quais foram as modalidades e ações de formação continuada oferecidas pela Secretaria Municipal de Educação?

P6: Bom, Sil, as modalidades ela sempre vem em forma de palestras, cursos, vem em forma de seminário, ate mesmo em capacitações, com os temas, assim diversificados, sempre voltados para a qualidade da nossa práxis, a gente precisa, como eu já disse anteriormente, se reorganizar, se atualizar e a gente precisa de bagagem para isso e essas capacitações elas vem trazendo essa oportunidade de capacitação. Com relação às cargas horárias, elas são variadas, por exemplo, uma palestra, as vezes acontecem duas palestras presencial ou on-line aí é contado quatro horas, contado oito horas, dezesseis horas, a gente só fica sabendo quando a gente chega no local que é oferecida essa capacitação para gente saber das cargas horárias, mas geralmente varia bastante, a gente tem a oportunidade de fazê-las no nosso horário de trabalho, aí a gente organiza nossas circunstâncias aqui na escola para que não haja prejuízo para os alunos, então, a gente sempre tem um profissional ou outro, seja auxiliar de aluno, seja o professor que cobre cargas horárias, então, a gente coloca esse professor no lugar para que a gente possa participar dessas capacitações. A frequência seria uns cursos ofertados semestralmente, por exemplo, a cada início de ano a gente tem capacitações, é reservado

alguns dias para palestras, para cursos, aí o último dia, que seria a semana toda é ofertada para a gente organizar o nosso planejamento, que a gente vai usá-lo durante todo o ano, aí lá no final do semestre, a gente tem a reorganização desse planejamento e também, por exemplo, no final do primeiro semestre, quando começa o segundo semestre a gente também inicia com capacitações e reorganização do planejamento, é mais ou menos isso.

Pesquisadora: Então essas capacitações, elas são desenvolvidas por profissionais aqui do município, ou a Secretaria contrata empresas ou faz parceria com Universidade, como tem sido feito?

P6: Depende do momento, já tivemos momentos em que a Secretaria de Educação nos ofertou através de parcerias com universidades. Outros momentos, a Secretaria de Educação promoveu até grupo de estudos e, sempre, quando são ofertadas, a gente fica sabendo se é com parceria de universidade, se é o Núcleo Regional de Educação ou se é a Secretaria de Educação que está ofertando essa oportunidade de capacitação.

Pesquisadora: E essas capacitações são tanto na modalidade presencial como on-line?

P6: Sim, sempre na modalidade on-line ou presencial, quando é presencial a gente faz lá no salão da Secretaria de Educação e/ou no Cinema, que são os dois lugares que oferecem assim, bastante espaço para que a gente possa ir presencial. Mas ultimamente, a maioria dos cursos ofertados é on-line, aliás, através de plataformas.

Pesquisadora: Essas capacitações, essas formações, elas são organizadas de que maneira, por exemplo, se é por etapa, por área do conhecimento, por modalidade, por exemplo, Educação Infantil, Ensino Fundamental I?

P6: Sil, elas são organizadas por etapas, posso exemplificar, por exemplo, o LEI, que é voltado para a Educação Infantil - Leitura e Escrita na Educação Infantil, ela tem o objetivo de fornecer, de ofertar a formação continuada para professores da Educação Infantil e Pré-escola. Temos também o Criança Alfabetizada que é uma avaliação que acontece através do Programa Educa Juntos, que tem por objetivo assegurar uma educação de qualidade, essa já é ofertada para o Fundamental I, tá bom, então é por etapa.

Pesquisadora: Além da formação oferecida pela Secretaria Municipal de Educação, você tem conhecimento de outras formações, por exemplo, pelas universidades estaduais, pelo

Núcleo Regional de Educação? Se sim, de que forma são essas capacitações? Quais tipos? E quais as contribuições que você percebe nessas formações?

P6: Então, ela, a SEED ela tem parceria com universidades que ofertam para a gente também capacitações. A gente está em uma capacitação de Neurosaber, por exemplo, ofertada por uma universidade, elas tem assim, o mesmo perfil de carga horária, nesse caso, a gente está fazendo um grupo do WhatsApp, mas elas também vem através de palestras, de cursos, de seminários, então, depende da parceria que a SEED faz, mas normalmente é assim, sempre, continuadamente é ofertado sim, além da Secretaria de Educação do Núcleo, do SEED, a Secretaria de Educação local, ela mantém parceria com universidade sim, que nos favorece nessas capacitações também.

Pesquisadora: Quais as formas de parceira que você comentou que o Município, por meio da Secretaria de Educação tem com as universidades?

P6: Parcerias com relação a situações que acontecem no cotidiano escolar que vem em forma de conflito, por exemplo, a gente tem bastante dificuldade, entre os professores, nós temos muito laudo na Educação Especial, como tratar essa circunstância? a gente está numa formação pela Universidade Fronteira Sul, sobre o Autismo, por exemplo, que tem muitas informações, existe um suporte que a gente, quer dizer, dentro do espectro existe um suporte e a gente precisa ter bastante embasamento, e essa formação dessa universidade, cuja, a Secretaria de Educação tem parceria, tem nos trazido bastante informação, muita informação rica e que tem feito uma diferença muito grande na prática da nossa atuação dentro de sala de aula e é visível essas circunstâncias acontecer e é através dessa parceria com essa universidade que nós conseguimos essa formação a respeito do autismo, então, foi bastante extensa e deu espaço para várias descobertas em relação a esse tema tão presente no dia a dia da escola, atualmente.

Pesquisadora: Foi uma capacitação, um curso, na modalidade presencial ou EAD?

P6: Foi na modalidade EAD, foi on-line, porém, nós fazíamos on-line e praticávamos a realidade aqui dentro da escola, então, nós ouvíamos, crescímos e praticávamos aqui dentro da escola, aliás, estamos praticando até hoje, até agora, porque foi uma modalidade de início de ano, então, que deu bagagem para a gente atuar e fazer valer durante o ano todo.

Pesquisadora: Nesse tempo em que você é professora, o MEC e o Núcleo Regional de Educação tem elaborado diversas formatos de formação continuada de professores.

Você tem conhecimento dessas políticas, se elas são divulgadas pela Secretaria Municipal de Educação aqui do Município? Gostaria que você comentasse se você realizou alguma dessas formações?

P6: Sim, sim, realizei tenho conhecimento, elas são divulgadas através da Secretaria de Educação do Município, nós temos assim, grupos de WhatsApp que essas informações são repassadas pela Secretaria de Educação, com dia e horário e nunca, inclusive em todo esse tempo que eu tenho de profissionalismo eu fiquei sem fazer um curso por falta de informação. As informações sempre chegam até a gente através de aviso nesses grupos e a gente vai até o local e data que serão ministrados esses cursos.

Pesquisadora: Os professores são consultados pela Secretaria Municipal de Educação ou pelos coordenadores pedagógicos, quanto aos temas das formações continuadas? Se sim, de que maneira são consultados e o que você pensa sobre o envolvimento dos professores em relação a escolha e sugestão dos temas?

P6: Às vezes durante as capacitações, mesmo durante os encontros é levantada essa circunstância, [de se] alguém gostaria de exemplificar algum tema para ser estudado, para ser transformado em forma de formação, [se] existe alguma situação dentro da escola que demanda essa circunstância, e a gente começa a dar bastante ideia e essas ideias elas são anotadas e aí, por exemplo, a cada ano, a gente passa as ideias e no outro ano, ela vem em forma de capacitação, eu posso exemplificar que uma vez que a gente deu, a gente fez uma colocação a respeito da necessidade da gente ter uma formação que envolvesse a fluência, uma capacitação referente a essa tema. Aí no próximo ano, a gente teve essa capacitação. Eu acho assim, que é muito importante a participação da gente, porque a vivência na prática é nossa, então, as nossas necessidades, elas também têm que ser vistas de maneira carinhosa e até mesmo profissional e é uma necessidade que a gente precisa vencê-las, e a gente só vence com capacitação, com informação, então é por isso que é que eu acredito que a nossa participação é super importante.

Pesquisadora: Quais temas tem sido abordados nas formações continuadas de professores quando são oferecidas pela Secretaria Municipal de Educação, pela escola ou por outros parceiros?

P6: Sil, o tema mais frequente tem sido referente à inclusão, porque a gente está vivendo muito isso dentro das escolas, seja, deficiência intelectual ou algum outro transtorno, a gente agora precisa construir o PEI que é o Plano de Ensino Individualizado e a gente precisou de

bagagem para isso, mas foi uma circunstância muito positiva porque ela veio para melhorar o processo de ensino, porque a criança, ela não fica isolada dentro da sala de aula regular, excluída, ela é colocada num contexto onde ela é verdadeiramente trabalhada levando de acordo com as suas necessidades, mas em outros momentos trazem temas assim, bastante diversificados, por exemplo, voltados para tecnologias do ensino, que nas escolas para colocar a gente diante dessa nova realidade que é virtual, também temos temas voltados para novas metodologias de ensino e a própria aplicação da BNCC que é um documento riquíssimo, maravilhoso e a gente está tendo mais acesso a ele, através desses temas, dessas formações.

Pesquisadora: Os temas abordados nas formações continuadas tem contribuído com a prática docente, a prática pedagógica? Se sim, de que maneira?

P6: Sim, tem contribuído e muito, porque essas informações, elas renovam a nossa capacidade de ver, inclusive, os nossos limites, a gente está sempre melhorando a cada dia e indo além, é uma prática que merece destaque nas instituições de ensino porque é o alicerce que nos dá essas formações continuadas a gente leva para o resto do ano, para o outro ano, em situações de conflito a gente consegue resolver, a gente tem ferramentas de ação, Sil, então, isso permite que o professor cumpra com maestria sua função, porque, tem alicerce, tem consciência de que ele tem capacidade, aliás, uma capacidade certificada para ele resolver aquela situação de conflito, é muito positivo.

Pesquisadora: E quais tem sido suas motivações para participar das ações de formação continuada promovida pelos órgãos públicos?

P6: Então, sempre voltada para aquisição de informação, é ter ferramenta de ação, lá a gente trabalha a teoria e a gente vivencia a prática dentro das paredes da escola, então, os desafios estão cada vez maiores, se a gente não tiver essas capacitações para nos preparar, a gente se vê constantemente em zona de conflito sem saber o que fazer, aí a gente entra naquela circunstância de que a gente resolve, mas fica aquela situação interior, eu não resolvi da maneira certa, não deveria ter sido dessa maneira, e esses cursos de capacitação eles voltam para nos tranquilizar internamente, porque os temas abordados a gente vivencia na realidade e a gente tem ferramenta para resolvê-los de maneira, então, a entender que a tomada de decisão foi acertada.

Pesquisadora: A Secretaria Municipal de Educação apoia sua participação nas ações de formação continuada? E se sim, de que maneira?

P6: Então, somos muito cobrados, a partir do momento que eles estão dispostos a ofertar qualificação profissional, esse momento ele é cobrado sim, e de que forma? Fazemos por etapa, por exemplo, não é dispensado para a gente se capacitar nesses momentos, é feito por revezamento para que a escola não tenha prejuízo, então, um dia far-se-á o primeiro e o segundo ano, no outro dia, far-se-á, o terceiro e o quarto ano e colocam profissionais para substituir esses que estão em curso, e sempre com certificados valendo carga horária, para que a gente utilize isso na nossa qualificação profissional.

Pesquisadora: Você teve ou tem dificuldade para participar de formação continuada? Se sim, comente em quais aspectos?

P6: Eu não tenho, mesmo porque Sil, eu faço desses momentos assim, uma espécie de deleite intelectual, a gente vai tendo conhecimento, vai guardando tudo aquilo e vai utilizando da melhor maneira possível na prática aqui na escola.

Pesquisadora: Você tem realizado qualquer tipo de formação continuada por decisão própria, de forma particular, arcando com os custos? Se sim, em quais ações?

P6: Sim, eu tenho essa iniciativa sim, eu fiz capacitação de maneira particular, gostei muito do tema e por isso resolvi investir, porque é ofertado pelo sistema, mas em algumas circunstâncias a gente também paga, a gente também arca com os custos porque é voltado para circunstâncias que a gente precisa ter, para gente utilizar aqui dentro da sala de aula.

Pesquisadora: Na sua compreensão, como a formação continuada de professores pode contribuir para a resolução dos problemas do cotidiano escolar, como por exemplo, a indisciplina, a violência, a evasão, as dificuldades de aprendizagem?

P6: A gente tem mais formas para nossa ação, então é a busca constante de novas práticas, elas se tornam facilitadoras para resolver as questões de conflito dentro da escola, dentro do contexto escolar, então, ela auxilia muito nós enquanto profissionais, até pais e alunos e demais agentes da escola e isso inclui resolver problemas voltados pra as situações de aprendizagem, evasão, violência no contexto escolar, e etc. é sempre uma ferramenta, Sil, inclusive a buscar mais conhecimento, é o docente se manter preparado para atender as demandas dos alunos, e trabalhar nos contextos que surgem com o tempo e isso é muito positivo.

Pesquisadora: No Município de Andirá, os professores da rede pública possuem o plano de carreira do magistério. De que maneira, as ações de formação continuada de professores tem atendido ao que é designado no plano?

P6: Então, a gente tem avanço, a gente tem promoção por avanços, na horizontal e na vertical, na vertical são os níveis de escolaridade, que seriam Nível médio, Superior, Mestrado, Doutorado, e a horizontal, elas contam pontos por qualificação, ou seja, esses cursos que a gente faz nessas formações continuadas contam ponto para essa promoção na horizontal, então é muito importante que a gente se capacite de conhecimento, para que a gente tenha sempre, o acesso a essas elevações.

Pesquisadora: Que contribuições as ações de formação continuada atualmente desenvolvidas trazem para a Educação no Município de Andirá?

P6: Então, essas contribuições vem em forma de qualidade no atendimento as necessidades dos alunos, então, o professor capacitado é professor capaz de vencer as situações de conflito, então, ele tem condições, ele foi capacitado para ser cada dia melhor, então capacitação é versus qualidade é o que nos dá bagagem para trabalharmos no contexto escolar.

Pesquisadora: Você gostaria de sugerir algo para melhorar as ações de formação continuada de professores no Município de Andirá?

P6: De repente, um feedback a respeito do retorno dessa capacitação, depois de alguns meses a gente voltar, nos reunirmos para falarmos sobre o resultado dessa capacitação, se foi positivo, se foi utilizado, se deu resultado e qual resultado, mesmo que não tenha surtido resultado. Eu acho que o retorno dessas capacitações em forma de prática escolar seria bem interessante e também com relação a realidade de cada escola, por exemplo, formação voltada especificamente para cada circunstância e realidade escolar de cada instituição, porque cada uma, ela tem a sua realidade, ela tem a sua demanda, tem a sua comunidade, é diferente, as vezes um menor poder aquisitivo numa comunidade não é a situação de outra comunidade escolar, então, seria uma sugestão que eu poderia dar.

Pesquisadora: Há algo que você gostaria de acrescentar nessa entrevista, mas que ainda não foi abordado:

P6: Não.

Entrevistado P25 – Entrevista realizada no dia 12/06/2024, na escola onde P25 trabalha

Pesquisadora: Eu sou a Silvane, sou Doutoranda em Educação na UNINOVE em São Paulo eu estou aqui com a professora da rede pública de Andirá para fazer uma entrevista que faz parte da minha tese. Primeiramente gostaria de agradecer a sua participação e **gostaria que você falasse sobre a importância da formação continuada para a organização do trabalho do professor**

P25: É muito importante, a formação continuada porque, novas tecnologias, o mundo hoje é cada vez mais, o professor precisa é de estar assim, como se diz, focado em novas tecnologias e em novas formas para ensinar as crianças, que as crianças de hoje são diferente dos nossos tempos, nosso tempo ensinava de um jeito, hoje é super moderno, tem mais tecnologia e o professor sempre tem que estar atual dentro dessas novas formas de ensino.

Pesquisadora: **Nesse tempo que você tem trabalhado como professora, quais as modalidades, os tipos de formação continuada que a Secretaria Municipal de Educação aqui do Município tem promovido?**

P25: Já tivemos várias, já tivemos Educação Especial, de Alfabetização, é, sempre focado na melhoria do ensino, diverso, se for para eu falar assim, no momento não vou lembrar de todas, teve de Matemática, de Português, de forma lúdica, ensinar as crianças brincando, alfabetizando e levando ao mesmo tempo, brincadeiras, com objetivo de alfabetização.

Pesquisadora: **Você lembra se essas ações, elas foram feitas por meio de cursos, palestras, foi feita por profissional aqui do município mesmo, ou a Secretaria contratou empresa ou fez parceira com alguma universidade?**

P25: Ao longo do tempo teve assim, formação que foi feita aqui pelas pessoas assim, tipo monitor, treinada pela Secretaria de Educação para fornecer esses cursos para nós, em outras oportunidades veio pessoas de fora, de universidade, veio ate de universidade lá de Santa Catarina há muitos anos atrás, ensinando para nós, novas formas, novas maneiras de ensino, teve várias, teve oficinas, visando uma melhor aprendizagem para nossas crianças.

Pesquisadora: **Essas ações, elas tem uma frequência para acontecer, para ser realizada, elas são realizadas durante a jornada de trabalho do professor ou fora?**

P25: Olha, hoje em dia com a tecnologia, o professor é convidado a assistir *lives*, que leva a pessoa a um aperfeiçoamento da forma de ensino, mas também tem fora do horário, fora do horário o professor vai para uma determinada escola da cidade, onde são fornecidos cursos

para facilitar, assim, novas formas de ensino, para animar o professor, novas tecnologias, novos métodos.

Pesquisadora: Além dessas capacitações, dessas ações fornecidas pela Secretaria Municipal de Educação, tem outras capacitações oferecidas pelas universidades estaduais ou pelo Núcleo de Educação?

P25: Sempre tem, as vezes oferece para o professor, mas às vezes o professor está tão cansado que as vezes, trabalha cedo de manhã, à tarde e à noite e às vezes a pessoa já nem vai, mas que é oferecido é.

Pesquisadora: De que forma são essas capacitações pela universidade, pelo Núcleo, são palestras, são cursos, são presenciais, são à distância, como que você descreveria?

P25: Algumas são presenciais, outras são através de *live*, sabe, pelo computador, a pessoa recebe essas informações.

Pesquisadora: O MEC, ele sempre desenvolve capacitações, de várias formas, de vários formatos. Você tem conhecimento dessas capacitações do MEC, a Secretaria Municipal ela divulga, ela incentiva à participação, como tem sido?

P25: A Secretaria de Educação sempre divulga, a gente tem participado de algumas sabe, mas como que eu posso dizer, sempre é oferecida.

Pesquisadora: Os professores, eles são consultados pela Secretaria Municipal de Educação ou pelos coordenadores pedagógicos quanto aos temas das formações continuadas? Vocês tem a oportunidade de indicar os temas, o formato da capacitação, como tem sido?

P25: Sempre é oferecido para nós que tipo de curso, que tipo de oficina que nós temos/estamos precisando, então, sempre com antecedência a gente passa para a Secretaria de Educação, qual tema da palestra, o que gostaria que fosse oferecido para os professores do município.

Pesquisadora: E você considera essa prática de fazer essa consulta aos professores, você considera que seja importante o tema ser levantado pelos próprios professores?

P25: Sim, é uma forma democrática de ensino.

Pesquisadora: Bom, você já comentou previamente, mas eu gostaria que você pudesse falar um pouquinho sobre os temas que são discutidos, são abordados nessas capacitações, nessas formações?

P25: Olha, sempre é sobre Alfabetização, Alfabetização, tanto a Língua Portuguesa como a Matemática, sempre tem esses temas, também brincadeiras lúdicas, novas formas de ensino nos dias de hoje.

Pesquisadora: Esses temas, eles tem contribuído com a sua prática de professor e de que maneira?

P25: Tem contribuído sim, a gente faz uma reciclagem, como se diz, eu pensava de um jeito, as vezes tem professor que difícil aceitar, difícil aceitar essa nova forma de ensinar, mas com o tempo e vendo com os outros professores, é que eles estão colocando em prática, aí eles também começam a colocar em prática e tem dado certo.

Pesquisadora: Quais tem sido suas motivações para participar dessas ações de formação continuada promovidas, então, pelos órgãos públicos, seja a Secretaria Municipal, as universidades, o Estado, o MEC?

P25: Olha, é importante essa participação, mas falando bem a verdade, muitas vezes a pessoa vai para poder subir de nível, para poder ganhar um pouquinho a mais, e, professor hoje em dia está sendo uma classe assim muito, como se diz, desvalorizada. É aquele que forma todas as outras profissões, mas parece que, pela política no nosso Município, no Brasil, parece que o professor fica em último lugar, mas a pessoa tem que ir fazer esses cursos, para não ser discriminado, todos estão indo, acho que se o professor não for, as vezes a pessoa até cansado tem que ir. No meu caso, eu estou no final de carreira, mas tenho visto assim, que, tanto o Município e o Estado programa novas formas de ensino, de tecnologia, mas está cobrando muito o professor, mas na hora da valorização é bem pouco.

Pesquisadora: A Secretaria Municipal de Educação apoia a sua participação, a participação dos professores nessas ações de formação? E de que forma?

P25: Apoia, como eu já disse para você, é através dessas palestras, as vezes traz pessoal de fora, paga estadia dessas pessoas aqui na cidade e fornece os materiais que precisam, dessa forma.

Pesquisadora: Você já teve ou tem dificuldade para participar dessas ações de formação continuada?

P25: Ah, não, porque agora eu trabalho num serviço só, mas quando eu trabalhava em dois empregos, cedo e de tarde ou cedo e a noite, eu encontrava dificuldade, porque normalmente esses cursos são fora do horário de trabalho, então, eu encontrava essa dificuldade.

Pesquisadora: A dificuldade, no caso, era em relação ao tempo para poder participar?

P25: É, ao tempo.

Pesquisadora: Você tem realizado outro tipo de formação por decisão própria, de forma particular, arcando com os custos?

P25: Ah, durante minha, não agora, mas já estudei Inglês, Computação, aprender mexer com as tecnologias, porque esses professores mais antigos, a gente tem muita dificuldade em mexer em computador, agora com o RCO, o ensino, as chamadas tudo através do computador, do celular, então, a gente quer ter uma certa bagagem, estudar um pouco.

Pesquisadora: Na sua compreensão, como a formação continuada de professores pode contribuir para a resolução dos problemas no cotidiano escolar, como por exemplo, a indisciplina, a violência, a evasão, a aprendizagem?

P25: Oh, esse é um tema muito difícil, porque na escola tem uma metodologia, o professor não está na escola para educar, a educação vem de casa e o professor as vezes, na sala de aula, depara, com certas situações muito complicadas, com leis de hoje, o professor está sendo sem autoridade dentro na sala de aula, as vezes precisa chamar pai e o pai vem e não apoia o professor, o filho vem na sala de aula, responde, não cumpre as obrigações, o professor vai chamar a atenção, arruma confusão e assim por diante. As tecnologias, o ensino, as palestras, os cursos são bons, mas nem sempre conseguem aquele objetivo que é ensinado na hora de, dentro da sala de aula, fora é uma coisa, na teoria, mas na prática é muito difícil.

Pesquisadora: No Município de Andirá, os professores da rede pública, eles tem um plano de carreira do magistério. De que maneira, essas ações de formação continuada, elas tem atendido a esse plano, tem contribuído como o desenvolvimento na carreira do professor?

P25: Oh, tem o plano de carreira, tem as elevações, mas os professores daqui, do nosso município estão muito tristes, porque eles estão enganando o professor, tem dois anos que o

professor está na luta para ter um salário reajustado, foi dado um pouco, mas não deu o restante, os professores fazem passeata, o professor faz, só greve que não fez, mas não está tendo valorização não, os professores trabalham porque são fieis e estão cumprindo sua obrigação e em respeito às famílias e sabe, cada um sabe da sua missão, mas não por causa de salário, porque está muito desvalorizado.

Pesquisadora: Ainda em relação a essas questões dos cursos, das ações de formação continuada ajudarem no dia a dia, você falou que a teoria é mais trabalhada a teoria e não a prática. Como você vê essas questões, de aliar a teoria à prática? Como que deveria ser então?

P25: Eu acho que, o professor devia ter mais apoio, tanto da tecnologia, se bem que está chegando hoje em dia nas escolas, a tecnologia sabe, mas muitas vezes, apesar de ter os cursos, o professor não sabe ainda mexer com esses instrumentos, então precisaria de ter pessoas especializadas nas escolas, trabalhando, ensinando os professores a lidar com essas tecnologias.

Pesquisadora: Apesar dessas dificuldades comentadas por você, quais contribuições essas ações de formação continuada desenvolvidas trazem para a prática pedagógica, a prática do professor e para a Educação do Município?

P25: É uma nova visão, o professor a partir desses cursos, dessas formações, ele tem uma nova visão, ele vai ver o lugar que ele está, a realidade do lugar onde vive, igual quando eu disse, ensinar de forma lúdica, é uma forma assim que o professor aprendeu assim nessas formações que o professor trabalha com brincadeira, porque as crianças não são as mesmas de antigamente, que sentavam e ficavam ali prestando atenção, o professor na sala de aula era como se fosse um deus, hoje não, hoje as crianças não param mais, e cada vez mais, cada vez mais difícil trabalhar com essas crianças e através das brincadeiras lúdicas que aprende nessas formações, o professor vai tendo mais bagagem pra trabalhar com essas crianças e de conter eles em sala de aula.

Pesquisadora: Você gostaria de sugerir algo para melhorar as ações de formação continuada de professores no município de Andirá?

P25: Eu gostaria que continuasse, mas não assim, só formação, mas que continuasse um acompanhamento do trabalho do professor, que o professor tivesse apoio e também na parte financeira, que o professor fazer esses cursos e elevasse, ser reconhecido como professor,

porque muitas vezes, o professor forma as outras profissões e ele não é valorizado, até na mídia mesmo o professor não é valorizado, às vezes aquelas brincadeiras, aquelas coisas lá, sempre eles vão menosprezar o serviço do professor.

Pesquisadora: Há algo que você gostaria de acrescentar a essa entrevista, mas que não foi perguntado ainda?

P25: Olha, eu gostei muito da entrevista e gostei e queria que fosse colocado em prática essas formações, como eu já disse, que tivesse um acompanhamento e o professor sentisse cada vez mais entusiasmado a trabalhar, a lecionar, fosse valorizado porque não pode acabar a carreira do professor, não pode ser extinta, o professor tem que valorizado e o governo quando valoriza o professor ele ganha com isso, mas parece que o governo muitas vezes não quer que um povo, um povo alfabetizado, parece que quer o povo seja ignorante, para poder eles tirar proveito na política e assim por diante.

Pesquisadora: Obrigada.

Entrevistada P3– Entrevista realizada no dia 17/06/2024 na escola onde ela trabalha

Pesquisadora: Eu estou com a terceira professora aqui do Município de Andirá a ser entrevistada, colaborando com a minha pesquisa do Doutorado em Educação, na UNINOVE.

Pesquisadora: Qual ano você leciona?

P3: Eu sou professora da Educação Infantil e dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental. No momento eu atuo como professora mediadora de cursos técnicos e também tenho um padrão como pedagoga no período da tarde.

Pesquisadora: Eu gostaria que você falasse sobre a importância da formação continuada para a organização do trabalho docente

P3: Bom, é, a partir do momento em que a gente se forma, a gente precisa estar atentos aos novos conteúdos, novas metodologias que vão surgindo, então é muito importante que o professor esteja em constante formação, então, a formação continuada, ela é bem importante pra a prática do professor em sala de aula.

Pesquisadora: Para a atualização do conhecimento?

P3: Isso.

Pesquisadora: Durante esse tempo em que você tem trabalhado como professora, quais foram e são as modalidades e ações de formação continuada ofertadas pela Secretaria Municipal de Educação?

P3: Bom, a Secretaria de Educação oferta, cursos presenciais, geralmente é no início do ano, e nós temos a Semana Pedagógica no início do ano e nós temos também no meio do ano, dois dias de formação. Recentemente quem está ofertando essa formação, esses cursos, palestras são a própria equipe da escola, acho que nos dois últimos anos eu percebi isso, o Núcleo envia os slides, os documentos e daí a equipe elabora ali o planejamento, a formação dos seus professores. Mas também a Secretaria de Educação oferta cursos a respeito de alguma modalidade nova de metodologia, por exemplo, o PEI, que é o Plano de Ensino Individual, recentemente a Secretaria de Educação organizou lá os dias, dois dias, para ofertar ali a formação ali com os professores e foi uma pessoa da Secretaria de Educação que deu a formação, e, geralmente é assim.

Pesquisadora: E você comentou que, geralmente é no início do ano letivo, mas durante o ano tem também outras contribuições, seja seminários, palestras?

P3: Olha, a Secretaria de Educação sempre envia, links, principalmente on-line de palestras, de seminários, cursos, mas a maioria é on-line, ao longo do ano.

Pesquisadora: Essas ações, elas são realizadas dentro ou fora do horário de trabalho dos professores?

P3: Bom, essa primeira que eu falei do início do ano é durante o horário de trabalho no início do ano, dois dias e no meio do ano após o recesso também dois dias também durante o horário de trabalho. Agora esse exemplo que eu dei da formação sobre a Educação Especial, sobre o PEI, foi fora do horário de trabalho e a maioria dos links também, de palestras, cursos para a gente participar geralmente é fora do horário de trabalho. Recentemente, na verdade foi o ano passado, nós tivemos um curso que se chama Formadores em Ação Municípios, é para trabalhar a respeito de um material que se chama Educa Juntos então esse curso sim, deu a disponibilidade do professor escolher o horário para ele participar, inclusive na hora-atividade para que ele participasse dessa formação no horário que ele tem um momento disponível na escola, poderia ser aberto também para quem quisesse fazer a noite tudo, mas a gente tem esse curso que tem tá bem importante.

Pesquisadora: Então, fora essas atividades presenciais no início e no meio do ano letivo, geralmente as formações são por meio de links, onde o professor por si próprio acessa o conteúdo, o curso ou a live, a palestra, seria nesse sentido?

P3: Isso, a maioria é assim, aí o professor acessa o link, daí participa da palestra, do curso, nós temos sim, mas é, raramente cursos presenciais, na Educação Infantil, nós trabalhamos com a apostila então tem o curso presencial, mas é raro.

Pesquisadora: E essas ações, você já comentou né, que algumas ações são desenvolvidas por profissionais da escola ou ate mesmo da Secretaria, mas também tem outras formas, por exemplo, é, empresas contratadas?

P3: Então, eu sei que a empresa que organiza as apostilas, que é a FTD, eles ofertam formação, então vem um assessor, um representante e, acho que duas vezes ao ano, geralmente, é duas vezes ao ano, esse ano ainda não teve, eles vem, daí eles falam ali a respeito do material, e também ajudam o professor com novas metodologias, e daí conta como carga horária também.

Pesquisadora: E depois tem um acompanhamento dessa empresa ou dos profissionais?

P3: Ah, geralmente, acompanhamento, você fala assim de voltar e ver se o professor colocou em prática aquilo que foi passado, ah, geralmente é a Secretaria de Educação daí que verifica se aquilo foi colocado em prática ou não.

Pesquisadora: Além da formação oferecida pela Secretaria Municipal de Educação aqui do Município você tem conhecimento de outras formações, por exemplo, pelas Universidades estaduais, ou pelo Núcleo Regional de Ensino ou da Secretaria Estadual?

P3: Olha, a Secretaria Estadual de Educação tá desenvolvendo Formadores em Ação Municípios, a princípio, começou com o Estado e agora tem do Município, hoje inclusive abriu as inscrições para a segunda jornada desse ano. Então, o professor, uma vez por semana, ele se reúne via Google Meet, durante 01h40m com um tutor, um formador e outros 21 cursistas do Paraná, daí lá são discutidas as metodologias, exemplos de práticas que deram certo na Educação Infantil, nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental e é uma organização, uma parceria entre o Estado e o Município, então, seria a SEED que tá organizando.

Pesquisadora: Nesse tempo em que você é professora, o MEC tem elaborado diferentes formas de formação continuada. Você tem conhecimento dessas políticas de formação?

Elas foram divulgadas pela Secretaria aqui do Município? Você realizou algumas dessas formações?

P3: Hum, políticas, não me recordo.

Pesquisadora: Sempre tem vários cursos que o MEC acaba ofertando, então não sei se você teve conhecimento, esse acesso?

P3: Por exemplo, AVAMEC, sim, tem o AVAMEC, tem, é ABC alguma coisa assim, sim, é divulgado, a Secretaria de Educação passa pra a gente e eu já realizei dois, sobre gestão escolar.

Pesquisadora: De que forma que a Secretaria divulga? Ela incentiva também a participação?

P3: Elas incentivam enviando no whatsapp da escola, no grupo, pedindo para que todos participem, dessa forma (a gente vai esquecendo).

Pesquisadora: Os professores, eles são consultados pela Secretaria Municipal de Educação ou pelos coordenadores pedagógicos quanto aos temas das formações continuadas?

P3: A maioria das vezes não, os professores não são consultados, mas eu lembro que teve uma vez sim, em relação à apostila, a FTD, aí a gente passou uma lista para os professores porque a Secretaria de Educação pediu para que os professores colocassem ali quais são os temas de interesse deles. Uma vez eu lembro que teve sim, mas a maioria é a Secretaria mesmo que decide.

Pesquisadora: E o que você pensa sobre o envolvimento dos professores na escolha dos temas e tipos de formação?

P3: Eu acho que é muito importante que o professor esteja à frente dessa decisão de qual vai ser o tema que vai ser abordado, porque o professor está na sala de aula, ele que sabe quais são as necessidades de sala de aula, no que ele gostaria de se aprofundar mais, então, acho que tem que ser consultado primeiro os professores para depois ser decidido.

Pesquisadora E quando esses professores, eles foram consultados, eles foram atendidos?

P3: Sim, sim, era um curso da Educação Infantil. Foi sim.

Pesquisadora: E quais temas tem sido abordados nas formações continuadas de professores, quando são oferecidas pela Secretaria Municipal de Educação ou pela escola mesmo?

P3: Bom, os temas são Alfabetização e Letramento, Sondagem Diagnóstica, de Língua Portuguesa, de Matemática, a importância da consciência fonológica, desenvolver a oralidade, leitura e escrita, sobre a Educação Especial também, vários temas como o Autismo, como elaborar o planejamento individual para os autistas, é mais nesse sentido.

Pesquisadora: Os temas abordados nas formações continuadas tem contribuído com a sua prática docente e pedagógica?

P3: Tem sim, tem contribuído, eu acredito que... pausa (**Pesquisadora:** De que maneira que tem contribuído?) **P3:** quando a gente estuda as experiências de outros professores, assim, a gente acaba trazendo para a nossa prática essas melhorias, então, assim, em relação à metodologia, em relação à avaliação, conteúdo, eu acho que a gente sempre tem que estar em formação, o professor sempre tem que estar se atualizando.

Pesquisadora: E quais são as suas motivações para participar das ações de formação continuada?

P3: Olha, a maioria é para conhecimento mesmo, porque a gente tem sim a elevação salarial, mas, a gente, eu mesma, no meu caso, eu tenho muito mais cursos que as vezes nem são contados na elevação, é mais pra conhecimento mesmo, para saber orientar também os professores, porque eu sou tanto professora quanto pedagoga, então, para minha prática como professora e também para que eu saiba orientar os meus professores, preciso ser ali o exemplo, estar a par das novas metodologias.

Pesquisadora: A Secretaria de Educação apoia sua participação, a participação dos professores nessas ações de formação continuada e de que forma?

P3: Olha, apoiar? no horário de trabalho? se for no horário de trabalho sim, mas só que, é um pouco complicado porque muitas vezes não tem professor para ficar na sala de aula, mesmo sendo no horário de trabalho não tem alguém para ficar na sala de aula para o professor fazer a formação, é uma coisa que está sendo bem assim, falta de professor, inclusive foi organizado hora-atividade num dia só para que o professor tenha tempo daquele dia, ele se planejar em relação a fazer algum curso, mas não é apenas isso, tem que atender pais, então, é difícil, então, assim, por exemplo, eu trabalho a noite também, então, teve um dia que eu

precisaria ir nessa formação da Educação Especial, aí eu fui dispensada do período da noite, eu dispensei meus alunos para que pudesse participar da formação no período da noite, então, a Secretaria de Educação liberou, é uma forma deles apoiarem.

Pesquisadora: Então, com relação a dificuldades para participar dessas ações de formação continuada, gostaria que você pudesse comentar se você teve ou tem e se há uma forma de superar essas dificuldades?

P3: Ah, eu acho que o que falta são, é, profissionais mesmo, mais profissionais na escola, a gente tá com uma defasagem muito grande de professores, então, quando a gente tira um professor da sala de aula pra eles se capacitarem, pra eles se formarem, a gente precisa ter outra pessoa pra ficar ali na sala no lugar dele né, e a gente tá com bastante falta mesmo de professores, então essa é a maior dificuldade, que eu, acredito que a gente tem.

Pesquisadora: Você tem realizado qualquer tipo de formação continuada por decisão própria, de forma particular, arcando com os custos? E se sim, quais ações?

P3: Bom, primeiro eu fiz minha a Pós-Graduação em Psicopedagogia, depois eu fiz uma em Tecnologias da Informação e da Comunicação, também fiz uma em Libras, recentemente Educação Especial e atualmente estou fazendo sobre Autismo que é ofertada pela Associação dos Municípios e aí particular também fiz um Mestrado Profissional em Ensino pela Universidade Estadual do Paraná. É, a respeito do apoio da Secretaria de Educação, então, assim, quando eu fiz o Mestrado, digamos, que a gente foi uma das pioneiras assim na cidade, não havia professor municipal com Mestrado, então, eu contei com apoio da Secretaria no seguinte sentido, eu saía na minha hora-atividade para que eu frequentasse as aulas, para que eu fizesse estágio, mas, eu gostaria de ter tido um apoio maior, porque que eu percebo, eu tive que levar muito trabalho para casa, eu acho assim, pelo que eu estou vendo dos meus colegas que estão fazendo agora, eles estão tendo um pouco mais de apoio do que eu tive, então, quando eu tive eu assim, não fiquei devendo nada para ninguém, consegui fazer tudo na minha hora-atividade, mas é bem desgastante, então eu tive que organizar todo o meu cronograma para que eu pudesse ser dispensada naquele dia, não podia ser em dia diferente para que enquanto eu saísse, os meus alunos tivessem alguém comigo, na minha sala, foi bem difícil.

Pesquisadora: E na sua compreensão, como a formação continuada de professores pode contribuir para resolução dos problemas no cotidiano escolar, como por exemplo, a indisciplina, a violência, a evasão?

P3: A formação continuada ela contribui bastante para solucionar esses problemas também, porque a gente troca experiências, troca boas práticas, então quando a gente está bem preparada para lidar com aquela situação, porque eu acho que a formação continuada é isso, é você receber ali todos os conhecimentos para lidar melhor com aquela situação, então, acho que contribui sim, para acabar com a evasão escolar, alunos com dificuldade de aprendizagem, acredito que sim.

Pesquisadora: Essa troca de experiências e boas práticas é geralmente com professores aqui do município ou com os professores que estão é, fazendo as capacitações?

P3: Geralmente, é com professores do município mesmo, só que esse ano, é a primeira experiência, então, por exemplo, todos os professores do município estão tendo horatatividade, do primeiro ano, todos no mesmo dia, para que, quando tenha uma formação todos possam ir juntos e trocar ideias da mesma turma e antes não era assim, então, era mais complicado. E, em relação a esse que comentei, do Formadores em Ação Municípios que é em parceria com a SEED, aí todos os professores daquela turma, por exemplo, do primeiro ano do Paraná, então tem professores de todos os cantinhos, com várias experiências, tem municípios que ainda tem turmas multisseriadas, então assim, a gente verifica como é a realidade de cada um.

Pesquisadora: Aqui no município de Andirá, os professores da rede pública eles tem plano de carreira do magistério, certo, com elevação vertical e a horizontal. De que maneira, essas ações de formação continuada de professores tem atendido ao que é designado no Plano?

P3: Olha, em relação à progressão salarial, se o professor tem uma quantidade de horas ele consegue elevar o salário dele, mas assim, eu geralmente eu busco mais, então, sempre sobra horas, porque nem é tantas horas assim, certinho agora de cabeça não vou saber te falar, mas é mais no sentido disso, de ser valorizado financeiramente também.

Pesquisadora: E quais contribuições as ações de formação continuada atualmente desenvolvidas aqui no município trazem para a Educação em Andirá?

P3: Quais as contribuições pra a Educação? *Pausa (Pesquisadora: isso).* Ah, as formações continuadas elas ajudam na questão de o professor reavaliar a prática dele, muitas vezes tem professor que já está formado há muito tempo, então, assim, faz sempre da mesma forma e é preciso a gente estar aberto a novas, novas ideias, então, a formação continuada, eu acho que ela serve para isso, a gente sempre estar se atualizando, verificando novas ideias, novas metodologias.

Pesquisadora: Então, nessas formações continuadas, além do embasamento teórico, tem as contribuições da experiência prática, quando você menciona que há trocas de experiências. Como que você enxerga essa relação entre a teoria e prática nessas formações?

P3: É muito importante, eu acho que deveria ter mais, unindo a teoria com a prática, mais oficinas, mais atividades de mão na massa, mais tem sim, que seria quando eu falo de questão de troca, seria mais bate papo mesmo, conversar, trocar experiência com o professor porque as vezes, quando a gente está na sala de aula, as vezes a gente é tão corrido na escola que a gente não tem tempo nem de trocar a experiência com o professor ali da sala de aula do lado, é tanta coisa que as vezes a gente não tem esse tempo de parar e de refletir sobre nossa prática, de falar, olha eu achei essa atividade legal, olha esse conteúdo é bacana, eu acho que a formação continuada permite isso, a gente trocar mais.

Pesquisadora: Você gostaria de sugerir algo para melhorar as ações de formação continuada de professores do Município de Andirá?

P3: Ah, eu sugeria mais formações presenciais, que fossem os consultados, todas as vezes que os professores fossem consultados a respeito dos temas, que a Secretaria de Educação ofertasse mais apoio para o professor que pretende fazer uma formação igual eu comentei, quando eu precisei estudar eu tive, eu pensei na possibilidade de parar de trabalhar para conseguir me aprofundar um pouco mais no que eu estava estudando, mas daí eu tive que dar conta dos dois, porque senão iria me prejudicar financeiramente, então, assim, deveria ter mais apoio na questão de ter mais profissionais na escola para suprir a falta desses professores para a gente conseguir desenvolver um trabalho bacana.

Pesquisadora: E você gostaria de acrescentar algo a essa entrevista, mas que ainda não foi abordado?

P3: Não, acredito que não.

Pesquisadora Eu agradeço, uma boa tarde.

P3: Obrigada. Ai a gente nervosa falando.

Entrevistada P2– Entrevista realizada no dia 19/06/2024 na escola onde ela trabalha

Pesquisadora: Fale sobre a importância da formação continuada para a organização do trabalho docente:

P2: É, a formação continuada ela vem dar um apoio, não só organizacional, mas também emocional e social para o docente, porque ele, vamos dizer assim, com o progresso da tecnologia de hoje, quanto mais informação concreta o docente recebe, melhor para ele, porque nem sempre aquilo que você faz alguns cursos em relação a, é on-line e sem direcionamento, desculpe-me, da empresa mantenedora, que no caso seria a Prefeitura, está realmente de acordo com a linha que o Núcleo pede, pelo menos penso eu, então eu acho que é importante neste sentido, atualizar tanto na parte social também como emocional e cognitiva do próprio docente.

Pesquisadora: Nesse tempo em que você tem trabalhado como professora, quais foram as modalidades e ações de formação continuada ofertadas pela Secretaria Municipal de Educação?

P2: Sempre a gente tem a formação continuada, nossa, eu fiz vários cursos entre eles, PNAIC que foi um dos mais bem falados, o RCMO na época, o referencial, foi um curso que eu fiz simultaneamente e foi um dos melhores cursos que eu fiz, foi fornecido pela Secretaria e como é que a gente fala, em cooperação, parceria com Estado, e foi a noite, foi com o pessoal do CMEI, foi uma experiência tão gostosa, quem era formadora na época foi a (*citou o nome da professora*), mas foi uma turma maravilhosa, e você perguntou aqui também sobre a questão das ações e o que que eu acho de mais importante, é isso?

Pesquisadora: Se também são ofertados, por exemplo, essas ações são palestras, seminários, slides, etc, se são presencial ou on-line?

P2: Hoje em dia tem on-line, mas no meu decorrer de 20 anos, nós tivemos de tudo, tivemos de tudo, tivemos palestrantes que vieram de Curitiba, teve até um palestrante uma vez que foi internacional, mas há muito tempo, tem um tempo assim já, acho que no começo mesmo da minha carreira, teve aqueles que a gente ia para Jacarezinho ia fazer a formação, então, foi bem e, tem, olha de todos os tipos, on-line, presencial, aquele que dava continuidade, cursos, fora de horário, carga horária assim, bem extensiva, então, já teve de tudo.

Pesquisadora: Essas capacitações, essas ações tem uma frequência pra acontecer, por exemplo, é mensal, bimestral, semestral?

P2: Geralmente é semestral, duas vezes no ano, no mínimo, tem que ocorrer porque a gente depende também disso para elevação de nível, não que essa seja, mas a Secretaria tem que fornecer, pelo menos duas vezes no ano.

Pesquisadora: E são formações realizadas dentro do horário do professor ou fora do professor?

P2: Então, geralmente é, hoje falando de atualidade, nós temos, ocorre muita *live*, as *lives*, eu por exemplo, estou fazendo de formação do município, é, sobre aquele projeto Educa Junto lá, eu faço no horário a tarde, vários professores estão fazendo no seu horário de hora-atividade, mas há cursos, ontem mesmo teve um outro da FTD, que foi as seis horas da tarde, quer dizer, foi fora do meu horário de serviço, então, são vários, tem de todos os horários possíveis.

Pesquisadora: E também são desenvolvidas por profissionais aqui do Município mesmo, da Secretaria, ou profissionais, empresas contratadas pela Secretaria?

P2: Teve já cursos, na maioria vem pessoas de fora, mas também já prestigiamos formadores aqui de Andirá.

Pesquisadora: E essas capacitações elas são organizadas por áreas, por etapa, digamos assim, para os professores da Educação Infantil, depois para Ensino Fundamental, pedagogos, como que é essa organização?

P2: Depende muito do conteúdo, geralmente, no começo do ano, se faz assim, um planejamento geral no qual hoje onde vai abordar assim, o que pretende-se trabalhar ao longo do ano, aquele acolhimento, tem palestras motivadoras, enfim, mas também existe, aquele momento que é para a Educação Infantil e para o Ensino Fundamental.

Pesquisadora: Além das ações de formação continuada promovidas pela Secretaria Municipal de Educação, você tem conhecimento de outras formações, por exemplo, pelas universidades estaduais, pelo Núcleo Regional de Ensino?

P2: Sim, dentro da, antigamente, tinha, a cooperação era bem maior, nós tínhamos as missões pedagógicas, os professores, os cursos, que a própria faculdade fornecia, ela ofertava para o pessoal da Secretaria e quem se interessava ia, recebia a forma de locomoção e ia pra a

faculdade fazer, as palestras, os seminários, enfim, hoje, acho que a facilidade está, mediante a tecnologia, está mais assim, on-line, mas também existem parcerias, esses dias mesmo nós fizemos uma com aquele, que está tendo agora, esqueci o nome (**Pesquisadora: Associação dos Municípios do Paraná?**) **P2:** Isso, Associação dos Municípios do Paraná, então, assim, tem várias parcerias, antigamente existiam maiores parcerias, hoje não é tanto.

Pesquisadora: com relação ao Núcleo?

P2: Ao Núcleo, não, o Núcleo, ele fornece, ele faz assim, várias *lives* estão ocorrendo, antigamente, vinha, eles vinham dar palestras aqui há uns 10 anos era, atrás eles vinham aqui na no município fazer a formação.

Pesquisadora: O MEC, ele tem disponibilizado, elaborado também políticas de formação continuada. Gostaria de saber se você tem conhecimento dessas políticas de formação, se elas são divulgadas aqui pela Secretaria de Educação aqui do Município, se você já realizou capacitações do MEC e de que forma?

P2: Sim, eu, na verdade, a gente sempre tem, não é obrigatório, algumas sim, são aconselháveis e até ultimamente está sendo exigido, por exemplo, o Educa Junto é um, que você tem que fazer, porque ele é um programa no qual o próprio governo tem que aplicar aqui para vir a verba, então, tudo está entrelaçado, mas houve vários já, o próprio PNAIC que eu já falei, O RCO, na época do referencial, foi a exigência do MEC.

Pesquisadora: Os professores são consultados pela Secretaria Municipal de Educação ou pelos coordenadores pedagógicos, quantos aos temas das formações continuadas, e se sim, de que maneira que são consultados?

P2: Sim, sempre é, há consultas principalmente no início do ano letivo e as vezes pergunta, ou as vezes mandam opções e a gente escolhe e essas sugestões assim, caixa de sugestões não me lembro de ter ocorrido, mas, geralmente, consulta sim, verbal ou ate mesmo, para gente fazer lá, assinalar com o que a gente, o que eles podem ofertar naquele ano.

Pesquisadora: Essas sugestões são geralmente atendidas pela Secretaria de Educação?

P2: Na maioria das vezes, sim, mas muitas vezes, dependendo do custeio, do custo que tem, às vezes o curso em si, por ser extenso ou o palestrante por ser muito oneroso, então, fica difícil de ser atendido, não por falta de vontade até, mas por questões financeiras mesmo, porque às vezes vai gastar ali dez ou doze mil num curso, e talvez, talvez não, geralmente não há essa disponibilidade de verba.

Pesquisadora: E o que você pensa sobre o envolvimento dos professores na escolha desses temas, se é importante, de que forma?

P2: Sim, dentro da, é muito importante porque aí o professor, ele coloca a angústia dele, a necessidade dele, correto, apesar de que fórmulas mágicas não existem, o que existem são teses novas, experiências, então, troca de experiências, isso é que realmente vai fazendo com que você vá se aprimorando, dentro do seu contexto escolar.

Pesquisadora: E quais temas tem sido abordados nessas formações de professores ofertadas pela Secretaria de Educação ou pelos órgãos parceiros?

P2: Hoje, na atualidade, está sendo muito assim muito visado a questão da pandemia, então, assim, houve uma defasagem muito grande de, social, emocional e cognitiva no caso dos conteúdos sistematizados, então as crianças elas perderam e realmente elas não vão conseguir, da noite para o dia recuperar, então, novas fórmulas de expressão, e pela própria tecnologia essa questão da internet que entrou e arrombou a casa das famílias, então, as crianças hoje elas não querem pensar, elas querem tudo pronto, tudo já é respondido e minimizar, não querem escrever, não querem se dar o trabalho de organizar, planejar, ver onde errou, descobrir, já quer a resposta pronta, então, muitas vezes os cursos estão assim direcionados a como trabalhar com essa clientela nova, essa geração Y, é X, como diz o outro já foi, e além disso é sobre também, os transtornos que estão assim, vamos dizer assim, a mutação que é genética mesmo da humanidade, já vem para elevação da humanidade, nós temos aí os TEAs, os TDHs, os TODs, enfim, a inclusão, que não pode ser hoje, já tem se uma visão de que, a inclusão não é colocar ali a criança ela tem que participar, é fazer respeitar a diferença dela, que todo mundo tem o direito de ser diferente, porém, tem o direito de ser ofertado o mesmo conteúdo de formas diferentes.

Pesquisadora: Os temas abordados nas formações continuadas tem contribuído com a sua prática pedagógica? Se sim, de que maneira?

P2: Sim, os temas abordados que a gente busca e que nos é ofertado contribui, toda e qualquer formação, você requer assim, você adquire um conhecimento, uma nova transformação, as vezes aquela informação ela vem agregar mais ainda, dentro do seu conteúdo, então, toda e qualquer formação, para mim, na minha forma de ver, é bem vinda e sempre aumenta ou vai mostrar realmente que você está no caminho certo e não aquele que está sendo imposto.

Pesquisadora: Essas formações, elas trabalham a teoria e a prática, como que tem sido? Após as capacitações, tem um acompanhamento ou não?

P2: Hoje, na atualidade, nós temos mais exigências em relação a conteúdos e é mostrar serviço como diz no linguajar popular, você tem que mostrar, você fez aquele, aquela capacitação, então, você tem que dar devolutiva, então, realmente, existe sim, uma cobrança um pouco maior do que já foi algum tempo atrás.

Pesquisadora: E quais tem sido as suas motivações para participar das ações de formação continuada promovidas pelos órgãos públicos?

P2: Bom, além da elevação de nível que a gente tem que apresentar os títulos de cursos, a questão também é para poder ficar atualizada, porque às vezes você não, às vezes não, nunca a gente pode estar, ficar estático, ali parado, achar que já sabe tudo, porque, de repente, do nada, tudo o que você sabia vai, como diz o outro, vai por água abaixo, então, é, atualizar, fazer com que gire as suas informações, fazer o seu pensamento também trabalhar e ver porque sempre há uma nova visão, você às vezes fica muito tempo com aquela visão, de repente vem uma outra pessoa que olhou um pouquinho mais para a direita e você estava olhando muito para a esquerda e te traz a famosa envergadura da vara, você vai até que você chega no equilíbrio.

Pesquisadora: A Secretaria de Educação apoia a sua participação ou a participação dos professores nas ações de formação continuada? Se sim, de que maneira?

P2: Sim, ela apoia os professores, ela dispensa no caso, não as aulas, elas dispensam os professores, e aí há um professor auxiliar geralmente fica, ou então, a gente cursa a noite, tem a carga horária, fornece a declaração, o certificado, então, isso ajuda muito o professor.

Pesquisadora: E você teve ou tem dificuldade para participar dessas ações de formação continuada? Se sim, comente em quais aspectos?

P2: Já tive muito, hoje não tanto, porque hoje com a tecnologia, então, você coloca o celular, e vai escutando vai fazendo as anotações e ao mesmo tempo você pode fazer alguma outra coisa que não requer uma, como que eu posso dizer assim, uma parte intelectual que você tem que, então você pode ir dobrando uma roupa e escutando, não vai te atrapalhar em nada, mas, antigamente, já era mais complicado, você tinha que sair, se deslocar, ficar fora de casa, as vezes tinha que, as vezes não, geralmente era feito a noite, então, era bem mais complicado, e a gente, nós professores, geralmente trabalhamos dois períodos, então, você se programa a

noite para que seu dia transcorra tranquilo e assim, era bem mais, exigia bem mais do professor, hoje as facilidades, a tecnologia veio facilitar bastante.

Pesquisadora: Você tem realizado qualquer tipo de formação continuada por decisão própria, de forma particular, arcando com os custos e se sim quais ações?

P2: Sim, já, já banquei algumas, alguns cursos particulares, como também cheguei a fazer uma graduação e não consegui receber a certificação porque, ela era particular e não consegui pagar, vamos dizer assim, ele, o valor que me foi pedido, então, fiquei sem a certificação, fiquei com o conteúdo, penso que ajudou muito. Agora, dentro, sim, a gente procura como tem uma grande oferta hoje em dia de alguns cursos gratuitos então, ajuda bastante.

Pesquisadora: Na sua compreensão, como a formação continuada de professores pode contribuir para a resolução dos problemas do cotidiano escolar, como por exemplo, a indisciplina, as questões de violência, a evasão, as dificuldades de aprendizagem e outras?

P2: Todo e qualquer curso como que eu já ressaltei, ele vem sempre agregar, sempre vem trazer coisas, informações, para ajudar você a pensar em outro ângulo, de outra forma, quanto a questão da violência, da indisciplina, ele é uma coisa assim que está assim dentro dum contexto maior, é social, a nível nacional e porque não dizer até mundial, então, ajuda, em relação à criança querer ficar na escola, dentro no município eu vejo que a educação municipal ela é bem mais acolhedora, ela é bem mais mãe, maternal, porém, por talvez passar 4 horas com a mesma professora, você reconhece aquele aluno, você tem aquela trajetória, isso também não significa que no estado, aqui nas cidades, nos centros menores mesmo sendo do interior isso também ocorre, o que eu não vejo, é que eu vejo assim pelas mídias, são em centros maiores, aqui no município em si, eu vejo que há a possibilidade e muitas vezes, as novas, por exemplo, hoje a gente já tem níveis na questão de matemática, antigamente só existia se na língua portuguesa, vamos ver que nível que a criança está, hoje tá na garatuja já está pré-silábico, hoje você também isso na matemática, quer dizer, é uma informação que muitos professores não conheciam, então, já estão colocando em prática, então, eu vejo que toda e qualquer formação, ela ajuda muito, e aí você vai diminuindo a evasão, diminui a violência, a indisciplina, então, tudo é um conjunto, não tem como trabalhar separado.

Pesquisadora: No município de Andirá, os professores têm o plano de carreira do magistério. De que maneira você enxerga que as ações de formação continuada de professores tem atendido ao que é designado no plano, por exemplo, tem a elevação em

níveis e a elevação horizontal, que considera o desempenho mais a qualificação profissional.

P2: A de níveis, vamos por níveis, a de níveis, ela já é assim, você chega, faz geralmente uma Especialização, a tal da Pós-Graduação depois o Mestrado, Doutorado, já é uma coisa assim que já está um pouco mais distante do professor, que tem uma família, que tem assim, outras prioridades, entre aspas, não que a profissão não seja prioridade. Já na questão de desempenho qualificação profissional eu vejo assim, ainda é muita falha porque, desempenho, nem sempre aquele aluno que faz uma avaliação ali, ele chega ali ele é avaliado, tudo bem, de repente ele pode tirar 100, ele leu muito bem tirou 100 naquela avaliação, mas aí durante o decorrer do ano, ele foi assim totalmente negligente, então, mas aí chegou na hora de ser avaliado ali fazer uma prova escrita ele tirou 100, então, esse peso de qualificação profissional e desempenho é muito assim, ambivalente, você não consegue avaliar uma pessoa, ah, um grupo pega três pessoas e vamos avaliar o profissional, ali teve mais de cinco atestados médicos, ninguém, no meu ponto de vista, ninguém quer ficar doente e ter atestado, certo, eu concordo assim, eu acho que a remuneração, infelizmente, do profissional de educação, da área educacional é muito pouco, ele recebe pouco, e, para se exigir demais, então, essa, o que desqualifica na verdade, o profissional é isso, o não ter tempo, para ter na casa dele, o melhor computador, a melhor impressora, ter condições de não ter que, utilizar as impressoras, os computadores da escola, é ter um laptop, trazer dentro da sua sala, é isso que me pergunto, que deveria mudar, eu acho que não está dentro, porque é 4% que você recebe, aí, de dois em dois anos você recebe 4% em cima do seu base, então, eu não sei, eu não vejo uma assim, vamos dizer, uma gratificação, isso aí não deveria nem contar, deveria ser já passado, o professor já deveria receber esses 4%, agora assim, se ele vai se desempenhar e outras coisas e outros tipos de avaliação deveriam ser feitas, deveria fazer uma avaliação do nível da sala de aula, do aluno, do professor como que estava ali mas ali, você tem outras formas também de avaliar não só a parte técnica ali escrita, como que aquele aluno era no começo do ano, vamos fazer a dinâmica do espelho, como que ele se comportava mediante, na frente do espelho quando ele falava sobre ele do começo, no meio do ano e no final do ano, então, são várias formas de avaliar o professor para ele ter essa elevação, então, eu vejo que é uma forma ainda que dentro da educação brasileira, para valorizar o professor tem ainda muito a ser evoluído, essa técnica de espelho eu fiz.

Pesquisadora: Que contribuições as ações de formação continuada atualmente desenvolvidas trazem para a Educação no Município de Andirá?

P2: Olhe, dentro, eu acho que como eu já frisei várias vezes, toda e qualquer formação, ela contribui com o Município, quanto mais profissional informado você tem, mais resultado você vai ter dentro do Município, agora, quanto à prática em si, é aquilo, se absorveu, se realmente esteve ali, se utilizou o celular, por exemplo, para gravar o que o professor está falando, para gravar a palestra, para repensar, anotar, participar, ótimo, maravilhoso, é isso mesmo, a tecnologia veio pra isso, agora se está lá usando o celular para fazer joguinho, enquanto, se tem um palestrante lá que custou tanto e você não absorveu, quer dizer é muito do individual de cada profissional, isso em todas as áreas, não só na área de Educação, seja na cozinha, a gente vê formação da área, das merendeiras, você vê aquela que se informou, se melhorou a sua, o seu conhecimento com aquela que, ah eu nem prestei atenção naquilo, então, é em todas as áreas, então, isso vai desde a área pública, privada, aonde for, depende muito do profissional.

Pesquisadora: Você gostaria de sugerir algo para melhorar as ações de formação continuada dos professores do Município de Andirá?

P2: Olha, dentro da atual política governamental que vem vindo, o problema do Brasil, essa questão, a cada vez que muda, muda também a política, educacional, para vir verbas, isso aquilo e aquele outro. Assim, participar de muitos programas nem sempre significa qualidade, às vezes você minimizar ou direcionar alguns programas ofertados, pelo, ou exigidos pelo governo, é do que muitos, que as vezes é assim, é muita coisa, você não consegue, o próprio Município não consegue fazer com que o seu profissional, porque ele tem que fazer tudo, ele tem que absorver tudo e dar conta de tudo, então, é priorizar, eu acho que hoje, hoje com essa demanda muito grande de informações, olha tem que ter isso se não o Município não ganha determinada verba, ah tem que ter aquilo, ah tem que fazer aquilo, então, está assim, eu acho que deveria haver uma separação, deveria ter assim, direciona realmente, o que der, o que vai valer, o que vai compensar, e o que não vai sobrecarregar onde realmente possa se destacar, tanto, vejamos, a gente tem aí direto o Nordeste, o Nordeste faz isso, ele estipula um programa, ele pega aquele lá e ele vai ate o final, ele esgota tudo, pode olhar na política educacional lá, que vem lá do Nordeste.

Pesquisadora: E você gostaria de acrescentar algo a essa entrevista que ainda não foi abordado?

P2: Olha, no presente momento não, eu acho que, assim, às vezes nem sempre ter todas as informações significa, de ser um bom profissional e nem sempre também ter, não ter, é,

muitos, vamos dizer assim, certificados, muitos, muitas graduações significa também ser um bom profissional, tem que, eu acho que tem que haver uma, e achei interessante e estou a disposição também, se a Silvane, precisar novamente, a gente faz o que pode.

Pesquisadora: Muito obrigada!

P2: De nada!

Entrevistada P11– Entrevista realizada no dia 19/06/2024 na escola onde ela trabalha

Pesquisadora: Eu estou com a quinta professora aqui do município de Andirá a ser entrevistada para contribuição na minha pesquisa do Doutorado na UNINOVE

Pesquisadora: Gostaria de perguntar em qual ano escolar que você leciona?

P11: Do Primeiro ao quinto ano.

Pesquisadora: Gostaria que você falasse sobre a importância da formação continuada para organização do trabalho do professor.

P11: Olha, eu acho muito importante esses cursos que eles ajudam bastante a gente assim sabe, se bem que na minha área de Educação Física não tem muitos tá, é mais assim na área do professor regente da sala, mas eu acho muito importante, assim que eu, a base que a gente tem né, é uma reciclagem, digamos assim.

Pesquisadora: Durante o tempo em que você tem trabalhado como professora quais tem sido as modalidades de ações formação continuada ofertadas pela Secretaria Municipal de Educação aqui do Município?

P11: Olha, eles dão assim, todo começo do ano e no meio do ano, geralmente em janeiro e julho tem os cursos de capacitação e são cursos assim, mais voltados pra área professor da sala, aquele curso assim mais para área de Arte, Educação Física, como eu sou formada em Educação Física geralmente, raramente tem, mas assim quanto tem, nas poucas vezes que teve sempre foi separado, mas geralmente aquele conteúdo geral assim todo mundo junto, é, assim no cinema, quando tem ou algum auditório aí, mas são ofertados geralmente dois, no ano no começo do ano e no meio do ano.

Pesquisadora: E são ofertados por profissionais da própria Secretaria ou eles contratam alguma empresa ou algum profissional da área ou faz parceria?

P11: Sim, são feitos pelo pessoal da Secretaria de Educação, às vezes também eles contratam pessoal de fora, outras empresas que vêm e aplicam os cursos.

Pesquisadora: Esses cursos tem sido feito mais de forma presencial ou on-line?

P11: Nas duas capacitações que tem durante o ano geralmente são presenciais e, mas tem também a de forma online ao longo do ano, aí é on-line né, pelo celular a gente pode fazer pelo computador ou pelo celular de uma forma que seja mais prático pra gente.

Pesquisadora: E essas capacitações, elas são realizadas dentro ou fora do horário de trabalho dos professores?

P11: Geralmente são fora, geralmente à noite, mas tem alguns que é dentro do horário também de aula, porém, não dispensam alunos tá, os alunos não são dispensados.

Pesquisadora: E como que é organizado para que o professor participe?

P11: Geralmente em grupos tá, aí um grupo faz, aí professor auxiliar fica na sala, então eles revezam.

Pesquisadora: Além da formação ofertada pela Secretaria Municipal de Educação, você tem conhecimento de outras formações, por exemplo, das universidades estaduais ou pelo Núcleo de Educação?

P11: Sim, é ofertado sim, é pelo Núcleo os cursos que a gente faz é pelo Núcleo, e todos são reconhecidos pelo MEC tá, e geralmente é dentro do horário de aula ou então no período da noite fora do horário à noite, mas são sim todos pelo pelas faculdades e reconhecido pelo MEC.

Pesquisadora: E são que formatos, por exemplo, são cursos, são palestras ou seminários ou tem uma forma ampla?

P11: É, geralmente é curso em forma de seminário e palestra.

Pesquisadora: E com relação ao MEC, ele tem elaborado diversas formas de formação continuada, então eu gostaria de saber se você tem conhecimento dessas formações, se a Secretaria Municipal ela divulga, ela incentiva essas formações, sua participação e se você já realizou algumas delas?

P11: Sim, a Secretaria de Educação ela divulga e ela incentiva sim a gente fazer, e já realizei sim, já realizei alguns.

Pesquisadora: Os professores são consultados pela Secretaria Municipal de Educação ou pelos coordenadores pedagógicos quanto aos temas das formações continuadas e se sim, de que maneira?

P11: Olha, de vez em quando eles perguntam ... assim..., algum tema interessante poderia ser abordado durante os cursos, mas não é sempre, geralmente os cursos que são, são cursos sobre crianças, de modo geral, Autismo, TDH, TOD é, porque, são as crianças que estão vindo agora, então, estão querendo bater bastante em cima disso daí, na minha área específica assim de Educação Física, eu falo pela Educação Física tá, raramente tem alguma coisa, e, eles não, não é que eles não se preocupam com isso, mas realmente não tem muito curso nessa área não, assim de capacitação, nesse sentido.

Pesquisadora: E o que você pensa sobre o envolvimento dos professores quanto aos temas, quanto ao formato da capacitação?

P11: Olha, os professores geralmente, geralmente, os professores da sala regente, que são os que eles se interessam sim, eles são bem participativos, porém, como eu não sou professora regente da sala eu também participo, mas, eles gostam sim, na maioria eles gostam.

Pesquisadora: Os temas abordados nas formações continuadas tem contribuído com a sua prática de professor e se sim de que maneira eles ajudam?

P11: Sim, eles ajudam sim, alguns cursos sim, eles ajudam a gente como lidar com crianças, nessa parte de inclusão assim, então, eu procuro assim, realizar uma forma de como eles explicam lá, embora tem os acompanhantes, que geralmente por exemplo, o curso lá sobre Autismo, sempre tem os acompanhantes, então de que forma? eu procuro fazer uma atividade assim um pouco adaptada, e é assim.

Pesquisadora: E quais têm sido as suas motivações para participar dessas ações de formação continuada?

P11: De vez em quando eu recebo algum material assim que ajuda, sabe, o motivo é ajuda, é motivacional assim, mais.

Pesquisadora: A Secretaria Municipal de Educação apoia a sua participação, a participação dos professores nas ações de formação continuada? Se sim de que maneira?

P11: Olha, eles apoiam, eles apoiam sim, porém, quando eu faço, eu faço fora do meu horário de serviço à noite tá, e, eu faço através de cursos on-line, e quando eu tenho algum curso assim presencial, a escola não dispensa tá? Então, eu tenho que fazer em dias assim que eu não trabalho, isso é uma dificuldade né.

Pesquisadora: Isso acaba dificultando a sua participação ou não?

P11: Sim, acaba dificultando a minha participação, porque eu não posso deixar de trabalhar para fazer curso, então eu tenho que vir justamente para não prejudicar os outros professores.

Pesquisadora: E você tem realizado também algum curso, alguma capacitação de forma particular, arcando com os custos?

P11: Sim, inclusive esse ano eu já fui em dois em Curitiba, as despesas foram todas minhas, foram nos fins de semana, foram na sexta, no sábado e no domingo, porém, na sexta, eu fui num dia que eu não tinha aula.

Pesquisadora: E foram cursos relacionados à sua prática como professora?

P11: Sim, como professora na minha área de Educação Física, na minha área específica.

Pesquisadora: Na sua compreensão como a formação continuada de professores pode contribuir para a resolução dos problemas do cotidiano escolar como, por exemplo, a indisciplina, questões de violência, questões de evasão, dificuldades de aprendizagem ou outros?

P11: Então, a formação continuada ela ajuda sim, a gente, ajuda, incentiva assim, a gente a conversar com as crianças, principalmente com a comunidade escolar para que não ocorra tanto evasão escolar, a evasão, as crianças faltem e tudo mais, e eles contribuem nesse sentido, nessa resolução desse problema.

Pesquisadora: E na cidade aqui, no município de Andirá, os professores da rede pública de ensino eles têm o plano de carreira do magistério, com a elevação vertical e horizontal. De que maneira as ações de formação continuada tem atendido, tem contribuído para elevação nesse plano?

P11: Então, a gente faz os cursos, e a Secretaria ela emite a certificação e, essas nossas elevações elas ocorrem a cada dois anos e tem aquela somatória de pontos, geralmente são 120 pontos no mínimo para gente conseguir elevar só que fora isso tem uma avaliação assim,

de assiduidade, esses tipos de coisinhas, assim, então, tem toda uma somatória aí, tem as notas aí, se você atinge o mínimo que a média 6, aí a gente consegue elevar e essas elevações é cada um ano sim, um ano não.

Pesquisadora: E as elevações aí tem um acréscimo salarial?

P11: Tem, tem o acréscimo salarial de 5%.

Pesquisadora: Que contribuições as ações de formação continuada atualmente desenvolvidas trazem para a Educação no Município de Andirá?

P11: Bom, as contribuições é assim todos os cursos que a gente faz tem o embasamento teórico, aí tem as rodas de conversa, tem as trocas de experiências e isso faz com que a gente ganhe mais experiência, mais um conhecimento, mais rico, então, acho que isso contribui bastante para gente, para nossa formação, principalmente da parte da troca de experiência, então, é bem rico nesse sentido.

Pesquisadora: Você gostaria de sugerir algo para melhorar as ações de formação continuada dos professores aqui no Município de Andirá?

P11: Ai eu queria sim, eu queria sugerir que tivesse mais cursos na área da Educação Física e da Arte, dessas disciplinas, porque a gente fica meio assim de lado, meio de escanteio, inclusive às vezes aborda cursos assim que para gente, a gente está lá só de corpo presente, que para nós assim não conta muito sabe, é como se fosse uma carga horária da gente está ali, então eu acho que seria interessante investir também porque infelizmente a Educação Física e a Arte, é como se a gente fosse um tapa buraco, tipo é como se a nossa disciplina não tivesse tanto valor, sabe, eu acho que seria interessante se eles inclinassem a cabeça assim para esse lado.

Pesquisadora: E você gostaria de acrescentar algo a mais nessa entrevista que ainda não foi abordado?

P11: Olha, a grosso modo não, eu acho que foi bem, foi bem explanado, eu não tenho que acrescentar mais nada, não tenho nada para sugerir não, tá.

Pesquisadora: Está bom, obrigada.

Entrevistada P15– Entrevista realizada no dia 21/06/2024 na escola onde ela trabalha

Pesquisadora: Qual ano que você leciona, qual série escolar?

P15: Eu, esse ano estou com o quinto e segundo ano, mas dependendo o ano é qualquer um, do pré ao quinto ano.

Pesquisadora: Tem alguma disciplina específica?

P15: Não, ainda não, não tem nenhuma.

Pesquisadora: Gostaria então que agora você comentasse sobre a importância da formação continuada para o trabalho do professor.

P15: É muito importante porque cada ano a gente convive com alunos diferentes, então, a gente tem que se aperfeiçoar, tem que procurar informações sobre a disciplina do aluno, o comportamento do aluno, como é que eu vou dizer, o jeito do aluno e a aprendizagem também, a gente tem que ficar se aperfeiçoando porque tem muitas crianças com muitas dificuldades.

Pesquisadora: Durante esse tempo em que você tem trabalhado como professora, quais tem sido as modalidades, as ações de formação continuada que a Secretaria Municipal de Educação promove para os professores aqui de Andirá?

P15: Geralmente são cursos pequenos, de pouca duração, com carga horária pequena, mas acho que há umas duas semanas atrás eles ofertaram uma Pós em Autismo, que eu vou começar a fazer a partir do mês de julho.

Pesquisadora: Estes cursos que você comentou, eles têm uma frequência, por exemplo, se é mensal, bimestral, você sabe se por exemplo, se são desenvolvidos dentro ou fora do horário de trabalho, se o Município, ele desenvolve com profissionais aqui do Município mesmo ou ele contrata empresa?

P15: Não, esses cursos a gente não tem frequente, as vezes acontece um ou duas vezes ao mês ou ao semestre né, ou trimestre o melhor né, e, a gente faz muito mais, assim a gente faz muito on-line, pesquisa pela internet ou eles mandam algum site e a gente faz pelo site que a prefeitura né, que a Secretaria da Educação aliás, desculpa, envia pra gente, daí a gente entra no site e a gente faz os cursos que tem, que as vezes eles mandam né, ou uma ou duas vezes ao ano, por trimestre também, pra gente estar fazendo estas formações.

Pesquisadora: E essas formações, elas são organizadas por área do conhecimento ou por etapa, digamos, capacitação para os professores da Educação Infantil ou do Ensino Fundamental, como que tem sido?

P15: Sim, as vezes eles colocam capacitação para a Educação Infantil, mas as vezes eles colocam embaixo, se alguém tiver interesse também pode fazer, as vezes eles mandam para os professores do Ensino Fundamental, mas também colocam lá, se outros professores tiver interesse pode estar acessando o site.

Pesquisadora: Além da formação ofertada pela Secretaria Municipal de Educação, você tem conhecimento de outras formações, por exemplo, das universidades estaduais pode ser a UENP, por exemplo, ou pelo Núcleo Regional de Educação?

P15: Não, pelo estado, no momento eu não lembro de nada, agora o MEC sempre está tendo alguma, algum curso que eles enviam para gente, para gente estar fazendo ou vem mesmo algum representante dele na escola, para tá explicando, ofertando alguma coisa pra gente assim.

Pesquisadora: Esses cursos, essas ações do MEC, você tem participado, a Secretaria divulga ou vem direto para o professor, como que é?

P15: Não, a Secretaria divulga daí a nossa diretora passa para gente, às vezes vem só para uma, para uma área específica, por exemplo, alunos do quarto ano professores do quarto ano, professores do quinto ano aí somente eles têm que fazer, nessa parte, a gente não pode participar, mas, geralmente vem para todos os professores, às vezes vem ano que vem só para certas, certos anos, quarto, quinto ano que vem mais.

Pesquisadora: São cursos online?

P15: São cursos online.

Pesquisadora: Os professores são consultados pela Secretaria Municipal de Educação ou pelos coordenadores pedagógicos quanto aos temas das formações continuadas?

P15: Geralmente não, eles que passam para gente os cursos e a gente faz um comentário, ah, poderia ter uma capacitação para uma inclusão de Autismo elevado, ou sobre alfabetização, então eles é, eles enviam para gente, mas não perguntam o que a gente precisa.

Pesquisadora: E o que você pensa a respeito desse envolvimento, desse possível envolvimento dos professores na escolha dos temas das formações?

P15: Muito importante, porque nós estamos convivendo com os alunos dentro de sala de aula, nós estamos vendo os comportamentos das crianças, e hoje em dia os comportamentos das crianças estão vindo muito com inclusão, o autismo, autismo, vamos dizer assim, leve, outro alterado, então isso é muito importante porque nós estamos convivendo com os alunos.

Pesquisadora: E quais temas têm sido abordados nas formações continuadas ofertadas pela Secretaria Municipal de Educação ou pela própria escola?

P15: Muito inclusão sobre Autismo, sobre TDAH, sobre TOD, é o que mais a gente comenta, o que mais a gente precisa, aperfeiçoar vamos dizer assim e aprender também, porque as crianças estão muito alteradas nessa parte.

Pesquisadora: Os temas abordados nas formações continuadas tem contribuído com a prática do professor, com a prática pedagógica e se sim de que maneira?

P15: Sim, muito, tem muito, porque eles ajudam a gente na elaboração também das atividades, no comportamento dos alunos, e com isso a gente vai aprendendo cada vez mais.

Pesquisadora: E quais têm sido as suas motivações para participar das ações de formação continuada promovida pelos órgãos públicos?

P15: Aprendizagem, muita aprendizagem, então a gente tem que estar sempre estudando, aprendendo, observando comportamento dos alunos, então, na aprendizagem, no comportamento, como que eu vou dizer, nas expressões também, muito importante isso.

Pesquisadora: A Secretaria de Educação apoia sua participação nas ações de formação continuada e se sim de que maneira?

P15: Sim, elas apoiam mandando os sites para gente estar fazendo os cursos e se precisasse a gente, não, tempinho, as professoras, as pedagogas, aliás, sempre arrumam um horário para gente estar fazendo e para gente estar concluindo essa capacitação que a gente sempre precisa.

Pesquisadora: E você teve ou tem alguma dificuldade para participar dessas ações de formação continuada?

P15: Dificuldade não, quando eu tenho a gente procura apoio da pedagoga, ela nos orienta, aí fica com, fica tudo fácil.

Pesquisadora: E você tem realizado algum tipo de formação por conta própria, de forma particular, arcando com os custos e se sim quais ações?

P15: Sim, às vezes a gente está pesquisando alguma coisa, encontra algum curso on-line sobre Inclusão ou sobre Alfabetização e a gente acaba fazendo, Inclusão, Alfabetização, nisso a gente acaba fazendo para ter um certificado para gente ter mais aprendizagem sobre esse assunto tão abordado que é a nossa inclusão.

Pesquisadora: Na sua compreensão, a formação continuada de professores, de que maneira ela pode contribuir para a resolução dos problemas do cotidiano escolar, como por exemplo, a indisciplina, a violência, a evasão, as dificuldades de aprendizagem ou outras?

P15: Eu acho que muitas vezes as crianças vêm nesse estado, nesse estágio, sim, de violência, indisciplina muito, muito muito alto, muito elevado vamos dizer assim, às vezes a gente pode até pensar que pode ser um problema familiar, que muitas vezes é, aí eles vêm do jeito deles, e a gente tem que dar um jeitinho né, com toda a nossa disciplina, com toda a nossa capacitação, para estar atendendo essas crianças de uma maneira mais leve, mais carinhosa, que é o que eles precisam, no momento.

Pesquisadora: Aqui no Município de Andirá, os professores eles têm um plano de carreira do magistério, com a elevação vertical e a horizontal. De que maneira essas ações de formação continuada dos professores tem atendido ao que é designado nesse plano?

P15: É, eles ajudam a gente por esses cursos com poucas horas, que a gente tem essa elevação usando esses certificados que eles nos oferecem e outras, outros campos que a gente pode estar fazendo também on-line para estar tendo essas elevações, estar tendo esses aumentos que a gente tanto precisa.

Pesquisadora: Que contribuições as ações de formação continuada atualmente desenvolvidas trazem para a Educação no Município de Andirá?

P15: As contribuições são cursos que eles oferecem na própria Secretaria da Educação com as próprias professoras de lá, sugerindo aulas práticas e teóricas com a gente, e cada semestre eles classificam os professores, professores do primeiro ano, segundo ano, depois terceiro, depois quarto e depois quinto, então essas contribuições são, ajudam muito a gente.

Pesquisadora: Você gostaria de sugerir algo para melhorar essas ações de formação continuada desenvolvidas aqui no Município de Andirá?

P15: Mais cursos para gente, nessa capacitação de inclusão.

Pesquisadora: E você gostaria de acrescentar algo a essa entrevista que ainda não foi questionado?

P15: No momento não, para mim acrescentar mais alguma coisa, eu acho que não, a gente está precisando mesmo é muito de apoio sobre crianças com inclusão, que está sendo muito abordado e muitas, muitas crianças com esse tipos de problema.

Pesquisadora: Muito obrigada, agradeço professora.

Entrevistada P20– Entrevista realizada no dia 05/07/2024 na residência da professora

Pesquisadora: Eu estou com a sétima professora do Município de Andirá, entrevistando para colaborar com a minha pesquisa de Doutorado em Educação pela UNINOVE em SP. Primeiramente **gostaria que você falasse qual ano escolar que você leciona e se tem alguma disciplina específica ou não:**

P20: É eu estou com quinto ano esse ano de 2024 e as disciplinas que eu trabalho dentro da sala de aula é Língua Portuguesa, Matemática, Geografia, História, Ensino Religioso e Ciências.

Pesquisadora: Agora eu gostaria que você comentasse sobre a importância da formação continuada para o trabalho do professor:

P20: É extrema importância, porque através das formações continuadas nós aprendemos o que não sabemos e aperfeiçoamos o que já sabemos quando o assunto é Educação.

Pesquisadora: Durante o tempo em que você tem trabalhado como professora quais são e foram as modalidades de formação continuada ofertadas pela Secretaria de Educação, por exemplo, se são cursos, palestras, seminários?

P20: A Secretaria de Educação proporciona para nós sempre no início do ano, alguma palestra e na metade do semestre também oferta algum tipo de palestra também.

Pesquisadora: Além disso, tem outras formações, tem uma frequência para acontecer ou é somente essa no início e a no meio do ano?

P20: A Secretaria de Educação sempre oferta formações para nós professores de forma online, até a última que foi agora, eles ofertaram uma Pós-Graduação em Autismo, o que é um tema assim bem abordado para nós, por causa da inclusão e nós estamos fazendo, tem bastante professores lá fazendo, mas é de forma on-line.

Pesquisadora: E essas ações são ofertadas/realizadas dentro ou fora do horário do professor, são desenvolvidas por profissionais aqui do Município ou a Secretaria contrata empresas, como tem sido?

P20: Então, como eu disse acima para você, ele geralmente no começo e no meio do ano eles contratam alguma empresa para vir dar essas palestras, mas no espaço virtual ainda é muito utilizado para formação, então, as palestras, os seminários acontecem nas datas e as vezes em horário de trabalho.

Pesquisadora: Além da formação oferecida pela Secretaria Municipal de Educação você tem conhecimento de outras formações, por exemplo, pelas universidades estaduais ou pelo Núcleo Regional de Ensino?

P20: As formações que são ofertadas ao Município de Andirá geralmente elas estão atreladas a alguma universidade, às vezes vem algum profissional no início ou no meio do ano como eu disse para você, que eles repassam esses conhecimentos para a gente, o Núcleo de Educação, ele só vem no intuito assim de repassar alguma orientação, por exemplo, o ano passado eles vieram para repassar uma orientação sobre o RCO, então é importante também, mas é só nesse sentido aí de orientar, orientação.

Pesquisadora: O MEC ele tem desenvolvido políticas de formação continuada. Você tem conhecimento dessas ações de formação, a Secretaria costuma divulgar e também se você já realizou algumas dessas formações pelo MEC?

P20: Ah sim, o MEC sempre está enviando para nós esses tipos de formação aí, algumas são presenciais, como essa última que veio que foi ofertada pelo MEC de Pós-Graduação, então tem muitos professores fazendo e é na área do Autismo, que é um tema assim que nós ansiamos sempre por saber mais por causa da inclusão que acontece nas escolas.

Pesquisadora: Os professores são consultados pela Secretaria Municipal de Educação ou pelos coordenadores pedagógicos quanto aos temas das formações continuadas?

P20: Então, os professores eles não são consultados quanto aos temas, mas eles sempre que tem algum tipo de formação eles passam para nós, por exemplo, nós estamos fazendo uma pelo MEC agora do EDUCA JUNTOS, e diariamente tem estudo sobre uma apostila, são vários exercícios que são realizados, e para auxiliar o avanço dos alunos no processo ensino e aprendizagem.

Pesquisadora: E qual a sua opinião quanto ao possível envolvimento dos professores na escolha dos temas e o tipo de formação continuada?

P20: Ah eu acho muito importante, porque os professores eles estão ali na prática pedagógica deles e eles sabem do que o aluno precisa, então, a consulta a nós sobre os temas é essencial.

Pesquisadora: E quais temas têm sido abordados nas formações continuadas promovidas pela Secretaria da educação ou pela escola?

P20: Ah, geralmente Alfabetização, a Educação Infantil, Língua Portuguesa, Matemática e o Autismo.

Pesquisadora: E nesses cursos eles trabalham tanto a teoria procurando articular com a prática? Como que é o curso em si?

P20: Olha, geralmente ele fica mais na teoria porque a prática o professor vai ouvir ali e vai tentar pôr em prática, é mais um nível teórico.

Pesquisadora: Os temas abordados nas formações continuadas tem contribuído com a sua prática pedagógica? Se sim, de que maneira?

P20: Claro, toda a capacitação que os professores fazem contribui muito para sua prática pedagógica porque mesmo se elas são teóricas nós procuramos ouvir e aplicar em sala de aula esses recursos que são apresentados.

Pesquisadora: E quais têm sido as suas motivações para participar das ações de formação continuada promovida pelos órgãos públicos?

P20: Olha, ultimamente eu ando um pouco contida quanto a formação, a participar de formações, mas eu já participei muito de formação e elas são geralmente em horário contrário do seu trabalho, então, por motivos familiares às vezes você acaba deixando porque se for no período noturno fica difícil da gente poder estar fazendo, mas tem algumas também que são

no horário de trabalho e é muito importante, ela contribui muito com a nossa prática em sala de aula.

Pesquisadora: E a Secretaria de Educação local aqui do Município apoia a sua participação nessas ações de formação continuada? E se sim, de que maneira?

P20: Sim, ela sempre que é no horário de trabalho, ela facilita, ela pede para que cada escola esteja articulando para o aluno nunca ser prejudicado, nunca ser dispensando e à noite também oferece dias da semana que você possa escolher para estar fazendo a formação, é nesse sentido aí, eles colaboraram bastante com isso.

Pesquisadora: Você teve ou tem dificuldade para participar das ações de formação continuada? Se sim, comente em quais aspectos?

P20: É como eu disse, eu só tenho a dificuldade para participar dessas formações no período noturno por causa do tempo mesmo, o tempo hoje a mim não é cronometrado, mas é fora no horário de trabalho normal a gente faz todas as formações que são necessárias.

Pesquisadora: Você tem realizado outro tipo de formação continuada por conta própria, de forma particular, arcando com os custos. Se sim, quais ações?

P20: Não, eu não tenho feito não.

Pesquisadora: Na sua compreensão como a formação continuada de professores pode contribuir para a resolução dos problemas do cotidiano escolar, como por exemplo, a indisciplina, a violência, a evasão, dificuldades de aprendizagem, dentre outros.

P20: Oh, cada capacitação que você participa ou uma palestra, um seminário, uma roda de conversa, você sempre aprende um pouco mais daquilo que você já sabe, principalmente no que se diz respeito em disciplina, a evasão, você tem um olhar diferenciado para as crianças com transtornos, então, essas formações são muito importantes para que nós possamos também ter ferramentas para nós sanarmos as dificuldades pedagógicas que nós temos em sala de aula

Pesquisadora: No município de Andirá, os professores da rede pública de ensino possui um plano de carreira do magistério com a elevação vertical e a horizontal. De que maneira, as ações de formação continuada de professores tem atendido ao que é designado nesse plano?

P20: Então, já está no plano também essa capacitação continuada do professor, é um direito que ele tem já adquirido para poder fazer essas formações da melhor forma possível, e precisa ter mesmo que como eu disse no outro momento, se você hoje não se capacitar, não se aperfeiçoar naquilo que você está, você para no tempo, que a informação ela está muito rápida, ela está muito instantânea e todos nós aprendemos a cada dia e não basta só estar lá dentro da sala de aula, é preciso você ouvir novas formas também de você ensinar, você aprende também com isso daí, então é extremamente importante.

Pesquisadora: E que contribuições as ações de formação continuada atualmente desenvolvidas traz para a Educação no Município de Andirá?

P20: Só faz o Município de Andirá crescer com professores capacitados às demandas que vem vindo aí.

Pesquisadora: Você gostaria de sugerir algo para melhorar as ações de formação continuada de professores no município de Andirá?

P20: Eu gostaria de sugerir para a Secretaria de Educação, temas para acompanhar mesmo essas ações e elaborar estratégias de ensino, que ouvissem mais os professores para eles verem que realmente está precisando, para poder ter como capacitação.

Pesquisadora: Há algo que você gostaria de acrescentar nessa entrevista, mas que ainda não foi abordado?

P20: Não adianta só capacitar os professores na aplicação do que é certo e errado em Educação, nós precisamos pensar também na sua valorização, na sua valorização tanto financeira como ser humano também, por que nós somos muito cobradas pelo sistema de um resultado, só que a educação ela no seu todo, na sua totalidade, ela não vê que não é só isso daí, um professor em sala de aula ele não funciona só como mediador do conhecimento, ele é um psicólogo, ele é um, a única vez a pessoa que a criança tem como referência de comportamento, de ser humano, de finanças, então não basta só ter a formação é preciso também que a gente tenha outros aspectos dessa valorização, porque está deixando bem a desejar, porque é só cobrança, mas o resultado não está tendo.